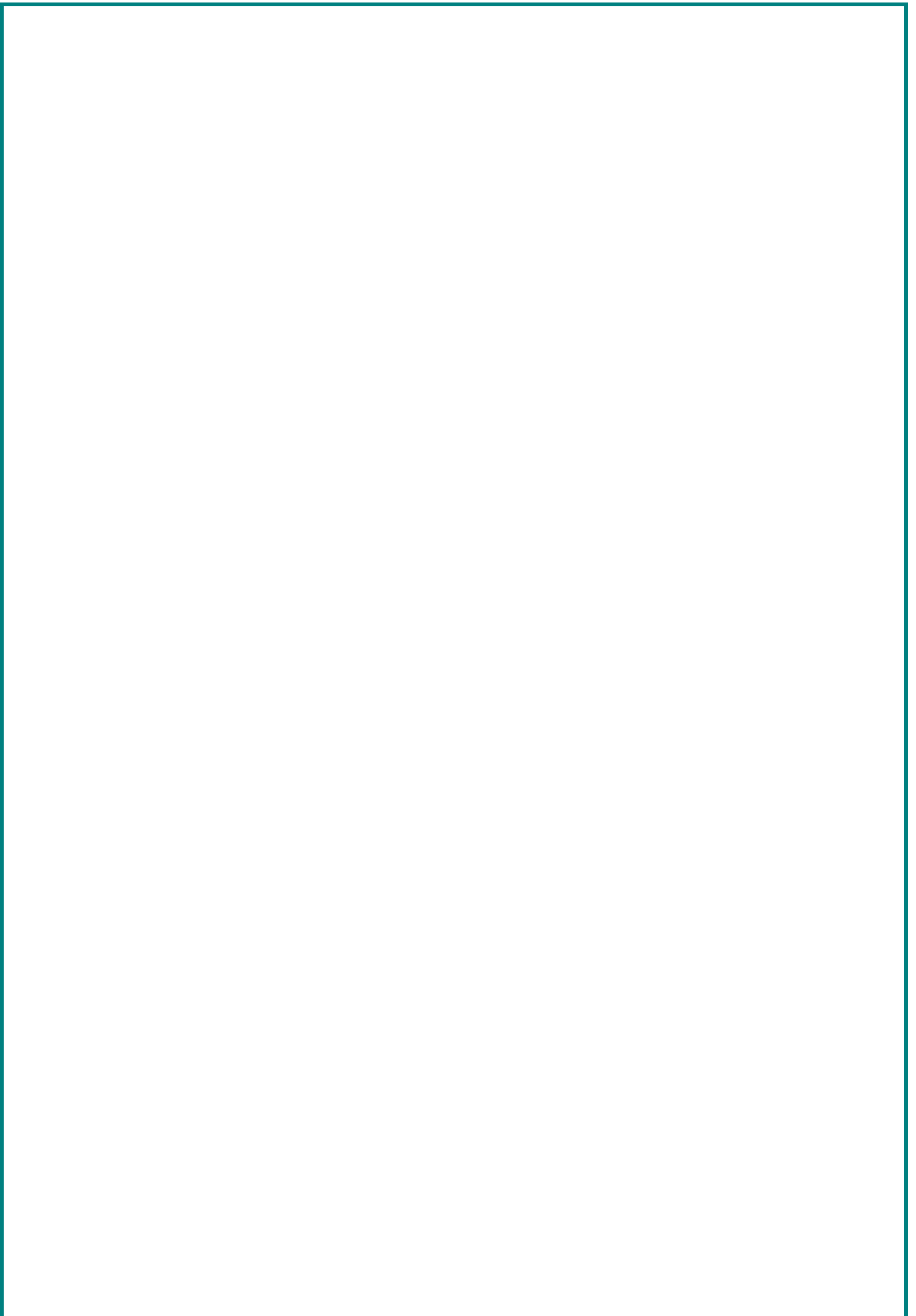


Actualização do Diagnóstico Social

**Conselho Local de Acção Social
Grândola - 2008**



Concelho de Grândola

Actualização do Diagnóstico Social

Relatório Preliminar

**Intervenientes na Elaboração do Documento
Núcleo Executivo de CLAS de Grândola
Grupos de Trabalho**

**Colaboração de Elisabete Dias
(DASCE - CMG)**

Novembro 2008

SIGLAS

ADL – Associação de Desenvolvimento do Alentejo Litoral
ADRAL – Agência de Desenvolvimento Regional do Alentejo;
AEAL – Associação dos Empresários do Alentejo Litoral
AES – Associação de Empresários de Sines
AISGRA – Associação de Intervenção Social de Grândola
AMAGRA – Associação de Municípios Alentejanos para a Gestão Regional do Ambiente
AMBILITAL – Investimentos Ambientais no Alentejo, EIM
AMLA – Associação de Municípios do Litoral Alentejano
BTT – Bicicleta Todo Terreno
CAE – Classificação de Actividades Económicas
CAO – Centro de Actividades Ocupacionais
CAT – Centro de Atendimento a Toxicodependentes
CCDRA – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo
CDSS – Centro Distrital de Segurança Social
CDSSS – Centro Distrital de Solidariedade e Segurança Social
CENTAGRO – Centro Protocolar de Formação Profissional para o Sector Agro-Pecuário
CERCIGRÂNDOLA – Cooperativa para a Educação e Reabilitação de Cidadãos Inadaptados
CET – Curso de Especialização Tecnológica
CFPSC – Centro de Formação Profissional de Santiago do Cacém
CLAS – Concelho Local de Acção Social
CM – Caminho Municipal
CMG – Câmara Municipal de Grândola
CNO – Centro Novas Oportunidades
CNP – Classificação Nacional das Profissões
CNQ – Catálogo Nacional das Qualificações
COOP – Cooperativa
CP – Comboios de Portugal
CPAB – Casa do Povo de Azinheira de Barros
CPCJ – Comissão de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo
CRVCC – Centro de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências
CSI – Complemento Solidário para Idosos
CSG – Centro de Saúde de Grândola
CV – Curriculum Vitae
DEAS – Divisão de Educação e Acção Social
DEPE – Divisão de Estudos, Projectos e Empreitadas
DREA – Direcção Regional de Educação do Alentejo
DTEA – Transportes, Energia e Ambiente
EB – Escola Básica
EE – Estação Elevatória
EFA – Educação e Formação de Adultos
EFJ – Educação e Formação de Jovens
EM – Estrada Municipal
EMO – Escolaridade Mínima Obrigatória
EN – Estrada Nacional
ENE – Empreender na Escola;
EPDRG – Escola Profissional de Desenvolvimento Rural de Grândola
EPPC – Estabelecimento Prisional de Pinheiro da Cruz
EQUAL – Programa de Iniciativa Comunitária EQUAL (*de igual para igual*)
ESAIC – Escola Secundária António Inácio da Cruz
ESDIME – Agência para o Desenvolvimento Local do Alentejo Sudeste (Cooperativa de Solidariedade Social);
ESMF – Escola Secundária Manuel da Fonseca
ETA – Estações de Tratamento de Águas
ETAR – Estações de Tratamento de Águas Residuais
FFCUL – Fundação da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa
FPH – Ficheiro de Procura de Habitação
FSE – Fundo Social Europeu

Actualização do Diagnóstico Social

GDL – Grândola
GEP – Gabinete de Estratégia e Planeamento
GISA – Gestão Integrada da Saúde e do Ambiente no Litoral Alentejano
GNR – Guarda Nacional Republicana
GOP – Grandes Opções do Plano
HACCP – Hazard Analysis and Critical Control (Análise de Perigos e Controlo de Pontos Críticos)
IAJ – Incentivo ao Arrendamento por Jovens
IC – Itinerário Complementar
IDMEC – Instituto de Engenharia Mecânica
IEFP – Instituto do Emprego e Formação Profissional
IHRU – Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana
IHINE – Instituto Nacional de Estatística
INESRE – Instituto de Estudos Superiores de Recursos Naturais
INFRATRÓIA – Empresa Municipal de Infra-estruturas de Tróia
IPSS – Instituições Particulares de Solidariedade Particular
IRAR – Instituto Regulador de Águas e Resíduos
ISCTE – Instituto Superior de Ciências do Trabalho e Empresa
IST – Instituto Superior Técnico
MAI – Modelo de Articulação Informal
MTSS – Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social
NE – Núcleo Executivo
NLI – Núcleo Local de Inserção
NP EN ISO – Normas Portuguesas
NUTS – Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos
OEFP – Observatório do Emprego e Formação Profissional
PAIP – Projecto Articulado de Intervenção Precoce
PCQA – Plano de Controlo de Qualidade da Água para Consumo Humano PCQA
PDM – Plano Director Municipal
PDS – Plano de Desenvolvimento Social
PEPAL – Programa de Estágios Profissionais na Administração Local
PIB – Produto Interno Bruto
PIFGRA – Plano Integrado de Formação do Concelho de Grândola
PME – Pequenas e Médias Empresas
PNE - Plano Nacional de Emprego
POEFDS – Programa Operacional Emprego, Formação e Desenvolvimento Social
POOC – Planos de Ordenamento da Orla Costeira
POPH – Programa Operacional Potencial Humano
PRODEP – Programa de Desenvolvimento Educativo para Portugal
PROT – Plano Regional de Ordenamento do Território do
PROTALI – Plano Regional de Ordenamento do Território do Litoral Alentejano
QCA – Quadro Comunitário de Apoio
QREN – Quadro de Referência Estratégico Nacional
RCD – Resíduos de Construção e Demolição
RECRIA – Regime Especial de Comparticipação na Recuperação de Imóveis Arrendados
RECRIPH – Regime Especial de Comparticipação e Financiamento na Recuperação de Prédios Urbanos em Regime de Propriedade Horizontal
REHABITA – Regime de Apoio à Recuperação Habitacional em áreas Urbanas Antigas
REN – Rede Ecológica Natural
RMG – Rendimento Mínimo Garantido
RSI – Rendimento Social de Inserção
RSU – Resíduos Sólidos Urbanos
RVCC – Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências
SAAL – Serviço de Ambulatório de Apoio Local
SAPEC – Societé Anonimme de Produits Engrais Chemie
SAD – Serviço de Apoio Domiciliário
SERURB – Serviços Urbanos, Lda.
SHST – Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho
SMFOG – Sociedade Musical Fraternidade Operária Grandolense
SOLARH – Programa de Solidariedade e Apoio à Recuperação de Habitação

Actualização do Diagnóstico Social

TAIPA – Organização Cooperativa para o Desenvolvimento Integrado para o concelho de Odemira;
TIC – Tecnologias de Informação e Comunicação
UFCD – Unidades de Formação de Curta Duração
UNIVA – Unidades de Inserção na Vida Activa
VAB – Valor Acrescentado Bruto
ZIL – Zona de Indústria Ligeira

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	
GRELHA DOS GRUPOS DE TRABALHO	12
DEMOGRAFIA	13
Caracterização Populacional	15
Enquadramento territorial, densidade populacional e sistema de povoamento	15
O envelhecimento demográfico no concelho	17
Família e mudança demográfica	26
Famílias Clássicas	26
Representante da família clássica	29
Famílias Institucionais	30
Famílias unipessoais	30
Famílias com pessoas a cargo	33
Núcleos familiares por tipo de núcleo	35
Famílias clássicas segundo a condição perante a actividade económica do representante	37
DEMOGRAFIA – SÍNTESE	40
Grelha de Identificação dos Problemas e Projectos/Soluções	42
ACTIVIDADES ECONÓMICAS E TURISMO	43
As actividades económicas no concelho de Grândola	45
Panorama das actividades económicas no Alentejo Litoral – alguns indicadores	45
Empresas no Município de Grândola, segundo a CAE	49
As empresas da Indústria Transformadora no município de Grândola	51
Pessoal ao serviço nas empresas	53
Evolução do volume de negócios e número de estabelecimentos	54
Sector de Desenvolvimento Económico e Apoio ao Empresário – Município de Grândola	56
Turismo	57
Estabelecimentos e Capacidade de Alojamento	58
Hóspedes e Dormidas	62
Turismo e Património	66
ACTIVIDADES ECONÓMICAS E TURISMO – SÍNTESE	68
Grelha de Identificação dos Problemas e Projectos/Soluções	71
ACESSIBILIDADES	73
Transportes e Acessibilidades	75
Rede Viária	76
Rede de Transportes	78
ACESSIBILIDADES – SÍNTESE	80
Grelha de Identificação dos Problemas e Projectos/Soluções	82
ASSOCIAÇÕES, EQUIPAMENTOS CULTURAIS E DESPORTIVOS	83
Evolução do Movimento Associativo Popular em Portugal	85
As Associações no Concelho de Grândola	87
Equipamentos de Cultura, Recreio e Lazer	88
Eventos Regulares Culturais e de lazer	90
Equipamentos e Promoção de Actividades Desportivas	91
Actividade Desportiva e Eventos Regulares	93
Associações e Áreas de Intervenção	95
Associações e População Concelhia	97
Associações e Participação Cívica	98
ASSOCIAÇÕES, EQUIPAMENTOS CULTURAIS E DESPORTIVOS – SÍNTESE	103
Grelha de Identificação dos Problemas e Projectos/Soluções	105
AMBIENTE	107
Caracterização do estado do ambiente no concelho	110
Água	111

Actualização do Diagnóstico Social

Abastecimento de Água para Consumo Humano	111
Drenagem e Tratamento de Águas Residuais	114
Drenagem de Águas Pluviais	116
Resíduos	116
Qualidade do Ar	119
Ruído	120
Energia	120
Poluição / Qualidade da Paisagem	123
AMBIENTE – SÍNTESE	126
Grelha de Identificação dos Problemas e Projectos/Soluções	130
HABITAÇÃO	131
Evolução da situação habitacional no concelho de Grândola	133
Ficheiro de Procura de Habitação de Grândola (FPH)	135
Análise dos dados provenientes do FPH	136
Habitação Municipal	140
Caracterização do Parque Habitacional de Minas do Lousal (Freguesia de Azinheira dos Barros)	142
Perspectivas Futuras de Construção ao Nível da Habitação Municipal	144
Promoção em Parceria	144
Outras medidas no âmbito da habitação promovidas pelo Município de Grândola	145
Programa de Apoio ao Arrendamento	145
Venda de Habitações aos Respectivos Inquilinos do Largo Zeca Afonso e Horta do Coxo	145
Manutenção/Conservação de Fogos Municipais	146
Apoio na reparação / conservação de habitações do mercado privado	146
Programas de Apoio à Recuperação e Reabilitação do Património Edificado – IHRU	146
HABITAÇÃO – SÍNTESE	148
Grelha de Identificação dos Problemas e Projectos/Soluções	150
EDUCAÇÃO, FORMAÇÃO E EMPREGO	151
Educação	153
Rede de Equipamentos Educativos no concelho de Grândola	153
Sistema de Ensino	155
<input type="checkbox"/> Oferta de Educação, Ensino e Formação	155
<input type="checkbox"/> Agrupamento Vertical de Escolas de Grândola	155
<input type="checkbox"/> Oferta a partir da escolaridade obrigatória	157
<input type="checkbox"/> Respostas de reabilitação	157
<input type="checkbox"/> Ofertas Educativas de Carácter Particular, Cooperativo e IPSS	158
Qualificação Académica e Nível de Instrução	159
<input type="checkbox"/> Qualificação Académica	159
<input type="checkbox"/> Nível de Ensino	167
Procura do Sistema Educativo – Evolução do Número de Alunos	171
Projecções Demográficas da População Escolar	175
Programas e Projectos Educativos	177
<input type="checkbox"/> Iniciativas pedagógicas e de ligação Escola-Meio	177
Propostas de Reordenamento da Rede Educativa	177
Formação	180
O sistema de formação profissional	180
Quadro actual da formação profissional no Alentejo Litoral	182
O Ciclo Formativo	187
Oferta Formativa – Grândola – 2008/2009	190
<input type="checkbox"/> Associação de Desenvolvimento do Litoral Alentejano – ADL	190
<input type="checkbox"/> Associação de Empresários do Alentejo Litoral – AEAL	192
<input type="checkbox"/> Centro de Formação Profissional de Santiago do Cacém	193
<input type="checkbox"/> Escola Secundária António Inácio da Cruz – ESAIC	194

Actualização do Diagnóstico Social

<input type="checkbox"/>	Escola Profissional de Desenvolvimento Rural de Grândola – EPDRG	195
<input type="checkbox"/>	Plano de Formação para o Alentejo Litoral – “Turismo de Portugal”	196
<input type="checkbox"/>	Acções de Formação para a Região do Alentejo Litoral	196
<input type="checkbox"/>	Cercigrândola – Ciclo Formativo (2006-2008)	197
Emprego		198
	Caracterização dos recursos humanos	198
<input type="checkbox"/>	Estrutura e tendências evolutivas da população activa	198
<input type="checkbox"/>	Nível educacional da população residente empregada	204
<input type="checkbox"/>	Estrutura das qualificações profissionais	207
<input type="checkbox"/>	Estrutura Etária	208
	Comportamento do desemprego	210
<input type="checkbox"/>	População residente desempregada	210
<input type="checkbox"/>	Comportamentos e tendências evolutivas do desemprego	212
<input type="checkbox"/>	Nível educacional dos desempregados	216
<input type="checkbox"/>	Desempenho das políticas activas de emprego	218
EDUCAÇÃO, FORMAÇÃO E EMPREGO – SÍNTESE		221
	Grelha de Identificação dos Problemas e Projectos/Soluções	227
SAÚDE		229
	Nota Introdutória	231
	Recursos de Saúde	232
	Rede Pública	232
	Rede Privada ou Convencionada	232
	Acessibilidade ao Centro de Saúde	233
	Serviço de Atendimento Complementar (AC)	236
	Mortalidade	236
	Saúde Pública e Ambiental	237
	Vectores	237
	Cães Vadios	237
	Acidentes de Viação	239
	SAÚDE – SÍNTESE	240
	Grelha de Identificação dos Problemas e Projectos/Soluções	242
INFÂNCIA E JUVENTUDE		243
	Respostas Sociais – Realidade Actual	245
	Taxas de Cobertura – 1ª e 2ª Infância	246
	Respostas à 1.ª Infância	247
<input type="checkbox"/>	Freguesia de Grândola	247
<input type="checkbox"/>	Freguesia de Melides	248
<input type="checkbox"/>	Freguesia de Carvalhal	248
<input type="checkbox"/>	Freguesia de Azinheira dos Barros	248
	Respostas à 2.ª Infância	248
	Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Grândola – CPCJ	250
	INFÂNCIA E JUVENTUDE – SÍNTESE	253
	Grelha de Identificação dos Problemas e Projectos/Soluções	255
POPULAÇÃO IDOSA, DEPENDENTE E C/DEFICIÊNCIA		257
	A população idosa concelhia	259
	Equipamentos de apoio a idosos e dependentes	260
<input type="checkbox"/>	Equipamentos – Capacidade e taxas de utilização	262
<input type="checkbox"/>	Distribuição da população idosa pelas diferentes respostas	265
<input type="checkbox"/>	Taxas de Cobertura	268
	População concelhia com deficiência	270
	População com deficiência e equipamentos colectivos de apoio	273
	POPULAÇÃO IDOSA, DEPENDENTE E C/DEFICIÊNCIA – SÍNTESE	277
	Grelha de Identificação dos Problemas e Projectos/Soluções	281
MEDIDAS / POLÍTICAS DE PROTECÇÃO E INSERÇÃO SOCIAL		283
	Pensionistas	285

Actualização do Diagnóstico Social

Beneficiários do Rendimento Social de Inserção	287
Beneficiários do RSI – caracterização segundo o sexo e grupo etário	288
Requerimentos entrados no concelho (evolução)	291
Complemento Solidário para Idosos – CSI	294
MEDIDAS / POLÍTICAS DE PROTECÇÃO E INSERÇÃO SOCIAL – SÍNTESE	294
Grelha de Identificação dos Problemas e Projectos/Soluções	297
CONSIDERAÇÕES FINAIS	298
ANÁLISE SWOT	303
BIBLIOGRAFIA	317
ANEXOS	322

INTRODUÇÃO

O Plano de Desenvolvimento Social de Grândola 2002-2007 contemplava um conjunto de propostas de intervenção equacionadas precisamente para aquele espaço temporal definido.

Cumprida a meta da sua concretização possível – e após avaliação do trabalho desenvolvido –, impõe-se uma actualização do Diagnóstico Social, com o objectivo de identificar/enunciar os problemas prementes que afectam a população concelhia, para, posteriormente, apresentar novas propostas de intervenção (ou reforçar a continuidade de acções anteriores), que se consubstanciem em soluções viáveis para os problemas identificados.

Para a execução dessa tarefa, foi proposta em reunião do plenário do CLAS a constituição de grupos de trabalho – organizados por áreas temáticas –, definida em função daquela que poderia vir a ser a estrutura do diagnóstico social. Na constituição desses grupos, esteve presente a noção de que a acção de algumas entidades é transversal às diferentes áreas temáticas, situação incontornável quando se perspectiva uma visão integrada do território.

Entretanto, para cada um dos grupos de trabalho foi designado um elemento do Núcleo Executivo (NE) responsável pelo acompanhamento e ligação entre o grupo de trabalho e o NE. Por outro lado, cada grupo elegeu a entidade responsável pela organização e desenvolvimento dos trabalhos.

Cada grupo procedeu à recolha de informação, realizada basicamente através de análise documental: informação estatística variada de fontes diversas (INE; GEP/MTSS; estatísticas da Segurança Social; do IEFP; estatísticas locais do Centro de Saúde, da CPCJ, da CMG) e estudos já existentes sobre algumas problemáticas sociais. Paralelamente, os assuntos tratados nas diversas áreas temáticas foram aprofundados, em maior ou menor grau, recorrendo ao conhecimento empírico dos técnicos que, diariamente, contactam com as diversas problemáticas em questão.

Os diferentes contributos para a elaboração deste documento foram previamente discutidos em grupo até à consolidação dos conteúdos das diversas áreas temáticas, no final reflectidas no elenar dos *problemas* e na apresentação de possíveis *soluções/projectos*.

Esta actualização do Diagnóstico Social irá consubstanciar-se no documento base de trabalho para o próximo Plano de Desenvolvimento Social.

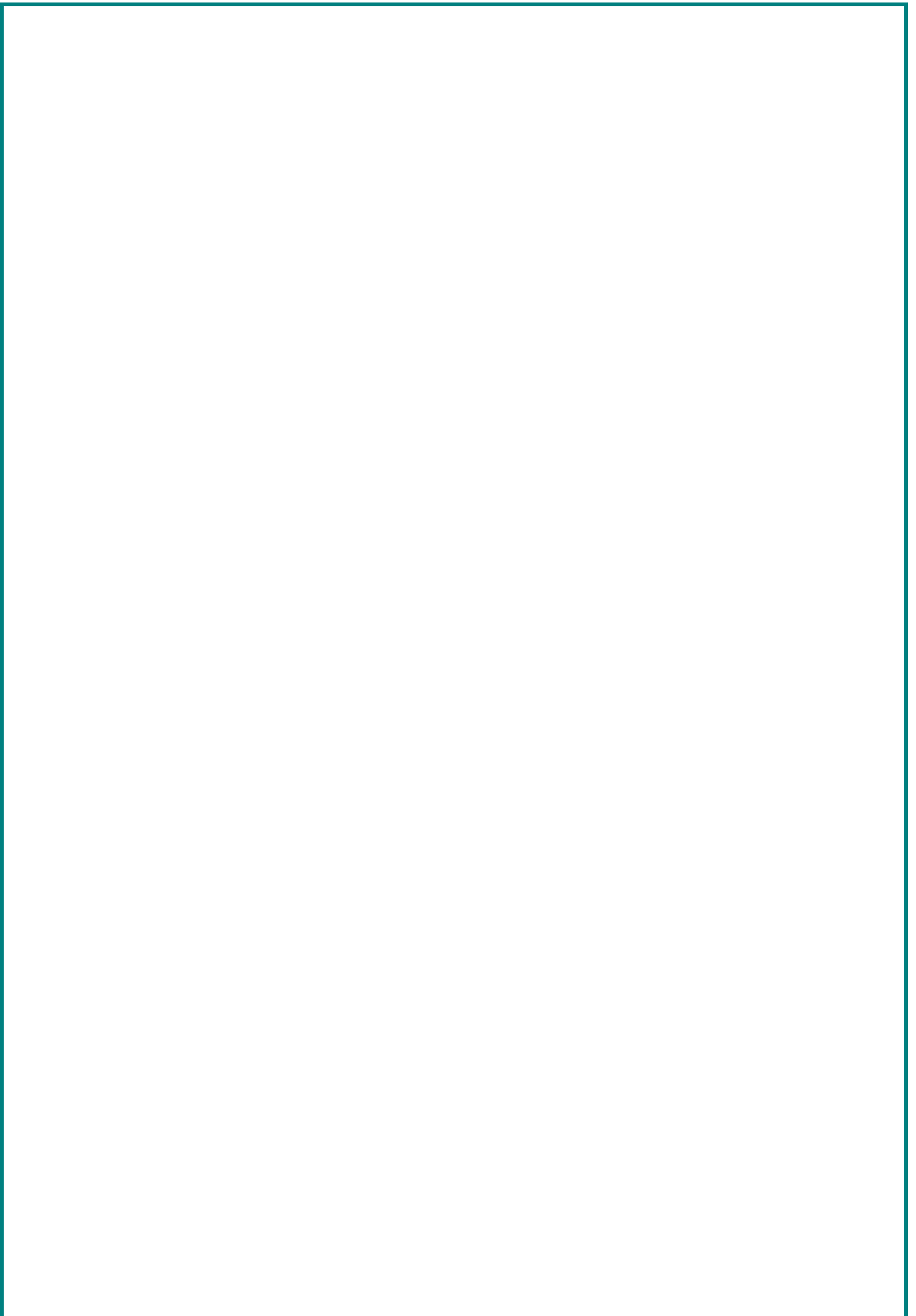
NÚCLEO EXECUTIVO

Grupos de trabalho

<u>Demografia</u>	<u>Actividades Económicas e Turismo</u>	<u>Acessibilidades</u>	<u>Associações, Equipamentos Culturais e Recreativos</u>	<u>Ambiente</u>	<u>Habitacão</u>	<u>Educação / Formação / Emprego</u>	<u>Saúde</u>	<u>Seguranca¹</u>	<u>Intervencao Social</u>		
Núcleo Executivo DEPE	Gabinete de Desenvolvimento Económico e Turismo AEAL	Divisao de Estudos Projectos e Empreitadas Divisao dos Serviços Urbanos e Ambiente	Divisao de Desporto Associações culturais, desportivas e recreativas	Divisao de Serviços Urbanos e Ambiente	DEAS – Sector de Acção Social – Habitacão Social Divisao de Planeamento e Gestao Urbanística	DEAS – Sector de Educação Conselho Municipal de Educação Agrupamento Vertical de Escolas ESAIC ADL EPDRG Centro de F. S. Cacém Centro Emprego Alcácer Sal Cercigrândola AEAL	Centro de Saúde Dep. Saúde Mental H. S. Bernardo CAT do L. A. Hospital L.A. Ass. H. Bombeiros Voluntários Grândola Assos. “A Ponte”	GNR; Dir. Geral de Reinserção Social Conselho Municipal de Seguranca	<u>Infância e Juventude</u> Creche e Jardim-de-infância de Grândola Cercigrândola – PAIP C. Municipal da Juventude CPCJ J. F. Grândola – Ludoteca DEAS – Sector da Juventude e Sector de Educação Colectividade Sócio cultural Barrense C. Social do Carvalhal C. P. Melides C. P. Azinheira de Barros Agrupam. Vertical de Escola	<u>Populacao Idosa, dependente e c/deficiencia</u> C. P. Melides C. P. Azinheira de Barros C. Social do Carvalhal Assos. Flor da Serra Stª Casa da Misericórdia AISGRA Programa “Viver Solidário” DEAS – Sector de Acção Social Cercigrândola	<u>Medidas / Políticas de protecção e insercao social</u> Seguranca Social NLI

¹ Por dificuldades de ordem diversa, este grupo de trabalho não chegou a concretizar-se.

DEMOGRAFIA



DEMOGRAFIA**▪ Caracterização populacional**

Porque a dinâmica particular do concelho de Grândola não significa que esta possa ser dissociada do espaço em que se insere, procura fazer-se a presente caracterização em termos comparativos relativamente à Sub-Região do Alentejo Litoral em que o município se integra.

Relativamente aos elementos pesquisados para a Actualização do Diagnóstico Social, nem todos os dados estatísticos de interesse estão disponíveis/actualizados – está-se num período entre Censos –, o que condiciona a análise que a seguir se apresenta, quer em termos de evolução temporal, quer em termos de comparação geográfica (apenas alguns indicadores são desagregados até ao nível do concelho, nas estimativas de 2006).

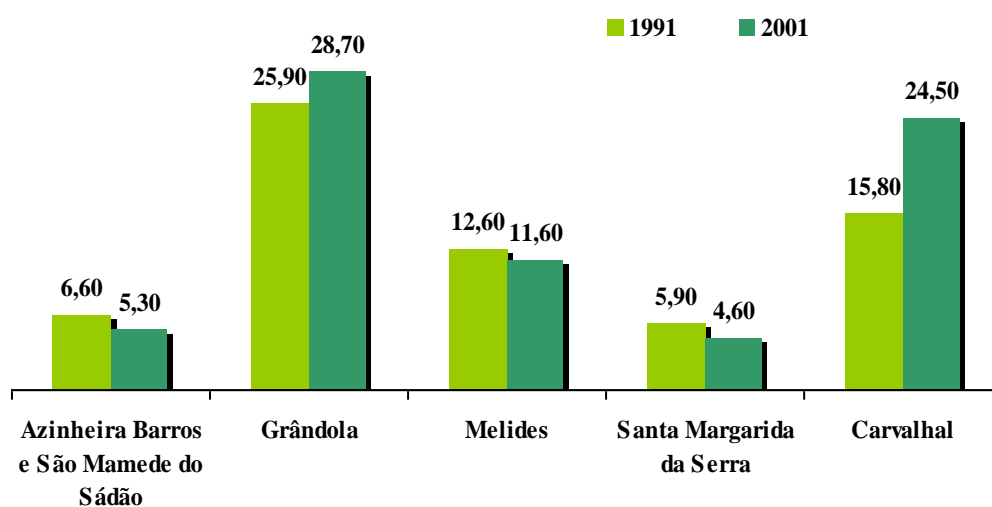
Assim, em termos de actualização, recorre-se essencialmente aos dados publicados pelo INE no Anuário Estatístico da Região Alentejo 2006 que, quando é possível traçar a evolução, são comparados com os dados dos Censos 2001.

Enquadramento territorial, densidade populacional e sistema de povoamento

O concelho de Grândola insere-se na sub-região Alentejo Litoral, território que representa cerca de 6% da superfície de Portugal Continental e é caracterizado por grande rarefacção humana. De acordo com os dados do INE, numa área com 5.255,8 Km², residem 96.787 habitantes em 31/12/2006, o que equivale apenas a cerca de 1% da população do Continente. Esta proporção é elucidativa da reduzida densidade populacional da sub-região: 18,2 habitantes/Km², valor inferior ao da Região Alentejo no seu conjunto (19,6 habitantes/ Km²), e muito distante do valor nacional do território continental (113,6 hab/km²). Na base da evolução negativa desta historicamente intrínseca reduzida densidade populacional da região, encontra-se naturalmente a diminuição da população residente, espelhada em indicadores demográficos que atestam da debilidade da dinâmica populacional, com índices de natalidade extremamente baixos, empolamento do peso relativo da população idosa e, conseqüentemente, o envelhecimento das estruturas etárias da sub-região.

Enquadrando-se neste panorama, também o território concelhio de Grândola apresenta em 2006 uma fraca densidade populacional, de 17,6 hab/Km², sendo este valor, inclusivamente, inferior ao registado nos Censos de 2001, de 18,1 hab/km². Separadamente, as freguesias do concelho de Grândola apresentam duas dinâmicas de evolução opostas em termos do progresso da sua densidade populacional: as freguesias de Azinheira de Barros, Melides e Santa Margarida da Serra apresentam um decréscimo entre 1991 e 2001, enquanto nas freguesias de Grândola e Carvalhal aumentaram as densidades populacionais entre censos.

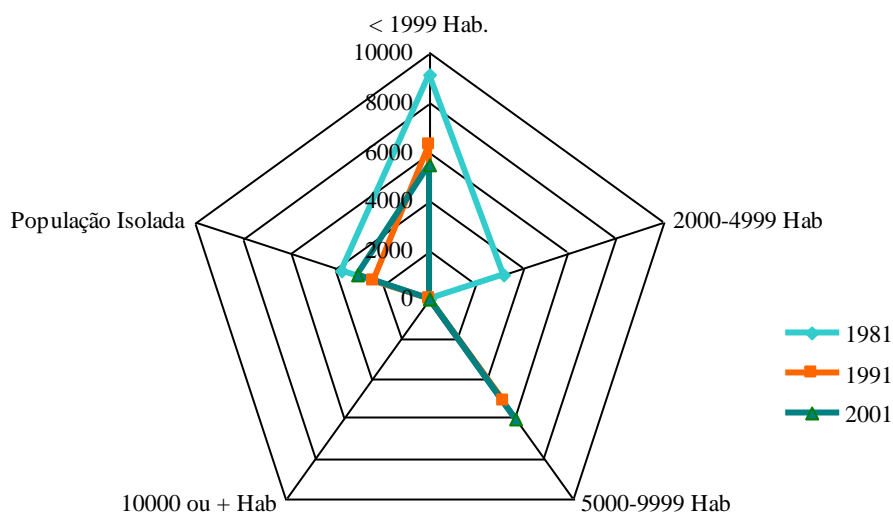
Gráfico 1 – Evolução da densidade populacional nas freguesias do concelho de Grândola, 1991-2001



Fonte: INE, Censos 1991 e 2001, O País em Números – Edição de 2007 (tratamento próprio)

Paralelamente, o concelho regista também, em termos de evolução do povoamento, uma rarefacção da população isolada ou a viver em pequenos aglomerados e, simultaneamente, uma concentração no aglomerado de maior dimensão, que é a sede do concelho. De facto, no território concelhio, 57% da população residia, em 1981, em lugares com menos de 1999 habitantes, e apenas 20% em lugares com 2.000 a 4.999 (a sede do concelho). Esta dimensão foi ultrapassada já em 1991, passando a freguesia sede do concelho a contar com mais de 5.000 habitantes, tendo em 2001 esse efectivo populacional passado a representar mais de 40% da população concelhia total.

Gráfico 2 – População residente no concelho de Grândola em 1981, 1991 e 2001, segundo s dimensão dos lugares e população isolada



Fonte: INE, Censos 1981, 1991 e 2001

Relativamente às restantes freguesias, nenhuma delas apresenta lugares com dimensão superior a 1999 habitantes, tendo o efectivo populacional aí residente vindo a diminuir inequivocamente. Dado que a grande diminuição de população registada em Melides nos núcleos com essa dimensão se deve, em parte, à criação da freguesia do Carvalhal², que absorveu uma parte daquela população, é então na freguesia de Azinheira de Barros que se regista um maior decréscimo (-48,4%) entre 1981 e 2001. Para tal terá contribuído, entre estas datas, a redução do efectivo populacional do Lousal de 957 para 511 residentes.

O envelhecimento demográfico no concelho

O envelhecimento demográfico, definido pelo aumento da proporção das pessoas idosas na população total, em detrimento da população jovem, e/ou em idade activa, tem vindo, à semelhança do resto do país, a aumentar no concelho de Grândola.

Entre 1991 e 2001 o fenómeno do envelhecimento demográfico traduziu-se por um decréscimo de 22% na população jovem (0-14 anos) e um incremento de 38,5% da população idosa (65 e mais anos).

² Em 18 de Dezembro de 1987

Tabela 1 – População residente no concelho de Grândola, em 1981, 1991, 2001 e 2006, por grupo etário (ciclo de vida)

Zona Geográfica	Anos	0-14	15-64	65 e +	Total da População	Varição Percentual 1991-2001 0-14 anos	Varição Percentual 1991-2001 15-64 anos	Varição Percentual 1991-2001 65 e + anos	Varição Percentual 1991-2001 Total
		HM	HM	HM	HM	HM	HM	HM	HM
Grândola	1981	3105	10649	2288	16042				
	1991	2322	8836	2609	13767	-22,0	7,3	38,5	8,2
	2001	1810	9477	3614	14901				
	2006	1779	8782	3653	14214				

Fonte: INE, Censos 1981, 1991 e 2001 e Anuário Estatístico da Região Alentejo, 2006

Em 2001 foram recenseados 3614 indivíduos idosos e, em 2006, os dados apontam para 3653 idosos, representando um acréscimo de 1% em apenas cinco anos. A proporção de população idosa, que representava 14,3% do total da população concelhia em 1981, quase duplicou, passando para 25,7% em 2006. Ao contrário, população jovem diminuiu de 19,4% em 1981, para 12,5% em 2006.

O índice de envelhecimento ultrapassou, já em 2001, os 200 idosos por cada 100 jovens. Na realidade, este indicador tem registado um aumento contínuo nas últimas décadas, passando de 73,7 em 1981, para 205,3 em 2006, o número de idosos por cada 100 jovens. Por outro lado, o próprio envelhecimento da população idosa é evidenciado pelo índice de longevidade (número de indivíduos com 75 e mais anos no total da população idosa), que aumentou de 41 para 47 indivíduos entre 2001 e 2006.

Logicamente, o mesmo cenário é repetido ao nível das freguesias, sendo bem patente a tendência predominante. De acordo com os dados de 1991 e 2001³, o índice de envelhecimento cresceu em todas as freguesias, como se pode constatar no quadro seguinte. No entanto, apesar de Santa Margarida da Serra ser a freguesia mais envelhecida e se distanciar nitidamente das restantes nos valores dos índices de envelhecimento e de dependência de idosos, já desde 1991, é em Melides que se regista a maior diferença entre censos, tendo passado de cerca de 131 idosos por cada 100 jovens em 1991, para 297 em 2001 e aumentado de 57,5 para 68,9 o índice de dependência de idosos.

³ Únicos/mais recentes disponíveis a este nível de desagregação.

Tabela 2 – Indicadores demográficos das freguesias, 1991 e 2001

Unidade Geográfica	Ano	Índice de Envelhecimento	Índice de dependência de Idosos	Índice de dependência de Jovens	Índice de dependência total
		N.º	N.º	N.º	N.º
Azinheira Barros e São Mamede do Sádão	1991	117,6	41,3	35,1	76,4
	2001	230,2	43,7	19,0	62,7
Grândola	1991	115,0	29,2	25,4	54,6
	2001	194,7	40,1	20,6	60,6
Melides	1991	130,9	29,3	22,4	51,7
	2001	279,1	44,2	15,8	60,0
Santa Margarida da Serra	1991	412,0	57,5	14,0	71,5
	2001	455,0	68,9	15,2	84,1
Carvalhal	1991	39,5	14,3	36,2	50,4
	2001	111,7	16,5	14,8	31,3

Fonte: INE, Censos 1991 e 2001

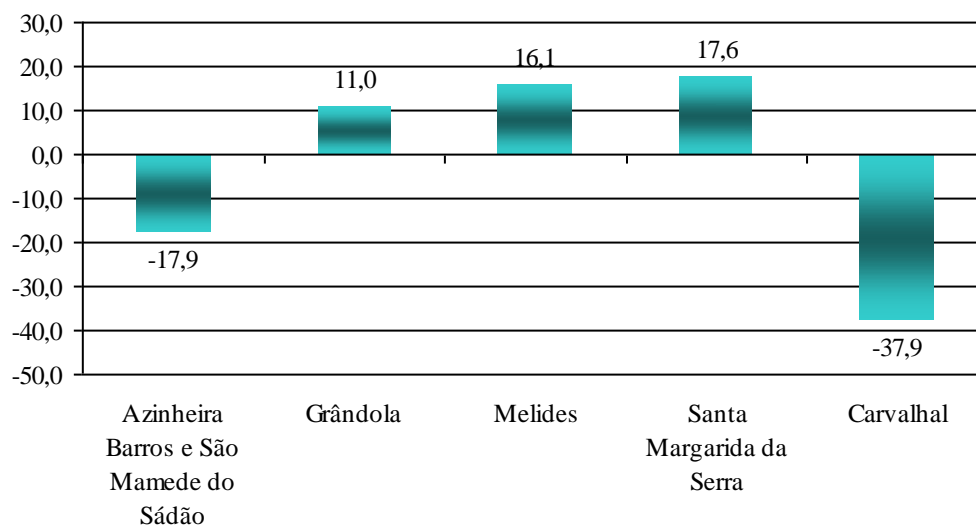
Entretanto, com excepção de Santa Margarida da Serra, o índice de dependência de jovens decresceu entre censos em todas as freguesias, destacando-se uma maior incidência no Carvalhal. Nesta unidade geográfica o decréscimo acentuado deste índice justifica-se, não só pela diminuição do efectivo de jovens, mas principalmente pelo aumento significativo na população dos 15-64 anos (mais 533 indivíduos, traduzidos numa variação percentual de 77,7% entre 1991-2001).

Por outro lado, o acréscimo registado em Santa Margarida (de 14,0 jovens com 0-14 anos por cada 100 indivíduos com 15-64 anos em 1991, para 15,2 em 2001), não se deve a um aumento dos efectivos do grupo dos jovens, mas a uma menor diminuição de efectivos no outro grupo da equação (o grupo dos jovens perdeu apenas 5 efectivos, enquanto o grupo 15-64 anos perdeu 47).

Quanto ao índice de dependência total⁴, registam-se duas tendências opostas ao nível da evolução entre 1991-2001: nas freguesias de Azinheira de Barros e Carvalhal a evolução traduz-se em valores negativos de variação percentual (-17,8 e - 38,0%, respectivamente), sendo positivos nas restantes freguesias. Registando-se como factor comum a todas as freguesias uma diminuição no grupo dos jovens, a justificação para os sentidos opostos da variação do índice – expostos no gráfico seguinte – encontra-se, para cada freguesia, nas dinâmicas evolutivas de cada dos outros grupos da equação (15-64 anos e 65 e + anos).

⁴ Número de jovens (0-14 anos) e idosos (65 e + anos) por cada 100 indivíduos em idade activa (15-64 anos).

Gráfico 3 – Variação percentual 1991-2001, do índice de dependência total nas freguesias de Grândola



Fonte: INE, O País em Números, edição 2007 (tratamento próprio)

Mas, num panorama global de envelhecimento da população – basicamente causado pelo aumento da população mais idosa e pela crescente sub-representação da população em idade activa –, o que realça aqui é o decréscimo do índice de dependência total, nas freguesias de Azinheira de Barros e Carvalhal. Na primeira, a variação percentual negativa do índice justifica-se porque todos os grupos etários perderam população entre censos. Na segunda, apenas o grupo dos jovens perdeu população mas o aumento registado nos outros dois grupos foi mais elevado na população activa do que na população idosa, o que faz pender o resultado da equação para um valor menor do índice de dependência total em 2001 naquela freguesia.

Entretanto, ao nível do concelho, o índice de dependência total tem vindo a aumentar (cerca de 51 em 1981, 56 em 1991, 57 em 2001 e 62 em 2006), devido não só ao grande aumento da população idosa, mas também à diminuição constante da população jovem.

Paralelamente, a taxa bruta de natalidade concelhia decresceu de 8,6 ‰ em 2001 para 8,0 ‰ em 2006, enquanto que, ao contrário, a taxa bruta de mortalidade aumentou de 13,4 ‰ registada em 2001, para 15,1 ‰ registada em 2006.

Em consequência, a taxa de crescimento natural saldou-se negativamente tanto em 2001 como em 2006, mas com um valor efectivo superior neste último ano. Ou seja, a evolução dos valores das taxas de crescimento, quer natural quer efectivo, é representativa duma

dinâmica populacional recessiva bastante acentuada, aspecto consolidado pelo envelhecimento das estruturas etárias concelhias.

Tabela 3 – Indicadores demográficos concelhios, Grândola 1991 e 2001

Local de residência e Período de referência dos dados	Taxa de crescimento efectivo (%) por Local de residência	Taxa de crescimento natural (%) por Local de residência	Taxa bruta de natalidade e (%) por Local de residência	Taxa bruta de mortalidade e (%) por Local de residência	Índice de envelhecimento (N.º) por Local de residência	Índice de dependência de idosos (N.º) por Local de residência	Índice de longevidade e (N.º) por Local de residência	Índice de renovação da população em idade activa (N.º) por Local de residência
	%	%	%	%	N.º	N.º	N.º	N.º
Grândola 2006	-0,80	-0,71	8,0	15,1	205,3	41,6	47,2	97,7
Grândola 2001	0,40	-0,48	8,6	13,4	200,3	39,5	41,3	100,1

Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região Alentejo, 2006

Como resultado, regista-se um progressivo desequilíbrio das estruturas etárias pois, face ao gradual protagonismo da população idosa, acresce a sub-representação dos grupos em idade activa, traduzindo-se, desde logo, num aumento da população dependente, apesar de se registar, simultaneamente, um decréscimo no quantitativo de jovens.

De facto, tendo por base o conceito do índice de renovação da população em idade activa, e considerando os dados da tabela, pode confirmar-se a actual sub-representação mencionada pois, tendo o índice diminuído, entre 2001-2006, para um valor abaixo de 100, tal significa que a população em idade activa deixou de se renovar.

De facto, a população em idade activa dos 15-64 anos, perdeu importância relativa de 1991 e 2001, sendo de 64,2% e 63,6% respectivamente. Este decréscimo acentuou-se em 2006, tendo passado para 61,8% do total da população.

Dentro da população em idade activa ou adulta, ressaltam duas dinâmicas de evolução paralelas ao longo do tempo: entre 1991 e 2001, tanto na população em idade activa mais jovem (15-24 anos) como na população com idades compreendidas entre os 25 e os 64 anos, aumentou o número de efectivos, enquanto entre 2001 e 2006 esse número diminuiu em ambos os grupos. De realçar, no entanto, que – em valores absolutos –, a variação percentual no grupo 15-24 anos, entre 1991-2001, apesar de positiva (+10,6%), foi comparativamente inferior à variação negativa registada entre 2001-2006 no mesmo grupo (-18,4%). Ou seja, o ganho obtido entre censos mais que se perdeu nos cinco anos seguintes, entre 2001-2006.

Tabela 4 – Variação percentual da população residente, Grândola 1991-2001, 2001-2006

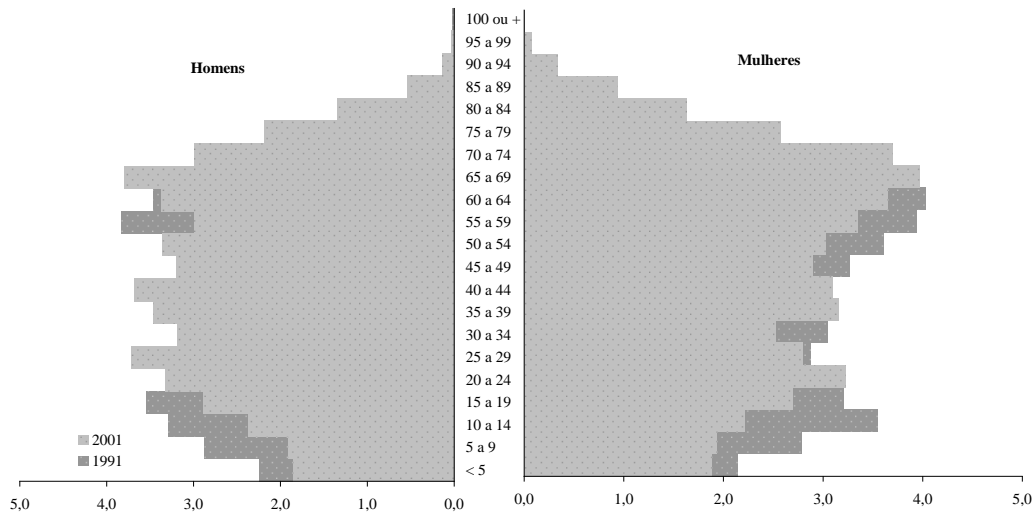
Grupo etário - HM	1991		2001		2006		Variação Percentual	
	Grândola		Grândola		Grândola		Grândola	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	Δ% 1991 - 2001	Δ% 2001 - 2006
Total	13767	100%	14901	100%	14214	100%		
0 a 14 anos	2322	16,9	1810	12,1	1779	12,5	-22,0 %	-1,7%
15 a 64 anos	8836	64,2	9477	63,6	8782	61,8	7,3%	-7,3%
15 a 24 anos	1635	11,9	1808	12,1	1469	10,3	10,6%	-18,4%
25 a 64 anos	7201	52,3	7669	51,5	7313	51,4	6,5%	-4,6%
15 a 44 anos	4953	36,0	5625	37,7	X	X	13,6%	X
45 a 64 anos	3883	28,2	3852	25,9	X	X	-0,8%	X
65 e + anos	2609	19,0	3614	24,3	3653	25,7	38,5%	1,1%
65 a 74 anos	1622	11,8	2154	14,5	1927	13,6	32,8%	-10,5%
75 e + anos	987	7,2	1460	9,8	1726	12,1	47,9%	18,2%
80 e + anos	450	3,3	750	5,0	X	X	66,7%	X

Fonte: INE, Censos 1991 e 2001 e Anuário Estatístico da Região Alentejo, 2006 (tratamento próprio)

Por outro lado, o índice de sustentabilidade potencial é, também ele, confirmador da tendência marcante do envelhecimento da população: se, em 1991, este indicador registava, para o concelho de Grândola, entre 3 e 4 pessoas em idade activa por cada indivíduo idoso, já em 2001 passaram a ser entre 2 e 3 pessoas e, em 2006, a estimativa aproxima-se decididamente das 2 pessoas em idade activa por cada indivíduo idoso.

A pirâmide etária da população concelhia evidencia precisamente o crescendo dos grupos de população mais velha (65 e + anos), sobrepondo-se completamente em 2001 o número de indivíduos destes grupos, relativamente a 1991. Da mesma forma, também os desequilíbrios entre os efectivos masculinos e femininos nas idades avançadas, consequência da desigualdade perante a morte, estão bem marcados no desenho da pirâmide.

Gráfico 4 – Pirâmide Etária 1991 e 2001, Grândola



Fonte: INE, Censos 1991 e 2001 (tratamento próprio)

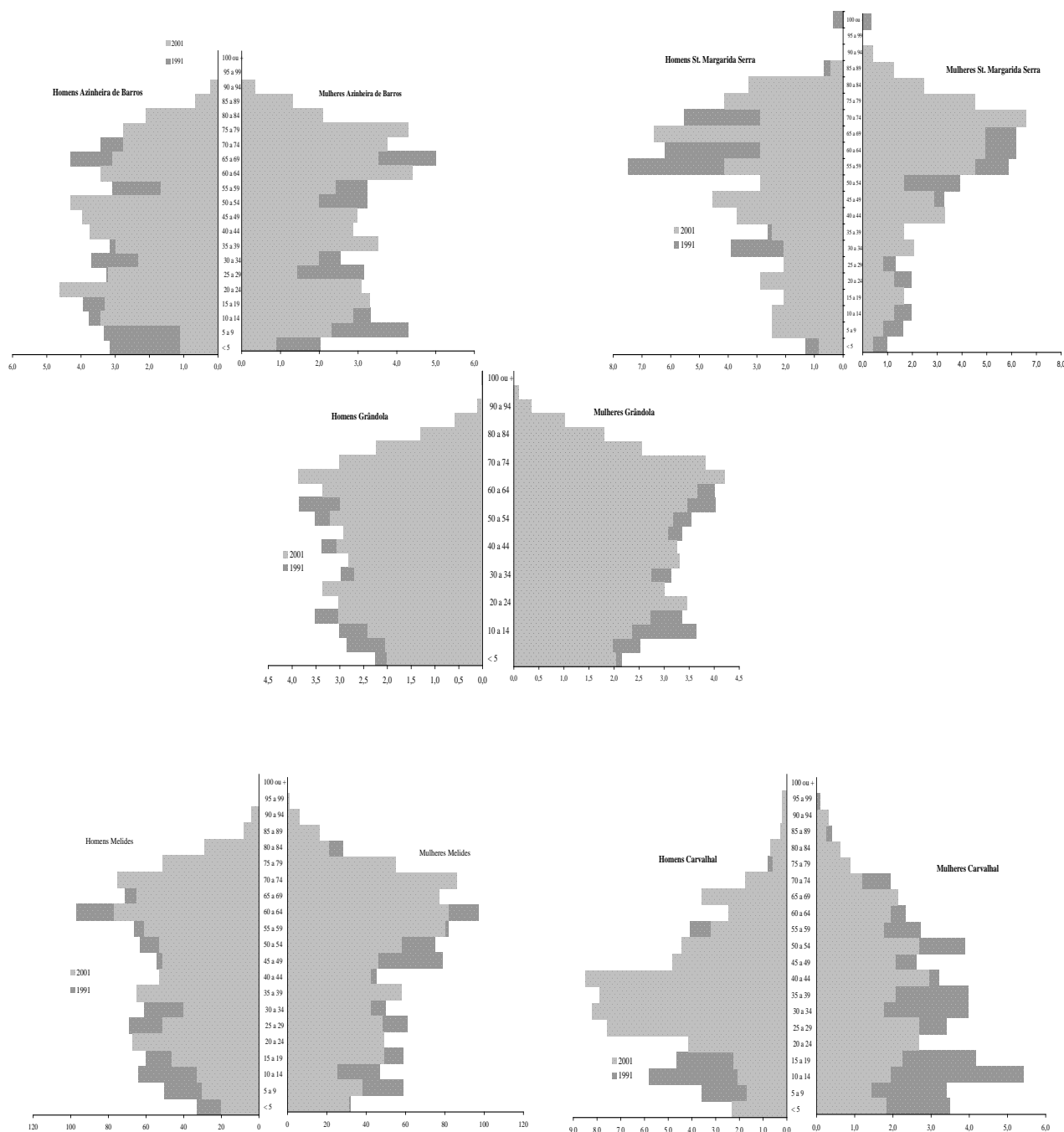
Numa visão conjunta das pirâmides etárias das freguesias do concelho de Grândola sobressai, desde logo, a evidência de um duplo envelhecimento geral: um envelhecimento na base das pirâmides, traduzindo a redução da fecundidade e um envelhecimento no topo das pirâmides, em virtude do acréscimo da esperança de vida média. Separadamente, destacam-se, pelo seu perfil mais desigual, as pirâmides etárias de Santa Margarida da Serra e do Carvalhal.

Na primeira, paralelamente a um marcante envelhecimento populacional, destaca-se uma grande redução no efectivo populacional, que atinge ambos os sexos e se distribui por praticamente todos os grupos etários da estrutura. Por outro lado é interessante verificar que, no grupo de 65-69 anos, em 2001, se registam muito mais homens que mulheres (6,6% H e 4,9% M) e, opostamente, no grupo seguinte, de 70-74 anos, são as mulheres em muito maior número (6,6% M e 2,9% H).

No caso do Carvalhal, o elemento de realce prende-se com um aumento visível da população masculina, destacando marcadamente os grupos etários entre os 20 e os 54 anos. Tal justifica-se devido à incorporação na população residente da freguesia, do efectivo populacional que compõe a população prisional do Estabelecimento Prisional de Pinheiro da Cruz. Por outro lado, esta será a freguesia que se distancia mais do perfil geral. Não só porque apresenta uma base com uma percentagem superior de jovens relativamente às outras freguesias (com excepção da freguesia sede de concelho) mas, principalmente, porque é, de todas, a freguesia que apresenta valores percentuais mais baixos nos grupos

etários mais velhos. Daí que, graficamente, esta é a população que se apresenta com características de menor envelhecimento populacional.

Gráfico 5 – Pirâmides etárias das freguesias do concelho de Grândola, 1991 e 2001

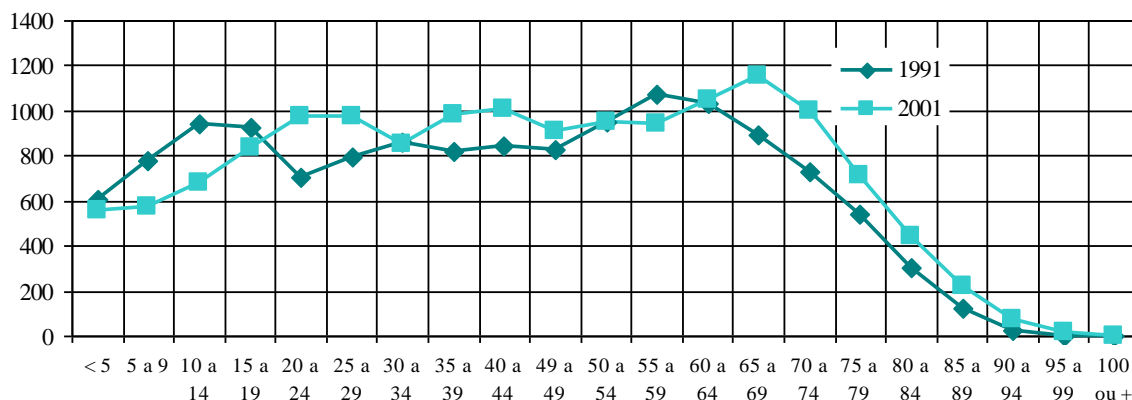


Fonte: INE, Censos 1991 e 2001 (Tratamento próprio)

Entretanto, no concelho, a população idosa, ou seja, igual ou superior a 65 anos, representava 19% da população residente em 1991, posição reforçada pelo aumento contínuo de efectivos, até atingir cerca de 26% em 2006.

Dentro da população idosa, mais de metade dos efectivos situa-se entre os 65-74 anos, mas o valor percentual decresceu entre 1991 e 2006 (62,2% e 52,8%, respectivamente). Em contrapartida, acentua-se o crescimento do grupo com 75 e mais anos que, em 2006, comporta já quase metade da população idosa (registando-se 37,8% em 1991, 40,4% em 2001 e 47,2% em 2006).

Gráfico 6 – Evolução da população residente, Grândola 1991 e 2001



Fonte: INE, Censos 1991 e 2001 (tratamento próprio)

Neste ponto também se reflecte a já mencionada sobremortalidade masculina pois, no âmbito da população idosa (com 65 e mais anos), quer em 1991, quer em 2001 e/ou 2006, se destacam percentagens mais elevadas de mulheres comparativamente aos homens.

Tabela 5 – Distribuição da população dentro do grupo de população idosa

Grupo Etário		65 e +	65 a 74	75 e +	80 e +
Ano	Sexo	%	%	%	%
1991	HM	100,0	62,2	37,8	17,2
	Homens	46,7	30,1	16,6	7,4
	Mulheres	53,3	32,0	21,3	9,9
2001	HM	100,0	59,6	40,4	20,8
	Homens	45,5	28,0	17,5	8,5
	Mulheres	54,5	31,6	22,9	12,3
2006	HM	100,0	*	*	*
	Homens	45,7	*	*	*
	Mulheres	54,3	*	*	*

* Dados não disponíveis

Fonte: INE, Censos 1991 e 2001 (tratamento próprio)

Em síntese, na análise aqui apresentada, a estrutura etária da população concelhia resulta das diferentes evoluções dos movimentos naturais, observados através dos indicadores demográficos calculados para 1991, 2001 e 2006, traduzindo-se numa distribuição dos grupos etários, com um número de pessoas idosas superior ao número de jovens e um crescente sub dimensionamento do grupo de pessoas em idade activa.

▪ **Família e mudança demográfica**

No panorama global do país, os indicadores demográficos revelam, ao nível dos comportamentos, o decréscimo acentuado das taxas de fecundidade, com a consequente diminuição do número de filhos por casal e da média das famílias; o adiamento da idade de nascimento do primeiro filho; o aumento das pessoas a viver sós, das famílias monoparentais, dos casais sem filhos, dos núcleos reconstituídos e das famílias com idosos e só de idosos; entre outros indicadores.

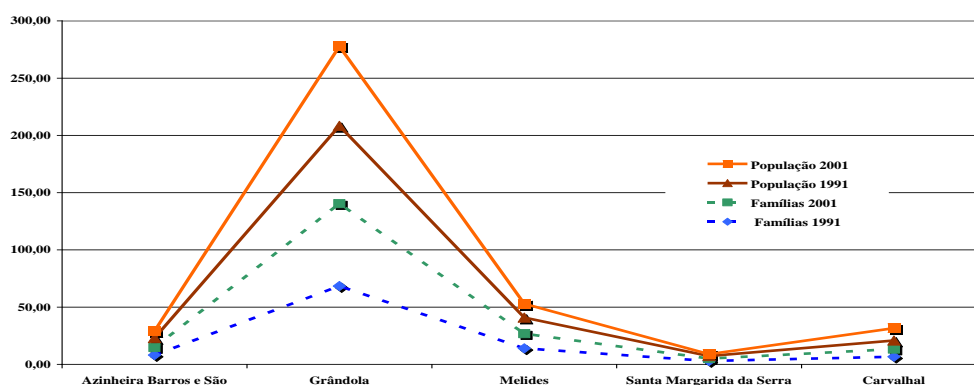
A dinâmica das famílias no concelho de Grândola, que tende a seguir a situação desenhada no país, é aqui traçada com base nos dados disponíveis dos Censos 1991 e 2001.

Famílias Clássicas

Segundo os Censos 2001, tal como no país, também no concelho de Grândola 99,9% das famílias são **famílias clássicas**, ou seja, englobam indivíduos que residem no mesmo alojamento e que têm relações de parentesco entre si, ocupando a totalidade ou parte do alojamento, incluindo a pessoa independente que ocupa uma parte ou a totalidade de uma unidade de alojamento.

Logicamente, no território concelhio, as famílias clássicas distribuem-se de forma coincidente com os níveis populacionais: uma maior concentração de famílias na freguesia sede de concelho (68,3 % em 1991 e 71,9 % em 2001), onde reside a maior percentagem de população concelhia, seguida de Melides; e uma menor concentração nas freguesias com níveis populacionais mais baixos (Santa Margarida da Serra, Azinheira dos Barros e Carvalhal).

Gráfico 7 – Comparação da distribuição da população e famílias pelas freguesias do concelho



Fonte: INE, Censos 1991 e 2001

Entre 1991 e 2001, o número de famílias clássicas no concelho de Grândola passou de 4989 para 5638, traduzindo-se numa variação positiva 13,0%. Comparativamente, esta variação é inferior à da freguesia sede de concelho, que aumentou 19,0% no mesmo período de tempo. Sensivelmente na mesma ordem de grandeza mas com sinal oposto, situa-se a variação da freguesia de Santa margarida da Serra, a que perdeu mais famílias entre censos (-19,2%).

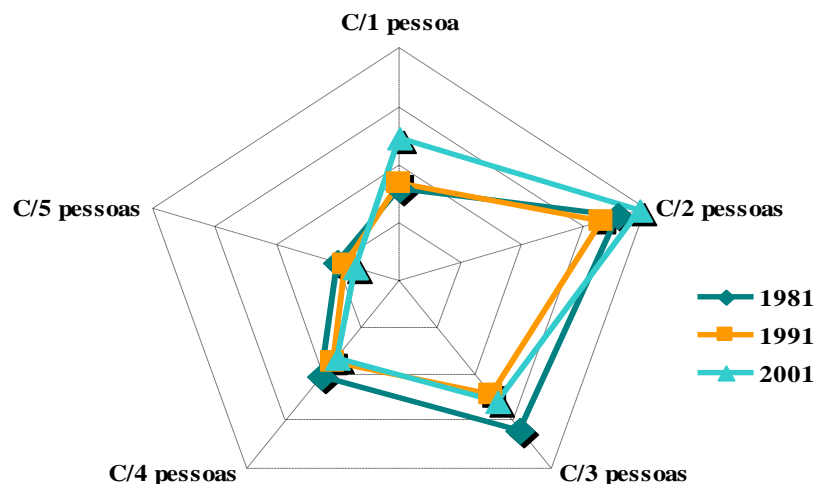
Tabela 6 – Variação do n.º de Famílias clássicas, 1991-2001

Local de residência	Famílias clássicas (N.º) por Local de residência		
	Período de referência dos dados		
	1991	2001	Δ% 1991-2001
	N.º	N.º	%
	a	b	c = (b-a)*100/a
Grândola	4989	5638	13,0
Azinheira Barros e São Mamede do Sádão	403	369	-8,4
Grândola	3409	4057	19,0
Melides	698	721	3,3
Santa Margarida da Serra	146	118	-19,2
Carvalhal	333	373	12,0

Fonte: INE, Censos 1991 e 2001 (tratamento próprio)

Por outro lado, a evolução da dimensão das famílias no concelho acompanhou a tendência global de diminuição da representatividade relativa das famílias de maior dimensão e consequente aumento das famílias de menor dimensão.

Gráfico 8 – Evolução das famílias clássicas, segundo a dimensão, Grândola 1981-2001



Fonte: INE, Censos 1981, 1991 e 2001

A nuclearização⁵ familiar é demonstrada, nomeadamente, pela comparação da representatividade das famílias com mais ou com menos de cinco pessoas. Assim, 9,0% das famílias existentes no concelho de Grândola contavam em 1981 com cinco ou mais elementos. Em 2001, o valor descia para 6,4% de famílias com esse número de elementos. Também a percentagem de famílias com 3 e 4 elementos, diminui entre estes momentos censitários. Opostamente, aumenta o número de famílias com 1 e 2 elementos apenas (de 13,9% para 21,6% e de 31,4% para 34,7%, respectivamente).

Tabela 7 – Distribuição percentual das famílias clássicas segundo a sua dimensão e variação, Grândola, 1981-2001

Concelho Grândola	C/1 pessoas	C/2 pessoas	C/3 pessoas	C/4 pessoas	C/5 pessoas	C/1 pessoas	C/2 pessoas	C/3 pessoas	C/4 pessoas	C/5 pessoas
	%	%	%	%	%	Δ% 1981 - 2001				
1981	13,9	31,4	27,8	17,9	9,0					
1991	16,8	32,9	24,1	17,5	8,7	55,9	10,3	-18,2	-18,6	-28,9
2001	21,6	34,7	22,8	14,6	6,4					

Fonte: INE, Censos 1981, 1991 e 2001

A redução da dimensão das famílias pode ser confirmada através da dimensão média da família, ou seja, da relação entre o número de pessoas nas famílias e o total de famílias

⁵ A tendência global de nuclearização apresenta nuances: enquanto no país, entre 1981 e 2001, se verificou apenas uma diminuição do número de famílias nos escalões de 4 pessoas e 5 pessoas e mais, no Alentejo e Alentejo Litoral, essa diminuição regista-se também no escalão das famílias com 3 pessoas, sendo acompanhada por um grande aumento relativo das famílias de um só pessoa e de um acréscimo das famílias com 2 pessoas

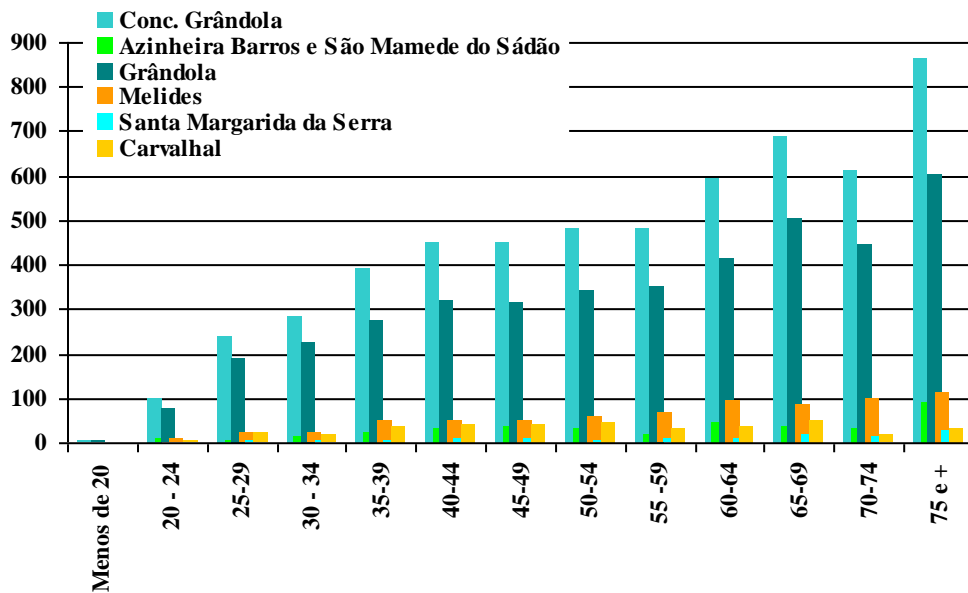
clássicas existentes, bem como pela sua composição, isto é, através da distribuição pelo número de pessoas que a compõe. Assim, verifica-se que a dimensão média das famílias diminuiu, passando de 2,8 pessoas em cada família em 1981 e 1991, para 2,6 em 2001. Por outro lado, a variação percentual calculada entre 1981 e 2001 permite comparar que as perdas no número de famílias com 3, 4 e/ou 5 ou mais elementos (-18,2%, -18,6%, -28,9%), revertem, principalmente, a favor do aumento das famílias com uma só pessoa.

Foi, de facto, este grupo de famílias a que mais cresceu entre aqueles momentos censitários (+55,9%). No entanto, em 2001, a estrutura familiar composta por duas pessoas é maioritária no concelho e em todas as freguesias, com valores entre os 27,6% do Carvalhal e os 45,8% de Santa Margarida da Serra.

Representante da família clássica

Entretanto, a representação gráfica da distribuição percentual das pessoas a viver em família clássica, segundo o grupo etário do representante da família, indicia, desde logo, a panorâmica de envelhecimento que é a realidade do território concelhio.

Gráfico 9 – Distribuição das famílias clássicas segundo o grupo etário do representante, Grândola 2001



Fonte: INE, Censos 2001

O **representante da família** refere-se a um dos membros da família que é designado pelos restantes como tal e reside no alojamento, sendo maior de idade, sempre que possível, e, preferencialmente, seja o titular do alojamento. Em Grândola, tanto no concelho como em qualquer uma das freguesias, no maior número das famílias clássicas, o representante é um idoso ou seja, tem 65 ou mais anos.

Famílias Institucionais

Quanto às **famílias institucionais**, em Grândola, de acordo com os Censos 2001, viviam 687 indivíduos em oito destas famílias, identificadas no concelho. Entende-se por família institucional o conjunto de indivíduos residentes num alojamento colectivo que, independentemente da relação de parentesco entre si, observam uma disciplina comum, são beneficiários dos objectivos de uma instituição e são governados por uma entidade interior ou exterior ao grupo.

De modo empírico, pode dizer-se que as famílias institucionais existentes no concelho se enquadram basicamente em dois tipos de alojamento colectivo: prisional e de apoio social. No primeiro tipo pode fazer-se uma distinção de género, já que o estabelecimento prisional existente no concelho destina-se apenas a residentes do sexo masculino; no segundo tipo de alojamento, sobressai o factor idade, pois os equipamentos sociais existentes no concelho destinam-se predominantemente aos idosos (indivíduos com 65 ou mais anos), que vivem o envelhecimento fora das suas famílias clássicas, de modo institucionalizado. Segundo os dados de 2007, no concelho de Grândola, em cada cem indivíduos com 65 ou mais anos, potencialmente cerca de 5 podem estar integrados em lar de idosos.

Verifica-se então que, em paralelo com a redução da dimensão média das famílias, as alterações ocorridas nas estruturas familiares localizam-se também no domínio das relações pessoais, sociais e económicas e mesmo de natureza afectiva entre os seus membros, particularmente entre as gerações mais novas e as mais idosas. Tal como no panorama global do território nacional, o cuidado das pessoas idosas tem vindo, ao longo das décadas – por via das alterações sociológicas ocorridas no seio da família e das transformações sociais, económicas e culturais registadas –, a “deixar de ser uma obrigação” dos familiares mais directos, passando progressivamente para as instituições de solidariedade social e para as entidades privadas.

Famílias unipessoais

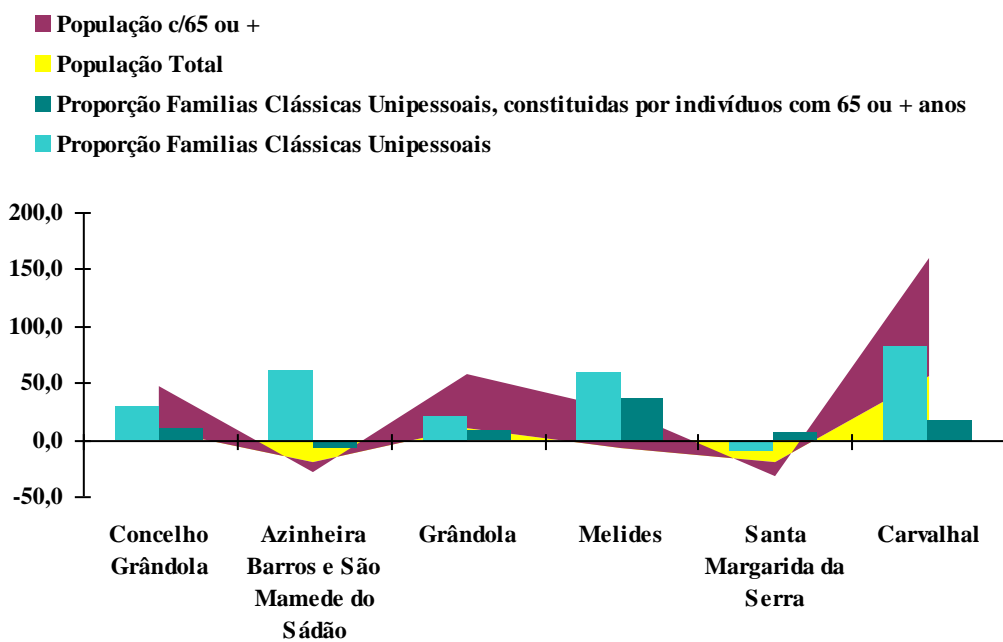
No contexto particular referido, a situação dos idosos com 65 e mais anos de idade, no conjunto das estruturas familiares e as mudanças registadas entre 1991 e 2001, oferece um bom exemplo das tendências futuras. Entre estes momentos censitários, a proporção de famílias clássicas unipessoais no território concelhio passou de 16,8% para 21,6%.

Especificamente, no caso das famílias clássicas unipessoais constituídas por indivíduos com 65 e mais anos, a proporção passou de 58,5% para 64,0%.

Na ilustração seguinte, apresenta-se a evolução entre 1991 e 2001 da população total e do grupo com 65 e mais anos no território concelhio, relacionando-a graficamente com a variação da proporção das famílias clássicas unipessoais e também das famílias unipessoais constituídas por indivíduos com 65 ou mais anos.

Desde logo se realça a disparidade apresentada para Azinheira dos Barros, em que, apesar da diminuição da população total (-20,4%), da população idosa (-8,6%) e da proporção de famílias clássicas unipessoais com indivíduos com 65 e mais anos (-8,3%), é substancialmente alta a variação da proporção de famílias clássicas unipessoais (61,5%), entre 1991 e 2001. Tal significa que o cenário de diminuição dos efectivos populacionais, em todos os grupos etários, é absolutamente confirmado pelo próprio “empobrecimento” das estruturas familiares, tornando-se cada vez mais como regra a perda de elementos no numerário das famílias e o conseqüente aumento das famílias unipessoais.

Gráfico 10 – Evolução da população e da proporção das famílias clássicas unipessoais⁶, 1991-2001



Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região Alentejo, 2006

Em Santa Margarida da Serra o cenário agrava-se ainda mais: as variações negativas são ainda mais elevadas para as populações total e com 65 e mais anos (-20,8% e -11,7%,

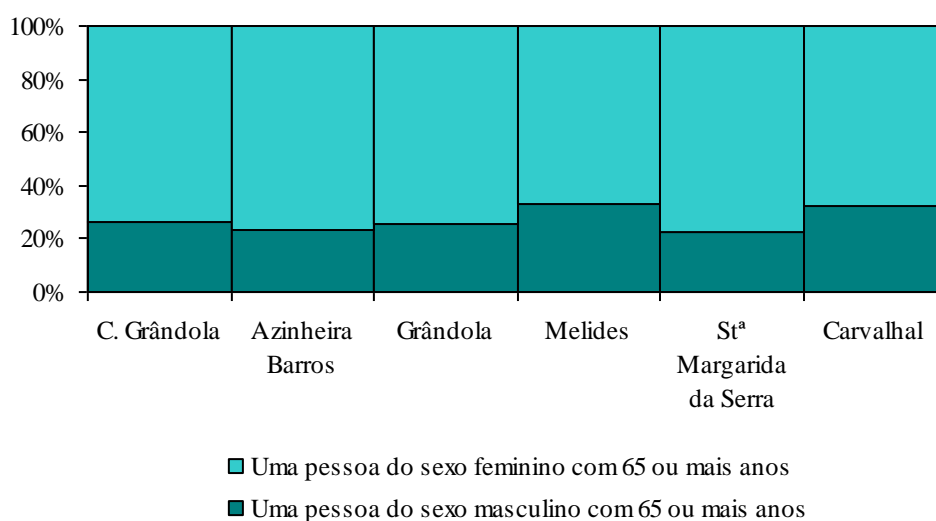
⁶ Saliente-se o facto de o número de famílias unipessoais não ser equivalente ao número de pessoas que vivem sós. Este último obtém-se cruzando o número de pessoas em famílias unipessoais e a residir em alojamentos de uma só pessoa

respectivamente), apresentando-se também negativa a variação da proporção das famílias clássicas unipessoais (-9,2%). O facto de, neste cenário de escassez de população, a proporção de famílias clássicas unipessoais com indivíduos com 65 e mais anos ter sido o único indicador positivo, aumentando em 7,0% entre 1991 e 2001, é revelador não só da progressiva desertificação da freguesia, como do inegável envelhecimento da população que permanece no território. De facto, num universo de 118 famílias clássicas recenseadas em 2001 na freguesia, cerca de 30% são compostas por duas pessoas em que ambas ou pelo menos uma tem 65 ou mais anos.

No outro pólo encontra-se a freguesia do Carvalhal, em que esse valor é de cerca de 15%. Ou seja, proporcionalmente, na freguesia de Santa Margarida registava-se o dobro de famílias compostas por duas pessoas (em que ambas ou pelo menos uma tem 65 ou mais anos), relativamente ao Carvalhal.

Entretanto, a “sobre mortalidade masculina” na população de 65 e mais anos de idade torna-se bem evidente através da análise da proporção de **famílias unipessoais de idosos**, em função do sexo.

Gráfico 11 – Famílias clássicas unipessoais segundo o sexo, no grupo etário dos 65 e + anos, Grândola 2001



Fonte: INE. Censos 2001

Os dados de 2001 evidenciam bem esse fenómeno: a nível concelhio, no total de famílias clássicas, a proporção de famílias unipessoais compostas por uma pessoa do sexo masculino com 65 ou mais anos, é de 3,7%, enquanto do sexo feminino é de 10,2%. O mesmo é dizer que, num total de 780 famílias unipessoais compostas por uma pessoa com 65 ou mais anos, 26,4% são famílias unipessoais compostas por idosos e 73,6% por idosas.

O mesmo tipo de relação de grandeza – muito menos famílias de homens do que de mulheres –, é observado nas freguesias, principalmente nas mais envelhecidas (Azinheira de Barros e Santa Margarida), em que o número famílias unipessoais compostas por mulheres nessa condição ultrapassa o dobro do número das compostas por homens.

A proporção das **famílias clássicas unipessoais**, em 2001 representa 21,6% do total das famílias clássicas do concelho (16,8% em 1991), sendo sobretudo as mulheres a viver em **famílias unipessoais**: 785 famílias de mulheres, contra 433 de homens, representando, respectivamente, 64,4% e 35,6% das famílias clássicas unipessoais. A maior disparidade na distribuição das famílias unipessoais segundo o escalão etário e sexo, regista-se, precisamente, no grupo de famílias compostas por uma pessoa com 65 e mais anos, em que a percentagem de famílias de idosas (47,1%) ultrapassa em muito a dos idosos (16,9%).

Gráfico 12 – Distribuição percentual das famílias unipessoais segundo o escalão etário e sexo, Grândola, 2001



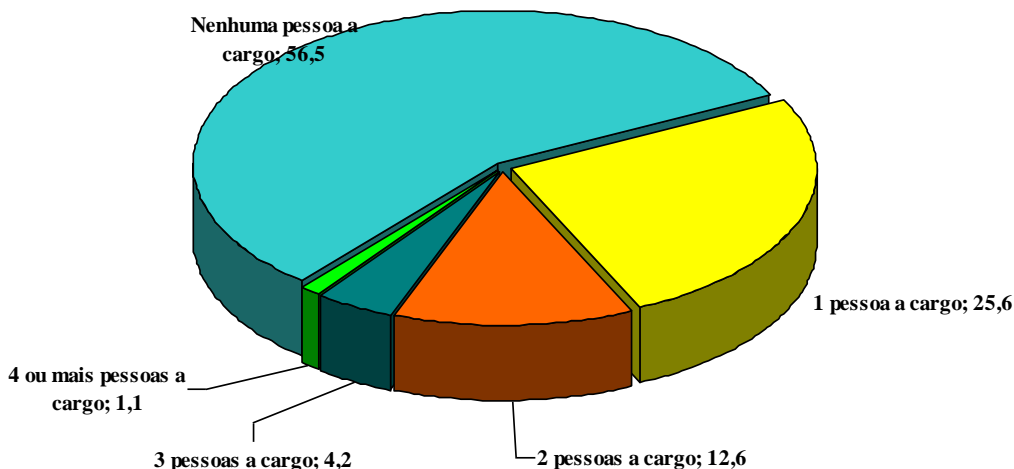
Fonte: INE, Censos 2001

Famílias com pessoas a cargo

Pelo número de pessoas a cargo da família pretende conhecer-se o número de indivíduos residentes numa família clássica cujo principal meio de subsistência (meio de vida) provém de familiares com que residem⁷.

⁷ Incluem-se nesta situação, por exemplo, a dona de casa que só trabalha no lar, filhos menores ou que não trabalhem, quer sejam ou não estudantes, idosos que não recebem pensão nem têm outra fonte de rendimentos, entre outros

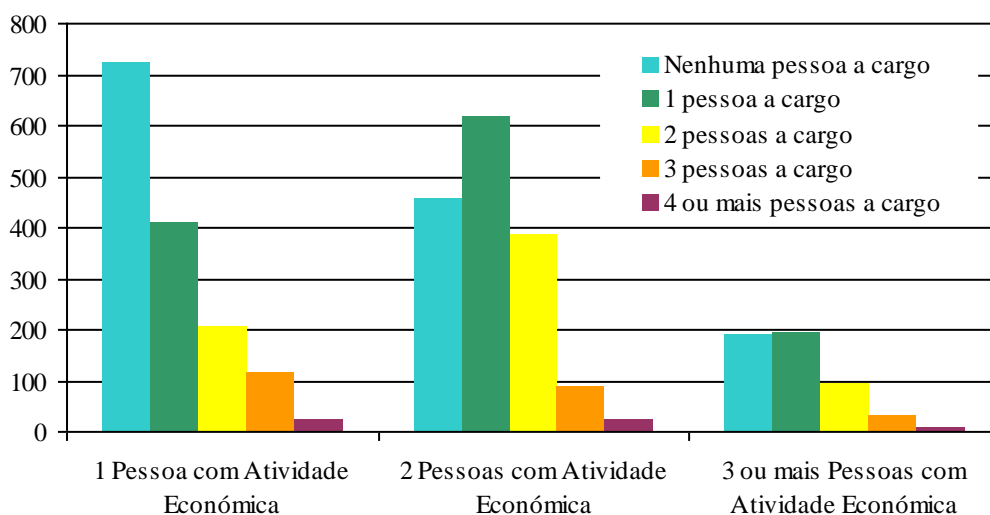
Gráfico 13 – Proporção de famílias clássicas sem e com pessoas a cargo segundo o número (% no total de Famílias clássicas), Grândola 2001



Fonte: INE, Censos 2001

Segundo os Censos 2001, mais de metade das famílias clássicas do território concelhio de Grândola não tem nenhuma pessoa a cargo (56,5%), 25,6% têm uma pessoa a cargo, 12,6%, 4,2% têm 3 pessoas a cargo e 1,1% têm ou mais pessoas a cargo.

Gráfico 14 – Distribuição das famílias segundo o número de pessoas a cargo, perante o número de pessoas na família com actividade económica



Fonte: INE, Censos 2001

Das famílias com uma pessoa a cargo, a maior proporção pertence às famílias em que há duas pessoas com actividade económica, seguidas daquelas em que há apenas uma pessoa com actividade económica e, só depois, as famílias em que há três ou mais pessoas com

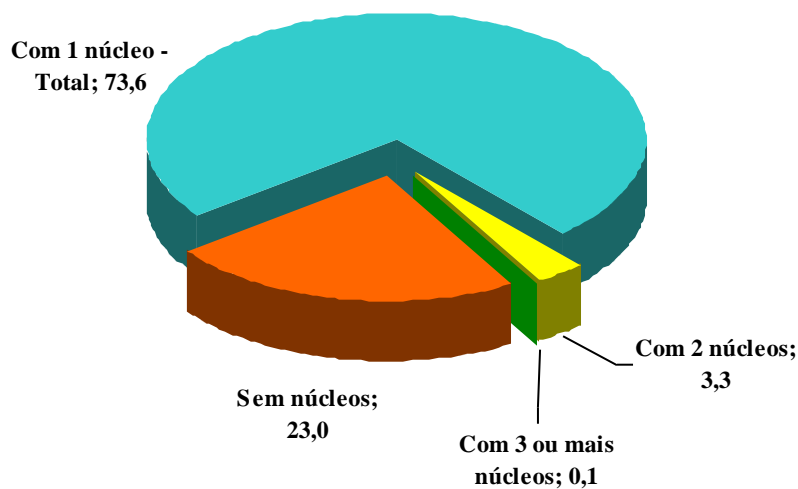
actividade económica. Nas famílias com duas pessoas a cargo predomina as que têm somente uma pessoa com actividade económica.

Núcleos familiares por tipo de núcleo

A partir de 2001, no âmbito do léxico censitário português, passou a considerar-se como núcleo familiar todo o conjunto de indivíduos residentes numa família clássica, entre os quais existe, pelo menos, um dos seguintes tipos de relação: casal com ou sem filho(s) não casado(s), pai ou mãe com filho(s) não casado(s), avós com neto(s) não casado(s) e avô ou avó com neto(s) não casado(s).

A definição de núcleo familiar apoia-se, sobretudo, na tipificação das situações em que duas ou mais pessoas podem constituir um ou mais núcleos dentro de uma família; estas situações são as seguintes: casal sem filhos; casal com filhos, pai com filhos e mãe com filhos.

Gráfico 15 – Distribuição percentual das famílias clássicas quanto ao número de núcleos



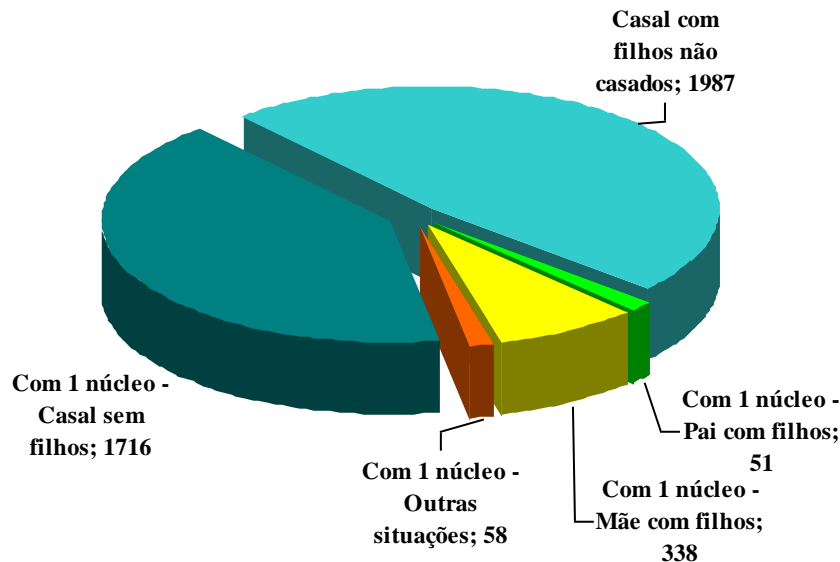
Fonte: INE, Censos 2001

No concelho de Grândola, se observarmos a totalidade dos núcleos familiares segundo o tipo, verifica-se que o tipo de núcleo com maior proporção é o das famílias clássicas com um núcleo (73,6%) seguido das famílias sem núcleo que, em 2001, são 23 em cada cem famílias clássicas.

Entretanto, se for observada a totalidade dos núcleos familiares segundo o tipo, no concelho de Grândola, verifica-se que, no de maior proporção – família com um núcleo –, sobressai o de casal com filhos não casados (35,2%), seguido do casal sem filhos (30,4%).

Por outro lado, no âmbito das famílias monoparentais, verifica-se que a proporção é significativamente mais elevada nas famílias constituídas por mãe com filhos (6%), do que no caso das famílias monoparentais constituídas por pai com filhos (0.9%).

Gráfico 16 – N.º de Famílias Clássicas com 1 núcleo, segundo o tipo de núcleo, Grândola 2001



Fonte: INE, Censos 2001

Ao nível das freguesias as proporções de núcleos monoparentais são mais elevadas em todas as freguesias no caso de mãe com filho(s), comparativamente aos núcleos monoparentais pai com filho(s). Relativamente ao número de famílias monoparentais existentes em cada uma das freguesias, proporcionalmente, Santa Margarida da Serra é a que apresenta uma proporção mais elevada de famílias compostas por mãe e filho(s), 6,8%. No caso das famílias compostas por pai e filho(s), é em Azinheira de Barros que se regista a maior proporção, 1,4%.

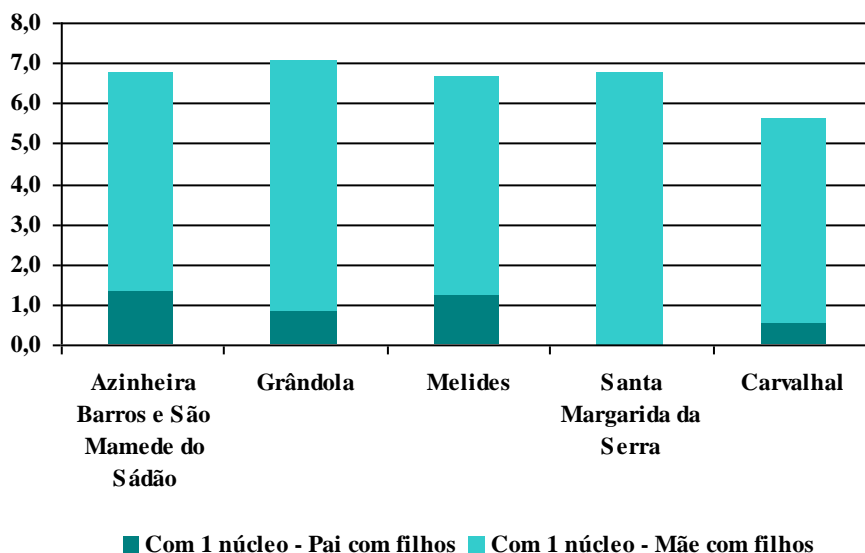
Esta diferença entre os sexos deve-se, em parte, à atribuição da custódia dos filhos à mulher após uma separação ou divórcio, ou a seguir a um nascimento fora do casamento sem coabitação.

Os núcleos familiares *avoengos* têm uma expressão pouco significativa, no total dos núcleos: 0,4% dos núcleos são do tipo avós (ambos) com netos, 0,6% de avós (mulheres) com netos e a proporção de avós com netos é quase nula.

A maioria dos casais do concelho de Grândola tem filhos, independentemente do tipo de conjugalidade existente: contabilizam-se, nos Censos 2001, nas famílias com um núcleo, 35,2% de casais com filhos e 30,4% de casais sem filhos, do total das famílias clássicas.

Entretanto, quer no universo dos casais de direito, quer no universo dos casais de facto, registam-se maior número de casais com filhos (53,3% e 55,3%, respectivamente), do que casais sem filhos (46,7% e 44,7%).

Gráfico 17 – Proporção de núcleos monoparentais de mãe com filho(s) e pai com filho(s) no total de núcleos familiares, 2001



Fonte: INE, Censos 2001

Famílias clássicas segundo a condição perante a actividade económica do representante

Genericamente, da relação entre a família e a actividade económica dos seus representantes ou dos seus membros podem resultar situações de precariedade económica e social, que se associam muitas vezes a alguns tipos de composição familiar, como sejam as famílias unipessoais, os núcleos familiares monoparentais e os avoengos. Por outro lado, alguns fenómenos demográficos, tais como o envelhecimento da população e o aumento da esperança de vida, ficam associados ao aumento de famílias unipessoais e dos núcleos dos avoengos⁸.

Como já foi referido, à data da realização dos Censos 2001 existiam em Grândola 5.638 famílias clássicas, tendo mais de metade (52,0%) representantes economicamente activos, ficando este valor aquém do valor da sub-região (56,2%) e ainda mais do valor nacional (61,8%).

⁸ (CAMPOS, 2003)

Tabela 8 – Famílias clássicas, segundo a condição perante a actividade económica dos representantes, 2001

Zona Geográfica	Total	Com actividade económica		Sem actividade económica	
		Total	%	Total	%
Alentejo Litoral	38.212	21.465	56,2	16.747	43,8
Grândola	5.638	2.930	52,0	2.708	48,0

Fonte: INE, Censos 2001

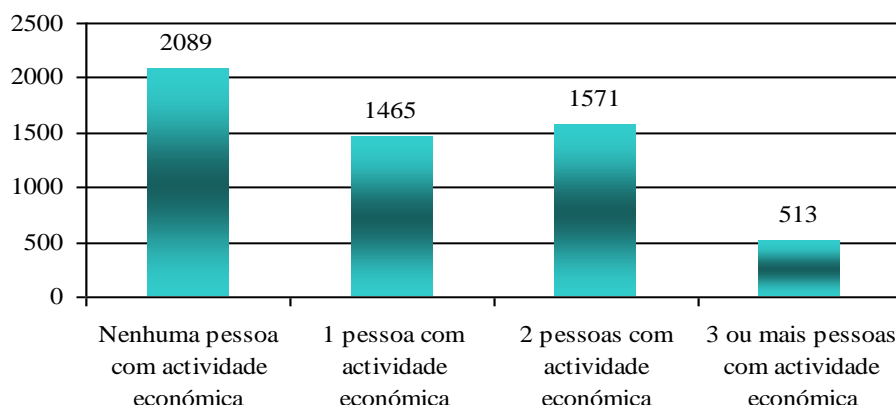
No total das famílias com actividade económica, 94,8% são famílias com o representante empregado, contra 5,2% de famílias em que o representante se encontra desempregado (representando 49,3% e 2,7%, respectivamente, de um total de famílias clássicas do concelho). Ou seja, 2.777 famílias clássicas têm, em 2001, representantes empregados e 153 têm representantes desempregados.

Os valores de inactividade são, entretanto, muito elevados (48%), visto traduzirem que perto de metade dos representantes das famílias clássicas fazem parte do grupo sem actividade económica. Os representantes das famílias em situação de inactividade são maioritariamente reformados (84,1% das famílias sem actividade económica; 40,4% do total das famílias clássicas), sendo que os representantes homens surgem sempre em maior número que os representantes mulheres. Em situação oposta, as menores percentagens reportam-se aos estudantes (0,15% das famílias sem actividade económica; 0,07% do total das famílias clássicas), o que reforça, mais uma vez, a perspectiva de envelhecimento demográfico patente no concelho, em que o índice de envelhecimento, como foi anteriormente referido, em 2001 ultrapassa já os 200 idosos por cada 100 jovens.

Na distribuição do número de famílias clássicas, constata-se que o grupo mais volumoso engloba as famílias em que nenhuma pessoa exerce uma actividade económica. Empiricamente, pode dizer-se que deste grupo faz parte a população sem actividade económica: estudantes, domésticos, reformados, incapacitados permanentes para o trabalho e outros. O facto de o maior número de famílias clássicas (2089) não comportar nenhum elemento com actividade económica, evidencia que, numa grossa fatia das famílias, o representante é um idoso(a) reformado(a)⁹.

⁹ Efectivamente, os dados estatísticos comprovam que no universo das 5638 famílias clássicas concelhias, 1497 têm uma pessoa com 65 ou mais anos, 930 famílias com duas pessoas e 25 famílias com três ou mais pessoas com 65 ou mais anos. São 780 as famílias compostas por uma só pessoa com 65 ou mais anos, 749 com duas e 16 com três.

Gráfico 18 – Número de famílias com actividade económica, por número de pessoas com actividade



Fonte: INE, Censos 2001

De seguida posiciona-se o grupo das famílias clássicas em que há duas pessoas com actividade económica (1571), em que poderão ser englobados, eventualmente, os núcleos familiares de casais com filhos não casados e/ou os núcleos familiares de casais sem filhos, em que ambos os membros do casal exercem uma actividade económica e estão empregados.

Em jeito de conclusão, pode dizer-se que, paralelamente à constatação inquestionável do envelhecimento da população concelhia, as principais evoluções da família acompanham a tendência registada a nível nacional: o aumento das famílias clássicas, em muito devido ao aumento do número de famílias de menor dimensão, ao incremento das famílias unipessoais e monoparentais, particularmente de mães com filhos; a redução da dimensão da família; e o aumento das famílias clássicas só de idosos. Por outro lado, verifica-se uma maior representatividade dos núcleos familiares conjugais com filhos, do que sem filhos.

DEMOGRAFIA – SÍNTESE

Como síntese da área temática **Demografia** destacam-se os seguintes pontos:

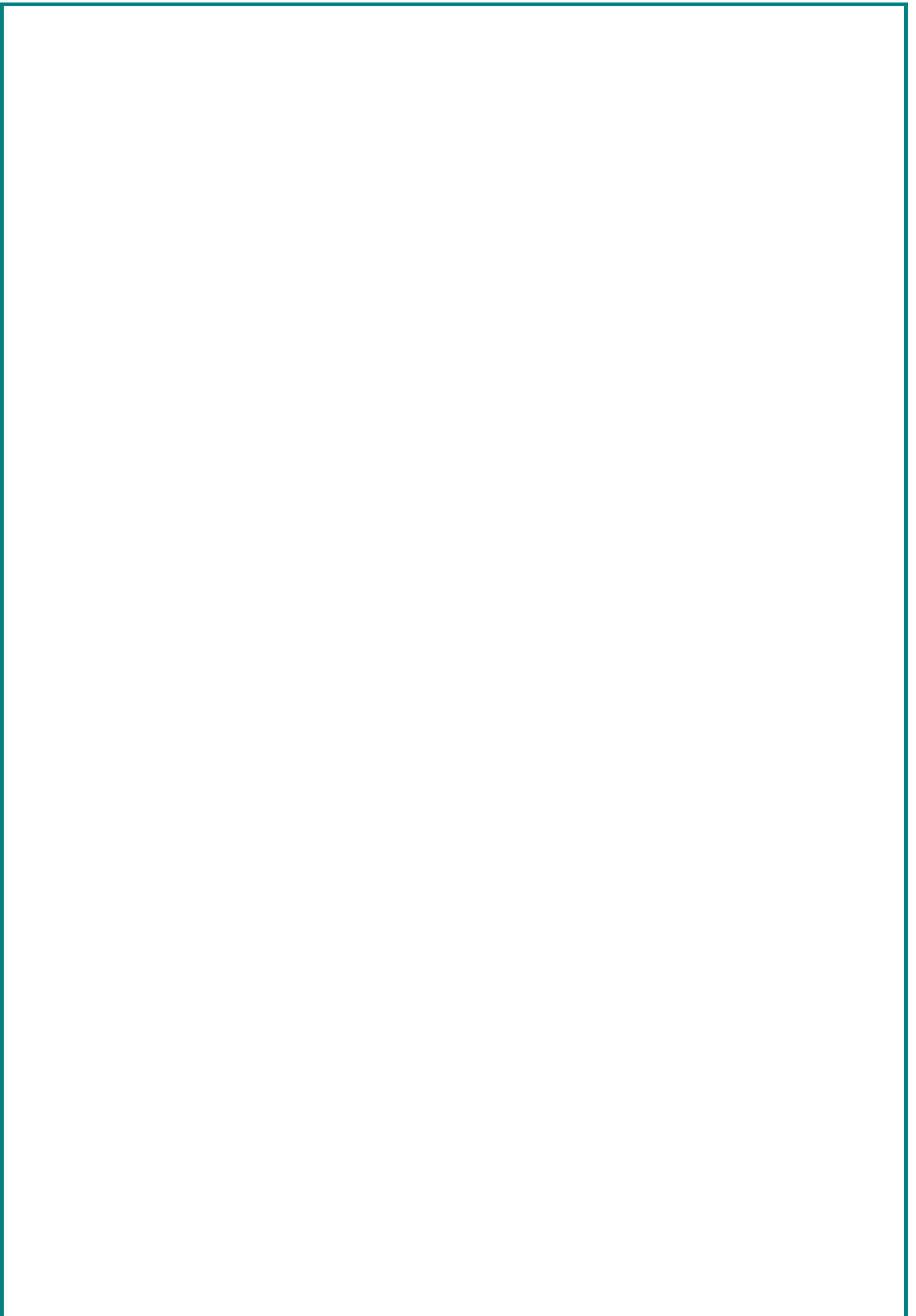
- A caracterização populacional apresentada tem por base os dados estatísticos possíveis/disponíveis neste período entre censos, recorrendo-se principalmente à informação dos Anuários Estatísticos da Região Alentejo até 2006, por comparação com a dos Censos 2001;
- O concelho de Grândola insere-se na NUT III Alentejo Litoral, sub-região de reduzida densidade populacional (18,2 habitantes/km²), com uma população que representa apenas 1% da população de Portugal Continental (96.787 habitantes em 31/12/2006);
- No território concelhio, a densidade populacional é mais fraca (17,6 habitantes/km²), acentuando-se a tendência para a rarefação da população isolada ou a viver em pequenos aglomerados e, simultaneamente, uma concentração no maior aglomerado, que é a sede de concelho;
- O envelhecimento demográfico tem vindo a acentuar-se, traduzindo-se num aumento da proporção de população idosa na população total, em detrimento da população jovem e/ou em idade activa¹⁰;
- Acentua-se a dinâmica populacional recessiva, associada a um progressivo desequilíbrio das estruturas etárias;
- Nas famílias clássicas, a mudança demográfica tem por base um panorama geral de decréscimo das taxas de fecundidade, de diminuição do nº de filhos p/casal, de adiamento do nascimento do 1º filho, de aumento do nº pessoas a viver sós, das famílias monoparentais, dos casais sem filhos, das famílias c/ou só de idosos...;
- Regista-se a tendência para a diminuição da representatividade relativa das famílias clássicas de maior dimensão e conseqüente aumento das famílias de menor dimensão;

¹⁰ Já em 2006 o índice de envelhecimento ultrapassava os 205 idosos por cada 100 jovens e o índice de longevidade apontava para 47% idosos com mais de 75 anos no total da população com 65 e mais anos.

- O número de famílias em que o representante é um idoso (com 65 e + anos) tende a ser cada vez maior, o que indicia claramente a panorâmica de envelhecimento prevalecente no território concelhio;
- As alterações ocorridas nas estruturas familiares repercutem-se cada vez mais numa progressiva institucionalização do cuidado das pessoas idosas;
- O aumento progressivo do número de famílias clássicas unipessoais destaca-se principalmente no grupo de indivíduos com 65 e mais anos, sobressaindo um número muito mais elevado de famílias unipessoais de idosas do que de idosos;
- Das famílias clássicas, mais de metade não têm nenhuma pessoa a cargo e o número de famílias vai diminuindo consoante o número de pessoas a cargo vai aumentando;
- Predomina uma maior proporção de famílias clássicas com um núcleo, em que sobressai o casal com filhos não casado, seguido do casal sem filhos;
- Nos núcleos monoparentais, regista-se uma maior proporção de mãe com filho(s) do que pai com filho (s);
- Na sua maior percentagem as famílias clássicas têm um representante economicamente activo. Contudo, registam-se também valores elevados de inactividade (quase metade) entre os representantes das famílias, que são maioritariamente reformados e do sexo masculino;

Identificação dos Problemas	Projectos/Soluções
<p><u>Caracterização populacional</u></p> <ul style="list-style-type: none"> ◦ Fraca densidade populacional; ◦ Aumento da rarefacção da população isolada ou a viver em pequenos aglomerados e, simultaneamente, concentração no maior aglomerado, que é a sede de concelho; ◦ Dinâmica populacional recessiva / progressivo desequilíbrio das estruturas etárias / sub representação dos grupos em idade activa; ◦ Envelhecimento demográfico / Redução da população jovem; <p><u>Família e mudança demográfica</u></p> <ul style="list-style-type: none"> ◦ Nuclearização das famílias: redução da dimensão das famílias / aumento do número de famílias de menor dimensão; ◦ “Empobrecimento” das estruturas familiares devido ao aumento do número de famílias unipessoais, sobretudo de idosos (principalmente mulheres, devido à “sobre mortalidade” masculina); ◦ Progressiva / crescente institucionalização do cuidado das pessoas idosas, consequência das alterações ocorridas nas estruturas familiares; ◦ Valores elevados de inactividade entre os representantes das famílias (quase 50%), que são maioritariamente reformados e do sexo masculino; 	

ACTIVIDADES ECONÓMICAS E TURISMO



ACTIVIDADES ECONÓMICAS

▪ As Actividades Económicas no concelho de Grândola

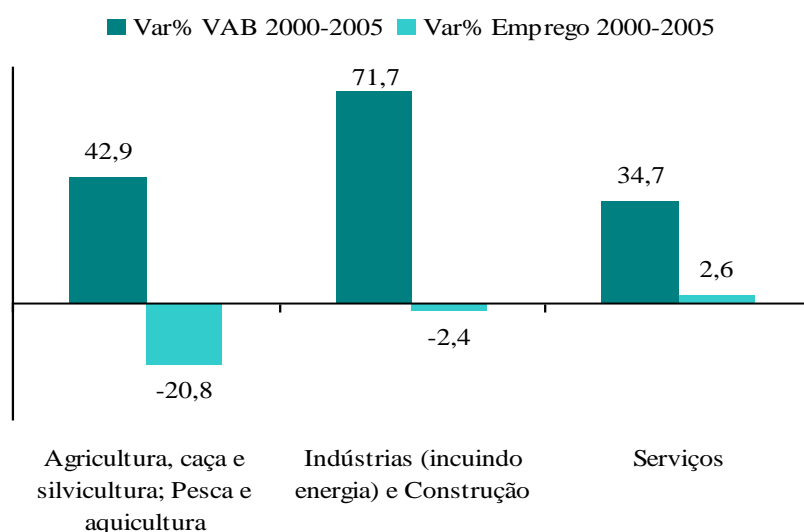
Panorama das actividades económicas no Alentejo Litoral – alguns indicadores

Como já foi referido, o sistema estatístico nacional carece de dados actualizados no período entre censos, factor impeditivo de uma análise mais particularizada dos indicadores que interessariam estudar. Assim, para começar, recorre-se aqui a alguns dados – limitados às NUTS III – das contas regionais, publicados nos Anuários, para contextualizar quanto à actividade económica o panorama sub-regional em que o município de Grândola de insere.

Numa leitura não pormenorizada da evolução do VAB, entre 2000 e 2004, as actividades económicas revelam genericamente um desempenho positivo no Alentejo Litoral em todos os ramos, com particular incidência no secundário (para o qual o sector da construção terá contribuído significativamente).

Opostamente, o emprego apresenta uma evolução do desempenho francamente negativa, principalmente no sector primário, só tendo registado desempenho positivo nos serviços, não compensando, porém, a perda de emprego nos outros sectores.

Gráfico 19 – Variação percentual 2000-2004 do VAB a preços de base e do emprego, no Alentejo Litoral, por actividade económica



Fonte: INE, Anuários Estatísticos do Alentejo, 2003, 2004 e 2006

Entretanto, os valores mais recentes conseguidos para uma análise mais actualizada são os do VAB das empresas da NUT III e referem-se a 2004 e 2005.

A evolução dos valores do quadro seguinte traduz que neste período específico a actividade económica, por este indicador, terá registado uma melhoria de 27,4%, estando por detrás desta evolução o desempenho positivo de diversos sectores, como a educação (francamente positivo), a indústria transformadora e/ou os transportes, armazenagem e comunicações. Algumas das actividades económicas apresentam desempenhos negativos, destacando-se as indústrias extractivas (-27,8%) e a produção e distribuição de electricidade, gás e água (-18,8%).

Tabela 9 – Variação do VAB das empresas do Alentejo Litoral, por actividade económica, 2004-2005

Evolução do Valor Acrescentado Bruto (€) das Empresas do Alentejo Litoral, por Actividade económica			
Alentejo Litoral	2004	2005	Δ% 04/05
Actividade Económica	€		%
Total	345.188.805	439.876.235	27,4
Pesca	6.811.982	6.591.431	-3,2
Indústrias Extractivas	1.966.572	1.419.081	-27,8
Indústrias Transformadoras	108.781.396	168.080.956	54,5
Produção e distribuição de electricidade, gás e água	10.409.818	8.451.458	-18,8
Construção	42.335.540	51.674.837	22,1
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis, motociclos e de bens de uso pessoal e doméstico	65.165.771	65.035.391	-0,2
Alojamento e restauração (restaurantes e similares)	21.358.344	20.378.814	-4,6
Transportes, armazenagem e comunicações	45.148.586	68.631.410	52,0
Actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas	33.285.137	37.684.529	13,2
Educação	84.801	659.597	677,8
Saúde e acção social	6.179.948	7.025.363	13,7
Outras actividades de serviços colectivos, sociais e pessoais	3.660.910	4.243.368	15,9

Fonte: INE, Contas Regionais (dados obtidos em <http://www.ine.pt>)

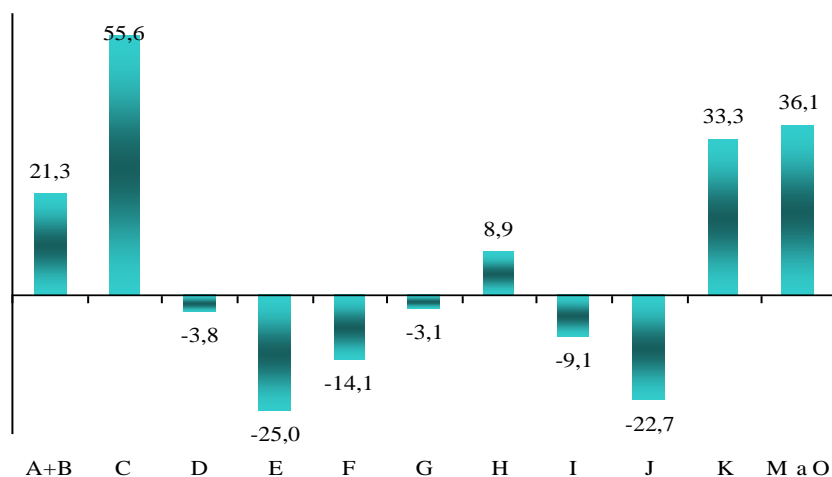
Muito embora o período de tempo dos dados apresentados não permita traçar uma tendência evolutiva mais assertiva do panorama económico do Alentejo Litoral, permite,

no entanto, identificar a orientação de alguns sectores, o que se confirmará igualmente ao nível do município nos dados à frente apresentados.

Assim, são as empresas com actividades económicas localizadas no sector terciário que melhor desempenho apresentam, contribuindo decididamente para o saldo positivo do VAB das empresas neste período de tempo no Alentejo Litoral. Este cenário de terciarização identifica-se igualmente ao nível do concelho de Grândola conforme poderá comprovar-se através dos valores dos indicadores recolhidos a esse nível.

Quanto à evolução do número de empresas em actividade, com sede no Alentejo Litoral, no período de 2003 a 2006 registou-se no total um crescimento de 5,6%, valor calculado a partir dos contributos positivos e negativos sub-sectoriais identificados no gráfico.

Gráfico 20 – Evolução do nº de empresas em actividade com sede no Alentejo Litoral, 2003-2006



Fonte: INE – Anuários da Região Alentejo

Tanto a análise global positiva, como a análise sub-sectorial da evolução do número de empresas permitem considerar que neste período se manifesta algum dinamismo económico na sub-região, com particular incidência nos sub-sectores A, C, K e M a O que, como se verá de seguida, manifestam a mesma tendência ao nível do município de Grândola.

Veja-se então o panorama das actividades económicas a nível concelhio.

A caracterização da actividade económica no concelho foi realizada tendo como fonte os Anuários Estatísticos da Região Alentejo – Instituto Nacional de Estatística – utilizando-se a informação considerada mais relevante para o efeito.

Tabela 10 – Indicadores das empresas por Município, 2005 e 2006

Unidade: %							
	Proporção de emprego em sociedades anónimas	Proporção de emprego em sociedades maioritariamente estrangeiras	Proporção de emprego dos serviços em serviços intensivos em conhecimento	Proporção de emprego total em actividades TIC (tecnologias de informação e comunicação)	Proporção de emprego da indústria transformadora em indústrias de média e alta tecnologia	Taxa de constituição de sociedades	Taxa de dissolução de sociedades
	2005				2006		
Portugal	31	6,6	41	3,1	18	6,3	2,2
Continente	31	6,8	42	3,2	18	6,4	2,2
Alentejo	21	5,0	31	1,7	20	5,9	2,0
Alentejo Litoral	14	7,4	35	0,5	26	5,5	2,3
Grândola	13	0,4	32	0,7	10	8,1	2,0

Fonte: INE – Anuário Região Alentejo 2006

Na análise da tabela anterior pode verificar-se que em Grândola, no ano de 2006, ocorreu uma taxa de dissolução de sociedades de 2%, tendo ocorrido uma taxa de constituição de sociedades de 8,1%. Contudo, esta taxa foi superior no concelho em relação ao Alentejo Litoral, onde foi apenas de 5,5%, o que significa que nos restantes concelhos do Litoral a taxa foi inferior. Pode ainda constatar-se que se registou uma taxa superior em relação ao País (6,3%), o que será indício de algum crescimento do sector económico, em Grândola.

Tabela 11 – Indicadores das empresas por Município, 2005 e 2006

	Densidade de estabelecimentos	Proporção de estabelecimentos com menos de 10 pessoas ao serviço	Proporção de pessoas ao serviço em estabelecimentos cuja sede se situa no município		Pessoal ao serviço por estabelecimento
	N.º/Km ²		%		N.º
	2005		2004	2005	
Portugal	5,0	88	87	87	6,3
Continente	5,0	88	87	87	6,3
Alentejo	0,9	90	83	83	5,2
Alentejo Litoral	0,6	90	82	83	5,2
Grândola	0,7	94	84	86	3,6

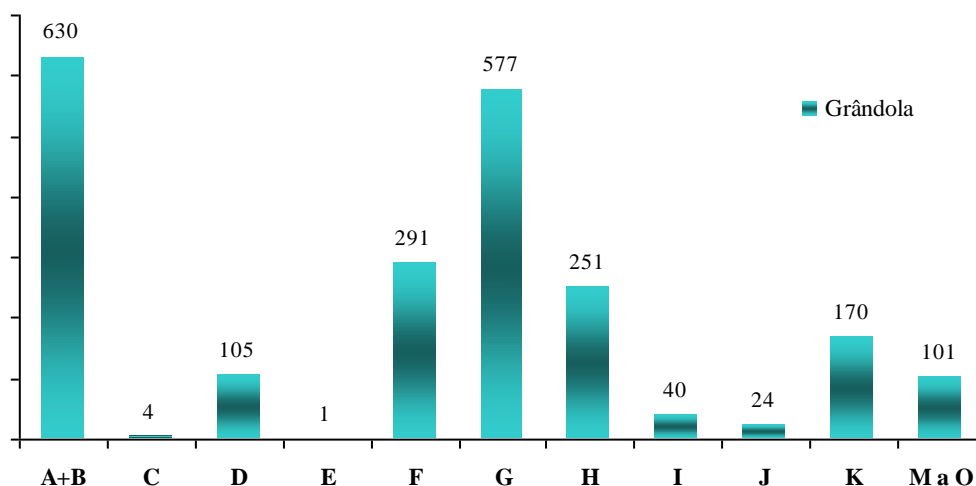
Fonte: INE – Anuário Estatístico Região Alentejo 2006

Em 2005 no concelho existiam entre 3 a 4 pessoas ao serviço por estabelecimento, enquanto que no Alentejo Litoral existiam cerca de 5 pessoas. Quanto à densidade de estabelecimentos, existiam 0,7 por Km² no território concelhio, também no ano de 2005.

Empresas no município de Grândola, segundo a CAE

No concelho de Grândola contabilizavam-se, a 31 de Dezembro de 2006, 2194 empresas, encontrando-se subdivididas nas diversas secções da CAE – Classificação Portuguesa de Actividades Económicas.

Gráfico 21 – Empresas por Município da Sede (Grândola), segundo a CAE¹¹ Rev. 2.1, 31 de Dezembro 2006



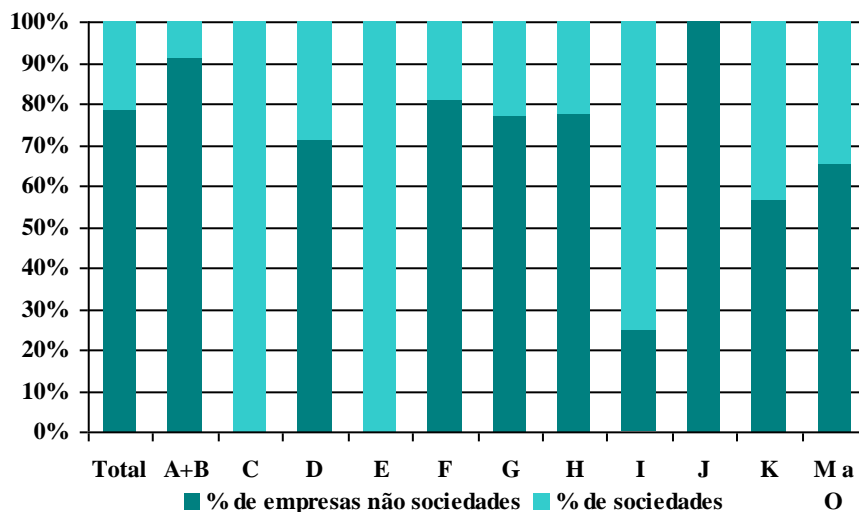
Fonte: Tabela A.1 em Anexos (tratamento próprio)

A secção A+B apresentava o maior número de registos de empresas (630), representando o sector da agricultura e das pescas. Neste sector, o trabalho agrícola é predominantemente de origem familiar, tendo como culturas principais o arroz, as culturas hortícolas e o olival. A secção G (Comércio) também é bastante representativa no concelho, com o registo de 577 empresas, que representam cerca de 25% da totalidade de empresas.

As secções F (Construção) e H (Alojamento e Restauração) registavam também um número significativo no Concelho no ano de 2006. Contudo, prevê-se que exista um crescimento nestes dois sectores, devido à implementação de projectos turísticos em Grândola, o que leva a um aumento do número de camas, de postos de trabalho e consequentemente a um maior investimento na Região.

¹¹ **Legenda:** Secção A+B – Agricultura e Pescas; Secção C – Indústrias Extractivas; Secção D – Indústrias Transformadoras; Secção E – Produção e distribuição de electricidade, gás e água; Secção F – Construção; Secção G – Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis, motociclos e de bens de uso pessoal e doméstico; Secção H – Alojamento e restauração; Secção I – Transportes, armazenagem e comunicações; Secção J – Actividades Financeiras; Secção K – Actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas; Secção M a O – Educação/Saúde e Acção Social/ Outras Actividades de Serviços Colectivos, Sociais e Pessoais

Gráfico 22 – Percentagem de empresas por tipo, Grândola 2006



Fonte: Tabelas A.1 e A.3 em Anexos (tratamento próprio)

No universo total das 2194 empresas registadas em 31 de Dezembro de 2006 com sede no município de Grândola, apenas 21,5% eram sociedades (471), o que significa que a maioria de empresas (78,5%) do Concelho são empresários em nome individual (1723).

Isto é mais visível na secção A+B que, muito embora detenha o maior número de empresas no total registado (630 em 2194), apenas 8,7% das empresas desta secção são sociedades. Ou seja, 91,3% das empresas da secção de agricultura e pescas é composta por empresários em nome individual.

Na secção G (Comércio por grosso e a retalho) é onde se regista o maior número de sociedades (131), representando 6% do total das empresas.

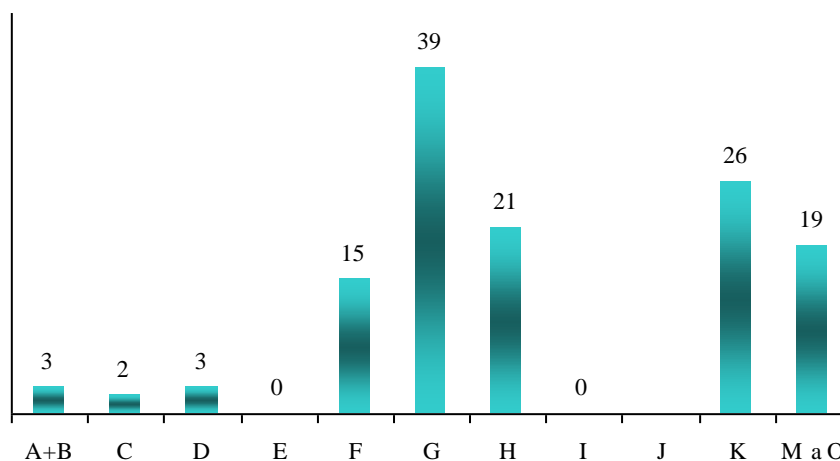
Nas secções C (Indústrias extractivas) e E (Produção e distribuição de electricidade), todas as empresas são sociedades, ao contrário da secção J (Actividades financeiras) em que, das 24 empresas com sede no município de Grândola, nenhuma o é.

No universo das 471 sociedades registadas, a maior percentagem (27,8%) está na secção G (Comércio por grosso e a retalho), seguida da secção K (Actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas) com 15,7% e secções F (Construção) A+B com 11,7% cada.

Entretanto, a evolução do número de sociedades entre 2003 e 2006 permite contabilizar um acréscimo de 128 sociedades registadas no município, verificando-se o maior aumento no comércio (secção G - 39 sociedades mais), seguida da secção das actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas (K - 26) e 19 sociedades mais na secção M-O

(Educação/Saúde e Acção Social/ Outras Actividades de Serviços Colectivos, Sociais e Pessoais).

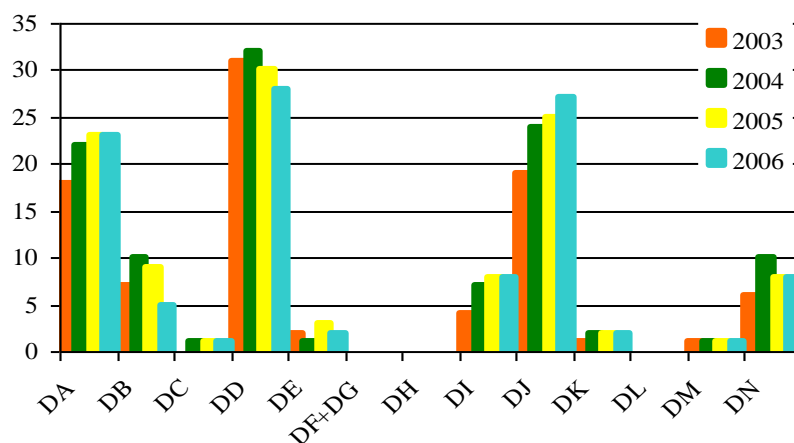
Gráfico 23 – Evolução 2003-2006 no número de sociedades por Município da sede (Grândola), segundo a CAE – Rev.2.1



Fonte: INE, Anuários Região Alentejo

As Empresas da Indústria Transformadora no município de Grândola

Gráfico 24 – Evolução do n.º de empresas por Município da Sede (Grândola), segundo a CAE¹² – Rev. 2.1, 31 de Dezembro 2006



Fonte: Anuários Estatístico Região Alentejo, 2003 a 2006 (tratamento próprio)

¹² **Legenda:** Secção DA – Indústrias alimentares, das bebidas e do tabaco; Secção DB – Indústria Têxtil; Secção DC – Indústria de couro de produtos de Couro; Secção DD – Indústrias da madeira e cortiça e suas obras; Secção DE – Indústria de pasta, de papel e cartão e seus artigos; edição e impressão; Secção DF+DG – Fabricação de coque, produtos petrolíferos refinados e combustível nuclear/ Fabricação de produtos químicos e de fibras sintéticas ou artificiais; Secção DH – Fabricação de artigos de borracha e de matérias plásticas; Secção DI – fabricação de outros produtos minerais não metálicos; Secção DJ – Indústrias metalúrgicas de base e de produtos metálicos; Secção DK – fabricação de máquinas e de equipamentos, n.e; Secção DL – Fabricação de equipamento eléctrico e de óptica; Secção DM – Fabricação de material de transporte; Secção DN – Indústrias transformadoras, n.e.

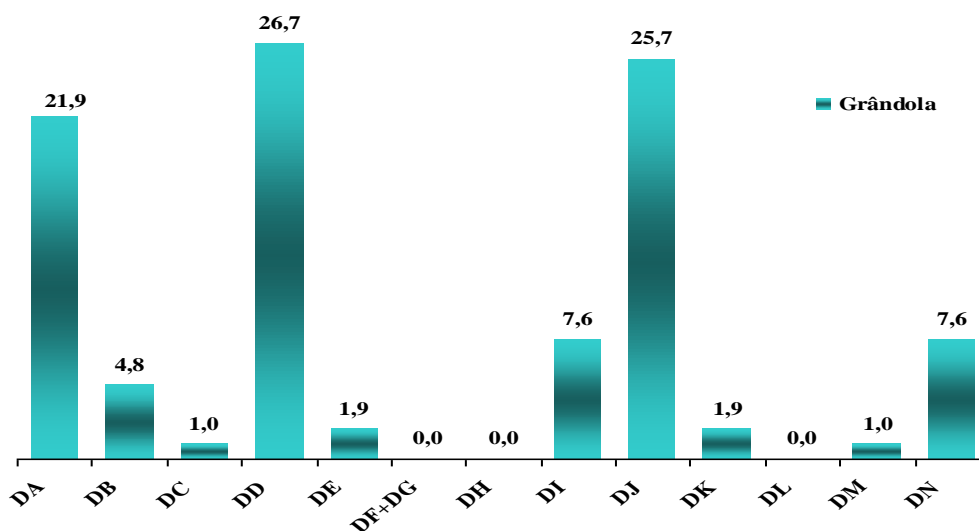
No que se refere às Empresas da Indústria Transformadora, a evolução permite verificar que em 2004 e 2005 há um maior número de empresas registadas (110), destacando-se principalmente as das secções DD (Indústrias da madeira e cortiça e suas obras), DJ (Indústrias metalúrgicas de base e de produtos metálicos) e DA (Indústrias alimentares, das bebidas e do tabaco).

Verifica-se também que em todas as secções diminuiu o número de empresas registadas de 2005 para 2006, com excepção das enquadradas nas indústrias metalúrgicas de base e de produtos metálicos, que passaram de 25 para 27 empresas registadas.

Relativamente a 2006, o concelho de Grândola registava 105 empresas da indústria transformadora, correspondentes a 15,2% do total do Alentejo Litoral. Esta unidade territorial, por sua vez, contava com um total de 690 empresas da indústria transformadora, correspondendo a 11,1% do total do Alentejo.

Das referidas indústrias no concelho de Grândola, destacam-se 23 empresas do ramo alimentar e de bebidas (21,9% do total das empresas da indústria transformadora registadas em 31-12-2006), 28 do ramo da madeira e cortiça (26,7%) e 27 empresas do ramo das indústrias metalúrgicas de base e de produtos metálicos (25,7%).

Gráfico 25 – Empresas da Indústria Transformadora (%) por Município da sede, segundo a CAE – Rev.2.1, 31 de Dezembro 2006



Fonte: Tabela A.2 em Anexos (tratamento próprio)

Relativamente ao tipo de empresas na Indústria Transformadora, 28,6% são sociedades, correspondendo as restantes 71,4% a empresários em nome individual. No universo das 105 empresas da indústria transformadora predominam as sociedades no sector da madeira

e cortiça (9,5%), seguidas das indústrias metalúrgicas de base e de produtos metálicos (7,6%).

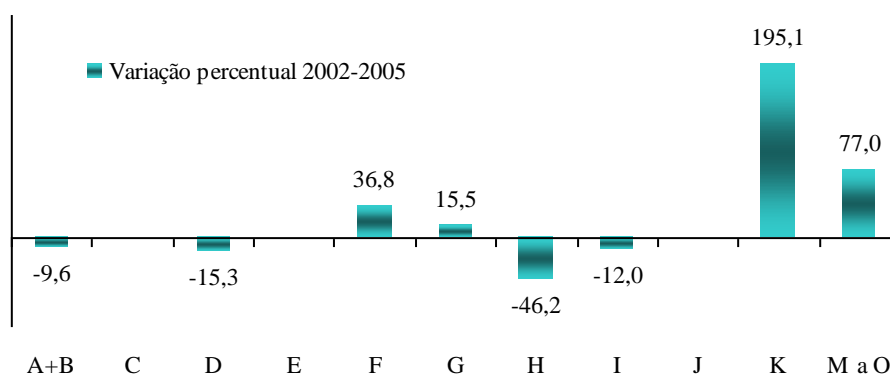
Pessoal ao serviço nas empresas

Os dados disponíveis indicam que, relativamente à indústria transformadora, é precisamente naquelas secções (sector da madeira e cortiça; indústrias metalúrgicas de base e de produtos metálicos) onde se concentra mais pessoal ao serviço: em 2004, num total de 121 pessoas contabilizadas, 38 pessoas estão na secção DD, 55 na secção DJ e 11 pessoas na DI (fabricação de outros produtos minerais não metálicos). Entre 2002 e 2004 – de acordo com os dados disponibilizados pelo INE nos Anuários Regionais do Alentejo –, o número de pessoas ao serviço diminuiu de 55 para 38 na secção DD e aumentou de 46 para 55 na secção DJ.

Relativamente ao pessoal ao serviço nas sociedades, registavam-se em 31 de Dezembro de 2005 em Grândola 1689 pessoas, concentrando-se o maior número nas secções F (Construção) e G (Comércio) – 26% e 25% do total, respectivamente.

O cálculo da variação percentual do número de pessoas ao serviço nas sociedades permite verificar que a secção K das actividades imobiliárias, foi a que maior número de pessoas acrescentou ao seu serviço, entre 2002 e 2005. Tal é significativo do impulso sofrido por esta área de negócios, e da crescente importância do mercado imobiliário na actividade económica. Paralelamente, também a actividade da construção (secção F) cresceu neste período (36,8%).

Gráfico 26 – Variação percentual do pessoal ao serviço nas sociedades 2002-2005, por Município da sede (Grândola), segundo a CAE – Rev.2.1.



Fonte: INE, Anuários Região Alentejo (Tratamento próprio)

Mas a segunda secção que mais cresceu em termos de pessoal ao serviço foi a Educação/Saúde e Acção Social/ Outras Actividades de Serviços Colectivos, Sociais e Pessoais (77,0%). A secção H (Alojamento e restauração) foi a que perdeu mais pessoal (-46,2%).

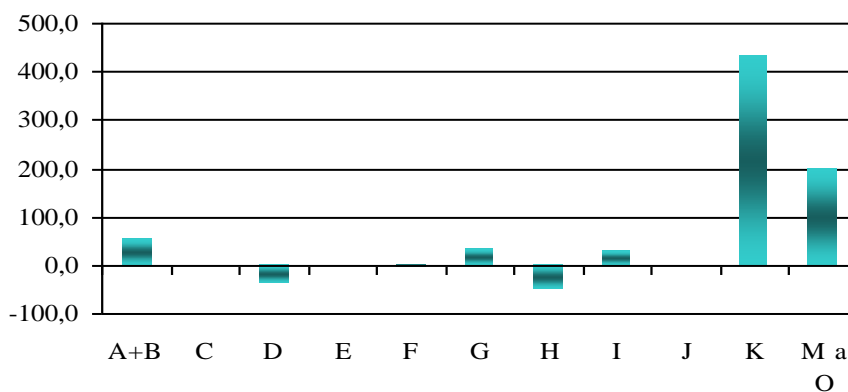
No global, registou-se um aumento de 10% no número de pessoas ao serviço nas sociedades sedeadas no município de Grândola, entre 2002 e 2005

Evolução do volume de negócios e número de estabelecimentos

Quanto ao volume de negócios das sociedades, em Grândola a 31 de Dezembro de 2005, registava-se um total de 110 095 milhares de Euros (6,6% do total do Alentejo Litoral), sendo a secção G a que registava o maior valor: 57 492 milhares de euros correspondendo a 52,2% do total de volume de negócios das sociedades com sede no município.

Entretanto, os aspectos apontados são esclarecedores da importância do comércio no perfil da economia do concelho, visível quer no número de pessoas que emprega, quer no volume de negócios que dinamiza.

Gráfico 27 – Variação percentual do volume de negócios das sociedades 2002-2005, por Município da sede (Grândola), segundo a CAE – Rev.2.1.



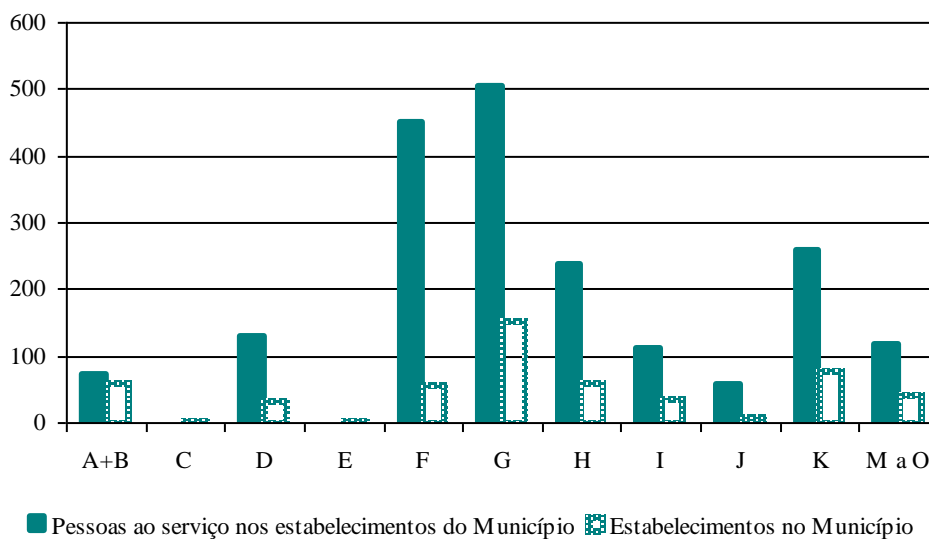
Fonte: INE, Anuários Região Alentejo (Tratamento próprio)

Na globalidade, o volume de negócio nas sociedades do município de Grândola sofreu, entre 2002 e 2005, um acréscimo de 15%, destacando-se nitidamente a secção K (actividades imobiliárias), com um aumento de 432,3%, seguida da secção M a O, que cresceu na ordem dos 199%.

Por outro lado, a predominância da secção G (Comércio por grosso e a retalho) sobressai também no número de estabelecimentos, que no final de 2005 perfaziam 28,5% do total dos estabelecimentos registados em Grândola (153 num total de 536).

Na totalidade dos 536 estabelecimentos, estão ao serviço 1954 pessoas, o que representa um número significativo em termos de postos de trabalho no concelho. Deve ter-se em atenção que estes dados se referem ao ano de 2005 e que no final de 2006 o Hipermercado MODELO entrou em funcionamento, em Grândola, o que representou um aumento do número de pessoas ao serviço nos estabelecimentos.

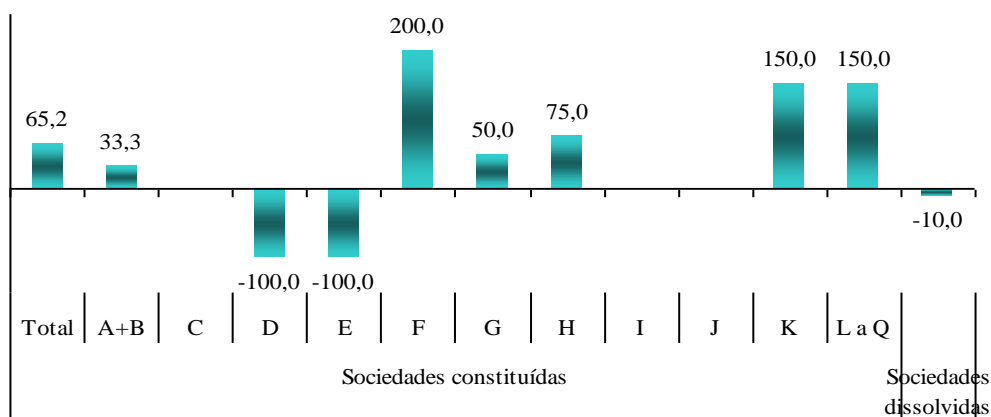
Gráfico 28 – Estabelecimentos e pessoas ao serviço nos estabelecimentos por Município da sede (Grândola), segundo a CAE – Rev.2.1, 31 Dezembro 2005



Fonte: Tabelas A.7 e A.8 em Anexos (Tratamento próprio)

A constituição e dissolução de sociedades consubstanciam-se num outro indicador do dinamismo da actividade económica nas unidades territoriais. O número de sociedades constituídas apresenta-se sempre superior ao das sociedades dissolvidas e, naturalmente, o dinamismo subjacente à constituição de sociedades poderá traduzir um maior grau de empreendedorismo. Em Grândola, no ano de 2006 foram constituídas 38 sociedades e dissolvidas 9.

Gráfico 29 – Constituição e dissolução de sociedades, Grândola – evolução 2004-2006



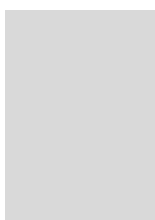
Fonte: INE, Anuários Estatísticos da Região Alentejo (Tratamento próprio)

No gráfico anterior encontra-se representada a evolução da constituição e dissolução de sociedades no concelho de Grândola, entre 2004 e 2006. A constituição de sociedades cresceu, na totalidade, 65,2%, destacando-se o aumento das secções F e K com um acréscimo de 200% e 150%, respectivamente, e as secções D e E com uma diminuição de -100% cada.

Tendo em conta os dados apresentados, pode concluir-se que a dinâmica do sector económico se salda positivamente, traduzindo alguns dos indicadores apresentados o crescimento de determinadas actividades económicas no concelho, no período em análise.

▪ Sector de Desenvolvimento Económico e Apoio ao Empresário – Município de Grândola

No âmbito das atribuições do Sector de Desenvolvimento Económico e Apoio ao Empresário do Município de Grândola assume particular relevo o atendimento aos munícipes (empresários e potenciais empresários). A contabilização dos atendimentos faz-se com base nos seguintes itens:



- Incentivos ao Investimento;
- Interesse na Zona de Indústria Ligeira – ZIL;
- Informações para criação de uma empresa;
- Formação/emprego;
- Microcrédito;
- Diversos.

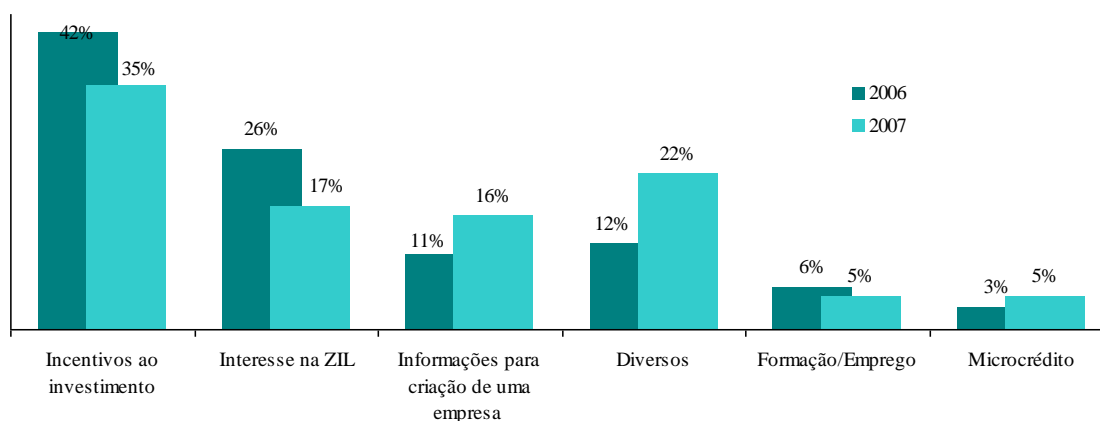
Assim, no que respeita aos atendimentos efectuados em 2006 e 2007, verifica-se que em 2006 ocorreram mais atendimentos sobre os incentivos ao investimento do que em 2007. Uma eventual explicação passa pelo encerramento do Quadro Comunitário de Apoio III,

no final de 2006, só tendo aberto a nova fase de candidaturas ao QREN (Quadro de Referência Estratégico Nacional) no final de 2007.

No que se refere aos atendimentos sobre interesse para instalação na Zona de Indústria Ligeira, houve um decréscimo na ordem dos 35% de 2006 para 2007.

Em relação aos atendimentos sobre a criação de empresas houve um acréscimo de 45,5% em 2007 comparando com o ano de 2006, o que poderá indiciar um aumento do número de empresas no concelho.

Gráfico 30 – Atendimento aos munícipes por áreas de interesse, 2006 e 2007



Fonte: Sector de Desenvolvimento Económico e Apoio ao Empresário do Município de Grândola

Um aumento nos atendimentos sobre a criação de empresas é revelador de um maior número de indivíduos com interesse na criação de empresas e poderá ter resultado num efectivo crescimento de empresas no concelho. No entanto, não estão disponíveis neste momento dados que permitam concluir sobre a criação de novas empresas neste período. O item “diversos” refere-se a informações específicas, como por exemplo interpretação de legislação, livros de reclamações, dados sobre o concelho, entre outras.

▪ Turismo

No concelho de Grândola, o conceito de desenvolvimento surge intrinsecamente associado à especificidade do desenvolvimento turístico e à exploração do potencial endógeno do território, retratado, nomeadamente, numa extensa e atractiva zona costeira. A aposta nesta área de acção é, em definitivo, uma política assumida pelo Município de Grândola,

revelando a importância primordial do turismo nas perspectivas de desenvolvimento do concelho.

Neste contexto, o turismo surge como um ponto fulcral a ter em conta no âmbito da caracterização das actividades económicas do concelho, consideradas neste trabalho de actualização do Diagnóstico Social.

De salientar que os dados recolhidos e apresentados sobre Turismo advêm de duas fontes – INE e Região de Turismo da Costa Azul –, originando esboços diferentes da realidade local. A complementaridade desses dados permitirá, espera-se, uma análise mais pormenorizada dessa realidade.

Estabelecimentos e Capacidade de Alojamento

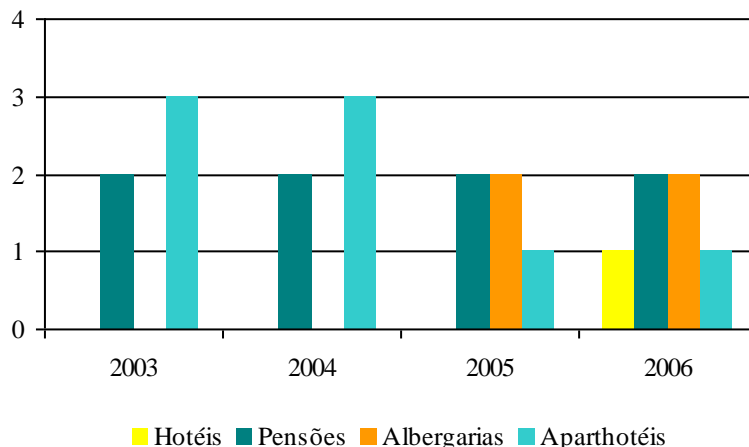
De acordo com a Região de Turismo da Costa Azul, têm estado em actividade no concelho de Grândola os seguintes estabelecimentos hoteleiros

2003	5 Estabelecimentos Hoteleiros:
2004	<ul style="list-style-type: none">◦ 3 Aparthotéis em Tróia: <i>Magnólia, Rosamar e Tulipamar</i>◦ 2 Pensões na Vila de Grândola: <i>Vila Morena e Paraíso de Alentejo</i>
2005	5 Estabelecimentos Hoteleiros: <ul style="list-style-type: none">◦ 1 Aparthotel em Tróia: <i>Magnólia</i>◦ 2 Pensões na Vila de Grândola: <i>Vila Morena e Paraíso de Alentejo</i>◦ 2 Albergarias: <i>Santa Bárbara dos Mineiros</i>, no Lousal, e <i>Foz do Sado</i> na SolTróia
2006	6 Estabelecimentos Hoteleiros: <ul style="list-style-type: none">◦ 1 Aparthotel em Tróia: <i>Magnólia</i>◦ 2 Pensões na Vila de Grândola: <i>Vila Morena e Paraíso de Alentejo</i>◦ 1 Hotel na Vila de Grândola: <i>D. Jorge de Lencastre</i>¹³◦ 2 Albergarias: <i>Santa Bárbara dos Mineiros</i> e <i>Foz do Sado</i>

Os gráficos seguintes traçam a evolução registada no número e no tipo de estabelecimentos hoteleiros entre 2003 e 2006, ainda de acordo com a Região de Turismo da Costa Azul.

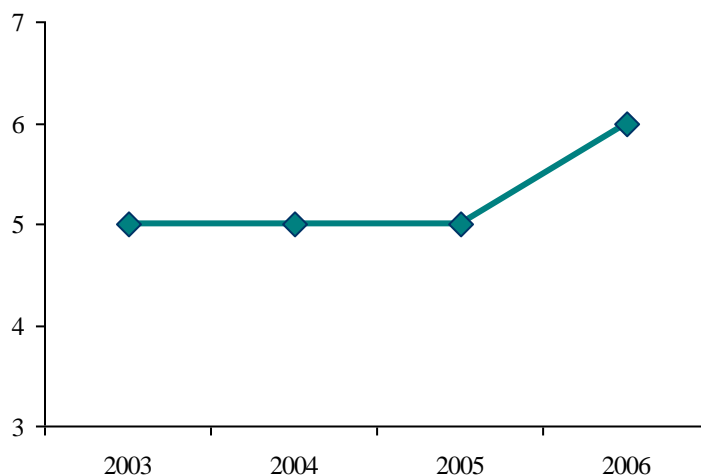
¹³ Este estabelecimento hoteleiro, que é contabilizado pela Região de Turismo da Costa Azul só a partir de 2006, surge logo em 2005 nas estatísticas do INE.

Gráfico 31 – Tipo de Estabelecimentos Hoteleiros em funcionamento, Grândola 2003-2006



Fonte: Região de Turismo da Costa Azul

Gráfico 32 – Número de Estabelecimentos Hoteleiros em funcionamento, Grândola 2003-2006



Fonte: Região de Turismo da Costa Azul

Assim, entre 2003 e 2005 contabiliza-se o mesmo número de estabelecimentos em funcionamento, pois, apesar de em 2005 deixarem de funcionar dois Aparthotéis em Tróia, iniciam actividade duas Albergarias (Lousal e Tróia). Por outro lado, em 2006, inicia actividade um Hotel na sede do concelho, passando a haver um total seis estabelecimentos hoteleiros em funcionamento¹⁴.

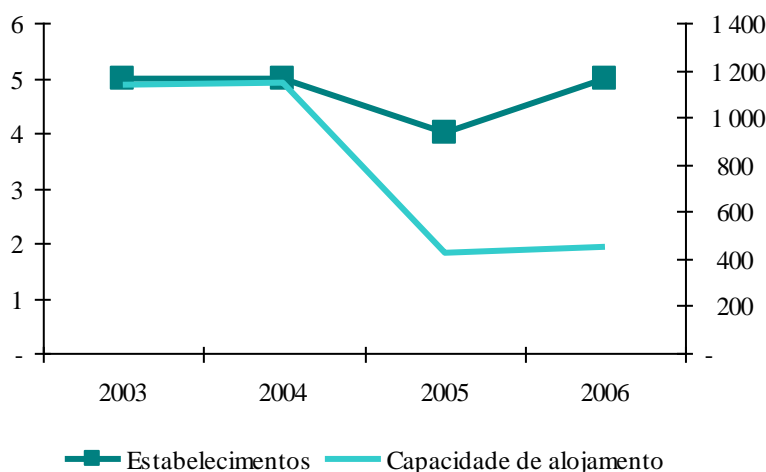
¹⁴ Na prática, existem mais estabelecimentos em funcionamento, pois alguns, por diversas razões, não estão classificados nos organismos competentes.

Já as estatísticas do turismo do INE, para o mesmo período, apresentam um número inferior de estabelecimentos hoteleiros, sendo aqui classificados de interesse turístico¹⁵.

De acordo com esta fonte, corresponde a estes estabelecimentos uma capacidade de alojamento disponível, em Julho de 2006, de 453 camas. Comparativamente às 1140 camas registadas em Julho de 2003, registou-se uma quebra de 60,3%.

No entanto, no período entre 2005 e 2006, o aumento da oferta de unidades hoteleiras representado no gráfico – verificado nas Pensões –, é acompanhado por um aumento na capacidade de alojamento disponível, traduzido em mais 27 camas.

Gráfico 33 – Estabelecimentos e Capacidade de Alojamento, Grândola 2003-2006



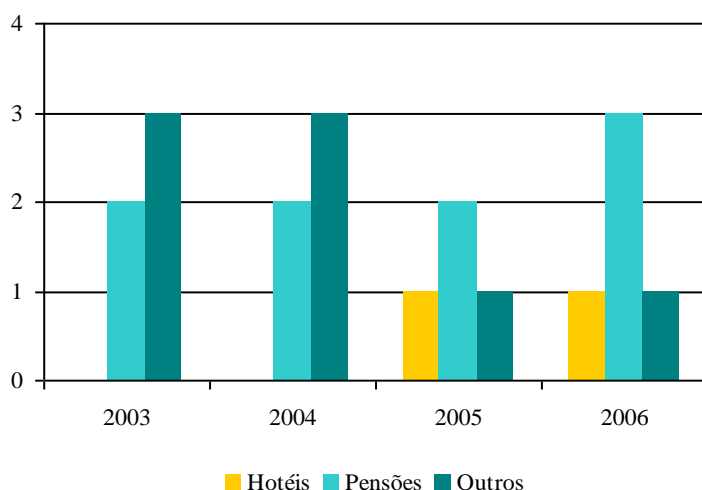
Fonte: INE, Anuários Estatísticos da Região Alentejo

A observação da tipologia dos estabelecimentos revela uma persistência das Pensões, que surgem em todos os anos em análise. Os Hotéis surgem contabilizados em 2005 e 2006 e o decréscimo na categoria dos Outros estabelecimentos hoteleiros¹⁶ poderá ser justificado pelo encerramento de três Aparthotéis na Península de Tróia (Tulipamar, Rosamar e Verdemar), verificado no final de 2004.

¹⁵ O conceito do INE “interesse turístico” corresponde a Estabelecimentos licenciados no Turismo de Portugal, IP.

¹⁶ De acordo com o conceito do INE, os *Outros estabelecimentos hoteleiros* englobam os hotéis-apartamentos, os apartamentos turísticos, os aldeamentos turísticos, os motéis, as pousadas e as estalagens.

Gráfico 34 – Evolução dos tipos de estabelecimentos hoteleiros, Grândola 2004-2006

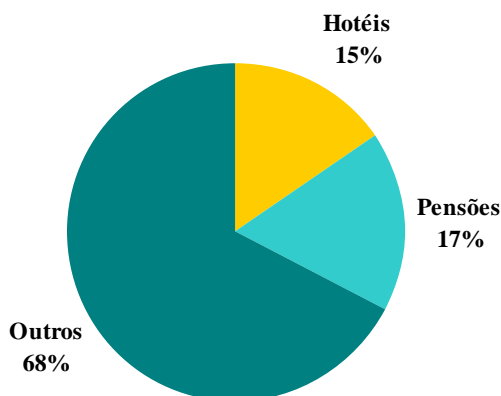


Fonte: INE, Anuários Estatísticos da Região Alentejo

Analisando a oferta de camas por tipo de estabelecimento, entre 2003 e 2006 verifica-se precisamente um acréscimo de 39,3% nas Pensões, enquanto os Outros estabelecimentos sofrem uma quebra de cerca de 72%. O número de camas nos Hotéis passa de 65 em 2005 para 70 em 2006.

Concretamente em relação aos dados de 31 de Julho de 2006, a capacidade de alojamento distribuía-se pelos estabelecimentos hoteleiros de acordo com o gráfico seguinte.

Gráfico 35 – Capacidade de alojamento nos estabelecimentos hoteleiros, Grândola, 31/Jul. /2006



Fonte: INE, Anuários Estatísticos da Região Alentejo

Nessa data, os estabelecimentos hoteleiros dispunham de uma capacidade média de 90 camas, o que representa um decréscimo homólogo de cerca de -60% face a 2003 quando a capacidade média era de 228. Para esta redução contribuíram, nomeadamente, a quebra das

capacidades médias das Pensões (-7,1%) e dos Outros estabelecimentos (-15,6%). A categoria Hotéis apresenta uma alteração significativa nos dados de 31 de Julho de 2006, visto surgir registado um hotel com uma capacidade de 70 camas a pesar positivamente na média global.

Em termos de capacidade de alojamento no concelho de Grândola, há ainda a considerar a oferta proporcionada pelos **Parques de Campismo** e pelas unidades enquadradas no **Turismo no Espaço Rural**.

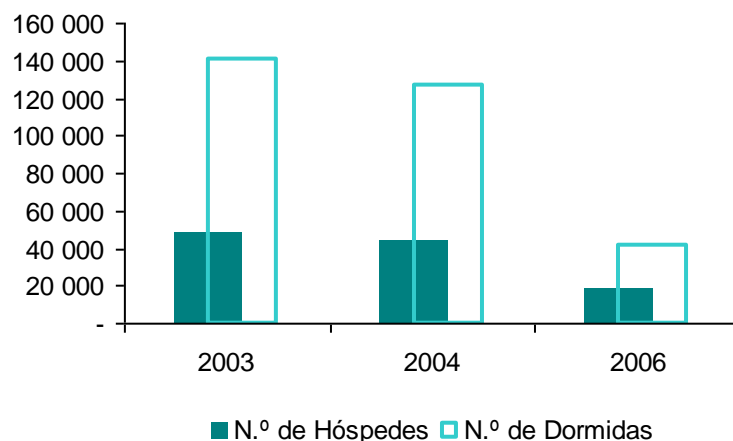
Assim, no concelho encontram-se actualmente em funcionamento dois parques de campismo: Parque de Campismo de Melides (17,5 hectares) e o Parque de Campismo da Galé (32 hectares), com lotação de 4500 e 1500 lugares, respectivamente.

No que diz respeito ao Turismo no Espaço Rural contabilizam-se quatro espaços: duas unidades de Agro-turismo (Monte Cabeço do Ouro e Herdade das Sesmarias dos Nobres) e duas unidades de Turismo Rural (Moinho Velho e Monte das Faias) que dispõem de cerca de 70 camas no total.

Hóspedes e Dormidas

No ano de 2006, de acordo com o INE, os estabelecimentos hoteleiros no concelho de Grândola acolheram 18.603 hóspedes, o que se traduziu num significativo decréscimo homólogo de -61,2% face a 2003.

Gráfico 36 – Hóspedes e dormidas nos estabelecimentos hoteleiros do município de Grândola, 2003, 2004 e 2006

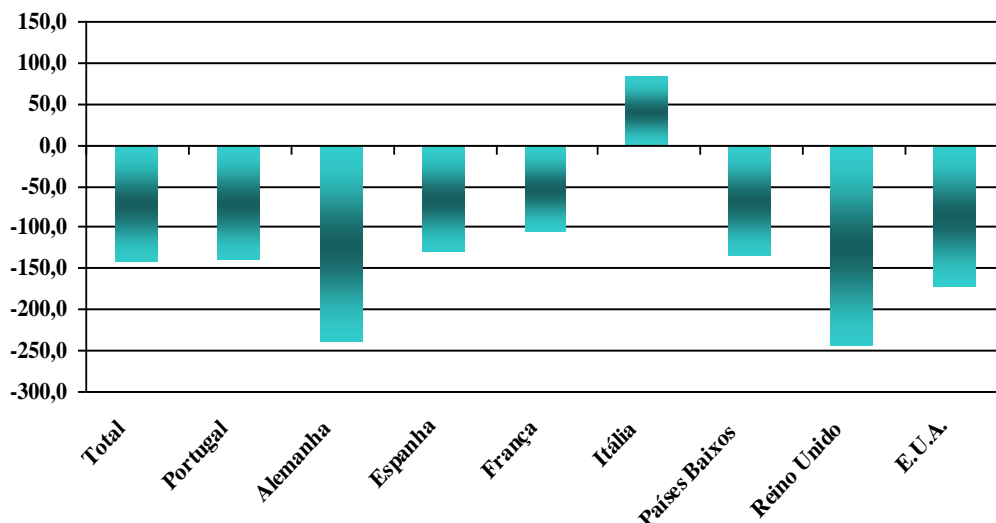


Fonte: INE, Anuários Estatísticos da Região Alentejo

As dormidas atingiram 41.687, menos 70,4% do que em 2003. Esta evolução negativa verificou-se qualquer que fosse a residência habitual dos hóspedes, com excepção da Itália, que aumentou em 84% o número de dormidas no concelho de Grândola, entre 2003 e 2006. O Reino Unido é o país de residência habitual que maior decréscimo registou no número de dormidas (-245,4%), seguido de perto pela Alemanha (-239,3%).

Em todos os anos em análise, os residentes foram os que sempre contribuíram com mais dormidas, contabilizando-se 128.136 em 2003 e 36.650 em 2006, o que representa uma quebra de -91.486 dormidas neste intervalo de tempo.

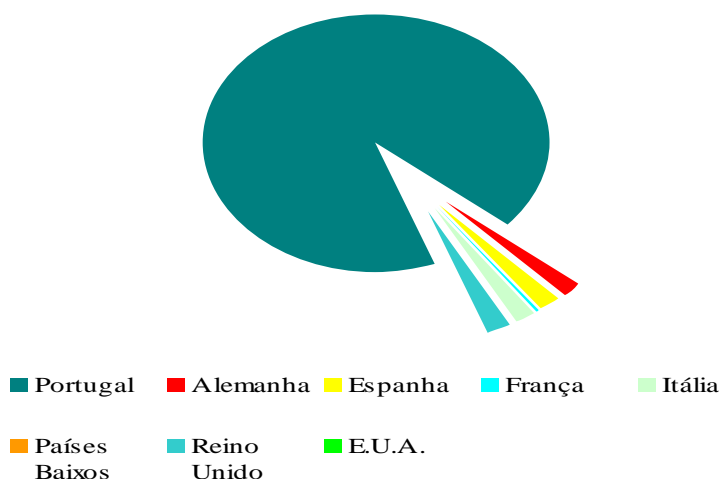
Gráfico 37 – Evolução 2003-2006 do número de dormidas nos estabelecimentos hoteleiros do município de Grândola, segundo o país de residência habitual



Fonte: INE, Anuários Estatísticos da Região Alentejo

Como se verifica no gráfico seguinte, manteve-se, contudo, a predominância dos portugueses com 92% das dormidas, seguidos dos não residentes: Espanha – 2,2%; Reino Unido – 2%; Alemanha e Itália – 1,7% cada; França – 0,4%; Países Baixos – 0,3% e USA – 0,1%

Gráfico 38 – Dormidas nos estabelecimentos do município de Grândola, em 2006, segundo o país de residência habitual



Fonte: INE, Anuários Estatísticos da Região Alentejo

No que respeita à estada média¹⁷, tendo baixado relativamente a 2003 e 2004 (em que se contabilizou 2,9 noites), em 2006 Grândola registou 2,2 noites, valor ligeiramente superior ao registado no Alentejo Litoral (2,0 noites) mas inferior ao de Portugal (3,0 noites). Por tipo de estabelecimento os únicos dados publicados para o concelho referem-se às pensões e apontam para uma estada média de 1,3 noites.

Quanto à taxa líquida de ocupação cama (TLOC)¹⁸ concelhia foi de 25,50% em 2006, comparativamente aos 26,7% no Alentejo Litoral e bastante afastado dos 40,8% de Portugal.

Entretanto, o afastamento verificado em relação aos valores nacionais de alguns indicadores do turismo concelhio será certamente debelado aquando da concretização dos projectos turísticos delineados para a zona costeira do concelho de Grândola.

De facto, se o historial turístico do concelho sempre esteve ligado ao *complexo turístico de Tróia* (hoje chamado *Tróia Resort*) – os quatro aparthotéis então ali existentes contribuíram durante muitos anos para a oferta (quantitativa e qualitativa) de alojamento no Concelho de Grândola¹⁹ – actualmente começa já a concretizar-se a redinamização turística dessa área do concelho, pois, com a reabertura dos alojamentos em Tróia²⁰, os

¹⁷ Relação entre o número de dormidas e o número de hóspedes que deram origem a essas dormidas.

¹⁸ Corresponde à relação entre o número de dormidas e o número de camas existentes no período de referência (considerando como duas camas as camas de casal).

¹⁹ O nº total de dormidas registadas no Concelho no ano de 2003 foi de 140.667.

²⁰ Foi inaugurado, a 8 de Setembro de 2008, o “Tróia Mar” *Aqualuz Suite Hotel Apartamentos*, com 76 apartamentos.

números estatísticos vão com toda a certeza mudar, logo quando se fizer o balanço do último semestre de 2008.

O novo empreendimento turístico inclui dois hotéis de cinco estrelas – com um centro de congressos e um casino –, aparthotéis, parque de recreio aquático, centro desportivo, centro equestre e uma marina, e disponibilizará 376 quartos de hotel e 727 apartamentos turísticos e moradias.

Mas os projectos de desenvolvimento turístico do concelho não são limitados aos 440 hectares previstos para a Península de Tróia. Para sul estão igualmente delineados projectos de monta que, basicamente, ocuparão uma grande parte do território costeiro concelhio, a saber: Herdade da Comporta, Pinheirinho e Costa Terra.

**Herdade
da
Comporta**

ÁREA DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO 2

- 367 Hectares de dimensão (Integrada na Rede Natura 2000)
- 5 000 Camas
- 2 Hotéis
- 2 Aparthotéis
- 350 Casas em aldeamento turístico
- 250 Lotes de moradias
- 2 Campos de golfe de 18 buracos em 138 hectares de terreno

ÁREA DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO 3

- 377 Hectares de dimensão (Natureza com elevado valor ecológico e cénico)
- 6 000 Camas
- 4 Hotéis
- 1 Aparthotel
- 760 Casas em aldeamento turístico
- 335 Lotes de moradia
- 1 Campo de golfe com 18 buracos em 100 hectares de terreno
- 6 000 Postos de trabalho, directos e indirectos

**Herdade do
Pinheirinho**

- 800 Hectares, ocupando 120 hectares
- 2 Hotéis (150 e 180 quartos)
- 3 Aldeamentos (400 a 500 quartos)
- 4 Aparthotéis (206 apartamentos)
- 204 Moradias
- 2912 Camas no total
- 90 Hectares com um campo de golfe de 27 buracos
- 450 Postos de trabalho directos
- 1350 Postos de trabalho indirectos

Herdade

- 124 Hectares dos 1350 da herdade

Costa

- 3 Suites/hotéis

Terra

- 5 Aparthotéis (580 camas)

- 4 Aldeamentos turísticos (775 camas)

- 204 Moradias de turismo residencial

- 1 Campo de golfe

- 2 Clubes de ténis e ginásios

- 1260 Postos de trabalho directos

- 3000 Postos de trabalho indirectos

Perante os elementos apresentados, pode concluir-se que, a concretizarem-se todos estes projectos/empreendimentos, o turismo terá um peso relevante nos indicadores de actividade económica do concelho de Grândola, nomeadamente porque perspectivam a criação de mais de doze mil postos de trabalho directos e indirectos.

Turismo e Património

O concelho de Grândola detém um reconhecido potencial endógeno, que fundamenta plenamente os legítimos anseios de concretização do seu desenvolvimento, nomeadamente por via da actividade turística.

Dadas as condições naturais do território, as dinâmicas de desenvolvimento passam quer pelo turismo de costa, quer pelo turismo em ambiente rural, contando, naturalmente, com a existência de um interessante conjunto de itens que fazem parte do património local:

Património**Arqueológico**

- Barragem Romana de Pego da Moura
- Pata do Cavalo
- Pedra Branca
- Monumento Megalítico do Lousal
- Museu Mineiro do Lousal
- Necrópole das Casas Velhas
- Ruínas Romanas de Cerrado do Castelo
- Ruínas Romanas de Tróia

Património**Arquitectónico****Religioso**

- Igreja Matriz de Grândola
- Ermida da Nossa Senhora da Penha de França
- Igreja da Nossa Senhora da Saúde
- Igreja de São Pedro
- Capela da Nossa Senhora de Tróia

Monumentos

- Memorial ao 25 de Abril
- Monumento à Liberdade
- Monumento a José Afonso
- Monumento aos Poetas Populares

	<u>Civil</u> <ul style="list-style-type: none">◦ Habitação tradicional: Montes
Património Etnográfico	<u>Festas Tradicionais Culturais / Lazer</u> <ul style="list-style-type: none">◦ Comemorações do 25 de Abril◦ Rota das Tabernas◦ Feira de Agosto◦ Comemorações do Dia do Concelho◦ Feira de Melides <u>Populares / Religiosas</u> <ul style="list-style-type: none">◦ Festivais de Folclore◦ Festas da Nossa S^a da Penha de França – Grândola◦ Festas de S. João – Lousal◦ Festas de Nossa Senhora do Rosário – Melides◦ Festas de Nossa Senhora do Rosário – Tróia◦ Festas da Nossa S.^a da Conceição – Azinheira de Barros◦ Festas da Serra – Santa Margarida da Serra
Património Natural	<ul style="list-style-type: none">◦ Fauna e Flora◦ Serra de Grândola◦ Zonas balneares

Também a tranquilidade de grande parte do território, a existência geral de condições para a preservação do ambiente e, simultaneamente, a proximidade a grandes centros urbanos, são potencialidades identificadas que podem reforçar a apetência dos potenciais interessados pela fruição deste património.

ACTIVIDADES ECONÓMICAS E TURISMO – SÍNTESE

Como síntese do grupo temático Actividades Económicas destacam-se os seguintes pontos:

- Limitação na obtenção de dados actualizados no período entre censos, factor impeditivo de uma análise mais particularizada dos indicadores que interessariam estudar;
- Nos períodos passíveis de análise destaca-se a tendência para terciarização das actividades económicas concelhias;
- Também na sub-região Alentejo Litoral, no período de 2004-2005, são as empresas com actividades económicas localizadas no sector terciário que melhor desempenho apresentam (de acordo com o VAB das empresas);
- Ao nível do concelho, entre 2003 e 2006 é contabilizado um acréscimo de sociedades registadas no município, enquadrando-se basicamente em áreas do sector terciário;
- Em 2006, os indicadores das empresas referem uma mais elevada taxa de constituição do que de dissolução de sociedades e, no total das empresas com sede no município, há muito mais empresários em nome individual do que sociedades;
- O número mais elevado de empresas situa-se no sector A+B (em que apenas 8,7% são sociedades), seguido do sector G (onde se regista o maior número de sociedades);
- Nas empresas da Indústria Transformadora também há uma maior percentagem de empresários em nome individual do que sociedades e destacam-se principalmente das secções DD (Indústrias da madeira e cortiça e suas obras), DJ (Indústrias metalúrgicas de base e de produtos metálicos) e DA (Indústrias alimentares, das bebidas e do tabaco);
- A secção K das actividades imobiliárias, foi a que maior número de pessoas acrescentou ao serviço, entre 2002 e 2005, seguida da Educação/Saúde e Acção Social/ Outras Actividades de Serviços Colectivos, Sociais e Pessoais (M-O), o mesmo acontecendo relativamente ao volume de negócios neste período;

- No que respeita aos atendimentos efectuados pelo Sector de Desenvolvimento Económico e Apoio ao Empresário do Município de Grândola, verifica-se que em 2006 ocorreram mais atendimentos sobre os incentivos ao investimento do que em 2007, predominando como área de interesse o incentivo ao investimento;
- Tendo em conta os dados apresentados, pode concluir-se que a dinâmica do sector económico se salda positivamente, traduzindo alguns dos indicadores apresentados o crescimento de determinadas actividades económicas no concelho, no período em análise.

Relativamente ao **Turismo** destaca-se:

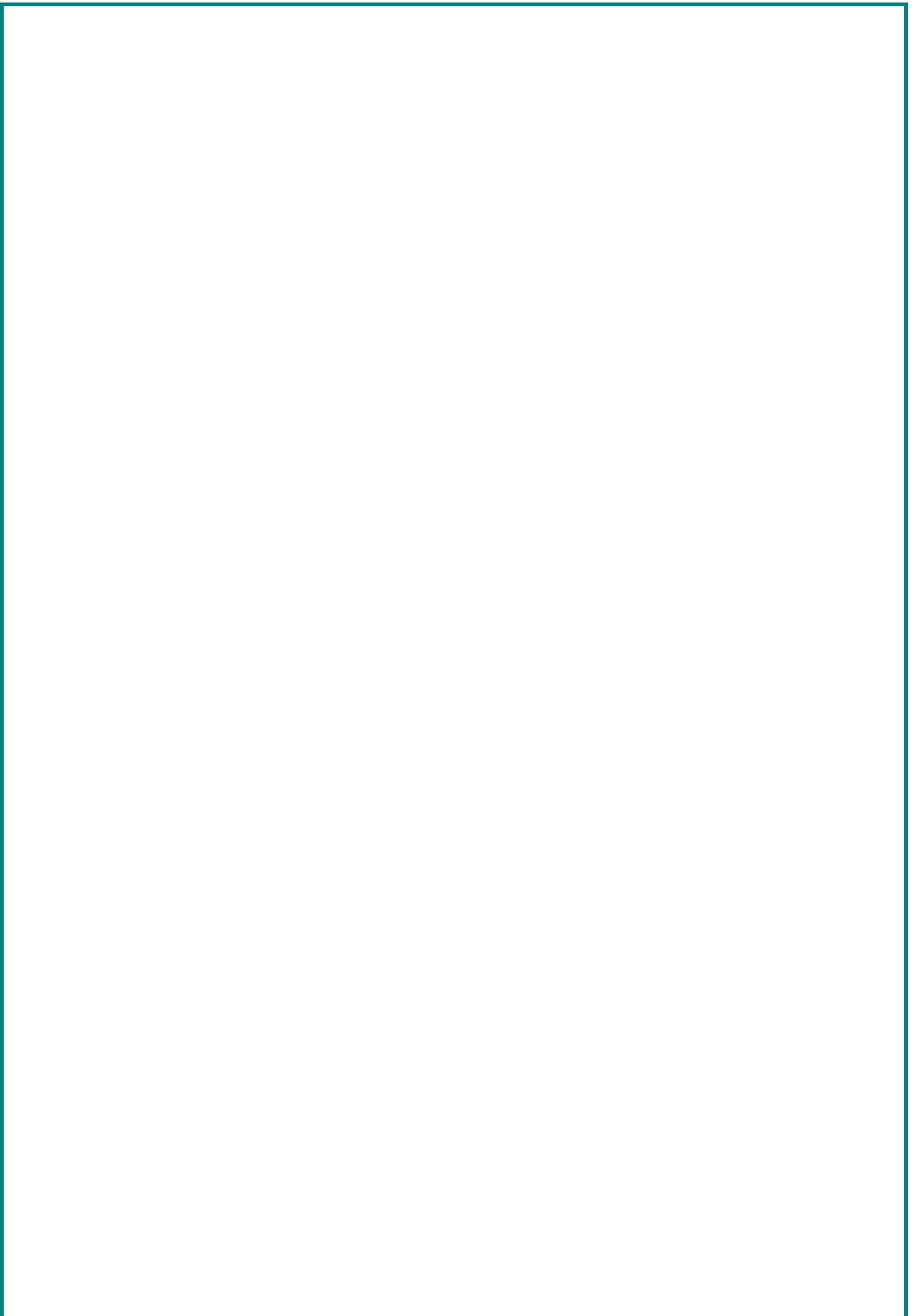
- O Município de Grândola atribui importância primordial ao turismo nas perspectivas de desenvolvimento do concelho;
- A oferta de alojamento no concelho tem sofrido nos últimos anos algumas alterações, nomeadamente em termos qualitativos, traduzindo-se no surgimento de novos e diversificados estabelecimentos hoteleiros mais qualificados;
- A capacidade de alojamento no concelho distribui-se pelos diversos tipos de estabelecimentos hoteleiros (aparthotéis, albergarias, pensões, hotéis), havendo também a considerar a oferta proporcionada pelos parques de campismo e pelas unidades enquadradas no Turismo no Espaço Rural;
- O número de hóspedes e de dormidas decresceu desde 2003, qualquer que fosse a residência habitual dos hóspedes, com excepção da Itália que aumentou o número de dormidas no concelho de Grândola (cenário que se enquadra no panorama regional). Em todos os anos em análise (2003-2006), os residentes foram os que sempre contribuíram com mais dormidas;
- A profunda intervenção em curso na península de Tróia perconiza a sua transformação num destino turístico de excelência. Nesse sentido vão também os empreendimentos turísticos projectados para a restante zona costeira do município;
- O concelho de Grândola detém um reconhecido potencial endógeno, que fundamenta plenamente os legítimos anseios de concretização do seu desenvolvimento, nomeadamente por via da actividade turística. Para isso contribuirá o património local (arqueológico, arquitectónico, etnográfico e natural), a tranquilidade do território e, simultaneamente, a proximidade a grandes centros urbanos;

- Com a concretização dos projectos/empreendimentos da costa, o turismo terá um peso relevante nos indicadores de actividade económica do concelho de Grândola, nomeadamente porque perspectivam a criação de mais de doze mil postos de trabalho directos e indirectos.

Identificação dos Problemas	Projectos/Soluções
<p><u>Actividades Económicas</u></p> <ul style="list-style-type: none"> ◦ Informação deficitária dos empresários em temáticas chave (contabilidade, gestão, marketing, línguas estrangeiras...); ◦ Persistência dos níveis de desemprego; ◦ Insuficiente articulação entre os Serviços Públicos de Emprego e o tecido empresarial na promoção do emprego; ◦ Constrangimentos na instalação de empresas por inexistência de terrenos; 	<p><u>Actividades Económicas</u></p> <ul style="list-style-type: none"> ◦ Preparar e implementar acções de formação em colaboração com o Centro de Formação Profissional ou outros promotores de formação; ◦ Aproveitar o impulso gerado pela implementação dos diversos empreendimentos turísticos na Região para baixar os níveis de desemprego; ◦ Criar e divulgar uma bolsa de recursos humanos onde os jovens se possam inscrever; ◦ Rentabilização do site www.grandolaemrede.com.pt, criado pelo projecto EQUAL – “Grândola em Rede para a Inserção”; ◦ Alargamento/criação de novas zonas industriais;

Identificação dos Problemas	Projectos/Soluções
<p><u>Turismo</u></p> <ul style="list-style-type: none"> ◦ Agenda cultural regular pobre; ◦ Rede de transportes insuficiente, inibidor do desenvolvimento; ◦ Reduzido investimento privado na área da animação turística; ◦ Insuficiente formação profissional nas áreas da restauração e alojamento; ◦ Turismo paralelo; ◦ Degradação do património (histórico/urbanístico etc.); 	<p><u>Turismo</u></p> <ul style="list-style-type: none"> ◦ Interligação eficaz entre todas as Associações, Clubes etc., Juntas e Município, para a edição de uma agenda cultural regular do Concelho; ◦ Sensibilização para os novos desafios. Aposta num real investimento das Empresas que operam no mercado; ◦ Perspectivar uma mudança na rede de transportes, tendo em conta a alteração que o território irá sofrer com a implementação dos novos projectos turísticos; ◦ Realização de acções de sensibilização para os novos desafios, junto da população em geral e agentes económicos; ◦ Ligação e coordenação entre todos os intervenientes (Juntas de Freguesia/Município/Técnicos); ◦ Realização de cursos e acções de formação para activos; ◦ Abertura de um núcleo da escola de hotelaria e turismo no concelho; ◦ Cumprimento do Decreto-Lei nº 39/2008 de 7 de Março (novo regime jurídico da instalação, exploração e funcionamento dos empreendimentos turísticos); ◦ Fiscalização mais eficaz; ◦ Recuperação de património através de Candidaturas comunitárias (QREN); ◦ Sensibilização dos particulares para o restauro e conservação do património, nomeadamente restauração e manutenção de fachadas originais; ◦ Divulgar programas de apoio à recuperação de edifícios degradados (IHRU);

ACESSIBILIDADES



ACESSIBILIDADES

▪ Transportes e Acessibilidades

Uma das dimensões centrais da ‘vida contemporânea’ diz respeito à mobilidade, que tende a reforçar-se com a urbanização dos espaços. A posse de veículo próprio ou a existência de uma boa rede de transportes tornam-se então elementos de medida da qualidade de vida das populações.

O desigual crescimento entre o litoral e o interior do concelho, aliado a um povoamento disperso, contribui fortemente para a debilidade das acessibilidades e incipiente rede de transportes. Se a ligação inter-concelhia é relativamente positiva, principalmente a partir da sede do concelho, face aos principais nós rodoviários (A2) e à rede ferroviária, o mesmo não se pode dizer ao nível intra-concelhio. As acessibilidades são deficitárias em termos de acessos e transportes públicos e não existe uma articulação com a rede de transportes urbanos (por desajustamento dos traços do Plano Rodoviário) e ferroviários.

O carácter centrípeto da sede de concelho, em termos de concentração dos principais serviços e equipamentos, faz com que as más ligações viárias sejam um constrangimento do quotidiano. Estes constrangimentos são obviamente mais sentidos pelas crianças e jovens, idosos ou outros indivíduos que não possuam meios de deslocação próprios, que vêm a seu quotidiano dificultado sempre que necessitam deslocar-se ao centro da vila ou para outros concelhos. Efectivamente e sendo a capacidade de mobilidade uma das dimensões centrais da vida quotidiana – seja para o acesso ao trabalho, à escola, para a prática de lazer –, aqueles que não dispõem de meio de deslocação próprio e queiram viver longe da Vila têm que enfrentar um conjunto de constrangimentos. Em consequência desta realidade, o campo das oportunidades é bastante diferenciado entre aqueles que residem na sede de concelho e os restantes residentes.

Acresce que, nalguns casos, não poderão sequer ponderar a possibilidade de residir em lugares/aldeias mais isolados ou mesmo nas freguesias, reforçando a tendência polarizadora da sede de concelho em termos de atracção da população e o abandono das pessoas em procura de melhores condições de vida fora do concelho (pese embora o facto de a melhoria das acessibilidades não resolver todos os problemas, nomeadamente o do

Acessibilidades

emprego, bem mais dependente da tendência tímida, em termos de criação de emprego, verificada no concelho).

Não menos importantes são as questões das acessibilidades para os indivíduos com deficiência ou, de algum modo, com mobilidade reduzida. Efectivamente, a capacidade de um indivíduo se mover no seu espaço é igualmente outro elemento de medida de qualidade de vida. São conhecidas as dificuldades enfrentadas pelos indivíduos com deficiência ou mobilidade reduzida, deparando-se com um conjunto de barreiras arquitectónicas no seu quotidiano, desde as dificuldades de acesso a serviços públicos, a espaços de lazer, dificuldades de mobilidade nas zonas pedonais, etc.

Pese embora o facto de não existir um Plano de Eliminação de Barreiras para o concelho, e reconhecendo-se também a dificuldade de empreender uma intervenção em todo o território, um dado é certo: as barreiras arquitectónicas são um problema central para os indivíduos com deficiência e mobilidade reduzida, e tal contribui para o agravamento da sua situação de exclusão e de dependência face aos outros.

Para além de, mais recentemente, o Município estar a investir na remoção de algumas destas barreiras no espaço público (rebaixamento de passeios, construção de rampas etc.) e de contemplar estes aspectos nas intervenções mais recentes, é também certo que a legislação em vigor não está a ser cumprida no que respeita aos edifícios de serviços públicos.

Rede Viária

O Município, consciente da necessidade de contrariar as dificuldades de mobilidade intra-concelhia, que afectam aos mais diversos níveis diferentes camadas da população, desenvolveu esforços, nomeadamente de 2002 a 2007, no sentido da requalificação de algumas redes viárias.

Das necessidades de intervenção identificadas em 2002, há a destacar que entretanto já se realizaram as seguintes intervenções:

- E.M. 543 – reparação do troço Cruzamento dos Cadoços/Água Derramada; tratamento da marginal de acesso à Aldeia da Justa e variante de ligação – Rotunda da Aldeia do Futuro/Quinta Velha – EM 543/ZIL;
- E.M. 564 – Carvalhal, Praias do Pego e Lagoa Formosa – refeita e pavimentada;

- C.M. 1136 – Melides EN 120/Variante de Sines – onde falta apenas a ligação ao IC 33, com desnivelamento;

Tabela 12 – Necessidades de Intervenção nas Estradas e Caminhos Municipais identificadas em 2002

Estradas e Caminhos Municipais	Tipo de intervenção que urge implementar				
	Alargamento	Recarga	Pavimentação	Reparação na íntegra	Selagem em <i>slurry real</i>
EM 543 (Grândola -Água Derramada)	■	■	■	■	■
EM 544 (Sobral da Valsa/ Azinheira de Barros)	■	■	■	■	■
EM 546 (Cruz de Ferro/EN 120- limite do concelho no Tanganhãl)	■	■	■	■	■
EM 564 (Carvalhal, Praias do Pego e Lagoa Formosa)	■	■	■	■	■
CM 1076 (Palhotas/ EN 261.1 – Venda da Rosa/ EN 261)	■	■	■	■	■
CM 1136 (Melides EN 120/ Variante de Sines)	■	■	■	■	■
CM 1145 (Bicas/ EN 261.1- Pinheiro da Cruz/ EN 261)	■	■	■	■	■
Caminho entre Azinheira de Barros e a Estação da CP	■	■	■	■	■
Caminho entre a EM 543 (Silha do Pascoal) e Pontão das Daroeiras	■	■	■	■	■

Fonte: CMG (dados de 2002); retirado do PDS 2002/2007

No período 2002/2007, foi também executada a ligação de algumas estradas intra-concelhias (prolongamentos das estradas já existentes como forma de expansão da rede viária) a saber:

- Pavimentação do Caminho das Amoreiras;
- Pavimentação do CM – 1083 (Aldeia do Futuro – Milharadas);
- Troço de ligação de Melides e Vale Figueira – Cailogo;

Para além das intervenções que promovem as ligações intra-concelhias a cargo do Município, há que ter em consideração a realização de outras intervenções da responsabilidade do poder central, através das Estradas de Portugal, a saber: EN 261 – servindo as populações do Carvalhal, Pinheiro da Cruz e Melides –, e o IC 33 – servindo em particular a população de Melides.

Actualização do Diagnóstico Social

Acessibilidades

Não menos relevante é o esforço do Município no sentido de criar parcerias junto dos promotores de empreendimentos de maior vulto, obtendo como contrapartidas a execução de algumas vias, nomeadamente a Alameda entre o Bairro da Esperança e o Bairro da Liberdade; a Circular variante do Carvalho de acesso às praias.

A não execução de parte das intervenções previstas nas GOP's do Município, têm que ver com as prioridades estabelecidas pelos executivos camarários e obviamente pelos constrangimentos financeiros.

O Município inscreve anualmente em plano de actividades a conservação das redes viárias, contudo, a sua execução resulta da ponderação entre a disponibilidade financeira e a necessidade de intervenção.

Mapa 1 – Rede viária de Grândola²¹



Fonte: Município de Grândola, GISIGT

Rede de Transportes

Relativamente à rede de transportes, o Município dispunha já em 2002 de um estudo elaborado por uma empresa da especialidade, assente em duas vertentes: Transportes Públicos e Mobilidade Sustentável. Os resultados do estudo não foram implementados devido a entraves de financiamento e dificuldades na criação de estruturas.

A partir de então foi solicitado pelo Município uma reformulação do projecto ao Instituto Superior Técnico (Unidade de Investigação IDMEC – Instituto de Engenharia Mecânica;

²¹ Identificação da rede viária em actualização.

Actualização do Diagnóstico Social

Acessibilidades

equipa DTEA – Transportes, Energia e Ambiente) “Projecto Mobilidade Sustentável”, de forma a torná-lo economicamente viável, com o objectivo de dar resposta, numa primeira fase, aos troços de Aldeia do Pico, Aldeia da Justa, Cadoços, Bairro da Liberdade e, numa segunda fase, chegar gradualmente às freguesias. Esta reformulação está ainda em curso.

ACESSIBILIDADES – SÍNTESE

Como síntese do grupo temático **Acessibilidades** destacam-se os seguintes aspectos:

- A mobilidade constitui-se como dimensão central da vida actual;
- Ligação inter-concelhia relativamente positiva, sobretudo a partir da sede do concelho (nós rodoviários A2 e ferroviários). Já ao nível intra-concelhio as acessibilidades são deficitárias em termos de acessos e transportes públicos;
- Este ‘cenário’ origina oportunidades diferenciadas entre aqueles que vivem na sede do concelho e os restantes residentes, reforçando a tendência polarizadora da sede do concelho;
- O Município dispunha, em 2002, de um estudo elaborado por empresa da especialidade, assente em duas vertentes: Transportes Públicos e Mobilidade Sustentável. Os resultados do estudo não foram implementados devido a entraves de financiamento e dificuldades na criação de estruturas;
- Por solicitação do Município está em curso a reformulação do projecto pelo Instituto Superior Técnico “Projecto Mobilidade Sustentável”, de forma a torná-lo economicamente viável, dando resposta, numa primeira fase, aos troços de Aldeia do Pico, Aldeia da Justa, Cadoços, Bairro da Liberdade. Numa segunda fase pretende-se chegar gradualmente às freguesias;
- Dificuldades acrescidas para os indivíduos com deficiência ou mobilidade reduzida; barreiras arquitectónicas (acesso a serviços públicos, espaços de lazer, zonas pedonais). O Município tem vindo a desenvolver uma intervenção crescente nos espaços públicos (rebaixamento de passeios, rampas), contudo mantém-se a falta de cumprimento da legislação em vigor no que respeita aos edifícios públicos;
- Quanto à Rede Viária, e no período de 2002 – 2007, foram objecto de requalificação as seguintes vias: E.M. 543 – reparação do troço Cruzamento dos Cadoços/Água Derramada; tratamento da marginal de acesso à Aldeia da Justa e variante de ligação – Rotunda da Aldeia do Futuro/Quinta Velha – EM 543/ZIL; E.M. 564 – Carvalhal, Praias do Pego e Lagoa Formosa – refeita e

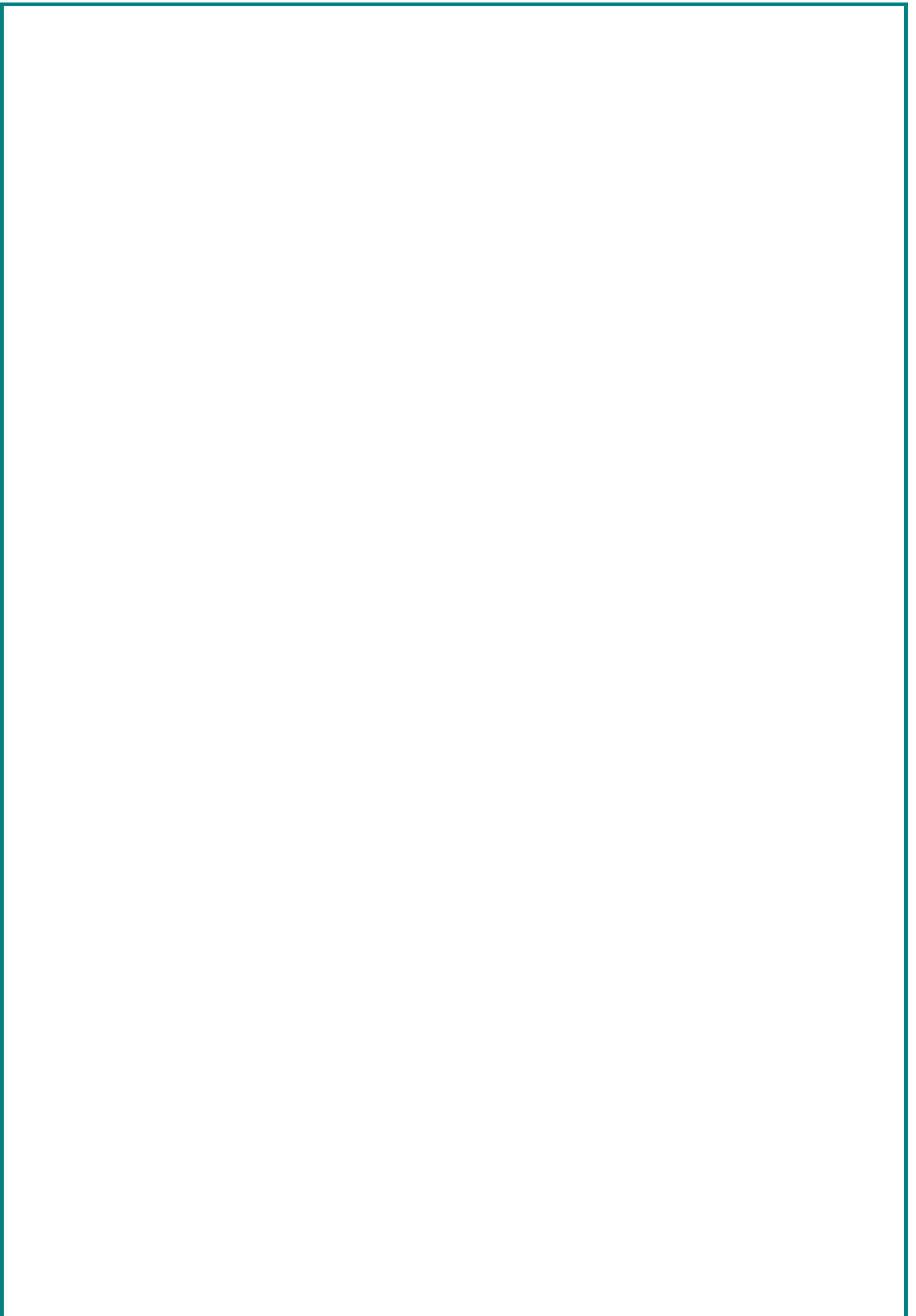
Acessibilidades

pavimentada; C.M. 1136 – Melides EN 120/Variante de Sines – onde falta apenas a ligação ao IC 33, com desnivelamento. Executada também a ligação de algumas estradas intra-concelhias (prolongamentos das estradas já existentes como forma de expansão da rede viária) a saber: pavimentação do Caminho das Amoreiras; pavimentação do CM – 1083 (Aldeia do Futuro – Milharadas); troço de ligação de Melides e Vale Figueira – Cailogo;

- Foram ainda realizadas outras intervenções da responsabilidade do poder central, através das Estradas de Portugal, a saber: EN 261 – servindo as populações do Carvalhal, Pinheiro da Cruz e Melides –, e o IC 33 – servindo em particular a população de Melides;
- O Município tem fomentado a criação de parcerias junto dos promotores de empreendimentos de maior vulto, obtendo como contrapartidas a execução de algumas vias; Alameda entre o Bairro da Esperança e o Bairro da Liberdade; Circular variante do Carvalhal de acesso às praias.
- O Município inscreve anualmente em plano de actividades a conservação das redes viárias, contudo, a sua execução resulta da ponderação entre a disponibilidade financeira e a necessidade de intervenção.

Identificação dos Problemas	Projectos/Soluções
<p style="text-align: center;">Acessibilidades/Transportes</p> <p><u>Insuficiência da Rede de transportes intra-concelhia:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> ◦ Qualidade urbana (estacionamento, ruído, poluição atmosférica, pelo uso de transporte particular); ◦ Impossibilidade das populações das freguesias e bairros periféricos se deslocarem para suprir as suas necessidades do quotidiano; ◦ Custos (económicos) para as famílias/pessoas da periferia e freguesias, que têm que se deslocar em veículo particular; <p><u>Inexistência de um interposto modal rodo-ferroviário:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> ◦ Região produtora de madeira/cortiça sujeita apenas a transporte rodoviário com custos ao nível da manutenção das estradas, poluição, custo da matéria-prima (gasóleo); <p><u>Dificuldade na aplicação da legislação referente às barreiras arquitectónicas;</u></p> <p style="text-align: center;">Acessibilidades/Rede Viária</p> <p><u>Ausência de Planeamento:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> ◦ Necessidade de caracterização do estado de conservação das vias, hierarquização das intervenções e/ou de construção de novas vias; ◦ Não estabelecimento de critérios objectivos na hierarquização das intervenções; ◦ Adiamento sucessivo de algumas intervenções estabelecidas em plano de actividades (que implica uma maior degradação das vias e, consequentemente, o aumento dos custos de intervenção); 	<ul style="list-style-type: none"> ◦ Conclusão e implementação de ‘Mobilidade Sustentável’ (numa fase inicial dará resposta aos bairros periféricos, Aldeia do Pico, Aldeia da Justa, Cadoços, Bairros da Liberdade. Alargar gradualmente às freguesias); ◦ Criação de um interposto modal rodo-ferroviário (alternativa economicamente mais rentável para os produtores); ◦ Accionar os mecanismos de fiscalização previstos na lei; ◦ Plano Global das Acessibilidades; ◦ Cumprimento criterioso do plano de intervenção; ◦ Assertiva/oportuna apresentação de candidaturas à utilização dos fundos comunitários disponíveis;

ASSOCIAÇÕES, EQUIPAMENTOS CULTURAIS E
DESPORTIVOS



ASSOCIAÇÕES, EQUIPAMENTOS CULTURAIS E RECREATIVOS

▪ Evolução do Movimento Associativo Popular em Portugal

O Movimento Associativo em Portugal encontra as suas raízes no associativismo das ordens religiosas, evoluindo para um associativismo popular em meados do século XIX, fundamentado na necessidade premente das populações minimizarem as dificuldades por que passavam. Nesse contexto, as associações surgem com um cariz fortemente assistencial (ditas de *socorros mútuos...*), alicerçando-se em valores de solidariedade e fraternidade tendo as *Mutualidades* desenvolvido um trabalho de apoio essencial durante os graves períodos de crise (epidemias, por exemplo), nomeadamente na segunda metade do século XIX. Mas nesse período verificou-se igualmente o surgimento de associações de outros tipos: de instrução e recreio; de classe; de bombeiros; cooperativas ...

Nas primeiras décadas do século XX, as associações assumem um importante papel na *instrução popular*, inserindo-se num movimento de desenvolvimento da educação popular ligado a meios operários.

Já o advento do Estado Novo vem condicionar toda a sociedade portuguesa e, paralelamente, o próprio Movimento Associativo popular, relativamente ao qual tudo passou a merecer a homologação do Governo, principalmente os dirigentes das associações que, apesar do regime adverso, continuaram a ser eleitos de forma democrática, em Assembleias-Gerais, pelos associados.

Durante esse período, as Associações eram claramente uma forma organizada da população resistir à falta de liberdade e democracia. A promoção de dinâmicas desportivas, recreativas e culturais abria um espaço de participação e vivência único, em que muitos homens e mulheres tiveram a sua escola cívica e de cidadania, paralelamente ao esforço e persistência dispendidos quotidianamente, trabalhando voluntariamente em associações/colectividades – geridas sem receitas e com apoios escassos –, em prol do direito à prática do desporto e do acesso à cultura.

Actualização do Diagnóstico Social

Associações, Equipamentos Culturais e Desportivos

Portanto, aos valores de solidariedade e fraternidade juntam-se os de independência e autonomia, democracia, cidadania e trabalho voluntário, como cerne do Movimento Associativo Popular em Portugal.

No período pós revolução, o Associativismo continuou ainda a assumir-se como um espaço de afirmação da liberdade e de construção da democracia, emergindo, contudo, uma nova diversificação das actividades promovidas, assim como outros tipos de associativismo²². Entretanto, o quotidiano de muitas associações começa a sofrer alterações profundas, quer porque perdem o seu carácter de contra poder, quer devido à criação de novos espaços de cidadania (novos partidos políticos, comissões de moradores, movimentos sindicais), que absorvem parte dos indivíduos que militavam nas colectividades.

Face à evolução da sociedade, o Movimento Associativo luta por se adaptar, tanto ao afastamento progressivo dos cidadãos, como à “concorrência” originada pelas novas dinâmicas da intervenção autárquica²³, assistindo-se a uma selecção natural entre as associações/colectividades, só sobrevivendo as que, por melhor estruturadas, conseguem crescer e adaptar-se aos novos tempos.

Actualmente, os desafios enfrentados pelo Movimento Associativo começam, desde logo, pelo repto de manter as próprias dinâmicas associativas, perante a documentada escassez de recursos económicos, o défice de participação juvenil e a fraca participação e envolvimento da população nas decisões das colectividades, factores que constituem inegáveis desafios a enfrentar. Por outro lado, actualmente as populações têm ao seu dispor todo um leque de “entretenimentos” – fornecidos pela nova cultura global consumista e facilmente disponibilizados em casa por via dos avanços tecnológicos –, que transforma os cidadãos em meros consumidores, abstraídos de qualquer espírito crítico, ícones dum ideal de sociedade submissa.

O contraponto encontrar-se-á na construção de estratégias de promoção de uma vida em comunidade participada (quer no domínio da cultura, quer no campo desportivo), salientando-se então o papel das associações/colectividades, como parceiras reconhecidas e indispensáveis nessa construção.

²² Outros tipos de associativismo: de defesa (do património, dos consumidores, etc.); movimentos de moradores; juvenil e estudantes; ambiente e ecologia; pais e família; pessoas com deficiência; IPSS (já nos anos 80) ...

²³ Criação de infra-estruturas desportivas e culturais e/ou a oferta directa de serviços aos cidadãos.

▪ **As Associação no Concelho de Grândola**

No âmbito deste trabalho de actualização do Diagnóstico Social, pretende-se essencialmente fazer um **levantamento dos equipamentos e das estruturas locais de cultura, recreio e lazer e das principais actividades a que se dedicam**, pelo que se demarcam aqui sobretudo as **dimensões desportiva, recreativa e cultural** do associativismo no concelho de Grândola.

Como atrás ficou dito, o desenvolvimento do processo democrático em Portugal catapultou definitivamente o papel que as autarquias locais desempenham junto das populações neste domínio, passando estas entidades a assumir a responsabilidade de, tal como as associações, proporcionar o acesso das populações a uma diversidade de práticas, sejam culturais, desportivas, sociais ou recreativas. Estimula-se assim a criação de elos de ligação entre o indivíduo e a comunidade local e promove-se o enriquecimento da qualidade de vida das populações.

É neste pressuposto que os dados contabilizados de equipamentos, estruturas e actividades a seguir apresentados se reportam, não só ao domínio de acção das associações, mas também das autarquias locais.

Entretanto, uma visão global acerca do envolvimento dos portugueses nos diferentes tipos de associação²⁴, permite confirmar que as associações desportivas, culturais e recreativas são as que registam percentagens de envolvimento mais elevadas, logo seguidas das associações de solidariedade social e religiosas²⁵. Encontram-se aqui presentes, sobretudo, associações com alto grau de voluntariado e com objectivos direccionados para os seus membros, com excepção das associações de solidariedade social (Viegas, 2004). Concomitantemente, os efeitos manifestos de integração social, cooperação e solidariedade social, promovem um sentimento de identificação colectiva que envolve o próprio território onde se desenrola a vida associativa local.

²⁴Um inquérito aplicado em 2001, no âmbito de uma pesquisa realizada, permitiu delinear a participação associativa dos portugueses: “Cidadania e participação política e social: atitudes, comportamentos e mudanças institucionais”, financiada pela Fundação para Ciência e Tecnologia, tendo como investigadores principais José M. L. Viegas (coordenador) e Sérgio Faria.

²⁵Opostamente, as “associações de consumidores” e “associações de defesa de direitos de cidadania e valores sociais” são os dois tipos de associações em que as percentagens de envolvimento e de participação activa são mais baixas (Viegas, 2004).

Actualização do Diagnóstico Social

Associações, Equipamentos Culturais e Desportivos

Portanto, é com base no que até aqui se expôs que, remetendo para a realidade concelhia, se identificam as entidades que promovem as dimensões desportivas, culturais e recreativas no concelho de Grândola – e se caracterizam os equipamentos e actividades –, de forma a equacionar posteriormente o seu papel no Plano de Desenvolvimento Social.

▪ Equipamentos de Cultura, Recreio e Lazer

Como pode verificar-se na tabela seguinte, em Grândola, os equipamentos de carácter exclusivamente cultural e outros que podem ter diferentes utilizações, nomeadamente de promoção de actividades de recreio e lazer, são escassos e, na sua maioria, propriedade do Município. Para além disso, à excepção do Museu Mineiro do Lousal e do Centro Comunitário de Santa Margarida da Serra, todos os outros equipamentos se localizam na freguesia sede de concelho.

A Biblioteca Municipal tem vindo a afirmar-se como um dos mais importantes centros de difusão cultural do concelho, quer pelos serviços que presta à população – empréstimo domiciliário e consulta local de um fundo documental diversificado – quer pelos projectos de animação que tem vindo a desenvolver: hora do conto, actividades de expressão plástica, exposições, feiras do livro, oficinas, encontro de escritores, debates, recitais, bibliotecas na praia, bem como outros projectos de colaboração com escolas e outras instituições do concelho.

O Cine Granadeiro – equipamento adequado à exibição regular cinematográfica e teatral, com uma capacidade considerável (temporariamente encerrado, por motivo de obras) – e o Cine Teatro Grandolense – com uma capacidade um pouco menor e que se encontra também encerrado, a aguardar obras – são salas emblemáticas da vila de Grândola, que, ainda que por motivos e em épocas diferentes, marcaram algumas gerações e granjearam alcançar definitivamente um lugar na memória colectiva local.

Actualização do Diagnóstico Social

Associações, Equipamentos Culturais e Desportivos

Tabela 13 – Equipamentos de cariz cultural, valências e características técnicas

Equipamento	Valências	Características Técnicas
Biblioteca Municipal (Grândola - CMG)	Salas de Leitura (Adultos e Crianças e Jovens) Salas polivalentes Sala Multimédia Sala de audiovisuais	As salas polivalentes têm cerca de 240m ² e 100m ² , respectivamente. São habitualmente usadas para exposições, colóquios, sessões literárias, debates, recitais e reuniões.
Cine Granadeiro (encerrado: aguarda obras) (Grândola - CMG)	Sala de espectáculos	Sala com capacidade para 294 lugares. Utilizada essencialmente para exibição cinematográfica, mas também para teatro, colóquios e seminários. Dispõe ainda de um pequeno espaço para exposição.
Cine-teatro Grandolense (encerrado: aguarda obras) (Grândola - CMG)	Sala de espectáculos	Sala com capacidade para 100 lugares. Foi utilizada sobretudo para representação. Passará a integrar a escola de música (SMFOG).
Museu Mineiro do Lousal (Azinheira de Barros - Fundação Frederic Velge*)	Auditório	Sala com capacidade 60 lugares. Utilizada essencialmente para visionamento de filmes sobre a história da Mina, colóquios, seminários.
Casa do Pessoal das Minas do Lousal (Lousal – CMG)	Auditório	Sala de espectáculos com capacidade para cerca de 250 lugares (aguarda remodelação)
Centro Comunitário dos Cadoços (Grândola - CMG)	Sala polivalente	Sala com cerca de 59m ² , utilizada pela comunidade em actividades recreativas, ocupação de tempos livres e de apoio à EB1 de Cadoços
Centro Comunitário de Canal Caveira (Grândola - CMG)	Sala polivalente	Sala com cerca de 60m ² utilizada pela comunidade em actividades recreativas, ocupação de tempos livres.
Centro Comunitário de Santa Margarida da Serra (Grândola - CMG)	Sala polivalente	Sala com cerca de 59m ² utilizada pela comunidade em actividades recreativas, ocupação de tempos livres.
Complexo Desportivo Municipal José Afonso – Estúdio Jovem –	Espaço exterior	Actividade culturais e recreativas, especialmente dirigida aos público jovem que decorrem essencialmente no Verão.
Jardim 1º de Maio	Jardim Municipal	Jardim Municipal equipado com parque infantil, com zona para a prática da Petanca, e onde se realizam actividades lúdico-recreativas com idosos, crianças e jovens.
Parque de Feiras e Exposições	Espaços exteriores e interior	Espaço onde se realiza a Feira anual de Grândola e outros evento (exposições, concertos; teatro...), equipado com um palco fixo e outro móvel, com apoio camarins, zona de tasquinhas e dois pavilhões, habitualmente usados para exposições e espectáculos diversos.
Rancho Folclórico “5 Estrelas de Abril”	Sala polivalente	Festivais de folclore, bailes e festas populares.

* Integra a SAPEC e o Município de Grândola

Fonte: Câmara Municipal de Grândola

Actualização do Diagnóstico Social

Associações, Equipamentos Culturais e Desportivos

Na freguesia de Azinheira dos Barros, localidade do Lousal, existe o Museu Mineiro do Lousal, em resultado do Programa de Desenvolvimento Integrado e de Redinamização do Lousal, da responsabilidade da Fundação Frederic Velge (integra a SAPEC e o Município de Grândola). Com recurso a fundos comunitários, a Fundação iniciou já o projecto de Musealização da Mina do Lousal, que na sua vertente cultural contou com a colaboração da Associação Portuguesa de Arqueologia Industrial. Trata-se de um projecto de desenvolvimento integrado que inclui a criação de infraestruturas turísticas (hotelaria, espaços de lazer, campismo, turismo rural, restaurantes), de formação profissional, criação de micro-empresas e de espaços culturais. A implementação tem sido faseada, encontrando-se algumas destas estruturas já em funcionamento: museu, auditório, restaurante e residencial. Este projecto reúne todas as potencialidades para se tornar um pólo de dinamização nas vertentes cultural, científica e pedagógica.

▪ Eventos Regulares Culturais e de Lazer

Culturais / de Lazer

- **Fórum da Juventude** – Grândola, Março
- **Comemorações do 25 de Abril** – Grândola, Abril
- **Animação de Verão** – Grândola
- **Feirinha de Artes e Sabores** – Azinheira de Barros, Junho
- **Rota das Tabernas** – Junho / Julho
- **Feira de Agosto** – Grândola, último fim-de-semana de Agosto
- **Feira do Anual do Carvalhal** – Agosto
- **Comemorações do Dia do Concelho** – Grândola, Outubro
- **Feira de Melides** – 3º Fim-de-semana de Novembro
- **CulturBarros** – Azinheira de Barros, Novembro

Populares / Religiosos

- **Festivais de Folclore** – Abril e Julho
- **Festas da Nossa S^a da Penha de França** – Grândola, Maio
- **Festas de S. João** – Lousal, Junho
- **Festas de Nossa Senhora do Rosário** – Melides, Agosto
- **Festas de Nossa Senhora do Rosário** – Tróia, Agosto
- **Festas da Nossa S.^a da Conceição** – Azinheira de Barros, Agosto
- **Festas da Serra** – Santa Margarida da Serra, Agosto

Tendo a Câmara Municipal um papel importante na realização deste tipo de eventos, é na participação da sociedade civil – pessoas, instituições e entidades concelhias (muitos não

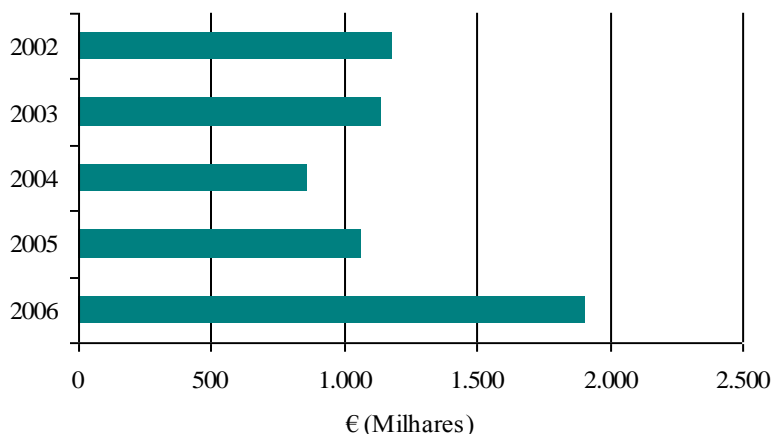
Actualização do Diagnóstico Social

Associações, Equipamentos Culturais e Desportivos

são da responsabilidade da Câmara Municipal) –, que está o garante do sucesso destes eventos.

Entretanto, as despesas em cultura do Município têm sofrido algumas variações, apresentando, contudo, um salto significativo em 2006 relativamente aos anos anteriores, o que poderá ser indiciador de um maior dinamismo nesta área.

Gráfico 39 – Evolução das despesas efectuadas em cultura pelo Município de Grândola



Fonte: INE (Dados obtidos em <http://www.ine.pt>)

▪ Equipamentos e Promoção de Actividades Desportivas

Ao nível desportivo são vários, e de qualidade, os equipamentos disponíveis no concelho. Os equipamentos estão distribuídos pelas várias freguesias – excepto Santa Margarida da Serra onde não existe qualquer equipamento desta natureza –, muito embora a grande maioria (27) esteja localizada na sede do concelho.

Em todo o caso é possível a prática desportiva em todas as freguesias. Mesmo na freguesia de Santa Margarida da Serra, onde, como foi já referido, não existem equipamentos desportivos – o que se ficará a dever ao facto de se tratar de uma freguesia com uma população bastante envelhecida –, ainda assim os idosos desta freguesia têm oferta desportiva no âmbito do Programa Viver Solidário, com actividades realizadas no salão da IPSS local ou pela deslocação à piscina municipal.

Atualização do Diagnóstico Social

Associações, Equipamentos Culturais e Desportivos

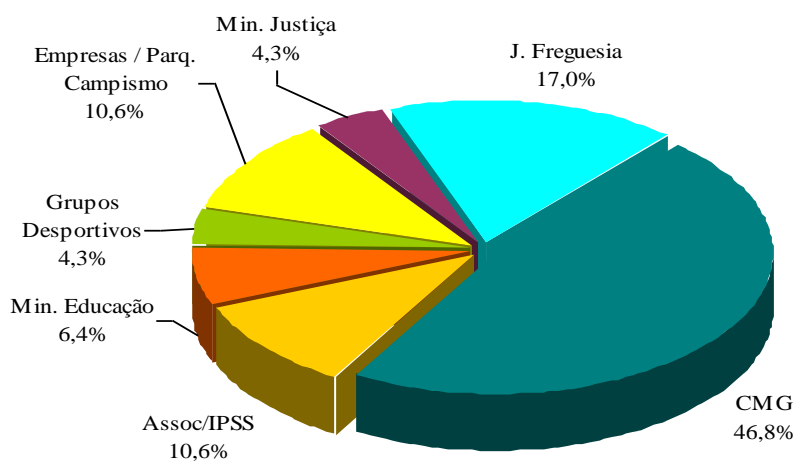
Tabela 14 – Equipamentos desportivos – distribuição por freguesia

Equipamentos desportivos	Grândola	Carvalhal	Melides	Azinhreira de Barros	Total
Estádio Municipal	1				1
Campo de futebol	2	2	2	2	8
Pista Municipal	1				1
Polidesportivos	10	2	4	1	17
Polivalentes		1		1	2
Skate Park	1				1
Piscina Municipal	1				1
Piscina			1		1
Ginásio	4			1	5
Campo de golfe		1			1
Campo de ténis	2		1		3
Picadeiro	1				1
Pavilhões	2				2
Ciclovia	1				1
Mini campo de futebol		1			1
Campo de mini basquetebol	1				1
Total	27	7	8	5	47

Fonte: Câmara Municipal – Divisão de Desporto

A maioria dos equipamentos é propriedade da Câmara Municipal (22) e Juntas de Freguesia (8), seguindo-se as Empresas/Parques de Campismo e Associações/IPSS's ambas com 5 equipamentos cada. O Ministério da Educação dispõe de 3 equipamentos, enquanto os Grupos Desportivos e Ministério da Justiça têm a propriedade de 2 equipamentos cada.

Gráfico 40 – Distribuição dos equipamentos segundo a entidade proprietária



Fonte: CMG – Divisão de Desporto

Atualização do Diagnóstico Social

Associações, Equipamentos Culturais e Desportivos

▪ Actividade Desportiva e Eventos Regulares

Em Grândola realizam-se diversos eventos anuais com carácter regular de impacto relevante, identificados na tabela que se segue.

Tabela 15 – Eventos desportivos de carácter regular

EVENTO	ENTIDADE ORGANIZADORA	MÊS
Grande Prémio de Atletismo “José Afonso”	Junta de Freguesia de Grândola	Fevereiro
Salão de Pesca de Grândola	Câmara Municipal de Grândola	Março
Festival de Expressão Motora para o Ensino Pré-escolar	Câmara Municipal de Grândola	Março
Passeios Pedestres para o 1º Ciclo do Ensino Básico	Câmara Municipal de Grândola	Março
G 100 (Prova de BTT)	Rodas Clube	Março ou Abril
Troféu Ori-BTT	Câmara Municipal de Grândola	Abril
Encontro de Ginástica Sénior	Câmara Municipal de Grândola	Abril
Campeonato Nacional de Patinagem Artística (1ª vez que se realiza em Grândola)	Clube Recreativo “O Grandolense” – Secção de Hóquei em Patins	Abril
Grande Prémio de Ciclismo “José Amaro”	Câmara Municipal de Grândola	Abril
Corrida da Liberdade	Câmara Municipal de Grândola	24 de Abril
Festival do Ar	Câmara Municipal de Grândola	Maio
Campeonato Nacional de Ciclismo (Veteranos)	Federação Portuguesa de Ciclismo	Maio
Convívio Alegria e Movimento	Câmara Municipal de Grândola	Junho
G 200 (Prova de BTT)	Rodas Clube	Junho
Volta a Portugal de Ciclismo (Juniões)	Federação Portuguesa de Ciclismo	Julho
Ultra Maratona Atlântica Melides – Tróia	Câmara Municipal de Grândola	Julho ou Agosto
Festival Hípico	Câmara Municipal de Grândola	Agosto
Jogos Tradicionais de Grândola	Câmara Municipal de Grândola	Setembro
Passeio de Cicloturismo	Câmara Municipal de Grândola	5 de Outubro
6 Horas de BTT	Rodas Clube	Outubro
Corta Mato Escolar Concelhio	Câmara Municipal de Grândola	Novembro

Fonte: Câmara Municipal de Grândola – Divisão de Desporto

Actualização do Diagnóstico Social

Associações, Equipamentos Culturais e Desportivos

Salvaguardando todas as entidades organizadoras habituais (CMG; Juntas de Freguesia; Associações, Clubes, etc.), destaca-se a importância das associações de carácter desportivo do concelho na promoção da prática desportiva, associando a prática de carácter competitivo com as de carácter meramente ocupacional/lúdico.

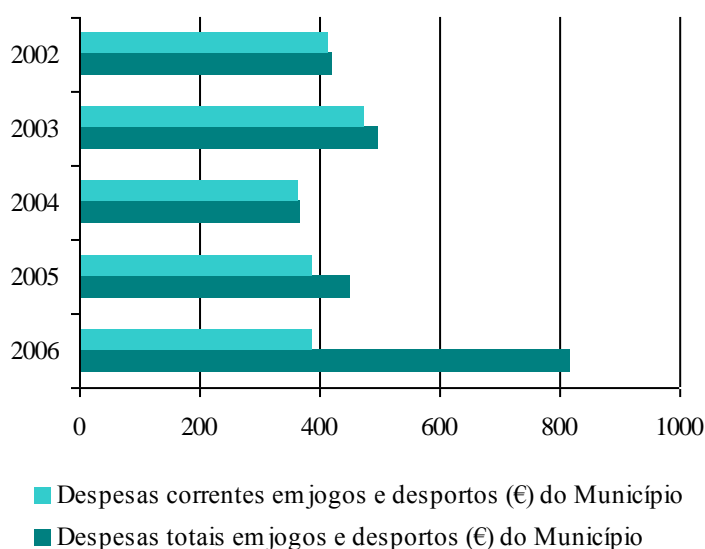
A nível competitivo destaca-se a natação, o hóquei e o futebol. As restantes são bastante diversificadas, desde o ciclismo, ginástica de manutenção, hidroginástica, basquetebol...

Outras actividades desenvolvidas ao longo do ano:

- Projecto da Câmara Municipal de Grândola “Desporto na Natureza” – Passeios Pedestres e de BTT – inclui também, as Travessias da Ponte 25 de Abril (Março) e Ponte Vasco da Gama (Setembro) e a Corrida da Mulher (Maio), organizadas pelo Maratona Clube de Portugal;
- Passeios Pedestres e Encontros de Jogos Tradicionais para a População Idosa do Concelho (Organização: Câmara Municipal de Grândola);
- Torneios dos Clubes por ocasião das Comemorações do 25 de Abril do Dia do Concelho, em diversas modalidades;

O papel do Município na promoção das actividades desportivas tem sido marcante, o que se reflecte nos valores despendidos continuamente nesta área, gastos quer em despesas correntes na promoção e apoio dos eventos, quer em despesas de investimento em equipamentos desportivos.

Gráfico 41 – Despesas totais e correntes em jogos e desporto, efectuadas pelo Município

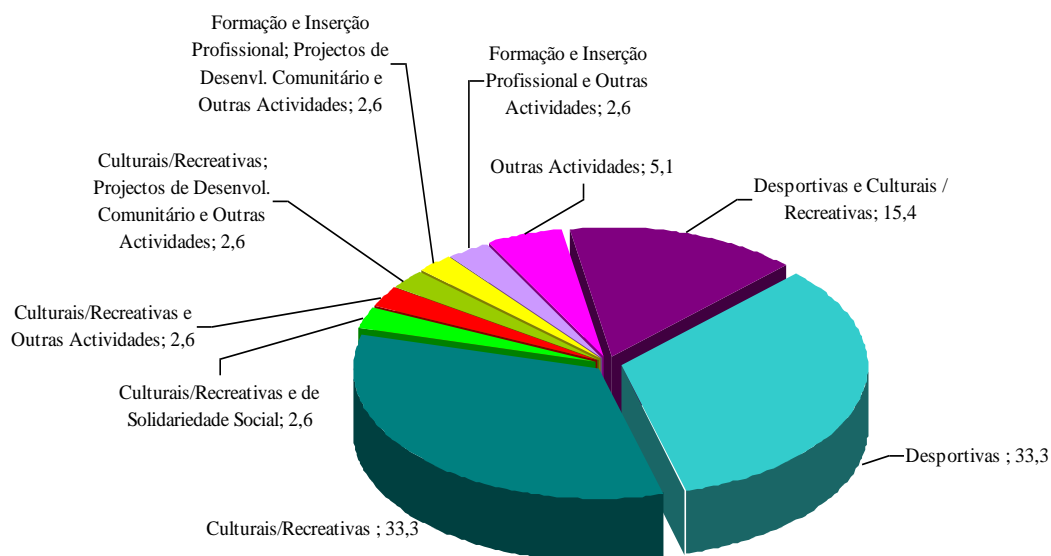


Fonte: INE (Dados obtidos em <http://www.ine.pt>)

▪ **Associações e Áreas de Intervenção**

Do levantamento realizado sobre as Associações²⁶ no concelho, identificaram-se 39 com áreas distintas de actuação (pese embora estas sejam áreas genéricas de intervenção). Na sua maioria, as associações locais desenvolvem a sua intervenção ao nível desportivo e na área cultural e recreativa – em muito, transversal à primeira – como áreas de actuação mais predominantes. Assinala-se, contudo, a presença de associações de cariz humanitário (bombeiros voluntários) e de desenvolvimento local.

Gráfico 42 – Distribuição das Associações por área de actuação



Fonte: Tabela 16 (Tratamento próprio)

Identificaram-se 13 associações com actuação exclusivamente desportiva²⁷ e igual número só com actuação na área cultural e recreativa (correspondendo a 33,3% de associações em cada área). Contabilizam-se, ainda, 6 associações conjugam as duas áreas de actuação (15,4%). São 2 as associações de carácter humanitário (5,1%). As restantes associações conjugam de forma diversa as outras áreas de actuação (formação e inserção profissional; projectos de desenvolvimento comunitário ou outras actividades).

²⁶ Os elementos aqui apresentados sobre as associações são básicos, carecendo – para melhor avaliar estes importantes recursos locais – aprofundar o conhecimento sobre os seus projectos, públicos, capacidades etc.

²⁷ De referir também a existência de uma escola de futebol – GrandolaFoot – que, tratando-se duma empresa particular e não se enquadrando no âmbito das associações aqui considerado, exerce a sua actividade na área desportiva, envolvendo um número considerável de crianças e jovens, sendo também parceira das autarquias locais na promoção de eventos desportivos regulares (Torneios de futebol).

Actualização do Diagnóstico Social

Associações, Equipamentos Culturais e Desportivos

Tabela 16 – Associações segundo as áreas de actuação

ASSOCIAÇÕES	ACTIVIDADES						
	Desportivas	Culturais Recreativas	Solidariedade Social	Formação e Inserção Profissional	Projectos de Desenvolvimento Comunitário	Outras Actividades	
Age.GDL							
Amiciclo – Amigos do Ciclismo de Grândola							
Associação 25 de Abril (Delegação do Alentejo)							
Associação Cultural e Desportiva da Aldeia do Futuro							
Associação Cultural Horas Extraordinárias – Teatro de Grândola							
Associação de Desenvolvimento do Litoral Alentejano							
Associação de Desenvolvimento e Solidariedade Social do Canal Caveira							
Associação de Empresários do Alentejo Litoral							
Associação de Moradores da Silha do Pascoal							
Associação de Pescadores Desportivos de Grândola							
Associação de reencontro dos Emigrantes							
Associação de Reformados de Grândola							
Associação de Reformados do Lousal							
Associação H. dos Bombeiros Voluntários de Carvalhal							
Associação H. dos Bombeiros Voluntários de Grândola							
Associação Quarteto Barroco Litoral							
Associação Recreativa, Desportiva e Cultural das Lagoas e Praia							
Associação Sócio-Cultural “Aldeia Nova de S. Lourenço” – Canal Caveira							
Centro de Cultura e Desporto do Pessoal do EPPC							
Clube de Ciclismo do Litoral Alentejano							
Clube de Natação de Grândola							
Clube dos Amigos do Basquetebol de Grândola “Os Javalis “							
Clube Recreativo ‘O Grandolense’							
Colectividade Sócio Cultural Barrense							
Escola Murakami de Grândola							
Grupo Coral COOP							
Grupo Coral Vozes de Grândola							
Grupo de Dança Típica da Queimada							
Grupo de Pedestrianismo – Caminheiros de Grândola							
Grupo Desportivo Vale Figueira							
Juventude Desportiva do Carvalhal							
Juventude Desportiva Melidense							
Magnólia Clube							
Motoclube de Grândola							
Rancho Folclórico ‘5 Estrelas de Abril’							
Rancho Folclórico Danças e Cantares ‘Os Rurais de Água Derramada’							
Rodas Clube							
Sociedade Columbófila de Grândola							
Sociedade Musical Fraternidade Operária Grandolense							

Fonte: Várias (CMG, Associações)

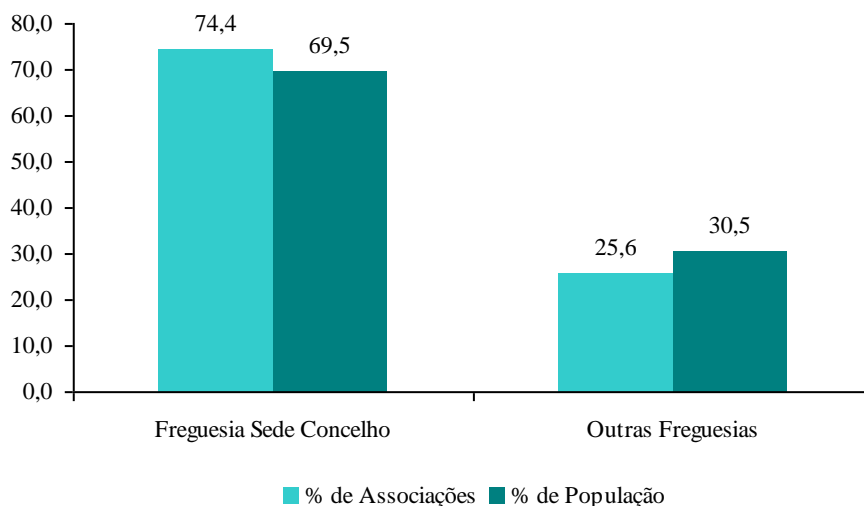
▪ **Associações e População Concelhia**

Como já se verificou, no âmbito das áreas de intervenção equacionadas, contabiliza-se no concelho de Grândola um total de 39 associações, distribuídas de forma não uniforme pelo território, dado que quase $\frac{3}{4}$ se localizam na freguesia sede de concelho.

Os dados traduzem que, na freguesia de Grândola, a população²⁸ corresponde a cerca de 70% do total da população concelhia, reportando-se à mesma 74,4% das associações referidas. Ou seja, estabelece-se um rácio de 2,8 associações por cada mil habitantes na sede de concelho. Já no conjunto das restantes freguesias, esse rácio baixa para 2,2%, num cenário que representa pouco mais de 30% da população concelhia e 25,6% das associações.

Portanto, a uma maior concentração de população corresponde idêntica concentração de associações no espaço da freguesia sede de concelho, por oposição a uma menor concentração de população e associações no conjunto das restantes freguesias.

Gráfico 43 – Comparação entre as distribuições percentuais da população e das associações, na freguesia sede de concelho e no conjunto das restantes freguesias



Fonte: Tabela 17 (Tratamento próprio)

No que respeita à categoria²⁹ das associações, a distribuição no território assume tendências idênticas de concentração, verificando-se uma predominância das associações Desportivas, seguida das Culturais e Recreativas. Os restantes tipos de associação

²⁸ Os valores da população têm por base os dados dos Censos 2001.

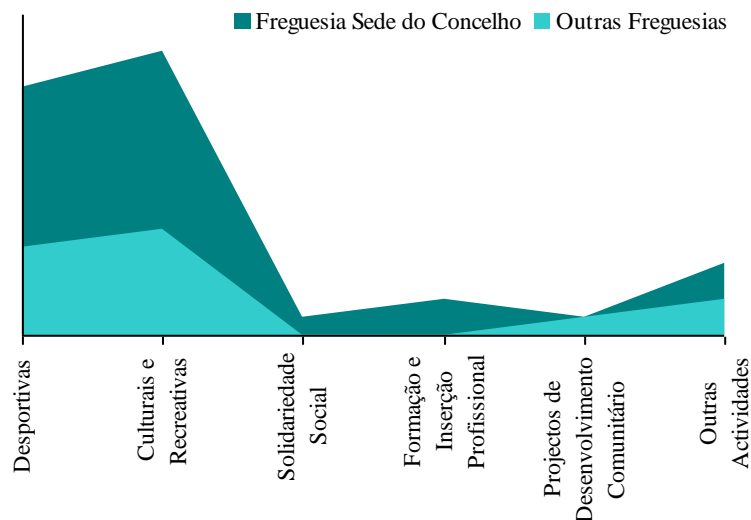
²⁹ Leia-se 'área de actuação'.

Actualização do Diagnóstico Social

Associações, Equipamentos Culturais e Desportivos

inscrevem-se proporcionalmente nas duas categorias territoriais seleccionadas, com excepção das associações que actuam na área da Formação e Inserção Profissional, que surgem apenas na freguesia sede do concelho.

Gráfico 44 – Distribuição territorial dos diversos tipos de Associação



Fonte: Tabela 17 (Tratamento próprio)

▪ Associações e Participação Cívica

Como já foi referido, as diversas alterações que a sociedade portuguesa tem registado têm tido, naturalmente, as suas repercussões no movimento associativo popular, cujas formas de manifestação tiveram de inovar para se adaptarem. Também as motivações de pertença ao movimento associativo popular se alteraram, permanecendo subjacente à vontade individual de participação, contudo, a necessidade de representação de interesses e identidades comuns.

O envolvimento dos indivíduos nas instituições de proximidade local, propicia a reafirmação de laços sociais e a dinamização de trajetórias de sociabilidades, permitindo-lhes participar na promoção de uma maior responsabilização, quer pessoal quer colectiva. É nesta perspectiva que as associações se assumem – paralelamente ao papel incontornável na promoção da cultura, do desporto e na área social –, como um espaço de aprendizagem cívica, com *efeitos democráticos* que não se restringem à participação dos indivíduos na vida interna das associações³⁰.

³⁰ De acordo com Warren (2001 e 2004), esses efeitos fazem-se sentir a outros níveis: *i) a nível individual*: aumento de informação, das competências simbólicas, do sentimento de poder participar, do sentido crítico,

Actualização do Diagnóstico Social

Associações, Equipamentos Culturais e Desportivos

Neste ponto, seria importante o aprofundamento da caracterização das associações apresentadas, para tentar perceber como é que as suas trajectórias, as suas relações com as instituições oficiais, a composição social dos seus membros, marcaram/marcam os indivíduos que nelas militam, na sua capacidade de participação cívica e de envolvimento nos problemas do colectivo.

Não tendo sido possível aprofundar esse conhecimento, optou-se por simplificar o processo de caracterização das associações, sendo por isso necessário recorrer a outros indicadores para fazer um esboço (que se assume insuficiente) da participação cívica dos cidadãos grandolenses.

A opção recaiu sobre os indicadores de participação política que – e muito embora não sejam aqui consideradas as associações mais próximas da esfera política –, permitirão comparar o nível de participação dos eleitores concelhios, relativamente ao de outras unidades territoriais.

Assim, pode verificar-se que nos actos eleitorais que se realizaram entre 2001 e 2006, registou menor abstenção³¹ a eleição para a Assembleia da República em 2005, em que nenhuma das unidades territoriais apresentadas alcançou os 40% de abstenção. Opostamente, a eleição do Parlamento Europeu em 2004 foi o acto eleitoral deste período que maior taxa de abstenção sofreu, com valores que variaram entre um máximo de 63,2% (Sines) e um mínimo de 56,5% (Grândola).

Pelos dados apresentados, pode então afirmar-se que, em qualquer um dos actos eleitorais considerados, Grândola apresenta os valores menos desfavoráveis de taxa de abstenção, comparativamente às restantes unidades territoriais. Ou seja, é onde os cidadãos mais exercem o seu direito/dever de eleitores, valorizando assim o seu nível de participação política.

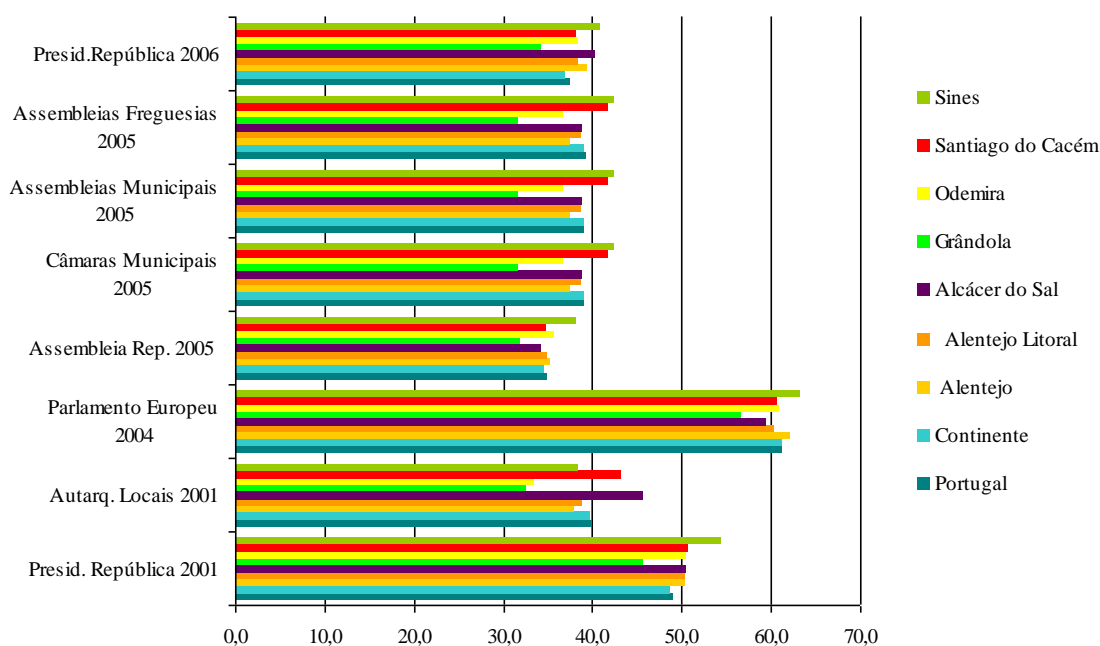
da tolerância social e política e das virtudes cívicas em geral; *ii) a nível da esfera pública*: representação de interesses de grupos específicos, contribuição para a comunicação pública, e para a deliberação política; *iii) a nível institucional*: representações de interesses, identidades e orientações normativas, suporte de acções colectivas de protesto e resistência, funções de coordenação e regulação, papel subsidiário na implementação de políticas públicas (*apud* Viegas, 2004: 37)

³¹ Os dados relativos à abstenção eleitoral têm por base, naturalmente, o número de eleitores e não a totalidade da população.

Actualização do Diagnóstico Social

Associações, Equipamentos Culturais e Desportivos

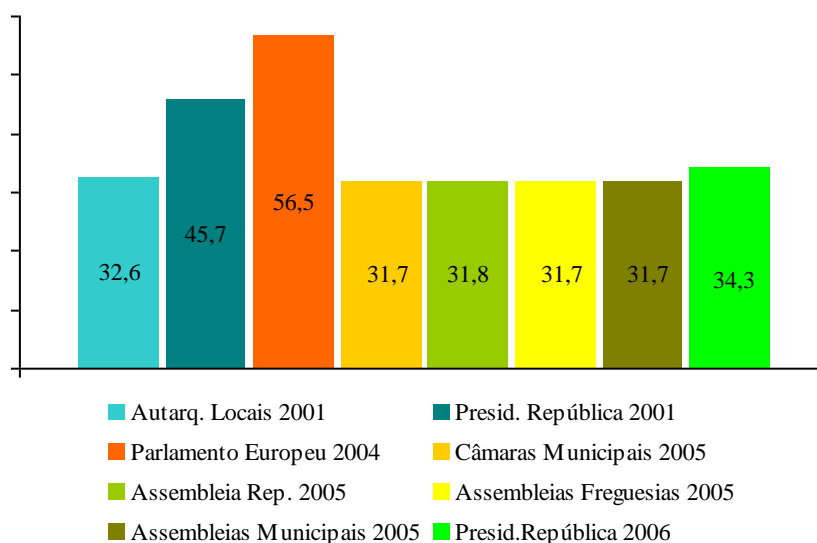
Gráfico 45 – Taxa de abstenção nos actos eleitorais realizados entre 2001 e 2006



Fonte: INE, Anuários Estatísticos Regionais 2006

Comparando a taxa de abstenção dos diversos actos eleitorais, também em Grândola a eleição para o Parlamento Europeu em 2004 foi a que registou maior abstenção (56,5%), seguida da eleição para a Presidência da República em 2001 (45,7%) e em 2006 (34,3%). Já as eleições realizadas em 2005 contaram com uma taxa de abstenção inferior, à volta dos 32%.

Gráfico 46 – Taxa de abstenção no concelho de Grândola



Fonte: INE, Anuários Estatísticos Regionais 2006

Actualização do Diagnóstico Social

Associações, Equipamentos Culturais e Desportivos

Sem outros elementos de estudo que permitam uma análise mais completa, da apresentação destes indicadores de participação política pode apenas concluir-se duma maior concretização da participação dos cidadãos de Grândola nos actos eleitorais, relativamente aos cidadãos das outras unidades territoriais consideradas. Não se pode contudo inferir desta análise da existência dum dinamismo idêntico noutras áreas de participação cívica, como o voluntariado³² ou a participação activa nos órgãos dirigentes das associações.

Portanto, a questão do associativismo pode aqui cruzar-se apenas teoricamente por via dos seus já mencionados benefícios, em termos das implicações na educação cívica dos cidadãos. Até porque a via do associativismo, ao envolver os cidadãos nas questões colectivas, promove a integração social e predisporá mais facilmente ao envolvimento político.

Entretanto, para a Actualização do Diagnóstico Social de Grândola – não sendo atempadamente possível aprofundar de modo ideal (nem quantificar) a forma como participam os cidadãos nas associações identificadas –, o conhecimento empírico e os dados relativos ao campo de acção em que actuam essas associações, permitem inferir que a participação cívica será mais marcante nas áreas desportiva, cultural e recreativa.

Sendo nessas áreas que se contabiliza um maior número de associações, haverá aí, necessariamente, um maior número de pessoas envolvidas. Esses cidadãos promovem a sua responsabilidade social através da participação em projectos e iniciativas destinados ao colectivo que, conseqüentemente, beneficiará em termos de integração social.

Em Grândola, a oferta desportiva regular é bastante maior e muito mais diversificada do que a oferta cultural, na medida em que as actividades desportivas abarcam um número marcadamente superior de participantes, envolvidos nas diversas modalidades. Já a oferta cultural é mais restrita, destacando-se, a título de exemplo, a dinâmica imposta pela SMFOG ao longo de décadas, preenchendo um espaço incontornável no ensino da música aos jovens do concelho³³.

³² Sem outro fundamento que não o conhecimento empírico da realidade concelhia, convém esclarecer da fraca participação dos locais nas diversas formas de voluntariado existentes. De facto, além da tradicional e valiosa participação voluntária nas associações de bombeiros, apenas se registam voluntários no Centro de Saúde e, muito recentemente, nas actividades da Universidade Sénior de Grândola (os professores).

³³ De salientar que, em qualquer dos casos, a participação regular dos jovens nas diversas actividades promove, por inerência, a envolvimento dos pais, com maior ou menor intensidade, na vida associativa.

Actualização do Diagnóstico Social

Associações, Equipamentos Culturais e Desportivos

Neste ponto, passa-se agora à apresentação dos problemas identificados. De salientar, contudo, que as dificuldades sentidas na obtenção de dados sobre as associações se fizeram sentir, igualmente, na identificação dos problemas que as afectam. De facto, apenas um número reduzido de associações respondeu ao solicitado preenchimento da grelha de Identificação de problemas e Projecto/Soluções, o que decididamente limitará a elencação dos problemas realmente existentes.

ASSOCIAÇÕES, EQUIPAMENTOS CULTURAIS E RECREATIVOS – SÍNTESE

Em síntese destacam-se os seguintes pontos:

- Em Grândola, os equipamentos de carácter exclusivamente cultural e outros que podem ter diferentes utilizações, nomeadamente de promoção de actividades de recreio e lazer, são escassos e, na sua maioria, propriedade do Município;
- À excepção do Museu Mineiro do Lousal e do Centro Comunitário de Santa Margarida da Serra, todos os outros equipamentos se localizam na freguesia sede de concelho;
- A Biblioteca Municipal afirma-se como um dos mais importantes centros de difusão cultural do concelho, quer pelos serviços que presta à população quer pelos projectos de animação que tem vindo a desenvolver;
- O Cine Granadeiro e o Cine Teatro Grandolense – salas emblemáticas da vila de Grândola – são equipamentos adequados à exibição regular cinematográfica e teatral (encontrando-se temporariamente encerrados, por motivo de obras);
- A Musealização da Mina do Lousal é um projecto de desenvolvimento integrado que inclui a criação de infra-estruturas turísticas, de formação profissional, a criação de micro-empresas e de espaços culturais, e que reúne todas as potencialidades para se tornar um pólo de dinamização nas vertentes cultural, científica e pedagógica;
- É significativo o número de eventos anuais de carácter cultural/lazer e popular/religioso, com lugar em todas as freguesias;
- Os equipamentos desportivos são os que se apresentam em maior número no concelho, distribuídos pelas várias freguesias, excepto em Santa Margarida da Serra, estando a grande maioria está localizada na sede do concelho;
- A maioria dos equipamentos é propriedade da Câmara Municipal e Juntas de Freguesia, seguindo-se as Empresas/Parques de Campismo e Associações/IPSS's. Os Ministérios da Educação e da Justiça bem como os Grupos Desportivos têm, a este nível, pouca representatividade;
- Ao nível das actividades desportivas são várias as ofertas disponíveis no concelho, promovidas por entidades diversas: CMG; Juntas de Freguesia; Associações, Clubes, etc;

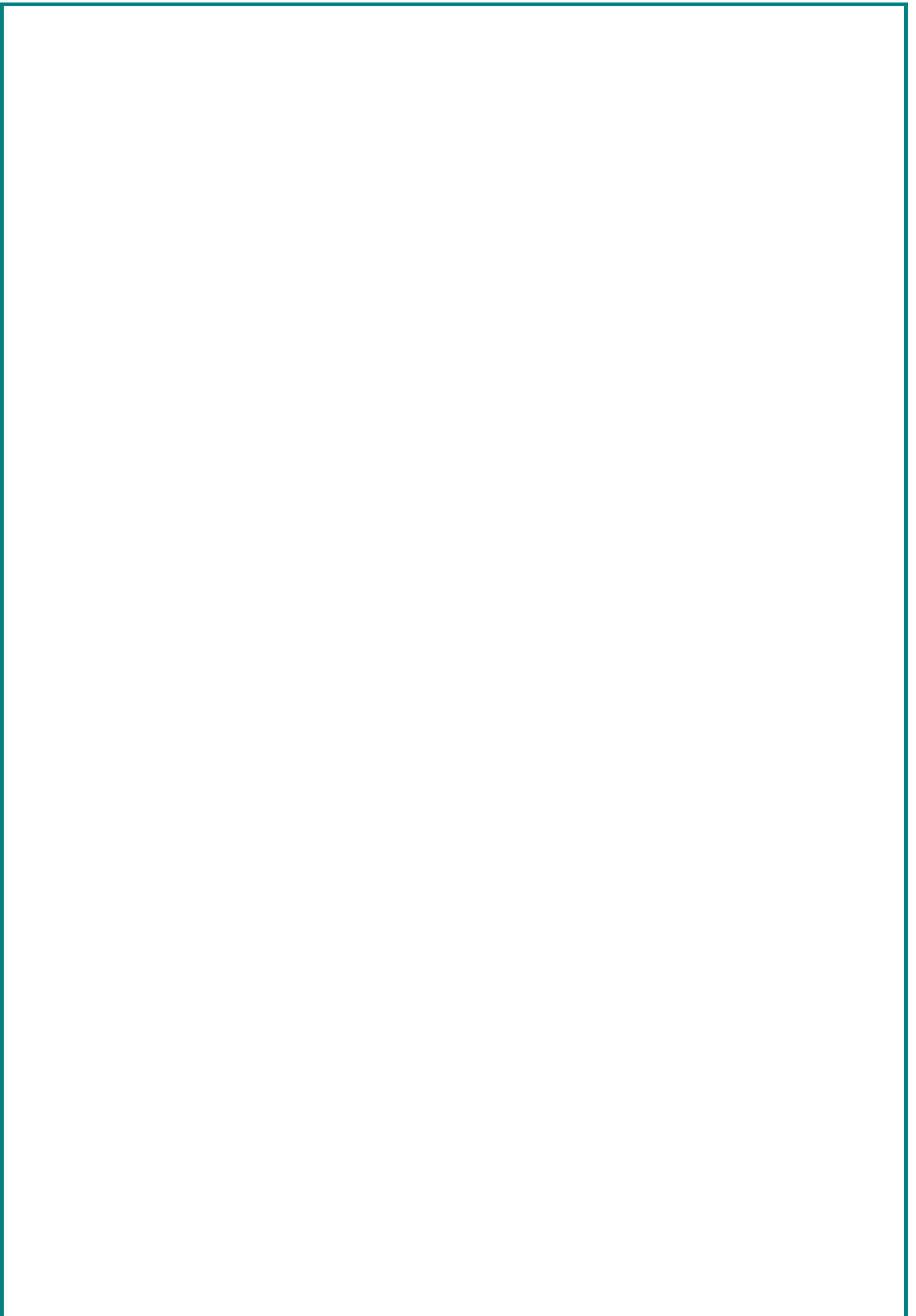
Actualização do Diagnóstico Social

Associações, Equipamentos Culturais e Desportivos

- No concelho realizam-se diversos eventos desportivos anuais com carácter regular e de impacto relevante (ex.: Campeonato Nacional de Ciclismo (Veteranos) e a Ultra Maratona Atlântica Melides – Tróia);
- Identificaram-se 39 Associações no concelho, com diferentes áreas de actuação: 13 Associações com actuação exclusivamente desportiva e igual número só com actuação na área cultural e recreativa; 6 Associações conjugam as duas áreas de actuação e 2 são de carácter humanitário. As restantes Associações conjugam de forma diversa as outras áreas de actuação (formação e inserção profissional; projectos de desenvolvimento comunitário ou outras actividades);
- Em Grândola, a oferta desportiva regular é bastante maior e muito mais diversificada do que a oferta cultural, na medida em que as actividades desportivas abarcam um número marcadamente superior de participantes, envolvidos nas diversas modalidades. Já a oferta cultural é mais restrita, destacando-se, a título de exemplo, a dinâmica imposta pela SMFOG ao longo de décadas, preenchendo um espaço incontornável no ensino da música aos jovens do concelho;
- Quanto à relação associações/participação cívica, a ausência de dados não permitiu aprofundar de modo ideal (nem quantificar) a forma como participam os cidadãos nas associações identificadas. Por exemplo, quem são (idade, sexo...) e como participam activamente os cidadãos nos órgãos dirigentes das associações;
- Relativamente à participação política, comparativamente a outras unidades territoriais (concelhos do Litoral Alentejano), verifica-se que nos actos eleitorais que se realizaram entre 2001 e 2006 – Assembleia da República e Parlamento Europeu –, Grândola apresenta os valores menos desfavoráveis de taxa de abstenção. Ou seja, é o concelho onde os cidadãos mais exercem o seu direito/dever de eleitores, valorizando assim o seu nível de participação política.

Identificação dos Problemas	Projectos/Soluções
<ul style="list-style-type: none">◦ Ausência de sede social ou funcionamento em instalações deficientes de alguns clubes/associações;◦ Escassez de meios logísticos/financeiros para desenvolvimento das actividades correntes nas associações;◦ Escassez de equipamentos de carácter exclusivamente cultural;◦ Carência de Voluntariado jovem nas associações;◦ Não fixação dos jovens no concelho;◦ Criação diminuta de empresas lideradas por jovens;◦ Ausência de programas complementares de educação para a cidadania;◦ Não funcionamento do Conselho Municipal da Juventude;◦ Défice de participação cívica;	<ul style="list-style-type: none">◦ Cedência de espaços para o efeito por parte da Câmara Municipal e/ou recurso a programas de financiamento para construção destas instalações;◦ Concretização dos projectos de ampliação da Biblioteca Municipal, recuperação/reabilitação do Cine-Granadeiro e Cine-Teatro Grandolense/SMFOG;◦ Criação de um programa de voluntariado de longa duração em todas as freguesias (entre os 14 e os 30 anos), com bolsa;◦ Lançamento de incentivos municipais à habitação jovem;◦ Construção a preços controlados;◦ Criação do Gabinete Jovem Empreendedor, ou alargamento da acção de intervenção do Gabinete da Juventude;◦ Conciliação de acções de promoção de educação para a cidadania com os programas curriculares das escolas;◦ Reestruturação do Conselho Municipal da Juventude;

AMBIENTE



AMBIENTE

O aquecimento global do planeta, com as consequentes alterações climáticas e aumento do nível dos oceanos, constitui o problema ambiental mais preocupante que a espécie humana terá de enfrentar ao longo do século XXI. As alterações do clima mundial, provocadas pela actividade humana, representam consequências graves para a nossa espécie e para a Conservação da Natureza e da Biodiversidade³⁴.

O desafio de mudança deste cenário, imposto ao Homem como imperativo de sobrevivência da sua espécie, exige uma postura e um envolvimento da sociedade global, que terá de ser muito maior e melhor. Em Portugal, será necessária uma alteração profunda na forma de funcionamento da sociedade e, para que isso aconteça, uma maior sensibilidade ambiental e envolvimento de todos os cidadãos. Para caminhar no sentido de um desenvolvimento mais sustentável, é indispensável trabalhar de forma consistente na mudança de atitudes e comportamentos e, nesse contexto, os municípios deverão equacionar uma crescente preocupação com as questões ambientais e com a sensibilização e educação das suas populações.

De facto, em Portugal existe algum afastamento entre as instâncias do poder e o ambiente, numa abstracção de décadas que, conjugada com atitudes de ofensa ambiental, só distraidamente poderá ser justificada pela necessidade de opções de intervenção “mais” prementes, imposta pela escassez de recursos, ou pela (incorrectamente) suposta incompatibilidade do ambiente com o desenvolvimento social e económico de um território.

Ao nível das instâncias que mais próximas estão das populações, as autarquias consubstanciam-se no organismo ideal para a resolução dos grandes problemas ambientais do território, sobretudo aqueles que passam pelo ordenamento.

Actualmente, são muitos os instrumentos que apoiam a gestão ambiental de um território concelhio e que contribuem para contrariar as meras intervenções pontuais, dispersas no tempo e no espaço e que se afastam do desejável modelo de sustentabilidade. A aplicação de Sistemas de Gestão Ambiental às autarquias, o desenvolvimento das agendas XXI

³⁴ Câmara Municipal da Golegã. Projecto Escola e Ambiente 2007. [Em linha], disponível em http://www.cm-golega.pt/NR/rdonlyres/F02C7498-0D9D-48DB-9468-D712260AA2F9/0/Projecto_Escola_Ambiente2007_2.pdf (consultado em 21/02/2008)

Local, a execução de planos municipais do ambiente, a adesão ao projecto ECO XXI ou a simples assinatura da carta de Aalborg, são recursos disponíveis que coadjuvam o decisor a percorrer o caminho da qualidade de vida³⁵ e a alcançar a sustentabilidade do seu território, considerando de forma mais enérgica a questão ambiental.

Paralelamente a este modelo, a realidade estatística continua a apontar a nível nacional para um decréscimo (de 2%) da despesa consolidada das Administrações Públicas em actividade de protecção ambiental, traduzida em 903 milhões de euros em 2006³⁶. Genericamente, o domínio “Gestão de Resíduos” continua a absorver quase metade da despesa (46%), que atingiu, em 2006, os 412 milhões de euros. A Administração Local absorveu mais de 2/3 da despesa em ambiente das Administrações Públicas, designadamente pelos municípios, com 67%, enquanto a Administração Central aplicou 1/5 da despesa. Verifica-se também que 2/3 dos gastos em ambiente da Administração Local foram direccionados para o domínio de “Gestão de Resíduos”, enquanto que a contribuição da Administração Central não ultrapassou os 2%³⁷.

Para o município de Grândola não há, actualmente, um plano estratégico para o ambiente: não foi concretizada até agora uma Agenda XXI Local, o que dificultará, certamente, uma correcta revisão do PDM nesta matéria.

A Protecção do Recurso Água, a Gestão de Resíduos e a Protecção da Biodiversidade e das Paisagens, são, basicamente, os domínios sobre os quais incide a acção do Município.

▪ Caracterização do estado do ambiente no concelho

No domínio do ambiente, os dados da situação concelhia a seguir apresentados têm como fonte, não só os dados do INE, como também os elementos constantes no site do Município de Grândola e nos Relatórios e Contas de Gerência de 2001 a 2007, assim como a informação obtida junto dos técnicos da Câmara Municipal, responsáveis por esta área.

³⁵ “Estas ferramentas permitem, entre outras coisas, contrariar a lógica de utilizar os PDM como instrumentos de gestão, em detrimento da sua funcionalidade ao nível do ordenamento do território” JN, Autarquias e Ambiente. [Em linha], disponível em http://jn.sapo.pt/2005/10/03/centro/autarquias_e_ambiente.html (consultado em 03/2008)

³⁶ Apesar deste valor, o impacto dos gastos em ambiente no PIB não foi significativo, representando apenas 0,6%.

³⁷ Instituto Nacional de Estatística (2007). “Estatísticas do Ambiente 2006”. *Revista Território e Ambiente*, Lisboa: INE

▪ Água

Abastecimento de Água para Consumo Humano

Os indicadores de ambiente revelam que no território concelhio, considerando os aglomerados com mais de 50 habitantes, a taxa de cobertura da população servida pelo sistema de abastecimento de água é de 96%, valor superior à média nacional, regional e sub-regional (92%, 95% e 87%, respectivamente). Já o consumo de água residencial e dos serviços é de 40,2 m³/hab, correspondente a 578 mil m³ de água consumida, num total de 756 mil m³, sendo o restante dividido entre uso industrial (158 mil m³) e outros usos (20 mil m³).

Tabela 17 – Indicadores: Abastecimento de Água, Grândola 2005

Área Geográfica	População servida pelo sistema de abastecimento de água	Consumo de água residencial e dos serviços por habitante	Caudal captado (milhares de m ³)			por outras entidades gestoras
			pelas câmaras municipais e serviços municipalizados			
			Total	Origem		
%	m ³		Superficial	Subterrânea		
Portugal	92	46,8	404.081	101.880	302.201	591.929
Alentejo Litoral	87	41,3	8.440	815	7.625	2.082
Alcácer do Sal	98	65,0	2.103	0	2.103	0
Grândola	96	40,2	1.075	0	1.075	0
Odemira	60	33,9	1.026	815	211	0
Santiago do Cacém	97	33,9	2.236	0	2.236	1.385
Sines	98	48,9	2.000	0	2.000	697

Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região Alentejo 2006

No concelho de Grândola, a gestão da distribuição de água é efectuada pela Câmara Municipal, e a água é sujeita apenas a um tratamento de desinfecção com hipoclorito de sódio. A qualidade da água fornecida à população do concelho é uma preocupação constante da Câmara Municipal de Grândola, a qual, através de laboratório acreditado, realiza um controlo periódico aos parâmetros de qualidade da água captada e distribuída. De acordo com os editais de publicitação dos dados da qualidade da água, em 2007, a CM Grândola realizou 161 (100%) análises nas redes de distribuição da água do concelho, 21 (13%) foram realizadas na freguesia de Azinheira de Barros, 37 (23%) na freguesia do

Carvalhal, 71 (44%) na freguesia de Grândola, 26 (16%) na freguesia de Melides e 6 (4%) foram realizadas na freguesia de Santa Margarida da Serra.

Relativamente às análises realizadas no 4.º trimestre de 2007, 100% cumpriam os valores paramétricos estabelecidos na legislação em vigor, em Azinheira de Barros, Melides e Santa Margarida da Serra. No mesmo período de tempo, nas freguesias de Grândola e Carvalhal, das análises realizadas, 89% e 86%, respectivamente, cumpriam esses valores, sendo que, para as análises que excederam o valor paramétrico para o parâmetro pH, não foram tomadas medidas correctivas, uma vez que o parâmetro está relacionado com as características hidrogeológicas da água.

O controlo de qualidade, definido anualmente no Plano de Controlo de Qualidade da Água para Consumo Humano (PCQA), é realizado em todas as Zonas de Abastecimento sob gestão do Município, de modo a obter resultados representativos da evolução da qualidade da água em toda a Zona. A Câmara Municipal controla assim a qualidade da água distribuída, na torneira do consumidor, nas 12 Zonas de Abastecimento, de acordo com o exigido no Decreto-lei n.º 306/2007, de 27 de Agosto e no PCQA, aprovado pelo IRAR.

Tabela 18 – Zonas de Abastecimento de Água, Grândola

Zona Abastecimento	População (hab)
Água Derramada	234
Aldeia do Pico	233
Canal Caveira	453
Carvalhal	660
Galé	228
Grândola+ Santa Margarida Serra	7.875
Melides	771
Muda	52
Pego/Lagoa Formosa	275
Pomarinho	908
Praia da Comporta	216

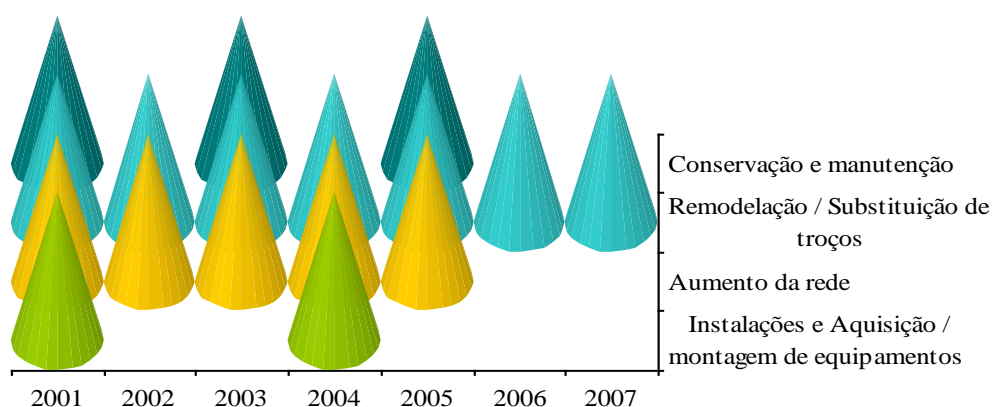
Fonte: CMG (Disponível em <http://www.cm-grandola.pt/pt/Paginas/default.aspx>)

As origens de água para abastecimento do Concelho são todas subterrâneas, num total de 25 captações, distribuídas por 10 sistemas de abastecimento sob gestão directa da Câmara Municipal³⁸.

³⁸ Ainda de acordo com o site da CMG, estão excluídas as zonas de abastecimento da Praia da Comporta, da Galé, Pinheiro da Cruz e a Península de Tróia. Para abastecer os restaurantes da praia da Comporta e a

Quanto à intervenção do Município, no que diz respeito à componente conjunta Água/Recursos Hídricos/Sistemas de Abastecimento, verificam-se em todos os anos – de acordo com os Relatórios e Contas de 2001 a 2007 –, intervenções ao nível da remodelação/substituição de troços na rede de abastecimento de água, assim como pequenos aumentos da própria rede. Menos constante é, logicamente, a intervenção nas instalações e/ou aquisição e montagem de equipamentos, o que se verificou apenas em 2001 e 2004. A conservação e manutenção das Estações de Tratamento de Águas (ETA) são, também, mais esporádicas.

Gráfico 47 – Água p/consumo humano, intervenções do Município de Grândola



Fonte: CMG, Relatórios e Contas de Gerência 2001 a 2007 (Tratamento próprio)

Entretanto, é identificada pelos técnicos a necessidade de aumentar/melhorar as zonas de captação de água para consumo humano, estando previsto, por exemplo, a execução de um furo em Santa Margarida da Serra e um estudo geológico do Brejinho d'Água. Por outro lado, sendo essencial proteger essas zonas de captação de água, considera-se primordial levar a cabo um estudo de identificação dos perímetros de protecção necessários. Também a desadequação dos sistemas de informação/monitorização, impõe a necessidade de dotar os sistemas de abastecimento de telegestão, permitindo uma sinalização (e subsequente resolução) dos problemas em tempo real.

urbanização da Galé (Melides), foi celebrado contrato de fornecimento de água com o Município de Alcácer do Sal e a Imobiliária das Ilhas Atlânticas, respectivamente, enquanto que no caso da Península de Tróia foi criada uma empresa municipal – Infratróia – a quem foi delegada a responsabilidade referente à gestão/exploração do sistema. Quanto ao abastecimento de água ao Pinheiro da Cruz (Estabelecimento Prisional) este é um sistema particular e consequentemente o Município não tem qualquer interferência na sua gestão.

Drenagem e Tratamento de Águas Residuais

Quanto às infraestruturas de saneamento básico, nomeadamente ETAR's instaladas e a funcionar, os dados de 2005 – considerando aglomerados com mais de 50 habitantes – indicam uma cobertura de 84% da população concelhia, dado actualmente ultrapassado e brevemente a atingir os 100%. De facto, a ETAR – e respectiva rede de drenagem de Vale Figueira –, cuja construção foi iniciada em 2005, entrou em funcionamento já em 2007, servindo aquela população; a Estação Elevatória da Galé e respectivo emissário, muito embora não tenham ainda entrado em funcionamento, têm a obra concluída e, actualmente, encontram-se em construção as ETAR's do Carvalho, do Pego/Lagoa Formosa e da Muda, estando previstas ainda, em projecto, as ETAR's de Aldeia do Pico e de Santa Margarida da Serra.

Tabela 19 - ETAR's sob gestão da Câmara Municipal de Grândola

Sistema	ETAR	Tipologia
Grândola	Ameira	Lagoas de estabilização
Grândola	Fontainhas	Lamas activadas
Carvalho	Carvalho	Lagoas de estabilização
Melides	Melides	Lamas activadas
Canal Caveira	Canal Caveira	Lamas activadas
Água Derramada	Água Derramada	Lagoas de estabilização
Azinheira de Barros	Azinheira de Barros	Leitos percoladores
Cadoços	Cadoços	Leitos percoladores
Lousal	Lousal Norte	Fito-ETAR
Lousal	Lousal Sul	Fito-ETAR
Paragem Nova	Paragem Nova	Fito-ETAR
Silha do Pascoal	Silha do Pascoal	Fito-ETAR
Vale Figueira	Vale Figueira	Lamas activadas (ETAR compacta)

Fonte: CMG (Disponível em <http://www.cm-grandola.pt/PT/LojadoMunicipal/ServicosUrbanos/Paginas/AbastecimentodeAgua.aspx>)

A maioria dos sistemas de drenagem é de escoamento gravítico, existindo, contudo, 4 estações elevatórias, e um total de 13 Estações de Tratamento de Águas Residuais, sob gestão da Câmara Municipal de Grândola.

Entretanto, dado o fraco nível de industrialização do território, os caudais e efluentes produzidos têm totalmente origem residencial e de serviços, originando em 2005 um total de 547 milhares de m³ drenados.

Por outro lado, a taxa de tratamento de águas residuais atinge já em 2005 o valor de 100% nos concelhos do Alentejo Litoral, com excepção de Sines que apresenta um valor inferior (98,3%), sendo estes valores nitidamente superiores à média nacional (85,7%), o que se revela num indicador bastante positivo para os municípios da sub-região.

Tabela 20 - Indicadores: Águas Residuais, Grândola 2005

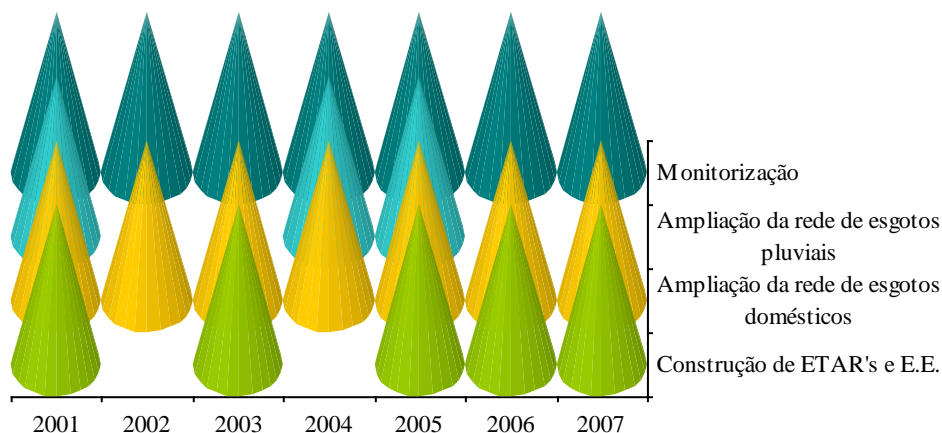
Área Geográfica	População servida por		Proporção de águas residuais tratadas	Drenagem de caudais efluentes produzidos			Tratamento de águas residuais em ETAR e fossas sépticas municipais
	Sistema de drenagem de águas residuais	Estação de tratamento de águas residuais (ETAR)		Total (milhares de m ³)	Origem		
					Residencial e de serviços	Industrial	
%		%					
Portugal	76	64	85,7	533.894	448.776	85.118	76.181
Alentejo Litoral	78	70	99,0	8.297	4.327	3.970	87
Alcácer do Sal	90	50	100,0	786	786	0	0
Grândola	84	84	100,0	547	547	0	0
Odemira	56	56	100,0	734	734	0	0
Santiago do Cacém	81	81	100,0	1.165	1.160	5	0
Sines	95	80	98,3	5.065	1.100	3.965	87

Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região Alentejo 2006

Relativamente à actuação do Município de Grândola nesta área, predomina a intervenção na ampliação da rede de esgotos domésticos, tendo-se mostrado igualmente dinâmica a construção de Estações de Tratamento de Águas Residuais (ETAR) e Estações Elevatórias (EE). Da mesma forma, a monitorização é um dado constante ao longo dos anos. Neste ponto destaca-se, portanto, o investimento que tem vindo a ser desenvolvido ao nível do saneamento básico no concelho, nomeadamente para execução de novas estações de tratamento de águas residuais.

Entretanto, é identificada a necessidade de proceder ao upgrade de algumas ETAR's pois o esgotamento da capacidade de algumas estações exige a remodelação de parte da rede de esgotos domésticos e respectivas estações de tratamento de águas residuais.

Gráfico 48 – Águas residuais, intervenções do Município de Grândola



Fonte: CMG, Relatórios e Contas de Gerência 2001 a 2007 (Tratamento próprio)

Drenagem de Águas Pluviais

Muito embora a morfologia do concelho não proporcione a ocorrência de cheias, nem existam locais críticos de escoamento para a população definidos no território, pode verificar-se – no gráfico anterior –, que tem sido constante a ampliação da rede de esgotos pluviais.

Continua a verificar-se, contudo, um sub dimensionamento da rede de águas pluviais na vila de Grândola, apontando-se como necessário efectuar um estudo para o redimensionamento dos colectores.

Também neste ponto, pode enquadrar-se o problema do défice de limpeza das linhas de água em terrenos particulares – cuja responsabilidade de fiscalização não pertence à CMG –, considerando-se muito importante sensibilizar os proprietários para a importância da limpeza dessas linhas de água.

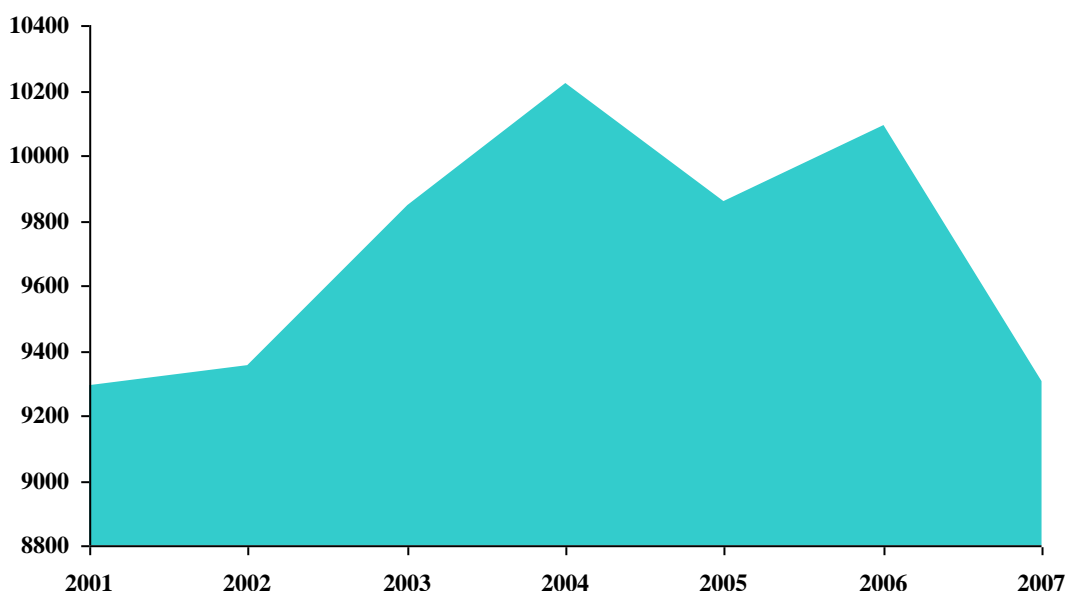
▪ Resíduos

Um sistema de gestão de resíduos traduz-se numa entidade responsável pela gestão e exploração dos resíduos sólidos urbanos num determinado município ou conjunto de municípios. A sua função é definir a estratégia ideal, integrando os princípios de preservação ambiental e do interesse público, para a correcta destinação dos resíduos que produzimos. São responsáveis por projectar, dimensionar e gerir as infra-estruturas de valorização e destino final dos resíduos, como as estações de triagem, as estações de

valorização orgânica, os aterros sanitários, etc. Cabe-lhes também a responsabilidade de implementar a logística necessária e, acima de tudo, sensibilizar o cidadão para o bom funcionamento do sistema que implementam.

Historicamente, as Autarquias sempre foram responsáveis pela gestão dos resíduos, são elas quem faz a recolha e a manutenção dos contentores do lixo comum (indiferenciado), e em alguns municípios também recolhem o material depositado nos ecopontos. Actualmente e por razões estratégicas que viabilizem uma gestão integrada dos resíduos, os municípios juntaram-se e formaram Sistemas Multimunicipais ou Intermunicipais de gestão de resíduos.

Gráfico 49 – Resíduos urbanos recolhidos e entregues na Ambilital, Grândola 2001-2007



Fonte: AMBILITAL

Em Grândola, a responsabilidade da gestão dos resíduos é partilhada pela Câmara Municipal, as Freguesias e a Ambilital: a Câmara tem a seu cargo a recolha em todo o território concelhio; a varredura (limpeza pública) é também da sua responsabilidade na freguesia sede de concelho, enquanto que, no restante território, é de responsabilidade da respectiva Freguesia; a recepção, valorização e/ou eliminação dos resíduos produzidos é de responsabilidade da Ambilital³⁹.

³⁹ A AMBILITAL – Investimentos Ambientais no Alentejo, EIM é uma empresa intermunicipal composta pela Associação de Municípios Alentejanos para a Gestão Regional do Ambiente (AMAGRA) e pela SERURB – Serviços Urbanos, Lda. Foi constituída em 2001 com o objectivo de gerir o sistema integrado de recolha, tratamento e valorização dos resíduos sólidos urbanos da área territorial dos municípios associados da AMAGRA.

Os dados e indicadores disponíveis mostram que 100% da população concelhia é servida com sistemas de recolha de resíduos sólidos urbanos (RSU) dispondo o Município de Grândola de quatro viaturas de recolha. Em todo o concelho existem mais de mil contentores para deposição de resíduos sólidos urbanos, sendo os mesmos recolhidos periodicamente (5 a 7 vezes por semana). A limpeza pública, além da realizada pelos cantoneiros de limpeza da Câmara Municipal, inclui também varrição mecânica através de duas viaturas próprias.

A Câmara Municipal de Grândola, enquanto produtor de resíduos, assume as suas responsabilidades legais, comprometendo-se a encaminhar os mesmos para operadores devidamente licenciados.

Por outro lado, a gestão dos resíduos industriais é da responsabilidade do produtor sendo a Câmara Municipal uma das entidades com competências de fiscalização.

De acordo com o Regulamento de Resíduos Sólidos Urbanos da Câmara Municipal, a gestão dos resíduos de construção e demolição (RCD) é da responsabilidade do produtor dos mesmos, o qual deverá encaminhar os resíduos para local licenciado (Setúbal ou Beja). Uma oportunidade de melhoria nesta área passa por fazer depender o licenciamento de edificações, da apresentação das guias de acompanhamento de resíduos, na Divisão de Urbanismo da CMG, questão já legislada no Decreto-Lei n.º 46/2008 de 12 de Março⁴⁰.

Quanto às “pequenas” quantidades de RCD, decorrentes de obras domésticas menores, são, muitas vezes, depositados em locais impróprios para o efeito (margens de linhas de água, bermas de estradas secundárias, etc.), sendo essas situações perfeitamente identificadas e debeladas pelos serviços de recolha do Município.

Para a deposição de entulhos, a C.M.G. utilizava a antiga saibreira da Muda, cabendo ao produtor dos RCD a responsabilidade do seu transporte até àquele local. Entretanto, esse espaço atingiu a sua capacidade máxima e deixou de poder comportar mais entulho, não sendo actualmente possível a viabilização de outro espaço idêntico.

A AMBILITAL integra os Municípios de Alcácer do Sal, Ferreira do Alentejo, Grândola, Odemira Santiago do Cacém e Sines, abrangendo uma população de 119.553 habitantes e uma área de 6.048 Km²

⁴⁰ O Decreto-Lei n.º 46/2008 de 12 de Março “ (...) estabelece uma cadeia de responsabilidades que vincula quer os donos de obra e os empreiteiros, quer as câmaras municipais (...) Os mecanismos criados ao nível do planeamento, da gestão e do registo de dados de RCD (...) permitem, em articulação com os regimes jurídicos das obras públicas e das obras particulares, condicionar os actos administrativos associados ao início e conclusão das obras à prova de uma adequada gestão destes resíduos” (Diário da República n.º 51/2008: 1568)

A aquisição regular de contentores é uma das intervenções realçadas nos Relatórios e Contas do Município, no âmbito da Gestão dos Resíduos. Destaque-se também a entrada em funcionamento do Sistema Intermunicipal de recolha, transporte e valorização de Recicláveis, a partir de 2005. Contudo, continua a considerar-se insuficiente a resposta dos serviços, no âmbito da recolha de RSU/recicláveis, apontando-se como necessário adquirir mais viaturas de recolha de RSU, aumentar/optimizar a localização dos contentores/ecopontos e redefinir/optimizar os percursos de recolha de RSU. Noutra vertente, o desconhecimento/incumprimento, por parte da população, dos regulamentos existentes, impõe a promoção de acções de divulgação desses regulamentos e sensibilização para o seu cumprimento.

▪ Qualidade do Ar

O território concelhio, devido à sua não industrialização, não comporta problemas ambientais significativos ao nível da qualidade do ar. Contudo, a proximidade ao complexo industrial de Sines é um elemento presente e, por isso, o Município de Grândola, assim como os restantes municípios do Litoral Alentejano e demais entidades – num total de 21 –, é um dos parceiros do projecto GISA – Gestão Integrada da Saúde e do Ambiente no Litoral Alentejano.

O GISA tem como principais objectivos a optimização da rede de monitorização da qualidade do ar, a utilização de bio-indicadores de poluição atmosférica para avaliar o seu impacte na saúde pública, a criação de um sistema de informação espaço-temporal e trabalhos de comunicação.

O GISA visa assim dotar as entidades responsáveis na saúde e no ambiente, bem como as empresas participantes⁴¹, de um sistema de informação de suporte à gestão da qualidade do ar, além da criação de um sistema de alerta que permita uma intervenção preventiva.

O projecto tem um custo global de 1,183 milhões de euros e é financiado pelas autarquias, empresas instaladas no complexo industrial e Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo (CCDRA)⁴², e conta com uma parceria técnica a

⁴¹ As empresas participantes, todas instaladas nos concelhos de Sines e Santiago do Cacém, são a Petrogal, Repsol, Administração do Porto de Sines, EDP, Aicep Global Parques, REN Atlântico, Águas de Santo André, Carbogal, EuroResinas e Kimaxtra.

⁴² Os valores suportados pelas entidades privadas variam entre os 21 e os 150 mil euros. Aos municípios cabe a comparticipação com 21 mil euros cada, restando a maior fatia para a CCDRA, responsável pelo financiamento de 300 mil euros.

cargo de diversas universidades, entre as quais o Instituto Superior Técnico (IST), a Fundação da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa (FFCUL), o Instituto Superior de Ciências do Trabalho e Empresa (ISCTE) e o Instituto de Estudos Superiores de Recursos Naturais (INESRE).

▪ Ruído

De forma empírica, pode dizer-se que as fontes de ruído no concelho são basicamente constituídas pelo tráfego rodoviário urbano e, mesmo essas, ainda assim, não se consubstanciam, eventualmente, em situações críticas de ruído, de acordo com os padrões utilizados para essas classificações.

O desvio do tráfego rodoviário “de passagem” para fora da vila veio até libertar do “grosso” do ruído, as zonas de utilizações sensíveis⁴³ (habitações, escolas, instituições de repouso e saúde...). Já as zonas paralelas ao caminho-de-ferro estão protegidas pelas barreiras acústicas instaladas ao longo das zonas mais sensíveis.

No âmbito do Ruído, não se têm vindo a registar quaisquer tipos de intervenções práticas concretas, por parte do Município. Existem, contudo, mapas de ruído⁴⁴ actualmente a ser actualizados pela AMLA.

▪ Energia

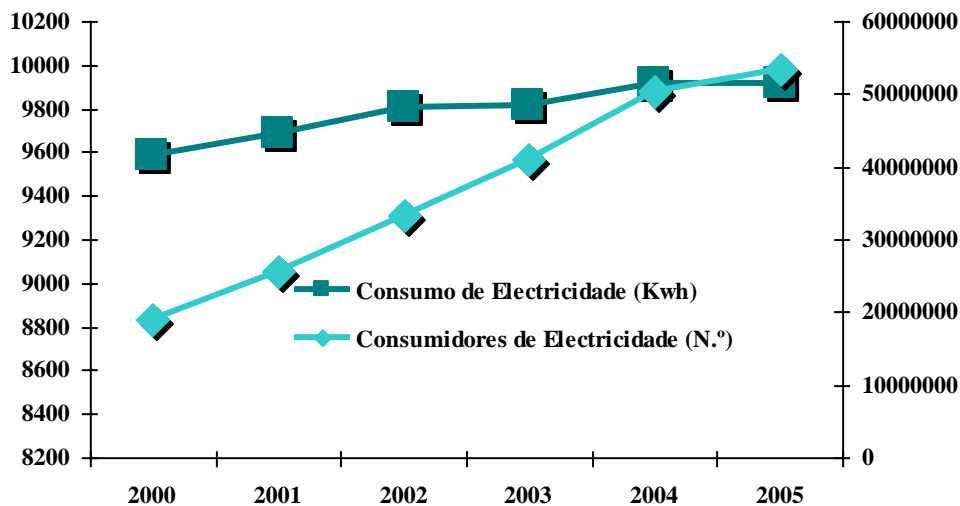
O consumo de energia e o número de consumidores contabilizados têm vindo a aumentar ininterruptamente, conforme pode confirmar-se no gráfico seguinte.

A evolução registada deve-se, principalmente, ao aumento do consumo doméstico de electricidade que, para além de comportar os valores mais elevados de consumo, regista entre 2000 e 2005 um constante crescendo. Em termos de variação, tal representa um aumento de 47,5% neste espaço de tempo.

⁴³ Zona sensível é a área definida em plano municipal de ordenamento do território como vocacionada para uso habitacional, ou para escolas, hospitais ou similares, ou espaços de lazer, existentes ou previstos, podendo conter pequenas unidades de comércio e de serviços destinadas a servir a população local, tais como cafés e outros estabelecimentos de restauração, papelarias e outros estabelecimentos de comércio tradicional, sem funcionamento no período nocturno. (AMLA (2007). [Em linha], disponível em http://www.aml.pt/ruído_definicoes.html (consultada em 21/02/2008))

⁴⁴ Mapa de Ruído é uma representação geográfica do ruído ambiente exterior, onde se visualizam as áreas às quais correspondem determinadas classes de valores expressos em dB(A), reportando-se a uma situação existente ou prevista. (AMLA (2007). [Em linha], disponível em http://www.aml.pt/ruído_definicoes.html (consultada em 21/02/2008))

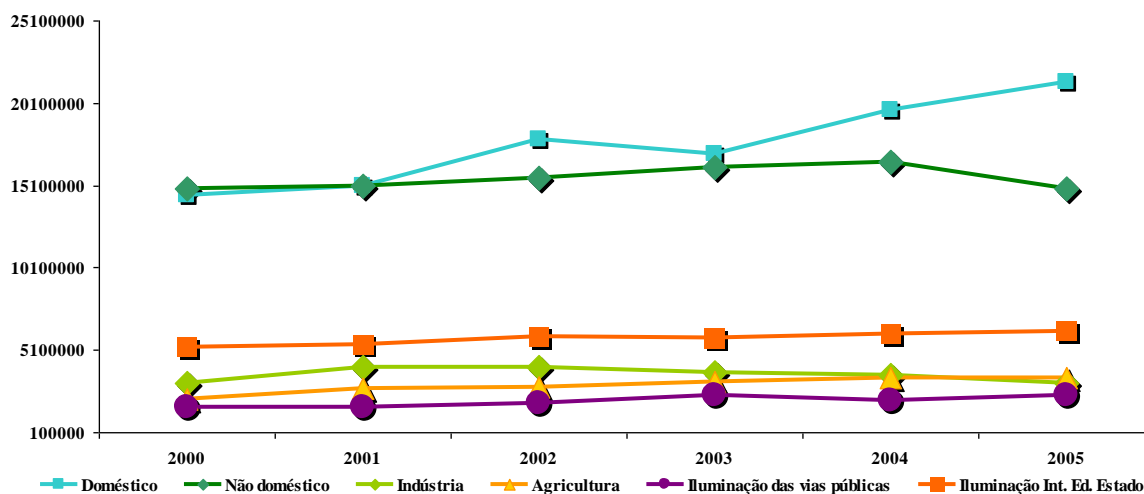
Gráfico 50 – Evolução do consumo do n.º de consumidores de electricidade, Grândola 2000/2005



Fonte: INE, Quadro obtido em <http://www.ine.pt>

O consumo não doméstico cresceu até 2004 e, depois, decresceu em 2005, representando uma variação não significativa (0,1%). O consumo de energia na indústria foi o único tipo que diminuiu, apresentando uma variação negativa de -0,7%. Já na agricultura a variação foi a mais elevada (61,1%), sendo que, contudo, os valores efectivos de consumo encontram-se numa ordem de grandeza muito abaixo da do consumo doméstico, por exemplo.

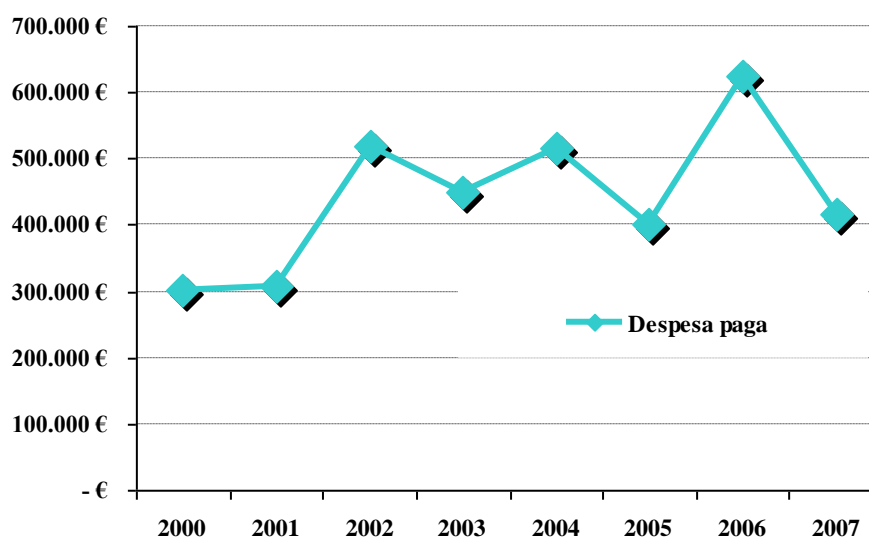
Gráfico 51 – Evolução do consumo de electricidade, por tipo de consumo, Grândola 2000/2005



Fonte: INE, (Dados disponíveis em <http://www.ine.pt>)

A análise dos dados apresentados nas contas de gerência desde 2000, relativamente aos valores de energia eléctrica pagos pelo Município, demonstra igualmente um crescendo da despesa paga⁴⁵.

Gráfico 52 – Energia eléctrica, despesa paga pelo Município de Grândola, 2000-2007



Fonte: CMG, Relatórios e Contas de Gerência 2000 a 2007 (Tratamento próprio)

Este aumento constante do consumo – identificado como um problema comum à escala planetária –, não se compagina com a defesa do Ambiente, pois tal implicaria uma outra forma de consumir. De facto, consumir menos é uma forma de poupar os recursos naturais e, portanto, um meio de proteger o Ambiente. Nesse sentido, o Município de Grândola implementou na sede de concelho a substituição dos aparelhos de iluminação pública, por outros mais eficazes tanto em termos iluminotécnicos como de consumo. Contudo, quaisquer estudos efectuados com base na recolha/esquematização concreta e periódica dos dados, sobre os consumos parciais de energia e a sua natureza, concorrerem no sentido de potencializar a redução/optimização de consumos, nomeadamente nas instalações municipais.

Entretanto, regista-se no concelho uma elevada percentagem da população servida pela rede eléctrica, persistindo contudo no território concelhio alguma população mais isolada sem energia eléctrica. Reconhece-se a necessidade de identificar/contabilizar com precisão essas situações e planear a sua resolução, eventualmente através da apresentação de candidaturas ao QREN.

⁴⁵ De salientar que, nos anos em que a despesa paga diminui, aumentam, quase invariavelmente, os valores dos compromissos assumidos e não pagos.

▪ Poluição / Qualidade da Paisagem

No concelho de Grândola, os principais casos de poluição registados, quer ao nível dos cursos de água, quer ao nível da qualidade do ar, têm origem, basicamente, nas suiniculturas⁴⁶.

A extracção de inertes (pedreiras, saibreiras) pode transformar-se não só numa fonte de poluição, como também numa degradação da qualidade da paisagem (por exemplo, uma das fontes de poluição da lagoa de Melides, é precisamente o arrastamento de inertes). Por outro lado, o processo de recuperação das pedreiras e saibreiras, quando desactivadas, está de tal forma burocratizado que os proprietários, responsáveis por esse processo, raramente o encetam.

Identificam-se portanto, algumas situações críticas em termos de qualidade da paisagem:

- Pedreira no limite do concelho, junto a Santa Margarida do Sado;
- Pequenos depósitos de entulhos em áreas expectantes;
- Existência de sucateiras ilegais junto ao IC1;
- Extracção de inertes: pedreiras e saibreiras não legalizadas e/ou inactivas sem recuperação ambiental e paisagem;
- Degradação da qualidade da água e algumas áreas a montante da Lagoa de Melides;
- Veículos abandonados na via pública;

Quanto à intervenção do município, no âmbito da poluição dos recursos hídricos, além da legislação em vigor, o regulamento Municipal de Drenagem de Águas Residuais do município impõe a instalação de separadores de óleos/gorduras alimentares e de hidrocarbonetos, nas actividades de restauração e de reparação automóvel, com vista precisamente à protecção de equipamentos públicos e dos recursos hídricos

A recolha de diversos veículos abandonados, a limpeza das áreas expectantes e o desenvolvimento de actividades no âmbito da educação/sensibilização ambiental, são também dos principais itens de intervenção no domínio Poluição/Qualidade da Paisagem, por parte do Município.

⁴⁶ Em muitos casos, o dimensionamento das lagoas ou fossas não acompanha a evolução da exploração tornando-se, à medida que o número de animais efectivos aumenta, sub dimensionadas para os caudais que recebem.

Em termos de promoção ambiental, a autarquia tem mostrado algum empenho, tendo vindo a desenvolver um conjunto de actividades de sensibilização e formação sobre as questões ambientais, nomeadamente junto da população mais jovem. Por outro lado, a implementação de boas práticas ambientais tem permitido, ao longo dos anos, que as praias concelhias sejam galardoadas com a Bandeira Azul. Actualmente, das 15 praias do concelho (algumas com acesso restrito por questões ambientais), 6 são candidatas ao galardão Bandeira Azul 2008, estando duas delas certificadas pela NP EN ISO 14001.

A Protecção da Biodiversidade e das Paisagens é um dever que as populações e as instituições interiorizam e valorizam cada vez mais, entendendo-as não como um luxo, mas como uma necessidade, um garante da sustentabilidade essencial às gerações futuras. A biodiversidade garante um sistema de suporte de vida, é exigida para a reciclagem dos elementos essenciais, como o carbono, o oxigénio e o azoto e é igualmente responsável por mitigar a poluição, proteger os lençóis de água e combater a erosão dos solos. A importância da biodiversidade para um ambiente saudável está a tornar-se uma noção cada vez mais clara, e impõem-se já acções concretas, nomeadamente quando a intervenção do Homem coloca em causa, cada vez mais, o decurso inato da natureza.

Assim, é imprescindível que as autoridades responsáveis estabeleçam, a priori, uma política do ambiente, um conjunto de medidas assumidas como um compromisso, com regras documentadas e comunicadas a todos, por forma a garantir a sua aplicação.

A Agenda XXI Local pode precisamente consubstanciar-se num instrumento precioso para as autarquias agirem neste campo, para trabalharem – segundo a própria definição – em parceria com os vários sectores da comunidade, na elaboração de um Plano de Acção por forma a implementar a sustentabilidade ao nível local. Trata-se de uma estratégia integrada, consistente, que procura o bem-estar social melhorando a qualidade do ambiente⁴⁷.

⁴⁷ A Agenda XXI Local é um processo inovador e especial porque:

- Reconhece o papel chave das autoridades locais na promoção da sustentabilidade ao nível local;
- Envolve uma responsabilidade global, não só através da redução dos impactos ambientais directos e indirectos, mas também da partilha de experiências com este fim;
- Apela à participação de todos os sectores da comunidade local;

É mais do que um “plano verde”: integra a componente ambiental, social, económica e cultural, com o objectivo último de melhorar a qualidade de vida dos habitantes, baseando-se nos princípios do desenvolvimento sustentado. (CÂMARA MUNICIPAL DE S. J. DA MADEIRA (2003). A Agenda XXI Local. [Em linha], disponível em <http://www.agenda21sjm.org/gca/index.php?id=56>)

Como foi já referido anteriormente, não há actualmente, para o município de Grândola, um plano estratégico para o ambiente, não tendo sido concretizada até agora uma Agenda XXI Local que contemple planos municipais de ambiente – resultantes dum correcto diagnóstico ambiental –, capazes de contribuir para a resolução dos principais problemas e para a valorização ambiental.

A importância destes instrumentos é incontestável, ainda mais quando se planeiam intervenções de fundo no território concelhio, que irão alterar definitivamente o retrato paisagístico/ambiental de algumas áreas do território⁴⁸.

Neste ponto, muito embora haja quase tudo a implementar no campo da Gestão Ambiental, as autarquias dispõem, naturalmente, de instrumentos legais que limitam/estruturam as intervenções nas áreas protegidas promovendo a Protecção da Biodiversidade e das Paisagens. No caso do território concelhio: a Rede Natura, a REN, o PROTALI/PROT, o PDM, os Planos Pormenor, o POOC Sado-Sines... Contudo, a necessidade crescente de preservação do ambiente é de tal ordem, que o principal instrumento tem que ser o próprio compromisso, claramente assumido, de defesa inequívoca da qualidade ambiental.

⁴⁸ Muito embora o Município não disponha ainda desses instrumentos, por exemplo os empreendimentos turísticos projectados para o território concelhio – como o da Herdade do Pinheirinho ou Costa Terra no litoral, ou da Medronheira de Cima, no interior –, são naturalmente sujeitos aos procedimentos legais de Avaliação de Impacte Ambiental pelas entidades competentes.

AMBIENTE – SÍNTESE

Em síntese destacam-se os seguintes pontos:

- Generalistamente, pode considerar-se em défice a forma como são encaradas as questões ambientais no país;
- A resolução dos problemas ambientais exige uma alteração profunda na forma de funcionamento da sociedade, o que passa por um maior investimento na sensibilização ambiental e um crescente envolvimento de todos os cidadãos;
- As autarquias consubstanciam-se no organismo ideal para a resolução dos grandes problemas ambientais do território, sobretudo aqueles que passam pelo ordenamento;
- Aos Municípios cabe o principal papel de procurar um desenvolvimento mais sustentável para os seus territórios, devendo, para isso, protagonizar uma crescente preocupação com as questões ambientais e com a sensibilização e educação das suas populações;
- A Protecção do Recurso Água, a Gestão de Resíduos e a Protecção da Biodiversidade e das Paisagens, são, basicamente, os domínios sobre os quais incidem a acção do Município de Grândola;

No domínio da Água, relativamente ao abastecimento de Água para Consumo Humano:

- A taxa de cobertura da população servida pelo sistema de abastecimento de água no concelho é de 96%;
- O controlo de qualidade da água distribuída é feito pela Câmara Municipal nas 12 zonas de abastecimento existentes e todo o caudal captado tem origem subterrânea, num total de 25 captações;
- Neste domínio, as principais intervenções do Município passam pela remodelação/substituição de troços de abastecimento de água, por pequenos aumentos da própria rede, por aquisição e montagem de equipamentos e pela conservação e manutenção das ETA's;
- Transpor as principais necessidades passa por aumentar/melhorar as zonas de captação de água p/consumo humano (nomeadamente através dum furo em St.

Margarida da Serra e do estudo geológico do Brejinho d'Água), pela protecção das zonas de captação de água e pela implementação de um novo sistema de informação/monitorização;

Relativamente à Drenagem e Tratamento de Águas Residuais:

- A população servida pelo sistema de tratamento de águas residuais e ETAR é de 84%;
- As principais intervenções do município neste domínio passam pela ampliação da rede de esgotos domésticos, pela construção de ETAR's e EE's, pela monitorização e pela ampliação da rede de esgotos pluviais;
- As principais necessidades a ultrapassar relacionam-se com o esgotamento da capacidade de algumas estações (o que exige a remodelação de parte da rede de esgotos domésticos e respectivas ETAR's); com o sub dimensionamento da rede de águas pluviais (exige um estudo para redimensionamento dos colectores); e com o défice de limpeza das linhas de água;

No domínio dos resíduos:

- A responsabilidade da gestão é partilhada pela Câmara Municipal, pelas Freguesias e pela Ambilital;
- A Câmara Municipal de Grândola, enquanto produtor de resíduos, assume as suas responsabilidades legais, comprometendo-se a encaminhar os mesmos para operadores devidamente licenciados;
- A gestão dos resíduos industriais é da responsabilidade do produtor sendo a Câmara Municipal uma das entidades com competências de fiscalização; a gestão dos resíduos de construção e demolição (RCD) é da responsabilidade do produtor dos mesmos, o qual deverá encaminhar os resíduos para local licenciado (Setúbal ou Beja);
- Neste domínio, as principais intervenções do Município passam pela aquisição regular de contentores e pelo funcionamento do Sistema Intermunicipal de recolha, transporte e valorização de Recicláveis (entrada em funcionamento a partir de 2005);
- Dos principais problemas identificados fazem parte: a insuficiente recolha de RSU/recicláveis (n.º insuficiente de viaturas de recolha); a necessidade de

aumentar/optimizar o número e localização dos contentores/ecoponto e redefinir/optimizar os percursos de recolha de RSU, assim como a necessidade de promoção/divulgação dos regulamentos;

No domínio da Qualidade do Ar:

- Os municípios do Litoral Alentejano e demais entidades (num total de 21) integram o Projecto GISA – Gestão Integrada da Saúde e do Ambiente no Litoral Alentejano, que pretende dotar as entidades responsáveis na saúde e no ambiente, bem como as empresas participantes, de um sistema de informação de suporte à gestão da qualidade do ar, além da criação de um sistema de alerta que permita uma intervenção preventiva;

Relativamente ao Ruído:

- As principais fontes de ruído no concelho são o tráfego rodoviário urbano e o tráfego ferroviário;
- Mapas de ruído a serem actualizados pela AMLA;

No âmbito da Energia:

- As principais áreas de consumo (e evolução 2000-2005) identificadas são: consumo doméstico (+47,5%) e não doméstico (+0,1%), o consumo na indústria (-0,7%) e na agricultura (+61,1%);
- O Município implementou na sede de concelho a substituição dos aparelhos de iluminação pública por outros mais eficazes, porque consumir menos é uma forma de poupar os recursos naturais e um meio de proteger o ambiente;
- Há a necessidade de identificar/contabilizar as situações de população mais isolada sem energia eléctrica, para planear a sua resolução;

Relativamente à Poluição/Qualidade da Paisagem:

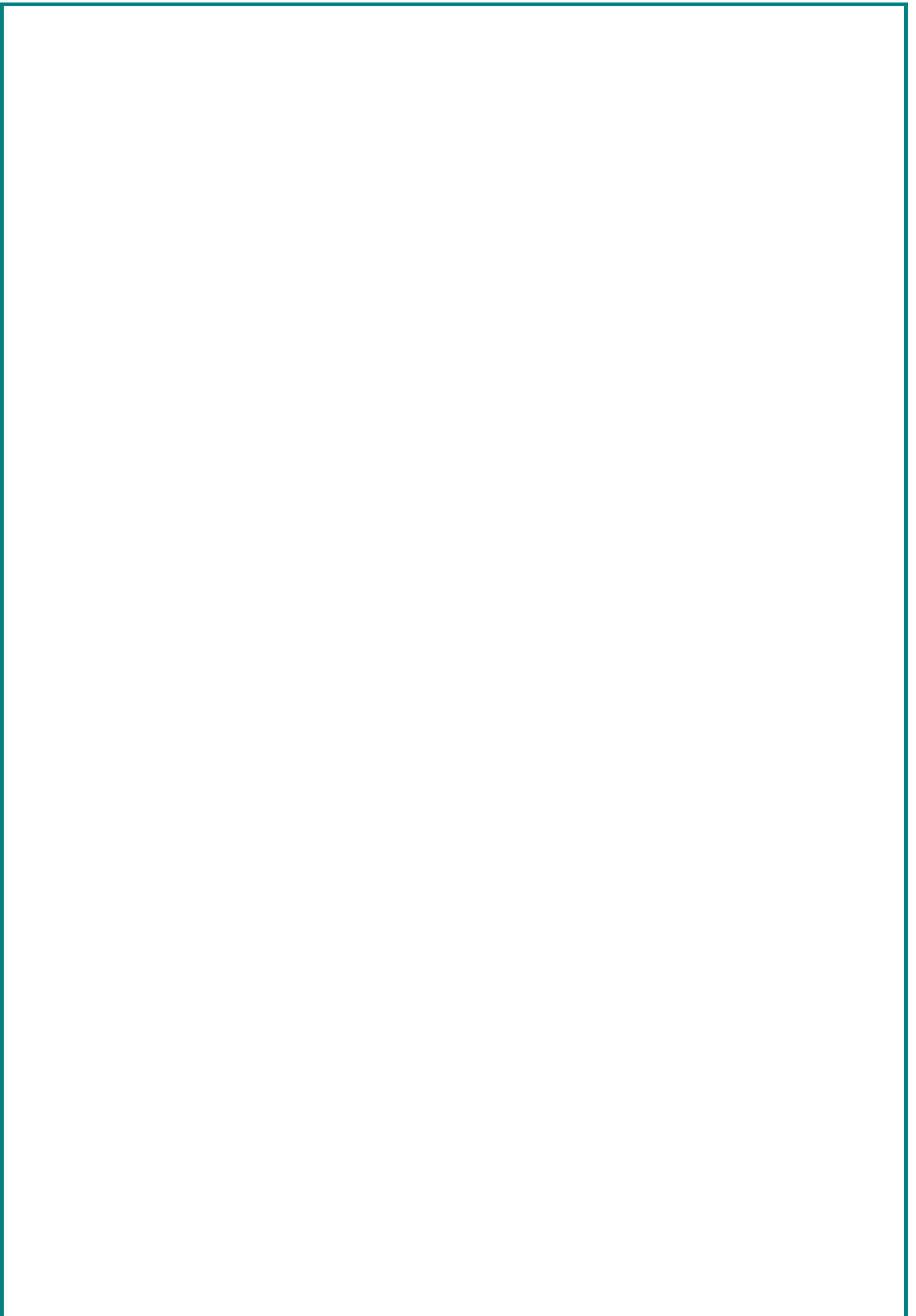
- Os principais casos de poluição registados, quer ao nível dos cursos de água, quer ao nível da qualidade do ar, têm origem nas suiniculturas;
- A extracção de inertes (pedreiras, saibreiras) é fonte de poluição e degradação da qualidade da paisagem;
- Algumas situações críticas identificadas são: a pedreira no limite do concelho, junto a Santa Margarida do Sado; os pequenos depósitos de entulhos em áreas expectantes

e a existência de sucateiras ilegais junto ao IC1; Extracção de inertes: pedreiras e saibreiras não legalizadas e/ou inactivas sem recuperação ambiental e paisagem; a degradação da qualidade da água e algumas áreas a montante da Lagoa de Melides; os veículos abandonados na via pública;

- As principais intervenções do Município devem passar por fazer cumprir o Regulamento Municipal de Drenagem de Águas Residuais; a recolha de diversos veículos abandonados; a limpeza das áreas expectantes e o desenvolvimento de actividades no âmbito da educação/sensibilização ambiental;
- Urge promover a Protecção da Biodiversidade e das Paisagens valorizando os instrumentos legais existentes; consolidar uma política de ambiente e concretizar a Agenda XXI Local.

Identificação dos Problemas	Projectos/Soluções
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Inexistência de uma Agenda XXI Local; <p>Água:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Necessidade de aumentar/melhorar/proteger os zonas de captação de água para consumo humano; ▪ Desadequação dos sistemas de informação/monitorização; ▪ Sub dimensionamento da rede de água pluviais; ▪ Défice de limpeza ao longo das linhas de água; ▪ Esgotamento da capacidade de tratamento das ETAR's; <p>Resíduos:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Resposta insuficiente dos serviços no âmbito da recolha de RSU/recicláveis; ▪ Desconhecimento/incumprimento por parte da população, dos regulamentos existentes; <p>Energia:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ População mais isolada sem energia eléctrica; <p>Poluição / Qualidade da Paisagem</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Poluição dos cursos de água e qualidade do ar, originados nas suiniculturas; ▪ Existência de sucateiros, extracção de inertes ilegais, depósitos ilegais de resíduos, entulhos; ▪ Gestão de resíduos de construção e demolição; ▪ Degradação da paisagem na Lagoa de Melides; ▪ Veículos abandonados; 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Acelerar o processo em curso (elaboração da Agenda a cargo de uma equipa externa); ▪ Execução de furo em S. Margarida da Serra; ▪ Estudo Geológico do Brejinho d'Água; ▪ Obtenção de verba para financiar estudo de identificação e classificação dos perímetros de protecção; ▪ Instalação de postos de cloragem em pontos críticos na rede de distribuição; ▪ Telegestão e informatização do sistema de gestão de água que permita uma sinalização dos problemas (e subsequente resolução) em tempo real; ▪ Necessidade de efectuar um estudo para redimensionamento dos colectores; ▪ Sensibilizar os proprietários para a importância da limpeza dessas de linhas de água; ▪ Remodelar parte da rede de esgotos domésticos e respectivas estações de tratamento de águas residuais; ▪ Aquisição de mais viaturas de recolha de RSU; ▪ Aumentar/optimizar a localização dos contentores/ecopontos; ▪ Redefinir e otimizar os percursos de recolha de RSU; ▪ Promover acções de divulgação dos regulamentos e sensibilização para o seu cumprimento; ▪ Identificação dessas situações e planear eventuais candidaturas ao QREN; ▪ Fiscalização mais eficaz; ▪ Exigir apresentação das guias de transporte dos RCD para os locais autorizados (Beja e Setúbal); ▪ Implementação urgente do Plano Praia; ▪ Protocolo CMG/Valorcar para recolha de veículos em fim de vida;

HABITAÇÃO



HABITAÇÃO

▪ Evolução da situação habitacional no concelho de Grândola

De acordo com os dados disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) referentes ao quarto Recenseamento Geral da Habitação – 2001, o parque habitacional do Concelho de Grândola era constituído por 9206 alojamentos (tipologia familiar e colectiva⁴⁹). A população residente cifrava-se em 14901 habitantes, distribuídos por 5646 famílias.

Como se depreende da Tabela 21, que permite a comparação entre os dados censitários de 1991 e 2001, há um acréscimo de 33,9% ao nível dos alojamentos clássicos, enquanto os alojamentos tidos por colectivos apresentam uma taxa de variação negativa de 20%. Contudo, em termos globais torna-se perceptível um desenvolvimento favorável com um crescimento de 33,2%.

Tabela 21 – Tipo de Alojamento

Tipo de Alojamentos	1991	2001	Tx Variação (%) 1991-2001
Alojamentos Familiares			
. Clássicos	6 840	9 158	33,9 %
. Outros	46	28	-39,1 %
Alojamentos Colectivos			
	25	20	- 20,0 %
Total	6 911	9 206	33,2 %

Fonte: INE Censos 1991, 2001

Por outro lado, no que reporta à ocupação dos alojamentos em 2001, a análise da Tabela 22 permite concluir que 8247 alojamentos se encontravam ocupados e, destes, 5562 estavam ocupados como primeira habitação. A mesma tabela evidencia que dos 911 edifícios considerados *vagos*, apenas um número bastante reduzido não reunia condições de habitabilidade (38) pelo que foram categorizados como *a demolir*, enquanto os restantes (247), apesar de *vagos*, estavam disponíveis *para ocupação*.

⁴⁹ Alojamento familiar: Unidade de habitação que, pelo modo como foi construída, ou como está a ser utilizada, se destina a alojar, normalmente, apenas uma família.

Alojamento colectivo: Local que, pela forma como foi construído ou transformado, se destina a alojar mais do que uma família e, no momento censitário, está ocupado por uma ou mais pessoas, independentemente de serem residentes ou apenas presentes não residentes.

Tabela 22 – Formas de Ocupação

Ocupados		Total	Vagos				Total
Residência Habitual	Uso Sazonal ou Secundário		Para Venda	Para Aluguer	Para Demolição	Outros	
5 562	2 685	8 247	86	161	38	626	911

Fonte: INE, Censos 2001

Relativamente à existência de infra-estruturas básicas (rede de distribuição de água, rede eléctrica e saneamento), indispensáveis e essenciais ao bem-estar dos residentes – e ao estabelecermos uma comparação de dados entre os anos de 1991 e de 2001 –, pode constatar-se na Tabela 23 um acréscimo generalizado dos níveis de cobertura destas infra-estruturas. Assim, é sobretudo ao nível da dotação de água canalizada no interior das habitações que se sente a maior evolução (38,7%), de instalações sanitárias (34,9%), instalações de banho ou de duche (33,9%) e por último de instalações eléctricas (21,1%).

Tabela 23 – Infra-estruturas básicas

Alojamentos de Residência Habitual Segundo Infra-Estruturas Base Existentes	1991	2001	Tx de variação 1991-2001 %
Alojamentos Com e Sem Água Canalizada			
Com Água Canalizada no Alojamento			
. Rede Pública	3292	4567	38,7 %
. Rede Particular	611	676	10,6 %
Com Água Canalizada Fora do Alojamento	206	104	-49,5 %
Sem Água Canalizada no Alojamento	823	243	-70,5 %
Instalações Eléctricas			
Com electricidade	4499	5447	21,1 %
Sem electricidade	456	143	- 68,6 %
Instalações de Banho ou Duche			
Com instalações de Banho ou Duche	3771	5049	33,9 %
Sem instalações de Banho ou Duche	1184	541	-54,3 %
Instalações Sanitárias			
Com Retrete no Alojamento	3725	5026	34,9 %
Com Retrete fora do Alojamento	338	164	-51,5 %
Sem retrete	892	400	-55,2 %

Fonte: INE Censos 1991, 2001

Outro factor cuja análise se afigura pertinente prende-se com a idade dos edifícios tidos como primeira habitação em 2001. Na Tabela 24, constata-se que 19,3% foram construídos entre os anos de 1961 e 1970, 17,1% na década de 1970, e nos últimos dois intervalos em análise, ou

seja 1991-1995 e 1996-2001, ocorreu uma estagnação no índice de construção de novos edifícios para habitação.

Tabela 24 – Edifícios segundo a época de construção

Anos	N	%
<1919	190	3,4 %
De 1919 a 1945	447	8,0 %
De 1946 a 1960	790	14,2 %
De 1961 a 1970	1 074	19,3 %
De 1971 a 1980	949	17,1 %
De 1981 a 1985	700	12,6 %
De 1986 a 1990	434	7,8 %
De 1991 a 1995	489	8,8 %
De 1996 a 2001	489	8,8 %
Total	5 562	100,0 %

Fonte: INE, Censos 2001

Os dados estimados apresentados na Tabela 25, relativos ao ritmo de construção no Concelho de Grândola nos primeiros seis anos deste novo século, demonstram um acréscimo, embora tímido, do ritmo de construção.

Tabela 25 – Estimativas do Parque habitacional 2001 – 2006

Anos	Edifícios de Habitação Familiar Clássica	Alojamentos Familiares Clássicos
2001	7 131	9 266
2002	7 202	9 458
2003	7 277	9 609
2004	7 321	9 673
2005	7 369	9 766
2006	7 425	9 891

Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região do Alentejo, 2006

▪ Ficheiro de Procura de Habitação de Grândola (FPH)

O FPH é um instrumento utilizado pelo Sector de Acção Social da Câmara Municipal de Grândola que visa o recenseamento e a sistematização dos pedidos de habitação efectuados pelas famílias, assim como os resultantes dos encaminhamentos efectuados por outros Serviços e Instituições. Este instrumento permite uma actualização constante e uma real caracterização das necessidades habitacionais do concelho, e contribui de forma credível para a planificação de acções que tenham em vista minimizar as carências habitacionais.

A análise que se apresenta tem por base os dados do FPH, e como tal, assenta na totalidade dos pedidos recenseados, agrupados pela caracterização da própria família (idade do titular de candidatura, dimensão do agregado e rendimentos), alojamento utilizado (regime de

ocupação, condições funcionais e higiénicas, estado de conservação), e adequação das tipologias. Esta análise reporta-se aos dados recenseados até Abril de 2008, num total de 256 famílias.

Contudo, e ao nível da análise, importa referir duas situações:

- i) Existência de processos incompletos (não foi entregue toda a documentação solicitada pelos serviços);
- ii) A existência, até ao fim do ano de 2006, de dois Gabinetes Técnicos Locais, um na Freguesia do Carvalhal e outro na Freguesia de Azinheira dos Barros (Aldeia Mineira do Lousal), garantiu a sistematização das carências habitacionais existentes nestas duas freguesias, bem como o planeamento de programas de realojamento. O FPH reporta-se às famílias provenientes de todo o concelho com excepção destas duas freguesias.

Este instrumento passou a integrar as famílias de todo o Concelho, a partir de 2007, informação que se encontra ainda em fase de sistematização.

Análise dos dados provenientes do FPH

O ficheiro comporta 256 famílias recenseadas, subdivididas em três tipologias⁵⁰ habitacionais (T1, T2 e T3) face ao critério da caracterização familiar. Desta forma, pode constatar-se que o maior número de famílias apresenta carências habitacionais ao nível da Tipologia T2 (Tabela 26).

Tabela 26 – N° de Famílias Recenseados no FPH

Tipologias	T1	T2	T3	Total
Número de Famílias	107	119	30	256

Fonte: FPH de Grândola (Tratamento próprio)

No que reporta à idade dos sujeitos titulares de candidatura face à tipologia, a Tabela 27 permite constatar que o intervalo etário dos 31-45 anos é o que apresenta uma maior carência habitacional (33,3%), com especial enfoque na Tipologia T2. Por outro lado, os sujeitos com idades compreendidas entre os 46-64 anos atingem uma percentagem considerável (25,5%), mas com maior necessidade na Tipologia T1. Contudo, existem igualmente valores consideráveis nos sujeitos com idades inferiores a 30 anos (21,4%), que procuram

⁵⁰ Tipologia: o tipo de habitação é definido pelo número de quartos de dormir, e para a sua identificação utiliza-se o símbolo Tx, em que x representa o número de quartos de dormir.

essencialmente habitações T2 e os sujeitos com 65 e mais anos (19,8%) que procuram habitações T1.

Tabela 27 – Grupo etário dos candidatos recenseados

Faixa Etária dos Candidatos	T1	T2	T3	Total	
				N.º	%
<30 anos	6	39	7	52	21,4 %
31-45 anos	20	49	12	81	33,3 %
46-64 anos	31	22	9	62	25,5 %
65 >	41	6	1	48	19,6 %
Total Candidatos	98	116	29	243*	100,00

*13 Candidatos não apresentaram junto dos serviços documentação devida

Fonte: FPH de Grândola (Tratamento próprio)

Quanto ao número de elementos que compõem os agregados familiares (Tabela 28), constata-se que em 34,4% das situações o agregado é composto por dois elementos, e que os mesmos procuram, na sua maioria, habitações Tipologia T2. Os sujeitos que vivem sozinhos têm uma representatividade significativa (28,5%), e procuram enquadramento nas habitações de Tipologia T1. Os agregados familiares cuja composição varia entre as 3 pessoas (23,0%), 4 pessoas (11,3%) e 5 pessoas (2,7%) – maior prevalência de casais com filhos – procuram essencialmente habitações de Tipologia T3, e são, no conjunto dos agregados familiares que procuram habitação, aqueles que apresentam menor relevância.

Tabela 28 – Dimensão do Agregado Familiar – T2

Dimensão do Agregado Familiar	T1	T2	T3	Total	
				N	%
1 Pessoa	72	1	0	73	28,5 %
2 Pessoas	35	53	0	88	34,4 %
3 Pessoas	0	52	7	59	23,0 %
4 Pessoas	0	13	16	29	11,3 %
5 Pessoas	0	0	7	7	2,7 %
Total	107	119	30	256	100,00 %

Fonte: FPH de Grândola (Tratamento próprio)

No que reporta aos rendimentos dos agregados inscritos no FPH, a análise da Tabela 29 remete para apenas 58 recenseados e respeita ao ano 2007 (os restantes candidatos não apresentaram os comprovativos de rendimentos até ao momento).

Assim, relativamente ao rendimento mensal *per capita* destes agregados em análise, destaca-se o facto de todos auferirem rendimentos. Deste universo, 37,9% auferem um rendimento que se situa entre os € 205,53 e € 282,10. Valor significativo e positivo prende-se com o facto

de 20,7% dos agregados auferirem rendimentos com valor superior ao salário mínimo de 2007. Contudo, importa ter em consideração que 22,4% das famílias auferem rendimentos inferiores a € 201,50, ou seja, inferior a 50% do Salário Mínimo Nacional.

Tabela 29 – Rendimento Mensal *per capita* do Agregado Familiar em % do SMN

Rendimentos 2007 (valor mensal)	T2	T3	Total	
			N.º	%
Menos de € 80,60	0	0	0	0
De € 84,63 a € 120,90	0	0	0	0
De € 124,93 a € 161,20	1	3	4	6,9 %
De € 165,23 a € 201,50	4	5	9	15,5 %
De € 205,53 a € 282,10	15	7	22	37,9 %
De € 286,13 a € 362,70	5	2	7	12,1 %
De € 366,73 a € 403,00	4	0	4	6,9 %
Mais de € 403,00	12	0	12	20,7 %
Total	41 *	17*	58	100,0 %

- Os restantes candidatos não apresentaram os comprovativos de rendimentos até ao momento

Fonte: FPH de Grândola (Tratamento próprio)

A abordagem do regime de ocupação das actuais habitações dos sujeitos inscritos no FPH (Tabela 30), permite concluir que 58,2% dos agregados reside em habitação arrendada, 20,9% em situação de coabitação, enquanto em ocupação precária (sem contrato) estão 13,6% dos agregados.

Tabela 30 – Regime de Ocupação

Título de ocupação	Nº de Agregados		Total	
	T2	T3	N.º	%
Habituação Própria	0	0	0	0
Habituação Arrendada	49	15	64	58,2 %
Habituação de Função ou Similar	4	1	5	4,6 %
Vive em Alojamento de natureza precária	0	0	0	0
Hóspede, Sublocação, Quarto de Pessoa	3	0	3	2,7 %
Coabitação	16	7	23	20,9 %
Ocupação Precária (sem contrato)	13	2	15	13,6 %
Total	85	25	110	100,0 %

Fonte: FPH de Grândola (Tratamento próprio)

Em relação ao indicador *condições funcionais e higiénicas do alojamento* conclui-se, quer face aos dados disponíveis pelo INE referentes ao Concelho (2001), quer pelos dados do

FPH, que existe uma elevada cobertura das infra-estruturas básicas garantindo o conforto dos residentes. Neste sentido, e em consonância com a Tabela 31 os alojamentos que não possuem as referidas infra-estruturas são em número reduzido.

Tabela 31 – Condições funcionais e higiénicas do alojamento

Condições Funcionais e Higiénicas do Alojamento	Sim		Total	Não		Total	Total Alojamentos T2 / T3
	T2	T3		T2	T3		
Assoalhada com ventilação directa	73	23	96	12	2	14	110
Cozinha no interior	84	25	109	1	0	1	110
Cozinha no exterior	1	0	1	84	25	109	110
Tem água canalizada	81	25	106	4	0	4	110
Tem esgoto	81	25	106	4	0	4	110
Tem ventilação para esquentador	39	11	50	2	6	8	58 *
Não tem cozinha	0	0	0	0	0	0	0
Instalações sanitárias no interior	84	25	109	1	0	1	110
Instalações sanitárias no exterior	0	0	0	0	0	0	0
Tem água canalizada	83	25	108	2	0	2	110
Tem sanita	84	25	109	1	0	1	110
Tem bidé	84	25	109	1	0	1	110
Tem lavatório	84	25	109	1	0	1	110
Tem duche ou banheiro	83	25	108	2	0	2	110
Tem esgoto	83	25	108	2	0	2	110
Não tem Instalação sanitária	0	0	0	0	0	0	0

- Relativamente a 52 alojamentos não existe informação sobre ventilação para esquentador

Fonte: FPH de Grândola (Tratamento próprio)

Relativamente ao estado de conservação dos edifícios e condições de salubridade apresentadas na Tabela 32, pode concluir-se que a maioria dos edifícios apresenta um estado de conservação Bom ou Regular. Contudo, alguns existem que apresentam deficiências sobretudo em relação aos telhados, paredes, pavimentos, caixilharias exteriores e canalizações das instalações sanitárias.

Tabela 32 – Grau de Degradação do Fogo

Estado de Conservação Dos Edifícios	BOM		Total	REGULAR		Total	MAU		Total	PÉSSIMO		Total	Total Edifícios T2 / T3
	T2	T3		T2	T3		T2	T3		T2	T3		
	Telhados	41	5	46	29	14	43	12	4	16	3	2	5
Pavimentos	54	15	69	24	9	33	6	1	7	1	0	1	110
Paredes	47	8	55	27	12	39	11	5	16	0	0	0	110
Tectos	42	8	50	29	10	39	13	4	17	1	3	4	110
Caixilharias Exteriores	62	11	73	15	12	27	7	2	9	1	0	1	110
Caixilharias Interiores	50	11	61	22	8	30	12	5	17	1	1	2	110
Canalização da Cozinha	54	14	68	20	5	25	10	5	15	1	1	2	110
Canalização das Instalações Sanitárias	56	14	70	19	6	25	7	5	12	3	0	3	110
Instalação Eléctrica	15	5	20	10	6	16	16	6	22	0	0	0	58
Instalação de Gás	14	8	20	12	5	17	14	8	20	1	1	1	80

- 52 Alojamentos não têm informação referente ao estado de conservação das redes eléctricas e de gás

Fonte: FPH de Grândola (Tratamento próprio)

Habituação Municipal

No Concelho de Grândola existem cerca de 434 indivíduos a viver em bairros de habitação municipal – o que equivale a cerca de 3% do total da população residente, divididos por três bairros na freguesia de Grândola. Presentemente esta é a única freguesia com habitação municipal, sendo o Bairro da Esperança o de maior dimensão, localizado na zona norte da Vila (Tabela 33).

Ao nível das especificidades da população residente nestes bairros, importa referir que em Grândola, salvo algumas excepções, não se verificou grande afastamento das políticas de construção e atribuição de habitação social, associadas a critérios pautados por princípios essencialmente economicistas – construção em altura normalmente desadaptada às características sócio-culturais das populações – e mecânicos, de justiça e igualdade social (os mais desfavorecidos economicamente e mais carenciados habitacionalmente), produzindo uma concentração excessivamente homogénea de grupos sociais mais vulneráveis. Daí resultam situações, por um lado, de segregação e marginalização social, e por outro, de conflituosidade entre os residentes destes bairros.

Tabela 33 – Agregados familiares dos Bairros Municipais segundo o nº de indivíduos que os compõem

Localização	Agregados familiares Indivíduos										
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10 >	
Bairro da Esperança	10	38	28	19	11	2	0	0	1	0	
Largo Zeca Afonso	5	8	6	5	2	0	0	0	0	0	
Horta do Coxo	0	2	3	2	1	1	1	0	0	0	
TOTAL	15	48	37	26	14	3	1	0	1	0	145

Fonte: FPH de Grândola (Tratamento próprio)

Entretanto, relativamente à composição dos agregados familiares, constata-se que a maioria dos agregados residentes nos bairros são constituídos por 2, 3 e 4 indivíduos, predominando os indivíduos do sexo feminino entre os residentes.

Tabela 34 – Distribuição por género dos residentes nos bairros municipais

Localização	MASCULINO	FEMININO
Largo Zeca Afonso	31	36
Horta do Coxo	22	16
Bairro da Esperança	141	182
Total	194	234

Fonte: FPH de Grândola (Tratamento próprio)

Tabela 35 – Promoção Municipal de Habitação

Ano	Local	Lotes para Autoconstrução	Arrendamento	Venda
1980	Bairro do Arneiro	200	—	—
1981	Horta do Coxo	—	18	—
1981	Largo Zeca Afonso	—	48	—
1981	Largo Zeca Afonso	—	—	40
1985	Largo Zeca Afonso	—	25	—
1989/90	Horta do Coxo	—	—	10
1990	Largo Zeca Afonso	—	—	22
1991	Cerrado das Aranhas	45	—	—
1994/96/97	Azinheira dos Barros	16	—	—
1994	Melides	6	—	—
2001	Carvalho	107	—	—
2002	Bº da Esperança	—	88	—
2005	Bº da Esperança	—	21	—
	Total	374	200	72

Fonte: CMG, (Tratamento próprio)

Em relação á habitação promovida pela Câmara Municipal de Grândola, constata-se na Tabela 35 que teve o seu início em 1980 com a disponibilização de 200 lotes para

autoconstrução, modalidade que veio a estar disponível em anos posteriores. Em 1981 teve início a construção para arrendamento e para venda, com a criação de 18 e 40 habitações, respectivamente. Porém, a intenção de construir para arrendar tende a permanecer como a melhor aposta e neste sentido verificou-se um considerável reforço nos anos de 2002 e 2005, com a construção de mais 109 habitações.

Caracterização do Parque Habitacional de Minas do Lousal (Freguesia de Azinheira dos Barros)

O Lousal é uma pequena aldeia com cerca de 580 habitantes, cuja origem se deve à exploração mineira desenvolvida entre 1900 e 1988, data em que cessou a actividade extractiva.

O apogeu dessa actividade registou-se nas décadas de 50 e 60, motivado pelos fluxos migratórios e pelas alterações tecnológicas e consequente acréscimo de produtividade. Durante este período desenvolvem-se algumas acções de carácter social para responder às necessidades da população, sendo o caso da construção dos bairros operários, para alojamento dos mineiros e suas famílias, uma das mais importantes.

Estes bairros são constituídos por bandas habitacionais, com fogos de diversas tipologias, desde T0 a T3, predominando a tipologia T2. No projecto original não existia a tipologia T3 e as poucas que actualmente existem devem-se à junção de 2 fogos.

A escassez de fogos de tipologia T3, assim como as pequenas dimensões das divisões, têm como consequência as condições de sobre-ocupação de algumas habitações.

As unidades habitacionais são fogos de pequenas dimensões, sem áreas de circulação e cuja degradação começa a ser significativa, principalmente no que concerne ao estado de conservação dos telhados, visto terem sido construídas há mais de 50 anos.

De uma forma geral, todos os alojamentos dispõem de infra-estruturas básicas, construídas posteriormente – década de 70. Nalguns casos, verifica-se que a instalação eléctrica e as canalizações são exteriores e que algumas das instalações sanitárias não são completas.

As zonas circundantes aos bairros habitacionais apresentam forte deterioração, com a proliferação de arrumos e garagens de tipo abarracado. Também se verificam grandes deficiências nos arruamentos.

Pretende-se, tanto quanto possível, reabilitar o património edificado, contextualizando-o com a musealização da Mina. No entanto, devido às dificuldades técnicas associadas à intervenção neste tipo de edificado e ao seu nível de degradação, a requalificação do mesmo implica

custos bastante elevados, sendo que algum deste património não tem quaisquer condições de ser requalificado.

Voltando ao século passado, quando a Mina se encontrava em funcionamento, a SAPEC, como proprietária das casas, fornecia aos comodatários todo o material necessário à sua manutenção.

Actualmente é bastante difícil inverter esta tendência, principalmente quando os fogos não são propriedade dos seus comodatários (antigos mineiros). Muitos alegam que enquanto não forem proprietários das casas não investem na sua manutenção; outros alegam que não tem condições económicas para o fazerem, visto serem reformados e/ou viverem com baixos recursos económicos, ainda que seja da sua exclusiva responsabilidade a manutenção e conservação da casa na qual habitam, conforme consta do Contrato de Comodato.

O Gabinete Técnico Local de Grândola possui uma lista de pedidos de habitação, constituída essencialmente por famílias a viverem em coabitação, e outras a residirem em condições de sobre-ocupação. Os agregados familiares a viverem em coabitação são essencialmente jovens, com família recém constituída, à procura de casa própria, e as famílias monoparentais provenientes de situações de divórcio e/ou separação.

Actualmente decorre o processo de loteamento dos bairros inseridos na Parcela I (fracção doada pela SAPEC ao Município) de modo a transmitir a propriedade aos antigos mineiros.

Considerando o realojamento dos agregados familiares de ex-trabalhadores das Minas do Lousal, actualmente residentes na Zona Turística 2, e atendendo a que as habitações da parcela I são insuficientes para o realojamento, será necessário construir novas habitações de diferentes tipologias, além de obras de urbanização, construção de blocos de arrumos e garagens, criação de áreas verdes de recreio e lazer e ordenamento dos arruamentos e espaços de estacionamento.

No sentido de colmatar as carências existentes no parque habitacional do Lousal, e de garantir as condições mínimas de habitabilidade aos antigos funcionários que laboraram na Mina, pretende-se estabelecer Protocolos de Cooperação com o IHRU – Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, para a construção dos novos fogos, assim como para a requalificação das habitações já existentes, consideradas património construído no contexto de preservação do complexo mineiro.

Esses protocolos irão permitir:

- Implementar soluções que dignifiquem e melhorem significativamente a qualidade de vida da população local;
- Urbanizar os bairros habitacionais, dotando-os de infra-estruturas, criando áreas verdes de enquadramento, recreio e lazer, bem como, o ordenamento dos arruamentos e das áreas de estacionamento;
- Construção de arrumos e garagens em substituição das barracas existentes, dotando a totalidade dos fogos.

Perspectivas Futuras de Construção ao Nível da Habitação Municipal

Na localidade de Azinheira dos Barros está em decurso a construção de 6 fogos a custos controlados para arrendamento, ainda no âmbito do Acordo de colaboração com o IHRU dos 88 fogos do Bairro da Esperança.

No que respeita à freguesia do Carvalhal encontra-se prevista a construção de 75 fogos, surgindo o projecto no âmbito da requalificação urbana e reordenamento do território decorrente da aprovação do Plano de Urbanização do Carvalhal. Este projecto irá responder, tanto às necessidades habitacionais existentes na freguesia, como no realojamento da população residente em áreas a demolir.

Promoção em Parceria

A Câmara Municipal de Grândola tem ao longo destes anos colaborado com diversas entidades na promoção de habitação social – agora designada por habitação a custos controlados –, seja através da elaboração dos projectos ou da cedência de terrenos.

Estas parcerias tiveram início em 1976 com Associações de Moradores para a construção dos Bairros Vale Pereiro I e II em Grândola e também em Canal Caveira no âmbito das operações do Serviço de Ambulatório de Apoio Local – SAAL.

Já em 1992 no âmbito de um Projecto de Luta Contra a Pobreza, cujo promotor foi a Santa Casa da Misericórdia de Grândola, foram construídas 14 habitações para realojamento das famílias residentes no extinto Bairro 11 de Março (barracas e construções abarracadas).

Mais recente, e em colaboração com a Cooperativa Habigrândola foram construídas 92 habitações.

Tabela 36 – Habitação a Custos Controlados – (Promovida por outras Entidades com colaboração da Câmara Municipal)

ANO	Nº DE FOGOS	LOCAL	ENTIDADE PROMOTORA
1976	36	Bairro Vale Pereiro I	Associação de Moradores (SAAL) Gestão da HabiGrândola
1976	47	Bairro Vale Pereiro II	Associação de Moradores (SAAL) Gestão da HabiGrândola
1976	41	Canal – Caveira	Associação de Moradores (SAAL)
1992	11	Cerrado das Aranhas	Misericórdia de Grândola (no âmbito do comissariado de luta contra a pobreza)
1992	3	Horta do Coxo	Misericórdia de Grândola (no âmbito do comissariado de luta contra a pobreza)
2003	32	Edifícios Mira-Serra	HabiGrândola
2007	60	Edifícios Mira-Serra	HabiGrândola
Total	230		

Fonte: CMG (Tratamento próprio)

▪ Outras medidas no âmbito da habitação promovidas pelo Município de Grândola

Programa de Apoio ao Arrendamento

Este programa destina-se a apoiar as famílias socialmente desfavorecidas que reúnam cumulativamente, as seguintes condições:

- i) Residam em alojamentos insalubres, sem condições de habitabilidade;
- ii) Um ou mais elementos do agregado familiar sofra de doença provocada ou agravada pelas deficientes condições do alojamento, devidamente comprovado por declaração médica;
- iii) Aufiram rendimento mensal que não ultrapasse os valores fixados nos termos do disposto no Decreto Regulamentar 50/77 (Concursos para Habitação a custos controlados).

Venda de Habitações aos Respectivos Inquilinos do Largo Zeca Afonso e Horta do Coxo

A Câmara Municipal tem promovido, desde 1986, data em que aprovou o respectivo regulamento de venda, o acesso à propriedade das habitações por parte dos respectivos inquilinos.

De referir que os Preços de Venda destas habitações são anualmente actualizados por aplicação do preço de habitação por m² de área útil publicado em Portaria.

Manutenção/Conservação de Fogos Municipais

O Município efectua obras de conservação/beneficiação no parque habitacional municipal, nomeadamente nos espaços comuns, ficando à responsabilidade dos inquilinos todas as reparações que se tornarem necessárias por efeito de incúria ou má utilização, dentro das habitações.

Apoio na reparação / conservação de habitações do mercado privado

Consiste no apoio às famílias com menos recursos económicos, traduzido na elaboração de projectos de arquitectura e especialidades, apoio ao nível de materiais de construção e acompanhamento técnico. De referir que se encontra em elaboração o Regulamento para este tipo de apoios.

Programas de Apoio à Recuperação e Reabilitação do Património Edificado – IHRU

Para a recuperação e reabilitação dos edifícios, o IHRU disponibiliza vários programas de apoio, a que os proprietários podem aceder, por intermédio do município.

Tabela 37 – Programas de apoio à recuperação e reabilitação do património edificado – IHRU

DESIGNAÇÃO	CARACTERÍSTICAS
RECRIA (Regime Especial de Participação na Recuperação de Imóveis Arrendados)	Visa apoiar financeiramente a execução de obras de conservação e de beneficiação de fogos e imóveis arrendados em estado de degradação, mediante a concessão de incentivos pelo Estado e pelos Municípios. DL 329-C/2000, de 22 de Dezembro.
RECRIPH (Regime Especial de Participação e Financiamento na Recuperação de Prédios Urbanos em Regime de Propriedade Horizontal)	Visa apoiar financeiramente a execução de obras de conservação e de beneficiação nas partes comuns de edifícios antigos constituídos em regime de propriedade horizontal. DL 106/96, de 31 de Julho
REHABITA (Regime de Apoio à Recuperação Habitacional em áreas Urbanas Antigas)	Trata-se de uma extensão do programa RECRIA. Visa apoiar financeiramente as Autarquias na reabilitação das zonas urbanas antigas, declaradas com áreas críticas de recuperação e reconversão urbanística e que possuam planos de pormenor ou regulamentos urbanísticos aprovados. DL 105/96 de 31 de Julho com as alterações introduzidas pelo DL 329-B/2000
SOLARH (Programa de Solidariedade e Apoio à Recuperação de Habitação)	Visa apoiar financeiramente a realização de obras de conservação e de beneficiação em habitação própria permanente, ou em habitações devolutas, mediante a concessão de empréstimos sem, juro pelo IHRU. D.L. 39/2001 de 9 de Fevereiro D.L. 25/2002 de 11 Fevereiro

Fonte: IHRU

Para além destes, o IHRU, lançou mais recentemente um programa destinado a apoiar o arrendamento por jovens, e que vem substituir o anterior IAJ (Incentivo ao Arrendamento por Jovens).

Tabela 38-Programa de Apoio ao arrendamento por jovens – IHRU

PORTA 65 – Jovem	Regula o incentivo ao arrendamento, por jovens, de habitações para residência permanente, mediante a concessão de uma subvenção mensal nos termos estabelecidos no D.L. 308/2007 de 3 de Setembro.
-------------------------	---

Fonte: IHRU

HABITAÇÃO – SÍNTESE

O trabalho deste grupo temático resultou de uma análise baseada nos dados estatísticos do INE, por um lado, e por outro, na informação do Sector de Acção Social – Habitação – da Câmara Municipal, do qual se destacam os seguintes aspectos:

De acordo com os dados Estatísticos do INE 1991-2001:

- Entre 1991 e 2001 o parque habitacional registou um crescimento positivo;
- O concelho registou, nesse período, um acréscimo generalizado dos níveis de cobertura das infraestruturas básicas: água canalizada, 38,7%; instalações sanitárias, 34,9%; instalações banho/duche, 33,9%; instalação eléctrica, 21,1%;
- Relativamente ao envelhecimento do parque habitacional: o índice de construção foi mais notório entre 1961/1970, tendo diminuído sempre até 2001. A partir de 2001 e até 2006 registou-se um ligeiro acréscimo do ritmo de construção;

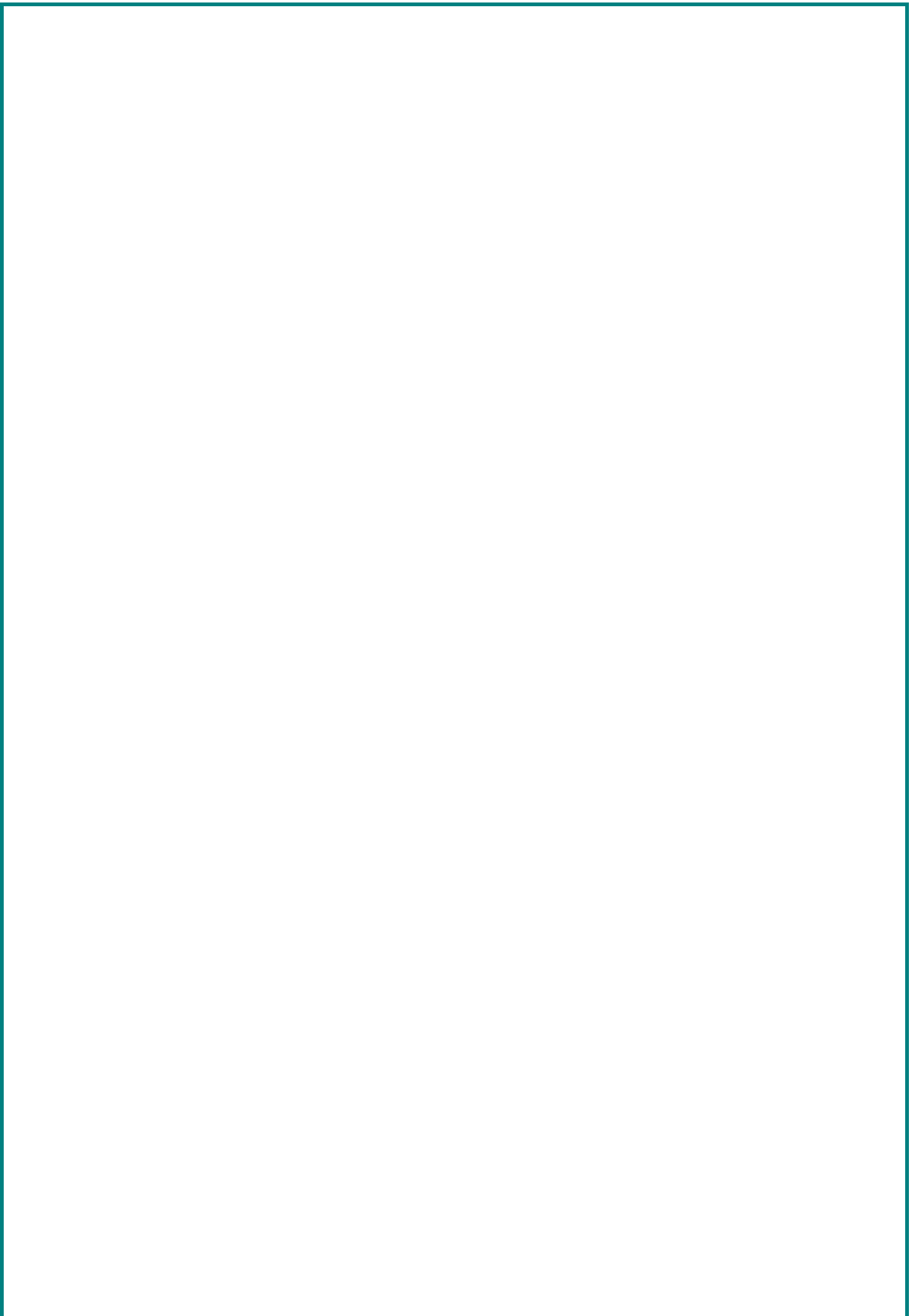
De acordo com o Ficheiro Procura de Habitação – FPH:

- Em Abril de 2008 encontravam-se recenseadas 256 famílias nas tipologias T1, T2 e T3, sendo que o maior número de famílias apresenta carências habitacionais ao nível da tipologia T2;
- A maioria dos titulares das candidaturas recenseadas no FPH situa-se nos grupos etários dos 31-45 anos (33,3%) e 46-64 anos (25,5%);
- A maioria das famílias recenseadas no FPH é composta por 2 elementos (34,4%), seguida dos indivíduos que vivem sozinhos (28,5%) e dos agregados familiares com 3 elementos (23,0%);
- Das famílias recenseadas no FPH com dados sobre os seus rendimentos actualizados em 2007, apenas 20,7% tem um rendimento *per capita* superior ao SMN (2007). Em 37,9% dos casos, esse rendimento situa-se entre 205,53€ e 282,10€. Com rendimento mensal *per capita* inferior a 50% do SMN (inferior a 205,50€) contabilizam-se 22,4% dessas famílias;
- A grande maioria das famílias recenseadas reside em habitação arrendada, 58,2%, estando 20,9% em situação de coabitação e 13,6% em ocupação precária (sem contrato de arrendamento);

- Relativamente às *condições higiénicas e funcionais dos alojamentos*, o parque habitacional regista uma elevada cobertura das infraestruturas básicas;
- Presentemente existem três bairros sociais, todos localizados na freguesia de Grândola, com um total de 147 habitações e cerca de 434 indivíduos residentes;
- A promoção de habitação social no concelho, nas diferentes modalidades, é maioritariamente da responsabilidade do Município. A promoção de habitação social em parceria tem também expressão no concelho;
- A mais curto prazo, o Município prevê a construção de 6 fogos em Azinheira de Barros, para arrendamento (em curso) e 75 fogos no Carvalhal;
- O Município dispõe de outras medidas no âmbito da habitação, dirigidas a famílias com menores recursos económicos: o Programa de Apoio ao Arrendamento e o apoio na reparação/conservação de habitações do mercado privado;
- O IHRU – Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana – dispõem de vários Programas de apoio à construção de habitação, recuperação e reabilitação do património edificado a que podem aceder os particulares e ou Municípios. Mais recentemente, e para apoio ao arrendamento por jovens, foi lançado o Programa Porta 65 – Jovem.

IDENTIFICAÇÃO DOS PROBLEMAS	PROJECTOS/SOLUÇÕES
<ul style="list-style-type: none">◦ Percentagem significativa de fogos devolutos e degradados no Centro Tradicional da Vila;◦ Elevado valor das rendas e dificuldade na obtenção de solos para construção de habitação;◦ Burocracia dos Programas de Reabilitação e taxa de aprovação de candidaturas diminuta;◦ Dificuldades no acesso da população jovem ao mercado habitacional (ex.: crédito bancário);◦ Insuficiente disponibilização de políticas públicas na provisão de habitações para famílias de menores recursos e poucos apoios ao arrendamento;◦ Especulação imobiliária;	<ul style="list-style-type: none">◦ Reabilitação de habitações devolutas e programas de incentivo à ocupação do Centro Tradicional de Grândola;◦ Adequar e flexibilizar a legislação vigente;◦ Possibilitar as parcerias em programas conjuntos de iniciativa privada e entidades públicas;◦ Fomentar a reabilitação dos fogos existentes;◦ Reequacionar a duração dos apoios públicos de habitação: passagem de uma lógica vitalícia para uma lógica de transitoriedade;

EDUCAÇÃO / FORMAÇÃO / EMPREGO



EDUCAÇÃO, FORMAÇÃO E EMPREGO**▪ Educação**

O concelho dispõe desde 2005 de um instrumento de planeamento municipal da rede de equipamentos educativos do concelho, nos diversos níveis de ensino – Carta Educativa – documento que deverá ser orientador das políticas educativas a desenvolver pela autarquia, e por todos os que têm responsabilidades e atribuições nesta área.

Tratando-se de um documento recente, a Carta Educativa constituiu-se como uma das fontes de informação para a actualização do diagnóstico social, no que respeita à educação, em conjunto com os dados estatísticos do INE. Realce-se, contudo, ao longo deste trabalho, a necessidade de actualização de alguns dados, nomeadamente em relação à rede de equipamentos educativos do concelho.

Rede de Equipamentos Educativos no concelho de Grândola

O concelho de Grândola dispõe de uma rede de equipamentos educativos que abrange desde a educação pré-escolar até ao ensino secundário. O concelho já dispôs de um Instituto de Estudos Superiores, criado através de protocolo com o ISCTE, onde foram ministrados cursos de mestrado, Instituto esse extinto em 2008.

Observando os diferentes níveis de ensino, pode dizer-se que o parque escolar é um elemento positivo no concelho. A rede da educação pré-escolar é constituída por edifícios criados especificamente para a educação de infância ou adaptados para esse efeito. A rede do 1º ciclo do ensino básico é constituída essencialmente por edifícios do plano dos centenários. A rede do 2º ciclo do ensino básico, servida por uma única escola – EB2/3 D. Jorge de Lencastre –, localizada na sede de concelho, é uma construção recente e dotada de equipamentos educativos actualizados. A rede do 3º ciclo do ensino básico distribui-se actualmente pela Escola EB2/3 D. Jorge de Lencastre e pela Escola Secundária António Inácio da Cruz, equipamento que tem sofrido obras e melhoramentos ao longo dos anos. O ensino secundário está assegurado pelas escolas Secundária António Inácio da Cruz e Escola Profissional de Desenvolvimento Rural de Grândola, que lecciona cursos tecnológicos relacionados com a área agrícola e de desenvolvimento turístico.

Tabela 39 – Distribuição dos equipamentos educativos por freguesia

Equipamentos Educativos	Grândola	Carvalhal	Melides	Sta Margarida da Serra	Azinheira de Barros	Total
Jardim-de-Infância	6	1	2		1	10
Creche e Jardim-de-infância IPSS	1	1			1	3
Escola Básica do 1º ciclo	6	1	1	0	1	9
Escola Básica 2º e 3º ciclo	1					1
Escola Secundária + 3º ciclo	1					1
Escola Profissional	1					1
Total	16	3	3	0	3	25

Fonte: Carta Educativa do Concelho de Grândola 2005 (Dados actualizados)

A educação pré-escolar está distribuída por grande parte da área concelhia e mesmo as populações de localidades com pouca expressão numérica têm ao seu dispor este serviço, quer através de jardins-de-infância da rede pública, quer da particular.

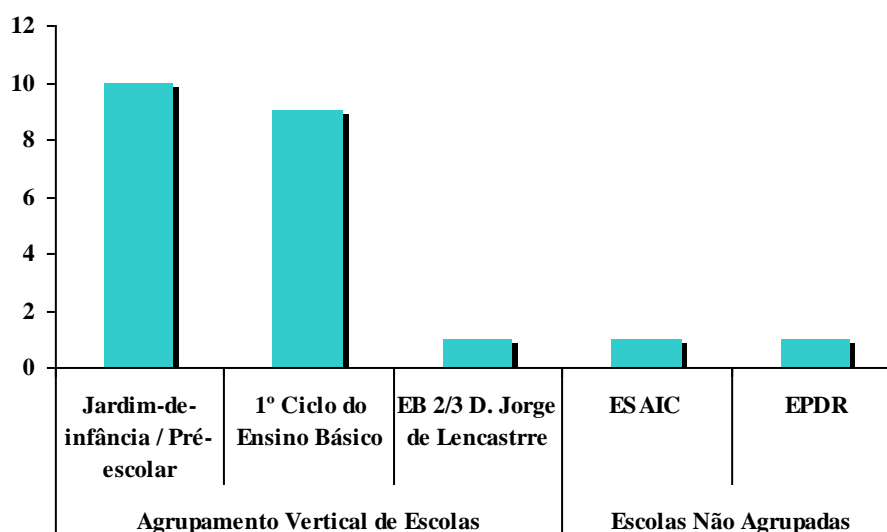
A rede de equipamentos que está distribuída de forma mais equitativa pelo concelho é a do 1º ciclo do ensino básico. As populações residentes em localidades isoladas e com pouca expressão populacional deslocam-se até ao equipamento educativo mais próximo.

A localização exclusiva na sede de concelho dos equipamentos educativos dos 2º e 3º ciclos do ensino básico e do ensino secundário implica de forma mais expressiva a deslocação da população estudantil. De facto, para concluir o ensino obrigatório, toda a população estudantil do concelho tem que se deslocar diariamente até Grândola e frequentar a EB 2/3 D. Jorge de Lencastre ou o 3º ciclo da Escola Secundário António Inácio da Cruz. A mesma situação se verifica relativamente ao ensino secundário e aos cursos tecnológicos de carácter profissional.

De forma a assegurar o acesso de todos à educação, as Câmaras Municipais devem, no âmbito das suas competências legais e em conjunto com empresas públicas ou privadas, definir a respectiva rede de transportes escolares concelhia coincidente com os índices de fluxos demográficos. No concelho de Grândola, esta rede está constituída por circuitos de carreira pública – para os locais com fluxos mais elevados – e percursos de aluguer, assegurando o transporte de crianças residentes nas áreas mais isoladas do concelho.

Sistema de Ensino**□ Oferta de Educação, Ensino e Formação**

Actualmente o Concelho de Grândola apresenta uma oferta de rede educativa pública constituída por 1 Agrupamento Vertical de Escolas, que inclui a rede pública de educação pré-escolar (10 Jardins-de-Infância), 1º Ciclo do Ensino Básico (9 escolas), a Escola Básica Integrada dos 2º e 3º ciclos EB2/3 D. Jorge de Lencastre. Para além dessas, existem 2 escolas não agrupadas (Escola Secundária António Inácio da Cruz e Escola Profissional de Desenvolvimento Rural) que leccionam o ensino secundário e formação profissional.

Gráfico 53 – Rede Educativa Pública do Concelho de Grândola

Fonte: Carta Educativa 2005 (Dados actualizados)

A rede escolar privada e as IPSS não têm uma expressão significativa no concelho de Grândola, existindo apenas ao nível da educação pré-escolar; a oferta de equipamentos nos restantes níveis de ensino é totalmente assegurada pela rede pública. Actualmente, a educação pré-escolar no Concelho tem, além da rede pública, 2 estabelecimentos da rede privada: a Creche/Jardim-de-infância de Grândola e o Centro Infantil do Lousal

□ Agrupamento Vertical de Escolas de Grândola

A oferta curricular e educativa do Agrupamento desenvolve-se na Educação Pré-escolar, 1º, 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico e, ainda, na Educação e Formação de Adultos (EFA) e Curso de Educação e Formação de Jovens (CEF).

No que diz respeito aos **Complementos e Actividades Extracurriculares**, a Educação Pré-escolar, para além da componente educativa, possui a Componente de Apoio à Família, que engloba os horários antes e depois do tempo lectivo, assim como o horário de almoço, sendo que esta Componente tem sido da responsabilidade do Agrupamento em articulação com o Município, conforme estabelecido na Lei-Quadro da Educação Pré-Escolar articulada com o Decreto-Lei nº147/97 de 11 de Junho.

No 1º ciclo, para além da componente lectiva, funcionam Actividades de Enriquecimento Curricular. Nos 2º e 3º Ciclos funcionam Actividades Extracurriculares.

Também no âmbito de acção do Agrupamento Vertical de Escolas, os **Serviços Especializados de Apoio Educativo** contam com o Núcleo de Apoio Educativo, estrutura de orientação educativa que colabora na organização e gestão dos apoios educativos a prestar aos alunos com necessidades educativas especiais de carácter prolongado. É composto por professores do quadro de Educação Especial; professores destacados na Educação Especial; professores de apoio sócio educativo; Educadores de Infância destacados no PAIP (Projecto Articulado de Intervenção Precoce); professores destacados na Unidade de Apoio Especializado para a Multideficiência; terapeuta ocupacional da Unidade de Apoio Especializado para a Multideficiência; psicólogo da Unidade de Apoio Especializado para a Multideficiência; psicólogos a exercerem funções no Agrupamento e elemento do Conselho Executivo responsável pela Educação Especial.

A **Unidade Especializada de Apoio à Multideficiência** é um recurso pedagógico especializado do Agrupamento de Escolas, constituindo-se como uma resposta educativa diferenciada que visa apoiar a educação dos alunos com multideficiência, dos concelhos de Grândola e Alcácer do Sal.

A Unidade Especializada para Apoio à Multideficiência – composta por 2 professores de Educação Especial especializados; 1 terapeuta ocupacional; 1 psicólogo e 1 auxiliar da Acção Educativa –, tem por objectivos: promover a participação dos alunos com multideficiência nas actividades curriculares e de enriquecimento curricular junto dos pares da turma a que pertencem; assegurar a criação de ambientes educativos estruturados, securizantes, significativos e ricos em comunicação que permitam o envolvimento dos alunos; proporcionar oportunidades de aprendizagem centrada em experiências da vida real e adequadas à idade cronológica dos alunos, às suas capacidades, necessidades e interesses que promovam o desenvolvimento da sua autonomia pessoal e social; aplicar metodologias

e estratégias de intervenção transdisciplinares, visando o desenvolvimento e a integração social e escolar dos alunos; proceder às adequações curriculares necessárias; organizar e apoiar o processo de transição entre Ciclos e para a vida adulta; assegurar apoios específicos a nível das terapias, da psicologia e da orientação e mobilidade; criar espaços de reflexão e de formação acerca da prática pedagógica para os profissionais, pessoal não docente e famílias.

☐ Oferta a partir da escolaridade obrigatória

A partir da escolaridade obrigatória, a oferta no concelho de Grândola está direccionada para o prosseguimento de estudos ou para uma formação profissional relacionada com as áreas económicas de maior relevo na região, como a agricultura e o turismo.

Tabela 40 – Cursos disponíveis no ano lectivo 2007/08

Escola	Cursos Disponíveis
Secundária com 3º ciclo do Ensino Básico	Cursos de carácter geral prosseguimento de estudos
	Curso tecnológico de administração
	1 CEF tipo 2 <ul style="list-style-type: none">• Serralharia Mecânica
	2 Cursos profissionais <ul style="list-style-type: none">• Técnico de Manutenção Industrial• Técnico de Apoio Psicossocial
Profissional de Desenvolvimento Rural de Grândola	3 Cursos profissionais <ul style="list-style-type: none">• Técnico de produção agrária• Técnico de turismo• Técnico de turismo ambiental e rural

Fonte: ESAIC e EPDRG

☐ Respostas de reabilitação

O concelho de Grândola tem uma escola de ensino especial – a Cercigrândola – que funciona em regime normal e que serve os concelhos de Grândola e Alcácer do Sal. A Cercigrândola é uma Instituição Particular de Solidariedade Social, que tem como fim a Educação e Reabilitação dos cidadãos portadores de Deficiência. Esta instituição apoia cerca de uma centena de utentes distribuídos pelas seguintes valências, consoante o seu nível etário e grau de deficiência:

- PAIP – Projecto Articulado de Intervenção Precoce – que apoia uma média de 40 utentes na faixa etária dos 0 aos 6 anos, com deficiência ou em risco de atraso grave do desenvolvimento e respectivas famílias;
- FORMAÇÃO PROFISSIONAL – integra 23 jovens em formação, distribuídos por vários cursos consoante as suas vertentes vocacionais e tendo como objectivo a integração no mercado de trabalho.
- CAO – CENTRO DE ACTIVIDADES OCUPACIONAIS – apoia 40 utentes a partir dos 18 anos e sem limite de idade. Esta valência tem por objectivo promover o bem-estar e a qualidade de vida dos utentes com graves défices de autonomia, através do desenvolvimento de actividades ocupacionais e iniciativas de contacto com a comunidade.

□ Ofertas Educativas de Carácter Particular, Cooperativo e IPSS

As ofertas educativas de carácter particular, cooperativo e IPSS, no concelho de Grândola, apenas têm expressão ao nível da educação pré-escolar e da valência de creche.

Uma das instituições mais antigas e com uma expressão bastante significativa no concelho é a Creche e Jardim-de-infância de Grândola – uma instituição de solidariedade social com a valência de Jardim-de-infância – que actualmente conta com 75 crianças.

O Centro Infantil do Lousal dispõe da valência de Jardim-de-infância, actualmente com 10 crianças.

Tabela 41 – Relação entre a Oferta e a Procura

Instituição	Valência	Nº de crianças que frequentam	Nº de crianças em lista de espera
Creche e Jardim-de-infância de Grândola	Jardim-de-infância	75	42 ⁵¹
Centro Infantil do Lousal	Jardim-de-infância	10	

Fonte. Instituições 2008

⁵¹ Número de crianças em lista de espera até Janeiro de 2006

Qualificação Académica e Nível de Instrução

Os resultados definitivos dos Censos de 2001 utilizam duas variáveis semelhantes na relação entre a distribuição demográfica e o nível educacional atingido pelas populações: qualificação académica e nível de instrução. A grande diferença entre estas duas variáveis é o conceito analítico que representam: a *qualificação académica* inclui o nível de instrução mais elevado que cada indivíduo completou, enquanto que o *nível de ensino* reflecte o grau de instrução mais elevado que cada indivíduo frequentou sem concluir, ou que se encontra a frequentar. Deste modo, os dados podem, à partida, parecer incongruentes mas, efectivamente, cada variável representa uma análise diferente. Por exemplo: se um indivíduo for estudante do ensino superior na variável qualificação académica irá constar como tendo o ensino secundário (que é o nível de ensino que já concluiu) e na variável nível de ensino irá constar como a frequentar o ensino superior, evidentemente que esta situação se repete para todos os níveis de ensino.

A análise é feita com as duas variáveis visto que uma delas permite compreender a qualificação académica atingida e logo, o potencial de procura de emprego consequente, enquanto que a variável nível de instrução permite compreender em que ponto de evolução de frequência dos vários níveis de ensino se encontra a população.

□ **Qualificação Académica**

O Concelho de Grândola, apesar do seu potencial de desenvolvimento, é uma região ainda com fortes índices de ruralidade e com diversos problemas de desenvolvimento económico-social.

Tabela 42 – População residente – segundo o alfabetismo e o sexo – não sabe ler e escrever

Unidade Geográfica	População Residente		População residente que não sabe ler nem escrever				
	Total		Total		% Na população total		Variação percentual ⁵²
	N.º	N.º	N.º	N.º	%	%	%
	1991	2001	1991	2001	1991	2001	1991-2001
País	9867147	10356117	1786725	1548047	18,1	14,9	-13,4
Alentejo	782331	776585	199004	157230	25,4	20,2	-21,0
Alentejo Litoral	98519	99976	28182	22804	28,6	22,8	-19,1
Grândola	13767	14901	4238	3582	30,8	24,0	-15,5

Fonte: INE, Censos 1991 e 2001

⁵² $(\text{População}_{2001} - \text{População}_{1991}) * 100 / \text{População}_{1991}$

Um dos problemas sociais identificados é o elevado número de indivíduos que não sabem nem ler nem escrever. Não havendo dados disponíveis mais recentes, a comparação dos dados do INE relativos aos censos de 1991 e 2001, permitem conferir as tendências evolutivas registadas.

Assim, tendo por base toda a população residente, verifica-se que em 1991, no concelho de Grândola, 30,8% não sabe ler e escrever, valor que decresceu para 24% em 2001. Comparativamente às outras unidades territoriais apresentadas, a percentagem de população residente com estas características é superior no território concelhio em ambos os momentos censitários, distanciando-se mais claramente em relação ao país que apresenta valores de 18,1% e 14,9%, respectivamente em 1991 e 2001.

Entretanto, a variação percentual calculada identifica que é na região Alentejo onde se regista uma maior diminuição no número de pessoas que não sabe ler nem escrever (-21,0%), seguida do Alentejo Litoral (-19,1%), do concelho de Grândola (-15,5%) e, finalmente, o país (-13,4%).

O valor de -15,5%, de variação percentual de população concelhia residente que não sabe ler e escrever, desvia-se consideravelmente se forem analisados individualmente os valores homólogos das freguesias.

Tabela 43 – População residente – segundo o alfabetismo e o sexo – não sabe ler e escrever – Concelho de Grândola e Freguesias, 1991 e 2001

Unidade Geográfica	População residente que Não sabe ler e escrever						Varição percentual (%)
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
Freguesias	1991	1991	1991	2001	2001	2001	1991-2001
Azinhreira Barros e São Mamede do Sádão	388	173	215	225	90	135	-42,0
Grândola	2742	1149	1593	2484	997	1487	-9,4
Melides	684	291	393	482	184	298	-29,5
Santa Margarida da Serra	139	63	76	58	24	34	-58,3
Carvalhal	285	114	171	333	194	139	16,8
Concelho de Grândola	4238	1790	2448	3582	1489	2093	-15,5

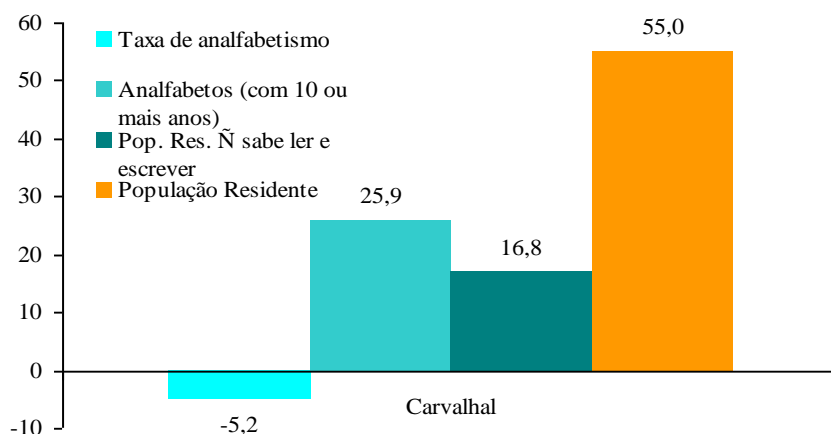
Fonte: INE, Censos 1991 e 2001

De facto, entre 1991 e 2001, Santa Margarida da Serra é a freguesia que apresenta uma maior variação percentual, tendo reduzido em -58,3% a população que não sabe ler e escrever, seguida de Azinhreira de Barros (-42,0%). Opostamente, a freguesia do Carvalhal

apresenta um aumento da população residente com estas características (+16,8%), o que poderá ser justificado pela inclusão dos dados relativos à população prisional do Estabelecimento Prisional de Pinheiro da Cruz, situado nesta freguesia.

A situação específica de evolução de sinal positivo na freguesia do Carvalhal, da população que não sabe ler e escrever, exige uma observação mais global que considere paralelamente outras variáveis. Assim, a variação do número de analfabetos com 10 ou mais anos é ainda mais acentuada (25,9%), registando-se contudo um decréscimo de -5,2% na taxa de analfabetismo, entre 1991 e 2001. Tal pode justificar-se pois, como se verificou, muito embora tenha havido um acréscimo da população analfabeta, o acréscimo registado na população residente total foi superior, o que se reflecte, logicamente, num decréscimo da taxa de analfabetismo.

Gráfico 54 – Variação Percentual (%) – Taxa de analfabetismo, Analfabetos (10 ou + anos), população residente que não sabe ler e escrever e população residente total – Grândola 1991-2001

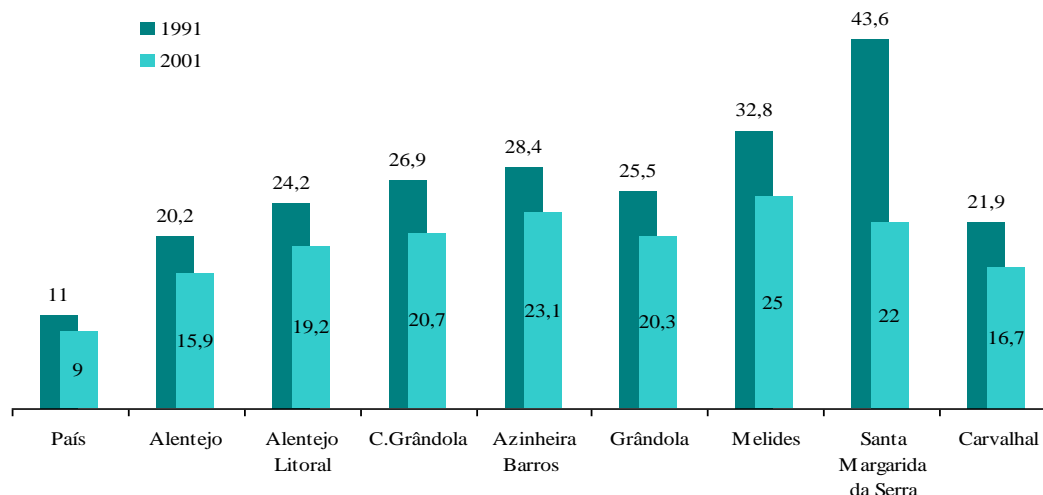


Fonte: INE, Censos 1991 e 2001

A taxa de analfabetismo define-se tendo como referência a idade a partir da qual um indivíduo que acompanhe o percurso normal do sistema de ensino deve saber ler e escrever. Considera-se que essa idade corresponde aos 10 anos, equivalente à conclusão do ensino básico primário.

Relativamente às unidades territoriais regional e nacional – e não sendo possível avaliar o peso representado pelo Estabelecimento Prisional de Pinheiro da Cruz –, o concelho de Grândola apresenta a taxa de analfabetismo mais elevada, tanto em 1991 (26,9%) como em 2001 (20,7%).

Gráfico 55 – Taxa de analfabetismo 1991 e 2001 – País, Nut II e III, Município de Grândola e Freguesias



Fonte: INE, Censos 1991 e 2001

Conforme pode verificar-se no gráfico anterior e na tabela seguinte, em todas as unidades territoriais se assinala um decréscimo da taxa de analfabetismo entre estes momentos censitários⁵³, sendo o valor mais mercante registado na freguesia de Santa Margarida da Serra (-21,6 ponto percentuais de diferença).

Tabela 44 – Comparação da Taxa de Analfabetismo. 1991 - 2001

Unidade Geográfica	Taxa de analfabetismo					
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
	%	%	%	%	%	%
	1991	1991	1991	2001	2001	2001
País	11,0	7,7	14,1	9,0	6,3	11,5
Alentejo	20,2	16,3	23,9	15,9	12,5	19,1
Alentejo Litoral	24,2	20,6	27,7	19,2	16,0	22,3
Grândola	26,9	21,9	31,7	20,7	16,2	25,2
Azinheira Barros	28,4	22,7	34,7	23,1	17,7	28,6
Grândola	25,5	20,8	29,7	20,3	16,0	24,3
Melides	32,8	26,6	39,1	25,0	19,2	30,8
Santa Margarida da Serra	43,6	38,7	48,9	22,0	15,8	28,6
Carvalhal	21,9	16,5	27,3	16,7	14,4	21,6

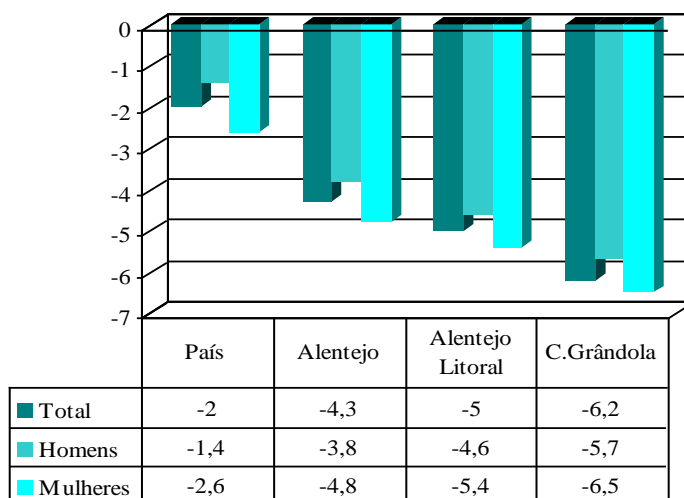
Fonte: INE, Censos 1991 e 2001

Se não forem consideradas as freguesias, é no concelho de Grândola que se regista o maior decréscimo (-6,2 pontos percentuais) na taxa, seguido do Alentejo (-5), do Alentejo Litoral (-4,3) e do País (-2 pontos percentuais). Em qualquer uma destas unidades territoriais a

⁵³ Refira-se, neste ponto, a uma 'mais que provável' diminuição do analfabetismo entre 2001 e o momento presente, em consequência do esforço do país na qualificação escolar da população (cursos de dupla certificação e ensino recorrente).

taxa de analfabetismo é mais elevada nas mulheres do que nos homens, mas é também no grupo das mulheres que o analfabetismo mais diminuiu entre 1991 e 2001 (-6,5 pontos percentuais no caso de Grândola).

Gráfico 56 – Diferenças na Taxa de Analfabetismo 1991-2001, País, Nut's II e III e Grândola



Fonte: INE, Censos 1991 e 2001

O mesmo acontece ao nível das freguesias, identificando-se um paralelismo entre a evolução do número de analfabetos (com 10 ou mais anos), das taxas de analfabetismo registadas nestas unidades territoriais e a tendência evolutiva da população residente, total e por sexos. As exceções registam-se na freguesia sede de concelho e no Carvalhal: no primeiro caso é apenas a população residente que evolui positivamente; no caso do Carvalhal cresce a população (basicamente a masculina) mas também o número de analfabetos, o que estará eventualmente associado – como já se referiu –, à evolução da população prisional do EPPC.

Tabela 45 – Evolução 1991-2001 – Taxa Analfabetismo, Analfabetos e População Residente

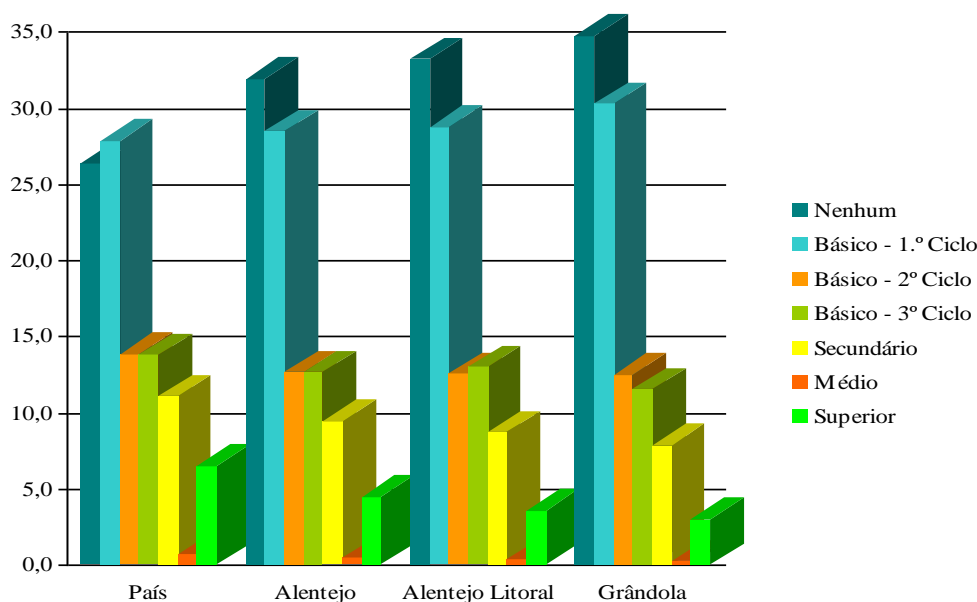
Unidade Geográfica	Taxa de Analfabetismo			Analfabetos c/10 ou + anos			População Residente		
	Diferença percentual 1991-2001			Variação percentual 1991-2001			Variação percentual 1991-2001		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Concelho De Grândola	-6,2	-5,7	-6,5	-14,5	-15,3	-14,0	8,2	11,0	5,6
Azinheira Barros	-5,3	-5	-6,1	-30,0	-33,9	-27,3	-20,4	-22,4	-18,2
Grândola	-5,2	-4,8	-5,4	-10,0	-14,1	-7,4	10,7	9,6	11,8
Melides	-7,8	-7,4	-8,3	-27,4	-32,1	-24,3	-7,3	-8,8	-5,8
Santa Margarida da Serra	-21,6	-22,9	-20,3	-59,8	-67,2	-53,6	-20,8	-19,0	-22,8
Carvalhal	-5,2	-2,1	-5,7	25,9	94,6	-15,4	55,0	109,0	2,3

Fonte: INE, Censos 1991 e 2001 (tratamento próprio)

Até aqui foi analisada a relação entre a população que não sabe nem ler nem escrever e a população das várias freguesias do concelho.

Importa agora distribuir a população do Concelho de Grândola pelo grau de qualificação académico atingido.

Gráfico 57 – População Residente segundo o nível de qualificação académica, 2001



Fonte: INE, Censos 2001

Verifica-se desde logo que, no Concelho de Grândola, o peso percentual da qualificação académica vai diminuindo à medida que aumenta o grau dessa qualificação, com excepção do ensino médio que apresenta uma menor expressão, contando apenas com 0,2% da população.

Na Tabela 46 apresentam-se os resultados da relação entre a população e o nível de qualificação académica atingido pela população residente no Concelho de Grândola (e em cada uma das suas freguesias), comparativamente com os resultados das unidades geográficas em que o território concelhio se insere.

Os dados de 2001 observados na tabela permitem concluir que, relativamente à população sem nenhum nível de ensino, apenas o total de Portugal está abaixo dos 30% (mais concretamente: 11,4% de analfabetos⁵⁴ e 14,9% indivíduos sem qualificação académica). O concelho de Grândola apresenta a maior taxa de população com essas características (34,7%), sendo que, do total da população, 24,0% são analfabetos, e mais de 10 % não tem

⁵⁴ Os 11,4% correspondem a 1.184.207 indivíduos, total de analfabetos na população residente, sendo que os analfabetos com 10 ou mais anos (conceito utilizado no cálculo da taxa de analfabetismo) são 838.140.

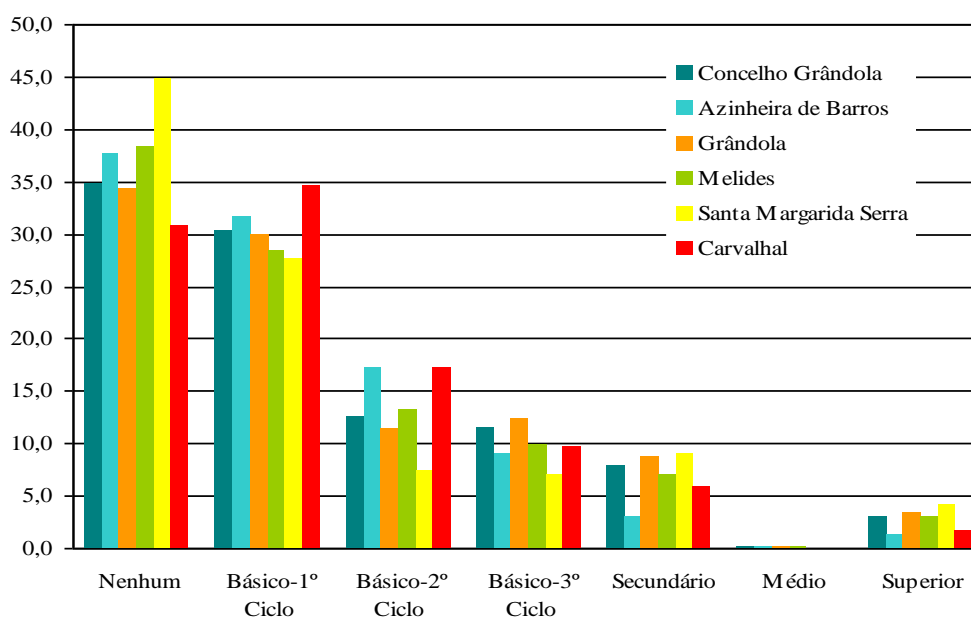
Atualização do Diagnóstico Social

Educação/Formação/Emprego

qualificação académica. Por outro lado, os resultados, referentes aos níveis de ensino até ao final do básico, são semelhantes nas várias unidades geográficas analisadas. Ao nível do ensino secundário e superior, o concelho de Grândola tem valores sensivelmente mais baixos, comparativamente aos totais nacionais e regionais.

Na mesma tabela, pode verificar-se que, relativamente à qualificação académica em cada uma das freguesias, é a Freguesia de Santa Margarida que, proporcionalmente, apresenta uma maior percentagem de população sem nenhum grau de qualificação (44,9%). Tal valor corresponde a 21% de população que sabe ler e escrever mas que não atingiu nenhuma qualificação académica, mais 23,9% de analfabetos. Entretanto, a percentagem no concelho é de 10,7% de população sem qualificação académica e 24% de analfabetos na população total, perfazendo 34,7% de população sem nenhum grau de qualificação. Por outro lado, muito embora em números absolutos se registe em Santa Margarida da Serra apenas 22 qualificados com o ensino secundário e 10 com o superior, o peso percentual destes quantitativos colocam a freguesia com as melhores percentagens de população qualificada nestes graus de ensino. Já a freguesia de Azinheira dos Barros é aquela que, proporcionalmente, tem valores menos expressivos nos níveis de qualificação mais elevados – ensino secundário 3,1% (a média concelhia é de 7,8%) e, ao nível do ensino superior, 1,3% (a média do concelho é de 3%).

Gráfico 58 – Distribuição da população do Concelho e Freguesias por Qualificação Académica atingida



Fonte: INE, Censos 2001 (tratamento próprio)

Tabela 46 – População Residente por Qualificação Académica

Unidade Geográfica	Nenhum		Básico – 1º ciclo		Básico – 2º ciclo		Básico – 3º ciclo		Secundário		Médio		Superior		Total	
	2001		2001		2001		2001		2001		2001		2001		2001	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
País	2732254	26,4	2882955	27,8	1430146	13,8	1426255	13,8	1143448	11,0	66965	0,6	674094	6,5	10356117	100,0
Alentejo	247961	31,9	221173	28,5	98170	12,6	98265	12,7	73013	9,4	3332	0,4	34671	4,5	776585	100,0
Alentejo Litoral	33210	33,2	28760	28,8	12510	12,5	12990	13,0	8669	8,7	307	0,3	3530	3,5	99976	100,0
Grândola	5176	34,7	4513	30,3	1860	12,5	1715	11,5	1166	7,8	29	0,2	442	3,0	14901	100,0
Azinheira Barros e São Mamede do Sádão	342	37,7	287	31,6	156	17,2	82	9,0	28	3,1	1	0,1	12	1,3	908	100,0
Grândola	3548	34,2	3094	29,9	1175	11,3	1284	12,4	896	8,6	25	0,2	339	3,3	10361	100,0
Melides	684	38,2	510	28,5	235	13,1	177	9,9	127	7,1	2	0,1	54	3,0	1789	100,0
Santa Margarida da Serra	109	44,9	67	27,6	18	7,4	17	7,0	22	9,1	0	0,0	10	4,1	243	100,0
Carvalhal	493	30,8	555	34,7	276	17,3	155	9,7	93	5,8	1	0,1	27	1,7	1600	100,0

Fonte: INE, Censos 2001

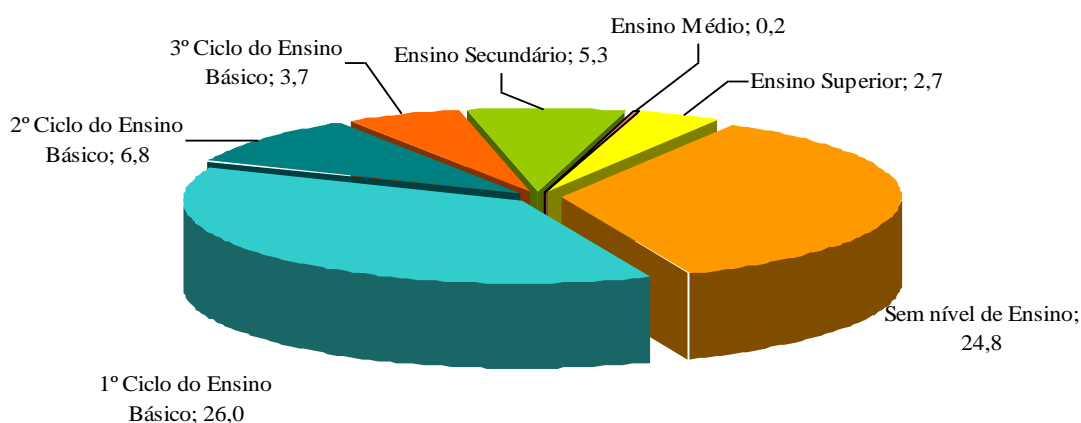
Ao nível do 1º ciclo, o peso percentual da população que atinge esta qualificação é muito semelhante nas várias freguesias, com excepção do Carvalhal que se destaca com 34,7%, comparativamente ao valor mais baixo de 27,6% de Santa Margarida da Serra.

Já a partir do 2º ciclo, evidenciam-se as freguesias de Azinheira dos Barros e Carvalhal, com valores de população qualificada na ordem dos 17%, alguns pontos acima da média do concelho (12,5%). Estes dados, preocupantes e com efeitos directos nos níveis de emprego que a população pode alcançar, são também um reflexo do elevado número de idosos do concelho (em 2001, 24,3% da população residente tinha 65 ou mais anos), pertencentes a gerações em que era menos exigente o conceito de escolaridade obrigatória e também entendido de forma diferente o papel da criança na sociedade.

□ Nível de Ensino

Tendo em conta que o nível de ensino reflecte o grau de instrução mais elevado que cada indivíduo frequentou sem concluir ou que se encontra a frequentar, verifica-se que em 2001, no concelho de Grândola, se registava uma percentagem reduzida de população a frequentar o ensino: apenas 14,6% (3,8% no 1º Ciclo, 2,4% no 2.º Ciclo e 2,9% no 3º Ciclo do Ensino Básico; 3,3% no Secundário e 2,2% no Superior).

Gráfico 59 – População residente (%) em Grândola, por nível de ensino completo



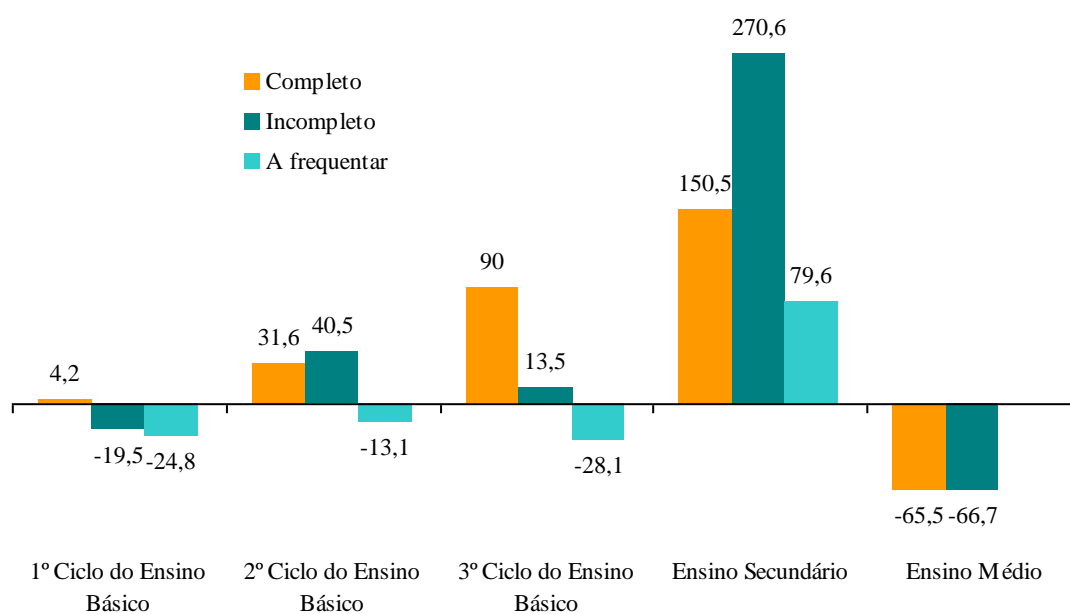
Fonte: INE, Censos 2001

Constata-se também (gráfico anterior) a baixa qualificação geral da população do concelho: mais de metade da população concelha reparte-se entre o 1.º ciclo do ensino básico completo (26%) e nenhum nível de ensino (24,8%); com o 2.º e 3.º ciclos do ensino

básico completos contabiliza-se, respectivamente, 6,8% e 3,7% da população residente; 5,3% tem o ensino secundário completo; 0,2% o ensino médio e 2,7% o ensino superior.

Numa análise comparativa dos dados de 1991 e 2001, destaca-se a variação negativa que ocorre em todos os níveis de ensino naquele período, com excepção do ensino secundário, na variável *a frequentar*. Assim, a diminuição do número de alunos no concelho ocorre em todos os Ciclos do ensino básico (com -24,8%, -13,1% e -28,1%, respectivamente no 1º, 2º e 3º Ciclos), enquanto ao nível do ensino secundário se registou um aumento bastante significativo (79,6%), sendo superior, nomeadamente, aos valores registados nas unidades geográficas superiores (Portugal 29%, Alentejo 30,3% e Alentejo Litoral 58,3%). Entretanto, no âmbito desta variável não se registam dados para o nível ensino médio, pelo que não é possível a sua representação gráfica na imagem que a seguir se apresenta.

Gráfico 60 – Variação (%) 1991-2001 dos níveis de ensino da população concelhia



Fonte: INE, Censos 2001

Já a variável de nível de ensino *incompleto* apresenta um valor negativo (-19,5%) no 1º Ciclo do EB e valores positivos nos 2º e 3º Ciclos do EB (40,5% e 13,5% respectivamente) e no secundário (270,6%). Entretanto, devido às mudanças registadas nos próprios critérios condutores do ensino em Portugal, a leitura destes dados não é linear, não podendo ser justificados apenas pelo abandono da frequência escolar. Por um lado, a escolaridade obrigatória para os jovens passou para o nono ano, surgindo também novas alternativas curriculares que conferem essa mesma escolaridade.

Tabela 47 – Comparação dos Níveis de Ensino da População

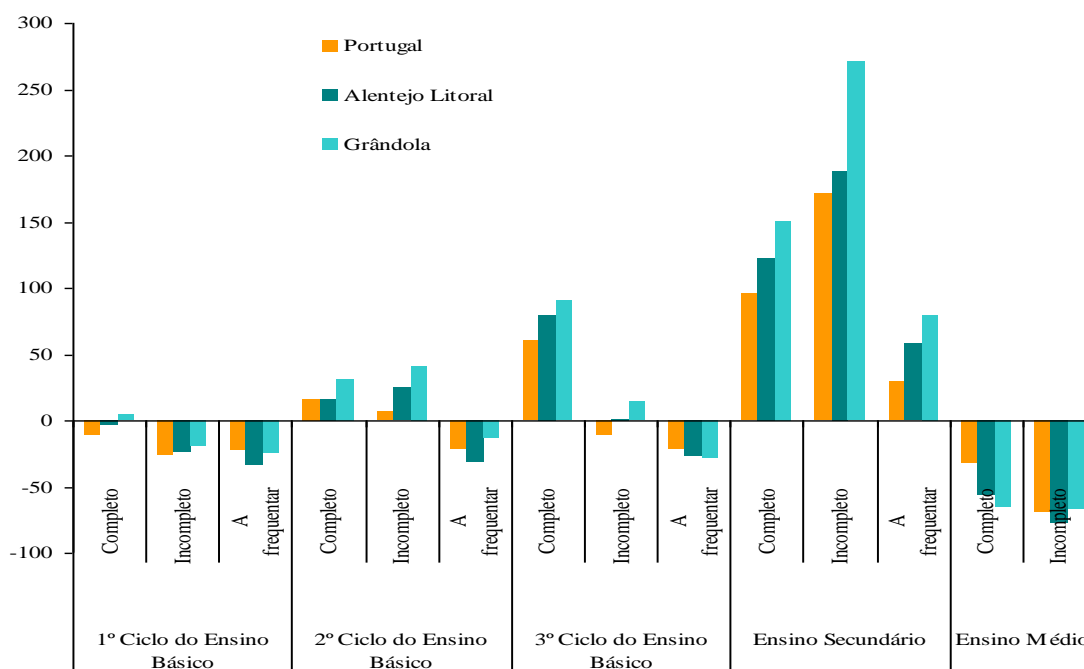
		Portugal	Taxa %	Taxa Variação 1991a 2001 (%)	Alentejo	Taxa %	Taxa Variação 1991 a 2001 (%)	Alentejo Litoral	Taxa %	Taxa Variação 1991 a 2001 (%)	Total Concelho	Taxa %	Taxa de Variação 1991 a 2001 (%)
Sem nível de Ensino		1475812	14,3	n.c.	153440	19,8	n.c.	22839	22,8	n.c.	3693	24,8	n.c.
1º Ciclo do Ensino Básico	Completo	2382283	23,0	-10,3	186708	24,0	-8,2	24377	24,4	-2,7	3868	26,0	4,2
	Incompleto	746483	7,2	-26,2	61684	7,9	-27,6	6289	6,3	-23,3	910	6,1	-19,5
	A frequentar	509959	4,9	-22,2	32837	4,2	-28,6	4082	4,1	-33,5	573	3,8	-24,8
2º Ciclo do Ensino Básico	Completo	799478	7,7	16	52747	6,8	15,3	6417	6,4	16,6	1011	6,8	31,6
	Incompleto	223926	2,2	6,7	16161	2,1	7,9	2022	2,0	24,2	288	1,9	40,5
	A frequentar	276746	2,7	-21,7	18304	2,4	-27,5	2361	2,4	-30,9	357	2,4	-13,1
3º Ciclo do Ensino Básico	Completo	496321	4,8	59,9	34032	4,4	56	4620	4,6	79,5	549	3,7	90
	Incompleto	283205	2,7	-11,2	20732	2,7	-9,9	2750	2,8	1	412	2,8	13,5
	A frequentar	347463	3,4	-21,9	24691	3,2	-24,4	3343	3,3	-26,9	437	2,9	-28,1
Ensino Secundário	Completo	704090	6,8	95,9	46794	6,0	113	5804	5,8	123,1	794	5,3	150,5
	Incompleto	528801	5,1	171,4	35941	4,6	179,7	4456	4,5	187,9	667	4,5	270,6
	A frequentar	387925	3,7	29	27775	3,6	30,3	3860	3,9	58,3	492	3,3	79,6
Ensino Médio	Completo	66965	0,6	-31,9	3332	0,4	-48,5	307	0,3	-56,1	29	0,2	-65,5
	Incompleto	13208	0,1	-69	517	0,1	-73	54	0,1	-77,7	7	0,0	-66,7
Ensino Superior	Completo	622417	6,0	n.c.	31931	4,1	n.c.	3296	3,3	n.c.	408	2,7	n.c.
	Incompleto	100397	1,0	n.c.	4822	0,6	n.c.	589	0,6	n.c.	79	0,5	n.c.
	A frequentar	390638	3,8	n.c.	24137	3,1	n.c.	2510	2,5	n.c.	327	2,2	n.c.

Fonte: Carta Educativa do Concelho de Grândola 2005

Entretanto, muito embora entre estes momentos censitários possam ter sido identificadas alterações menos positivas no número absoluto de efectivos que compõem a população estudantil, assiste-se, de facto, ao aumento da procura de uma maior qualificação académica. Ou seja, pode haver menos estudantes mas os que existem frequentam níveis de ensino mais altos. Tal reflecte-se também no aumento, entre 1991 e 2001, da taxa de indivíduos com o nível de ensino *completo*: 1º ciclo do EB 4,2%, 2º ciclo do EB 31,6%, 3º ciclo do EB 90% e ensino secundário 150,5%.

Por último, e comparando os dados do concelho de Grândola com os dados relativos a cada uma das unidades geográficas superiores, as variações entre 1991 e 2001 são semelhantes em quase todos os níveis de ensino. Destaca-se a menor diminuição do número de indivíduos a frequentar o 1º ciclo do EB e o 2º ciclo do EB; e o já referido aumento da população que completou (150,5%) e está a frequentar (79,6%) o ensino secundário

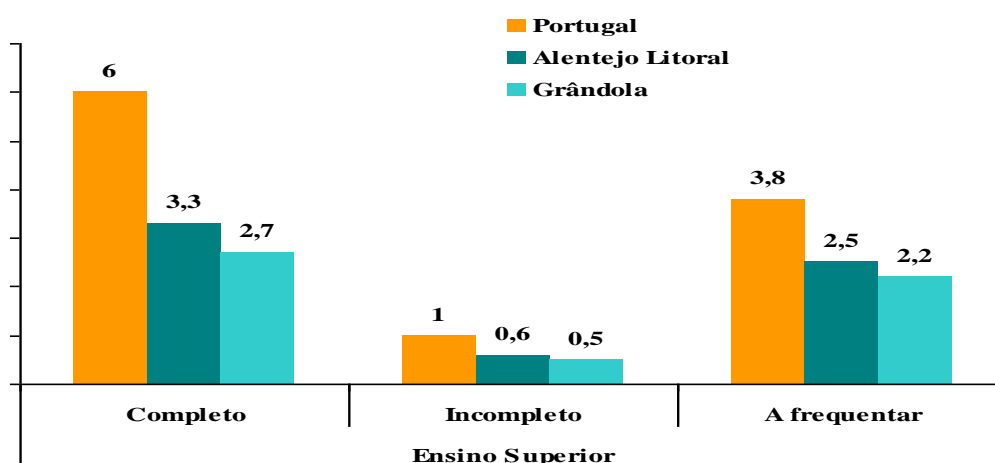
Gráfico 61 – Variação (%) 1991-2001 dos níveis de ensino da população, País, Nut III e Concelho



Fonte: INE, Censos 2001

Ao nível dos resultados concelhios – e não sendo possível apurar a variação entre 1991-2001 dos dados do ensino superior –, assinala-se em 2001 algum afastamento dos valores de população residente no concelho ao nível do ensino superior, registando-se aqui percentagens de população inferiores às da sub-região e do país

Gráfico 62 – % de população residente registada no ensino superior, País, Nut III e Concelho, 2001

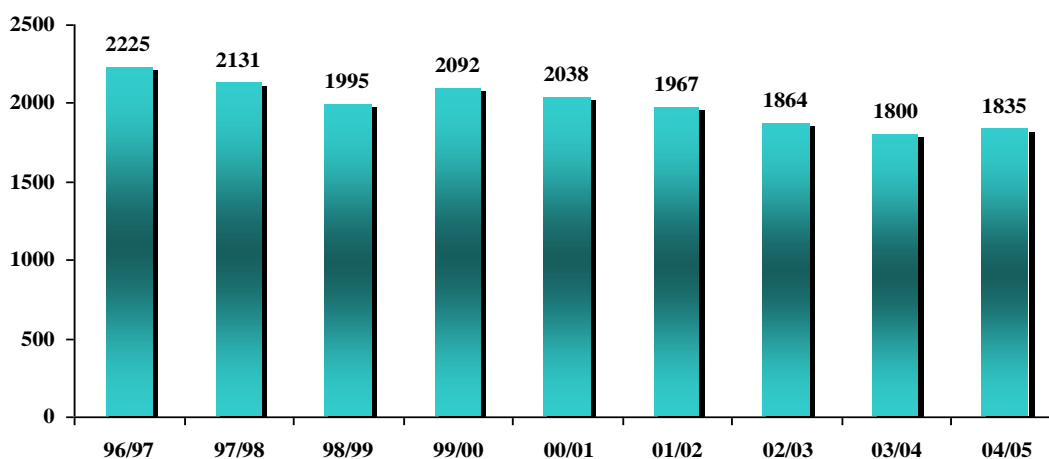


Fonte: INE, Censos 2001

Procura do Sistema Educativo – Evolução do Número de Alunos

Como já se verificou, a oferta do sistema educativo no concelho de Grândola estende-se do pré-escolar ao secundário e é nesse leque que se caracteriza a evolução do número de alunos.

Gráfico 63 – Evolução do Número Total de Alunos entre os anos lectivos 1996/97 e 2004/05, Grândola



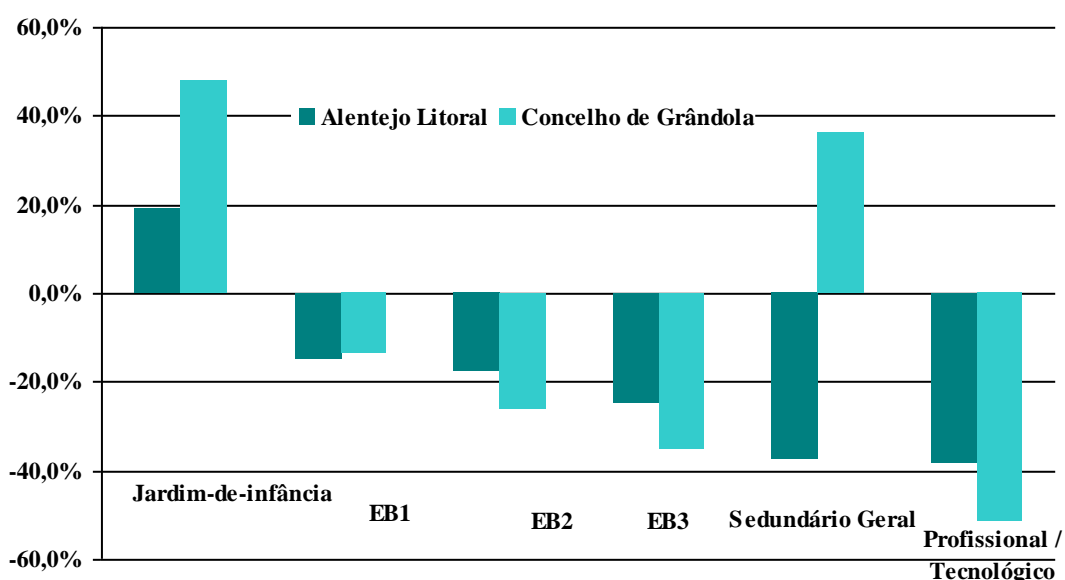
Fonte: DREA: Dados da evolução da população escolar (tratamento Carta Educativa de Grândola 2005)

O gráfico anterior mostra a evolução do número de alunos no concelho de Grândola, entre os anos lectivos 1996/97 e 2004/05, tendo havido uma diminuição de 2225 para de 1835 alunos, correspondente a uma variação percentual negativa de -17,5%.

Numa análise mais detalhada desta evolução, pormenorizada para cada um dos níveis de ensino, pode comparar-se os valores da sub-região do Alentejo Litoral com os do concelho, realçando-se desde logo o seguinte: no Alentejo Litoral, o único nível de ensino que regista

uma evolução positiva de alunos entre os anos lectivos de 1996/97 e 2004/05 é o pré-escolar; também Grândola regista evolução positiva nessa variável, sendo, de resto, a que apresenta um maior aumento (47,6%) de alunos em todo o conjunto (passou de 191 para 282); ainda no concelho, o Secundário Geral apresenta igualmente variação positiva (36%) tendo passado de 150 alunos para 204. Opostamente, todos os níveis de Ensino Básico apresentam variações negativas, quer para o concelho quer para a sub-região, sendo que apenas no EB1 a evolução do número de alunos se apresenta menos negativa em Grândola (-13,5%), do que no Alentejo Litoral (-15,1%). De resto, tanto em EB2 como EB3 foi no concelho que o número de alunos evoluiu de forma mais negativa.

Gráfico 64 – Evolução do Número de Alunos por nível de ensino entre 1996/97 e 2004/005



Fonte: DREA: Dados da evolução da população escolar (tratamento próprio)

Assim, contrariando as tendências de diminuição demográfica e de quebra dos valores da natalidade, a procura da educação pré-escolar cresceu no concelho de Grândola, de acordo com a análise efectuada aquando da elaboração da Carta Educativa. Esta procura verificava-se então nas localidades do litoral com maior potencial de desenvolvimento, levando mesmo à criação de novas salas ou equipamentos (Melides e Carvalhal).

Mas, é de facto na vila de Grândola que se regista o maior crescendo da procura e, nos últimos anos lectivos, têm permanecido crianças em lista de espera para entrar no jardim-de-infância da sede do concelho, o que levou à criação de equipamentos na periferia de Grândola, como forma de equilibrar a malha urbana.

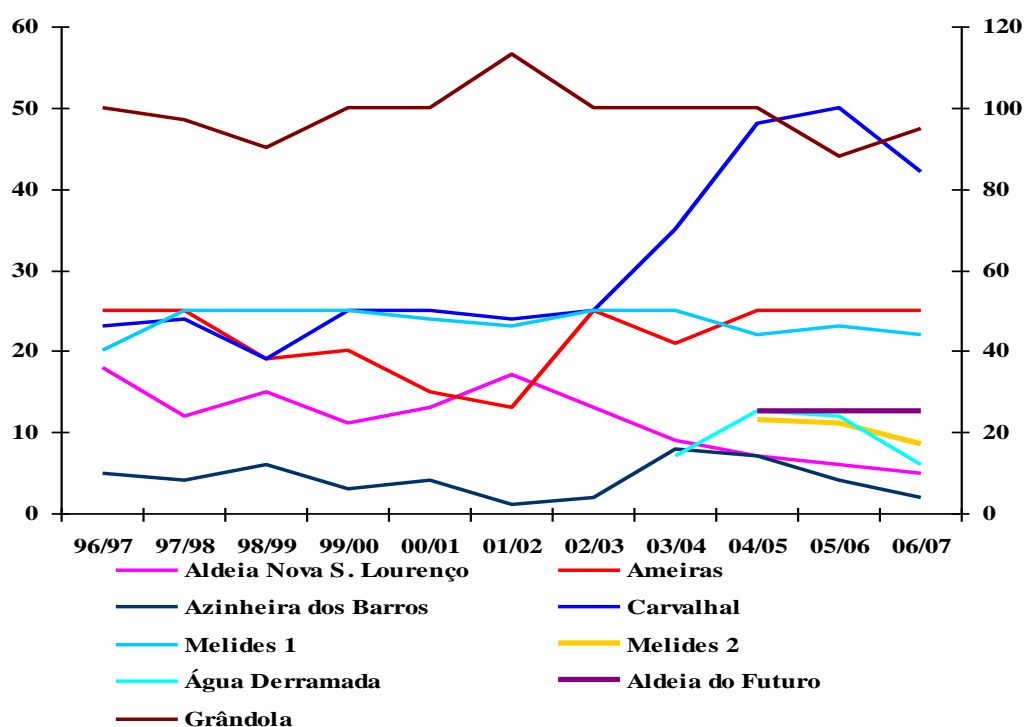
Actualização do Diagnóstico Social

Educação/Formação/Emprego

Actualmente, o panorama descrito não se alterou significativamente, continuando a ser na sede de concelho onde é inscrito o maior número de crianças.

Nas linhas do gráfico seguinte pode verificar-se precisamente que a entrada em funcionamento de novos equipamentos – Água Derramada a partir do ano lectivo 2003/04 e Aldeia do Futuro a partir de 2004/05 –, vem “descongestionar” a procura de vagas no equipamento da sede do concelho, o que é confirmado pelo conhecimento empírico de que esses equipamentos “periféricos” acolhem em maior percentagem crianças “da vila”. Por outro lado, o gráfico, equacionado até ao ano lectivo 2005/06, não contabiliza ainda o segundo equipamento existente na zona mais central da sede do concelho, com capacidade para 25 crianças e que entrou em funcionamento em Fevereiro de 2006.

Gráfico 65 – Evolução do n.º de crianças nos Jardins-de-infância do concelho, 96/97-2006/07



Fonte: Carta Educativa, 2005 e Sector de Educação da CMG

Já no 1º Ciclo do Ensino Básico houve uma diminuição significativa do número de alunos (-13,5%), verificada sobretudo nas escolas rurais, levando até ao encerramento de algumas delas. Contudo, a par desta diminuição, houve escolas que aumentaram o seu número de alunos, como é patente na tabela seguinte: as escolas EB 1 de Grândola e Melides registaram uma variação positiva de 6,8% e 15%, respectivamente, entre os anos lectivos de 96/97 e 2004/05.

Tabela 48 – Evolução do número de alunos no concelho de Grândola

	96/97	97/98	98/99	99/00	00/01	01/02	02/03	03/04	04/05
Aldeia Nova S. Lourenço	18	12	15	11	13	17	13	9	7
Ameiras	25	25	19	20	15	13	25	21	25
Grândola	100	97	90	100	100	113	100	100	100
Azinheira dos Barros	5	4	6	3	4	1	2	8	7
Carvalhal	23	24	19	25	25	24	25	35	48
Melides 1	20	25	25	25	24	23	25	25	22
Melides 2									23
Água Derramada								14	25
Aldeia do Futuro									25
TOTAL Jardins-de-Infância	191	187	174	184	181	191	190	212	282
EB 1 de Grândola	294	285	292	296	277	289	281	301	314
EB 1 Água Derramada	19	17	19	25	24	25	21	14	15
EB 1 de Aldeia do Futuro	25	20	15	9	8	6	6	12	15
EB 1 de Aldeia Nova de S. Lourenço	23	21	18	17	17	15	20	19	22
EB 1 de Ameiras de Cima	48	52	45	46	37	34	36	34	34
EB 1 de Barradas	8	10	8	9	7	6	7	7	8
EB 1 de Cadoços	25	26	20	12	14	6	10	4	5
EB 1 de Silha do Pascoal	3	3	3	3	4	2	2	4	0
EB 1 do Carvalhal	53	47	45	42	35	37	43	43	42
EB 1 de Lagoa Formosa	7	8	6	11	9	10	7	7	7
EB 1 de Pinheiro da Cruz	4	9	10	12	10	13	11	7	7
EB 1 de Azinheira dos Barros	12	12	13	13	10	10	9	3	3
EB 1 de Lousal	33	32	35	27	25	29	22	12	11
EB 1 de Melides	40	42	47	60	62	55	41	45	46
EB 1 de Moinho do Vau	8	10	9	8	6	5	6	4	0
EB 1 Vale Figueira	5	2	0	0	0	0	0	0	0
EB 1 de Stª Margarida da Serra	9	7	7	8	6	5	7	6	4
TOTAL 1º Ciclo Ensino Básico	616	603	592	598	551	547	529	522	533
EB 2/3	321	272	258	258	333	295	275	298	276
EBM Melides	30	27	31	26	17	25	30	14	0
EBM Lousal	22	27	22	26	21	14	17	10	0
TOTAL 2º Ciclo Ensino Básico	373	326	311	310	371	334	322	322	276
EB 2/3	276	385	397	456	445	472	454	406	372
ESAIC	362	148	79	45					41
TOTAL 3º Ciclo Ensino Básico	638	533	476	501	445	472	454	406	413
ESAIC	145	159	126	158	132	118	67	47	47
EPADR	112	89	92	86	87	79	80	80	80
TOTAL Ensino Profissional e Tecnológico	257	248	218	244	219	197	147	127	127
ESAIC	150	234	224	255	271	226	222	211	204
TOTAL Ensino Secundário de Carácter Geral – prosseguimento de estudos	150	234	224	255	271	226	222	211	204
TOTAL DO CONCELHO	2225	2131	1995	2092	2038	1967	1864	1800	1835

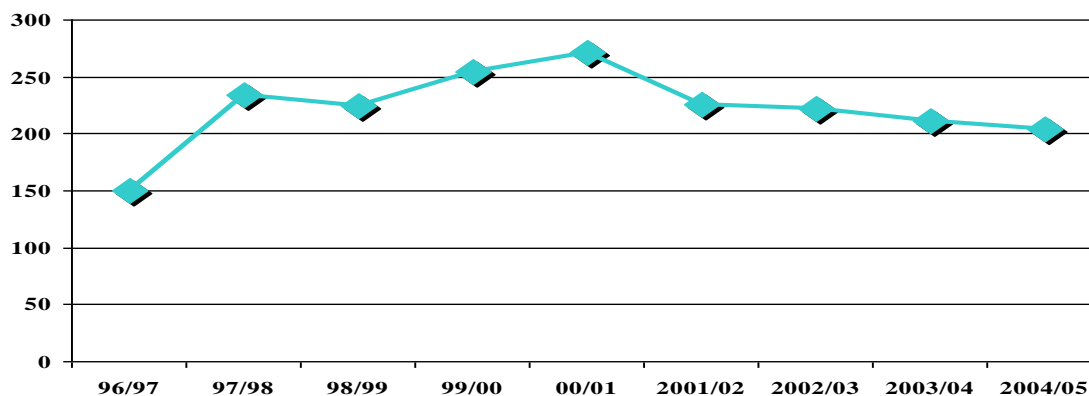
Fonte: DREA, Dados da evolução da população escolar (tratamento Carta Educativa 2005)

Actualização do Diagnóstico Social

Educação/Formação/Emprego

Como já se verificou, nos 2º e 3º ciclos do ensino básico e no ensino profissional e tecnológico também se observa uma diminuição do número de alunos, enquanto que o ensino secundário – cursos de carácter geral –, foi o que registou um aumento percentual mais significativo e totalmente oposto à tendência geral de regressão.

Gráfico 66 – Evolução do número de alunos do Ensino Secundário Geral, Grândola 96/97 – 2004/05



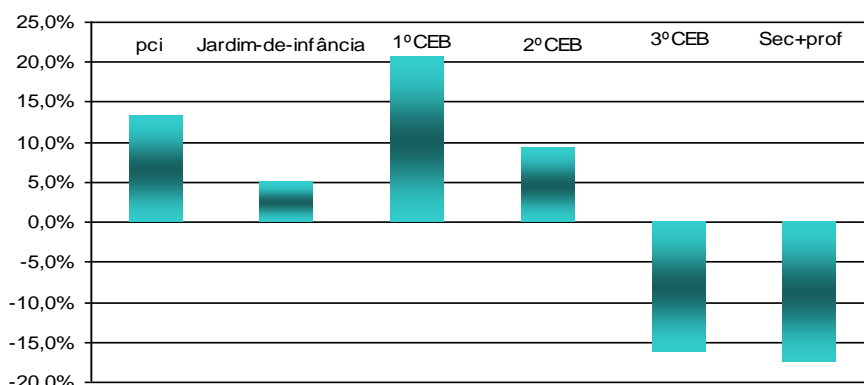
Fonte: DREA: Dados da evolução da população escolar

Observando o gráfico e os dados da tabela anterior, conclui-se que esta evolução não é contínua: houve um crescendo de alunos até ao ano lectivo de 2000/01 – em que se registou 271 alunos – e depois novamente um declínio até aos 204 alunos

Projeções Demográficas da População Escolar

A direcção Regional de Educação do Alentejo efectuou um estudo de projecção da população escolar até ao ano lectivo 2010/11 que prevê um aumento do número total de alunos no concelho de Grândola.

Gráfico 67 – Projecção Demográfica da População Escolar concelhia, variação entre 2005/06 e 2010/11



*PCI – ensino particular, cooperativo e IPSS

Fonte: Carta Educativa do concelho de Grândola 2005

Actualização do Diagnóstico Social

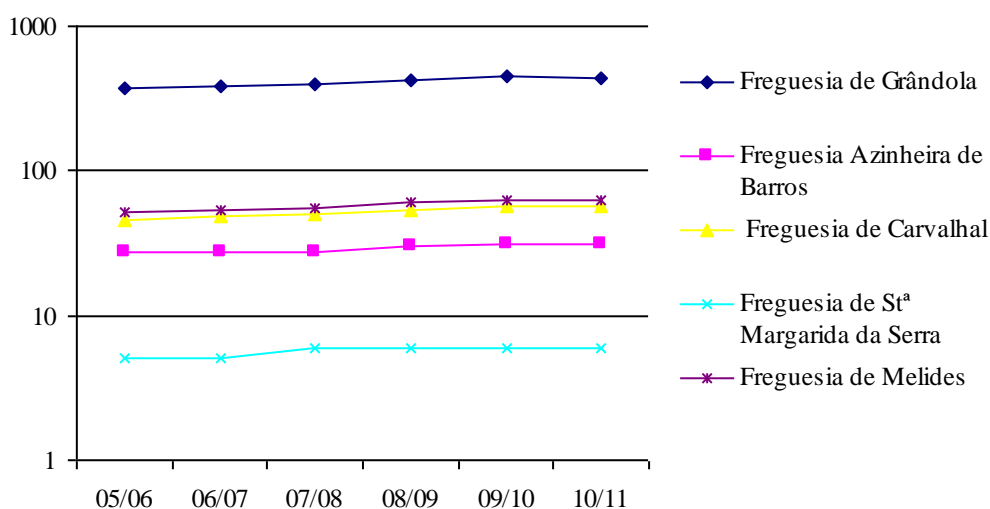
Educação/Formação/Emprego

Observando cada um dos níveis de ensino isoladamente, prevê-se um aumento na educação pré-escolar (rede pública e privada), no 1º CEB e no 2º CEB. Nos restantes níveis e tipos de ensino está prevista uma redução do número de alunos.

À semelhança do que se verifica na evolução do número de alunos, também os resultados das projecções não são uniformes para todas as escolas da rede do 1.º ciclo do ensino básico, prevendo-se aumentos mais significativos na EB1 de Grândola (20,3%), de Melides (23,5%) e do Carvalhal (24,1%).

Ao observar como a rede de 1ºCEB evolui em cada uma das freguesias do concelho, verifica-se que a única freguesia que mantém o mesmo número de alunos num valor muito baixo é a freguesia de Santa Margarida da Serra. Na freguesia de Azinheira dos Barros há um aumento pouco significativo, cerca de 6 crianças. As freguesias de Melides e Carvalhal já registam um aumento mais expressivo e valores bastante mais significativo. Mas é na Freguesia de Grândola que se regista o maior aumento e o maior número de alunos previsto no concelho.

Gráfico 68 – Projecção População Escolar do 1ºCEB nas Freguesias do Concelho de Grândola, entre 2005/06 e 2010/11



Fonte: DREA: Contributo para as Cartas Educativas no âmbito Geográfico da DREA – projecções demográficas da população escolar (Tratamento na Carte Educativa 2005)

Programas e Projectos Educativos

□ Iniciativas pedagógicas e de ligação Escola-Meio

A Câmara Municipal de Grândola apoia ou colabora na organização de diversas iniciativas e projectos pedagógicos e de ligação Escola-Meio promovidas pelos Jardins-de-infância e Escolas do Concelho. Entre estas destacam-se:

Tabela 49 – Programas e projectos educativos

Iniciativa	Entidades	Características / Objectivos	Destinatários
<i>Feira da Criança</i>	<ul style="list-style-type: none"> • CMG • Jardins-de-infância • Escolas 	<ul style="list-style-type: none"> – Ateliers de Actividade; – Aprendizagem lúdica; 	Crianças das escolas do concelho
<i>Projecto Escolas Rurais</i>	<ul style="list-style-type: none"> • CMG • Escolas 	<ul style="list-style-type: none"> – Combater o isolamento; – Revitalização das comunidades rurais; 	Alunos e docentes das escolas rurais
<i>Programa de Apoio às Famílias</i>	<ul style="list-style-type: none"> • CMG • DREA 	<ul style="list-style-type: none"> – Garantir as refeições das crianças; – Adequar os horários da escola às necessidades das famílias; 	Crianças dos jardins-de-infância e famílias
<i>Bolsas de Estudo</i>	<ul style="list-style-type: none"> • CMG 	<ul style="list-style-type: none"> – Garantir bolsa/remuneração para frequência de estabelecimentos de ensino superior público; 	Alunos com melhor aproveitamento escolar, pertencentes a famílias com menores rendimentos
<i>Prémio Dr. Evaristo Sousa Gago</i>	<ul style="list-style-type: none"> • CMG 	<ul style="list-style-type: none"> – Premiar os melhores alunos do concelho nos diferentes ciclos de escolaridade 	Os melhores alunos do concelho nos diferentes ciclos de escolaridade
<i>Programa de generalização do ensino do Inglês escolas do 1.º Ciclo</i>	<ul style="list-style-type: none"> • CMG • Agrupamento Vertical de Escolas 	<ul style="list-style-type: none"> – Garantir a iniciação ao inglês aos alunos do 1.º ciclo 	Alunos do 1.º Ciclo do EB

Fonte: Carta Educativa do Concelho de Grândola (Adaptado)

Propostas de Reordenamento da Rede Educativa

A apresentação das propostas de reordenamento da rede educativa do concelho de Grândola teve como base a articulação entre as conclusões do diagnóstico da carta educativa e as linhas de orientação da política educativa municipal.

Assim, sucintamente, as conclusões do estudo sobre o concelho recaem sobre as perspectivas do crescimento económico concelhio (Turismo); sobre as dinâmicas

demográficas (crescimento/regressão dos agregados populacionais e envelhecimento da população); sobre os baixos níveis de qualificação académica da população concelhia; sobre a necessidade de uma vasta rede de transportes escolares e sobre a dinâmica da população escolar e suas perspectivas de crescimento.

Quanto às linhas de orientação da política educativa municipal, são apresentadas na Carta Educativa com os seguintes objectivos:

Objectivo 1. Atingir 100% de cobertura na rede de educação pré-escolar, conjugando uma boa e bem distribuída rede de equipamentos com medidas de apoio às famílias – programas de prolongamento de horário e fornecimento de refeições e concessão de transporte escolar às crianças pertencentes a agregados familiares que não tenham possibilidade de assegurar por si só o transporte das crianças;

Objectivo 2. Promover a modernização da rede de 1ºCEB e uma ampla e correcta distribuição geográfica dos equipamentos, que deverão funcionar sem desdobramento de horário;

Objectivo 3. Assegurar os apoios socio-económicos aos alunos pertencentes a agregados familiares mais desfavorecidos, garantindo a igualdade de oportunidades e de acesso à educação;

Objectivo 4. Dar particular atenção à formação de quadros técnicos nas áreas de desenvolvimento concelhio;

Objectivo 5. Apostar claramente na erradicação do analfabetismo e no combate à iliteracia, promovendo e apoiando mecanismos de educação e formação de adultos numa perspectiva de aprendizagem ao longo da vida.

Perante este panorama, a Carta Educativa propõe a constituição de **dois Territórios Educativos – Grândola periurbana/centros rurais e Grândola Litoral**. Cada um destes territórios será organizado em pólos educativos de menor dimensão que assumam vertentes complementares entre si e que dêem resposta às especificidades educativas das diferentes áreas do concelho.

Tabela 50 – Propostas de reordenamento da rede educativa

Territórios Educativos	Freguesias abrangidas	Pólos	Objectivos
<u>Grândola periurbana / centros rurais</u>	• Grândola	• Vila de Grândola e periferia, • Água Derramada	<ul style="list-style-type: none"> • Melhoria da oferta educativa, diversificando e modernizando o parque escolar e qualificando as aprendizagens disponíveis no concelho; • Rentabilização dos recursos procurando articular e complementar a instalação de novos equipamentos com a recuperação de equipamentos existentes; • Diminuição do isolamento das populações, procurando criar condições de socialização e interacção de aluno e docentes; • Potenciar a instalação de novos equipamentos educativos que possam dar respostas às necessidades sentidas pelas populações, pelo mercado de trabalho e pelo potencial de desenvolvimento concelhio, contribuindo para o aumento da qualificação académica e para a fixação de população no concelho.
	• Azinheira dos Barros	• Azinheira dos Barros/Lousal	
	• Santa Margarida da Serra	• Santa Margarida da Serra	
<u>Grândola Litoral</u>	• Carvalhal	• Carvalhal	
	• Melides	• Melides	

Fonte: Carta Educativa do Concelho de Grândola

Entretanto, as mais recentes descentralizações de competências no domínio da educação, por parte do Governo, levantam novos e importantes desafios aos Municípios, nomeadamente no que diz respeito à educação pré-escolar e ao ensino básico. A transferência efectiva de competências para os órgãos dos municípios em matéria de educação passa, por exemplo, pela área de gestão do pessoal não docente das escolas básicas e da educação pré-escolar; pela componente de apoio à família; pelas actividades de enriquecimento curricular no 1.º ciclo do ensino básico; pela gestão do parque escolar e pela acção social escolar nos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e/ou pelos transportes escolares relativos ao 3.º ciclo do ensino básico.

Todas estas linhas de orientação da política educativa, quer municipal quer nacional, deverão conjugar no sentido de contribuir, objectivamente e de forma continuada, para uma substancial melhoria dos recursos humanos locais.

Nesta mesma linha se podem enquadrar as orientações adoptadas para a área da **formação**.

▪ FORMAÇÃO

O sistema de formação profissional

A formação profissional tem assumido nos últimos anos uma importância crucial no seio da União Europeia, reflectindo-se na definição dos eixos nos dois últimos quadros comunitários.

A reforma do sistema de formação profissional, plasmada na Resolução do Conselho de Ministros n.º 173/2007, prometeu alterar radicalmente a lógica de funcionamento do sector e os critérios para a distribuição de fundos. O documento é dominado por três ideias-chave:

- i) Os fundos públicos serão concentrados quase exclusivamente para financiar as acções de formação que garantam dupla certificação, escolar e profissional.
- ii) Em vez de responder à oferta disponibilizada pelas entidades formadoras, o financiamento vai orientar-se para a procura, respeitando as necessidades dos indivíduos e empresas;
- iii) Os cursos a financiar deverão respeitar os perfis de competências que constem do CNQ – Catálogo Nacional das Qualificações.

O CNQ é um instrumento na gestão estratégica das qualificações profissionais de nível não superior, na regulação da oferta formativa de dupla certificação e na suposta promoção da eficácia do financiamento público.

Este instrumento⁵⁵ integra, nesta fase, 240 qualificações profissionais que abrangem 40 áreas de educação e formação. O CNQ é desenvolvido em consonância com os trabalhos de implementação de um Quadro Europeu de Qualificações e ainda de um Quadro Nacional de Qualificações. Na reforma da formação profissional, o Governo afirma que se deve "privilegiar o financiamento das ofertas formativas que respeitem as linhas de orientação geral em matéria de competências e de conteúdos formativos consagrados no Catálogo Nacional das Qualificações", mas, admite que continua a haver lugar para "realidades e processos formativos específicos".

O financiamento desta estratégia assenta em grande medida no Quadro de Referência Estratégico Nacional 2007-2013, fundamentalmente através do Programa Operacional Potencial Humano – POPH, como instrumento nuclear de financiamento público das

⁵⁵ Disponível em www.catalogo.anq.gov.pt

políticas e modalidades de formação. A prioridade das políticas públicas de educação e formação reflecte-se no acréscimo de mais de 10 pontos percentuais do peso relativo do Fundo Social Europeu no conjunto dos fundos estruturais que o país irá receber durante este período de programação.

A prioridade do POPH é, em primeira linha, a de contribuir para superar o défice de qualificações da população portuguesa, procurando vencer aquela que é uma das maiores debilidades do nosso capital humano, apoiando paralelamente a promoção do conhecimento científico e da inovação, a criação e a qualidade do emprego, os empreendedores e a transição dos jovens para a vida activa bem como a promoção da igualdade de oportunidades, prioridades que se concretizam nos dez eixos prioritários do programa.

Apesar da existência deste programa no âmbito do QREN, constituindo-se como uma oportunidade de apoio a projectos de educação e formação, apresenta-se mais rígido do que o programa congénere (POEFDS) do QCA III, nomeadamente ao nível da **promoção da oferta de formação contínua**, a qual foi limitada ao nível de:

- Acesso – as entidades formadoras não podem candidatar-se ao programa para financiar a sua oferta formativa; por outro lado, as entidades empregadoras têm que candidatar-se directamente ao programa para obter formação – conhecendo o tecido empresarial do país e da região, maioritariamente constituído por micro e PME's, desde logo se identifica o fraco conhecimento e mobilização das empresas para utilização destes apoios, bem como para a construção de candidaturas ao POPH.
- Orçamento previsto (Eixo 3 – Gestão e Aperfeiçoamento Profissional).

Por outro lado, o POPH privilegia, através do Eixo 2 – Adaptabilidade e Aprendizagem ao longo da Vida, o reforço da qualificação da população adulta activa. À semelhança do Eixo 1 – Qualificação Inicial, também este Eixo de intervenção se insere na estratégia delineada no quadro da Iniciativa Novas Oportunidades, que expressa a ambição de possibilitar aos adultos que já estão no mercado de trabalho, sem terem completado o 9º ano ou o 12º ano de escolaridade, uma nova oportunidade.

Com efeito, neste domínio a formação tem ainda relevância em Portugal e, especificamente no caso do concelho de Grândola de que trata este documento, o défice de literacia/qualificações da população apresenta-se bem marcado, conforme pôde verificar-se no ponto referente à qualificação dos recursos humanos.

Quadro actual da formação profissional no Alentejo Litoral

Associada à crescente importância atribuída à formação profissional, existe actualmente uma variedade de instituições que desenvolvem acções de formação, em diferentes moldes e para diversos grupos-alvo.

Tabela 51 – Formação profissional segundo tipo de Instituição⁵⁶ – Alentejo Litoral/Grândola

Instituição/Natureza	Tipologias/Medidas	Grupos alvo
Centro de Formação Profissional de Santiago do Cacém (Centro de Gestão Directa)	<ul style="list-style-type: none"> • Aprendizagem • Educação-Formação (Jovens) • Educação e Formação de Adultos • Cursos de Especialização Tecnológica • Formação Contínua (Modular Certificada) • Formação de Formadores e outros Agentes 	<ul style="list-style-type: none"> • Jovens • Adultos • DLD's • Outros Desempregados • Empregados • 1º Emprego
ADL – Associação de Desenvolvimento do Alentejo Litoral (Associação de Desenvolvimento Local)	<ul style="list-style-type: none"> • Formação Profissional Contínua • Formação para Desempregados • Formação de Formadores e outros Agentes • Integração económica e Social de DLD's • Integração Socio-económica dos Grupos mais Desfavorecidos 	<ul style="list-style-type: none"> • DLD's • Outros Desempregados • Empregados • 1º Emprego
AEAL – Associação de Empresários do Alentejo Litoral (Associação de Empresários)	<ul style="list-style-type: none"> • Aprendizagem • Formação Inicial • Formação Profissional Contínua • Formação para Desempregados • Formação de Formadores e outros Agentes • Integração económica e Social de DLD's • Integração Socio-económica dos Grupos mais Desfavorecidos 	<ul style="list-style-type: none"> • DLD's • Outros Desempregados • Empregados • 1º Emprego
Cercigrândola – (Cooperativa para a Educação e Reabilitação de Cidadãos Inadaptados)	<ul style="list-style-type: none"> • Formação Inicial (Formação em contexto de trabalho) 	<ul style="list-style-type: none"> • Pessoas com Deficiência ou Incapacidades (PCDI)

Fonte: Entidades

⁵⁶ Existem ainda os **Centro de Formação Profissional de Gestão Participada:**

Tipologias/Medidas:

Formação de elevado grau de especialização, associada a um determinado sector de actividade;

Grupos alvo: Profissionais activos

Exemplos: CECOIA – Comércio e Afins; CENFIC – Indústria de Construção Civil e Obras Públicas; CENFIM – Indústria Metalúrgica e Metalomecânica; CEQUAL – Qualidade; CEFOSAP – Aperfeiçoamento Profissional; C.P. Sector Justiça; CENJOR – Jornalistas. (Nenhum destes Centros está sediado na região).

De uma forma simplificada, as instituições que intervêm na área da formação profissional podem agrupar-se do seguinte modo: Centros de Formação Profissional de Gestão Directa, directamente dependentes do IEFP; Centros de Formação Profissional de Gestão Participada, promovidos por diversas entidades, que funcionam sob um protocolo com o IEFP; e organizações que actuam na esfera económica e/ou social como Empresas, Sindicatos, Associações sem Fins Lucrativos, Associações de Desenvolvimento Local e Associações Empresariais, entre outras.

As Escolas Profissionais são também entidades que desde a sua criação oferecem cursos profissionais, a partir do 9º ano. Actualmente as Escolas Secundárias e os Agrupamentos de Escolas, na sequência das novas orientações do Ministério da Educação, promovem também uma oferta profissionalizante diversificada, para jovens e adultos.

O Centro de Formação Profissional de Santiago do Cacém é o único Centro de Gestão Directa instalado na região. É a entidade formadora com maior número de formandos ao longo dos últimos anos, e os planos de formação anuais disponibilizados à população desta área geográfica têm por base uma estratégia consubstanciada numa estreita articulação entre este Centro de Formação e os Centros de Emprego, com base no perfil dos utentes aí inscritos, em determinado momento num quadro de mutação permanente, bem como através da auscultação dos principais agentes de desenvolvimento socio-económico, entidades públicas e privadas e tecido empresarial, tendo em conta o desenvolvimento económico em curso para a região.

Poderão considerar-se dois grandes sectores de actividade, ainda com grande potencial de crescimento, que mantêm grande influência no mercado de emprego do Alentejo Litoral: Indústria e Turismo.

As acções propostas procuram reflectir as áreas onde se perspectiva uma maior empregabilidade no futuro, considerando também o conhecimento empírico que os técnicos dos centros de emprego e formação possuem da realidade do mercado de emprego local (por exemplo, no que se refere às ofertas de emprego por satisfazer ou de difícil satisfação) bem como do perfil dos utentes inscritos nos centros de emprego e das áreas de formação mais procuradas por estes.

O Centro procura constituir uma resposta dinâmica e oportuna nas diferentes modalidades de formação inicial e contínua, bem como na formação de formadores e de gestores e quadros, conferindo a respectiva certificação profissional.

Os Centros de Formação Profissional de Gestão Participada não têm até ao momento qualquer implementação no Litoral Alentejano. Ou seja, nenhum destes Centros de Formação tem a sua sede ou outras instalações nesta área geográfica. Os Centros mais próximos encontram-se em Setúbal, Lisboa e Algarve.

Aos Centros de Gestão Participada estão frequentemente associadas três vantagens: oferta de cursos de formação com um elevado grau de especialização, associados a um determinado sector de actividade; terem como grupo alvo preferencial os profissionais activos, complementando assim os Centros de Formação de Gestão Directa na oferta de Formação Contínua; existência de uma forte articulação com as empresas, correspondendo desta forma às necessidades destas em termos de qualificações. Esta última característica revela-se principalmente nas situações em que os Centros de Gestão Participada são promovidos por associações empresariais ou por um conjunto de empresas que actuam num mesmo sector de actividade.

A não existência destes Centros é demonstrativa da composição da base económica do Litoral Alentejano nos últimos anos, que não se encontra assente numa especialização suficientemente forte que justifique um elevado número de pessoas com qualificações profissionais específicas (contudo, antes de 1996 o edifício do actual CFPSC instalava a CENTAGRO – Centro Protocolar de Formação Profissional para o Sector Agro-Pecuário).

Apesar disso, é anualmente qualificado o número de profissionais especializados, de acordo com a capacidade instalada do Centro, nomeadamente na área da metalurgia e metalomecânica, electrónica e electricidade, com elevados índices de empregabilidade.

De entre as demais entidades que promovem formação profissional no Alentejo Litoral, destacam – se as seguintes:

- **ESDIME** – Agência para o Desenvolvimento Local do Alentejo Sudeste (Cooperativa de Solidariedade Social);
- **TAIPA** – Organização Cooperativa para o Desenvolvimento Integrado para o concelho de Odemira;
- **ADRAL** – Agência de Desenvolvimento Regional do Alentejo;
- **AES** – Associação de Empresários de Sines

Abrangendo o concelho de Grândola, são reconhecidas as seguintes ofertas:

- **ADL** – Associação de Desenvolvimento do Litoral Alentejano – entidade acreditada pela DGERT – Direcção Geral do Emprego e Relações de Trabalho

- **AEAL** – Associação de Empresários do Alentejo Litoral – que não estando acreditada promove formação profissional com recursos a entidades formadoras;
- **Cercigrândola** – Entidade acreditada que promove formação profissional dirigida a pessoas com deficiência e ou incapacidades;
- **ESAIC** – Escola Secundária António Inácio da Cruz;
- **EPDRG** – Escola Profissional Desenvolvimento Rural de Grândola;

A **ADL** tem já experiência comprovada no domínio da formação profissional, através da realização de diversos cursos de formação profissional dirigidos aos diferentes públicos, e na concepção de recursos didácticos (Kits formativos). Realizou, em 2004, o Diagnóstico de Necessidades de Qualificação e Certificação de Activos do Litoral Alentejano, o qual se dirigiu àqueles que tinham qualificação inferior a nove anos de escolaridade. Foi promotora do primeiro Centro de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências – CRVCC no Litoral Alentejano, de Março de 2003 a Dezembro de 2005, tendo optado por encerrá-lo, devido ao incumprimento nos prazos de pagamento de despesas, por parte das entidades da tutela (PRODEP/Ministério da Educação).

Os CRVCC constituem-se como espaços privilegiados de mobilização dos adultos e de excelência para a aplicação de metodologias de reconhecimento e validação de competências previamente adquiridas, tendo em vista a certificação escolar e a melhoria da qualificação profissional de jovens e adultos com mais de 18 anos de idade, sem escolaridade básica, que pretendam elevar os seus níveis de certificação escolar e de qualificação profissional e realizar percursos subsequentes de formação numa perspectiva de aprendizagem ao longo da vida.

A **AEAL**, cuja acção é dirigida essencialmente aos empresários, promove também, através de entidades formadoras acreditadas, formação profissional, em particular para activos empregados e desempregados, em áreas que se inscrevem nas necessidades manifestadas pelos empresários.

A **Cercigrândola**, com intervenção nos concelhos de Grândola e Alcácer do Sal, tem por objectivo, através da Unidade de Avaliação, Orientação e Formação Profissional, promover o desenvolvimento das capacidades de jovens e adultos deficientes ou com graves problemas de inserção social e a aquisição de conhecimentos escolares e profissionais necessários à sua adequada integração na sociedade, ao exercício pleno dos

direitos de cidadania e à realização, o mais harmoniosa e completa possível, das suas personalidades.

A formação e as actividades propostas por esta Unidade são adaptadas à população a que se destinam, de modo a permitir a sua maior autonomia e integração, utilizando, para o efeito, recursos próprios e da comunidade local.

A estratégia da Instituição passa por:

- Implementar um eficaz processo de Orientação Profissional (primeira fase do estabelecimento do Projecto de Vida de cada futuro formando);
- Desenvolver programas de formação tendo em conta a especificidade dos destinatários;
- Proporcionar uma formação diversificada e adaptada à condição específica de cada formando;
- Envolver a comunidade nas Acções;
- Preparar os formandos para o desempenho de uma profissão/ocupação;
- Desenvolver Acções de Formação individualizadas compatíveis com as competências da pessoa deficiente e as exigências do posto de trabalho;
- Dotar os formandos do máximo de capacidades e de independência pessoal que lhes facilite a integração plena.

A política da instituição está orientada para a promoção de Acções de Formação Profissional em situação real de trabalho, daí a existência de um número alargado de formadores/tutores. Trata-se de formadores externos, sem qualquer tipo de vínculo com a instituição ou remuneração pelo trabalho desenvolvido, considerados colaboradores, já que sem eles, o processo de aprendizagem, não seria viabilizado.

Os colaboradores são trabalhadores em entidades com as quais a instituição estabelece acordos formais neste período de acreditação. Em virtude da tipologia de formação das áreas tecnológicas (teórica e prática) ser em contexto de trabalho, a parceria é estabelecida com entidades e empresas, nomeadamente: Câmara Municipal de Grândola; Câmara Municipal de Alcácer do Sal; Junta de Freguesia de Grândola; Escola EB 2,3 Pedro Nunes de Alcácer do Sal; Vidreira J.B 57 Lda. (Grândola); Fábrica da Cortiça (Grândola); Pronto

Actualização do Diagnóstico Social

Educação/Formação/Emprego

a Comer Sopas e Sabores (Grândola); J. Pinto (Grândola); Pensão Fim do Mundo (Grândola); Centro de Pneus do Sul Lda. (Grândola); Pluricoop Loja 25 (Grândola).

Com o Centro de Emprego de Alcácer do Sal, a parceria estabelecida, reporta-se essencialmente, aos seguintes projectos:

- Informação, Avaliação e Orientação Profissional, nos moldes em que é desenvolvida pela instituição, mas só para indivíduos sinalizados pelo Centro de Emprego e por ele encaminhados;
- Acompanhamento Pós-formação, Pós-colocação, com o objectivo de articuladamente se orientarem e apoiarem indivíduos que se encontram em situação de procura de trabalho, bem como os empregadores que os pretendam admitir.

O Ciclo Formativo

Desde 2000, a Cercigrândola funciona como Centro de Recursos Local. Tal facto, até para uma melhor clarificação da resposta como Unidade de Avaliação, Orientação e Formação Profissional, levou à distinção de três respostas, prestadas para o bom desenvolvimento de um processo formativo, e que podem acontecer isolada ou globalmente, dependendo do apoio considerado justificável em cada caso. As respostas criadas são as seguintes:

- Informação, Avaliação e Orientação Profissional (com o objectivo de se estabelecer com cada indivíduo um projecto de vida);
- Formação Profissional (preparar os formandos para o desempenho de uma profissão/ocupação e promover o seu desenvolvimento pessoal, em contexto comunitário);
- Acompanhamento Pós-Formação, Pós-Colocação (assegurar o acompanhamento pós- formação/ocupação).

Durante o ciclo formativo ocorrem vários momentos de avaliação, já que se trata de um processo contínuo que se pretende o mais adequado possível à idiossincrasias de cada formando, tendo sempre em conta as evoluções e alterações importantes que se processem por via quer pessoal quer profissional do formando e que possam ter repercussões importantes para o seu processo formativo.

O financiamento das acções advém maioritariamente do Fundo Social Europeu, candidatura anual ao Programa Constelação para as acções-tipo: Informação/Avaliação e

Orientação Profissional; Formação Profissional e Apoio à Colocação e Acompanhamento Pós-Colocação. O restante financiamento para o funcionamento da Unidade dentro da instituição é proveniente das parcerias estabelecidas com as autarquias, como seja o apoio a transporte (quer através de meio de transporte efectivo aquando de algumas deslocações ou através do financiamento para combustível), o apoio técnico (de um monitor para as Tecnologias de Informação e Comunicação) e a parceria estabelecida com os colaboradores/formadores, que permitem desenvolver o processo formativo, desenvolvendo a sua actividade sem auferir qualquer tipo de remuneração.

Em síntese, apesar do hiato temporal decorrido entre a realização do Estudo do Observatório do Emprego e Formação Profissional⁵⁷, e o momento actual, o cenário parece não ter sofrido grandes alterações, constando-se que a formação profissional desenvolvida por Centros de Formação de Gestão Participada não tem expressão no Alentejo Litoral nem no concelho de Grândola, limitando-se a algumas acções de formação pontuais, ministradas por centros que não estão instalados na região ou no concelho⁵⁸.

A Formação profissional proporcionada pelos Centros de Gestão Directa, no caso, através do Centro de Formação de Santiago do Cacém assume maior protagonismo nesta região, incluindo o concelho de Grândola, concertada, tanto quanto possível, com o tecido empresarial⁵⁹, mas relativamente bem sucedida junto das instituições de acção social. Contudo, há que ter também em conta as dificuldades dos Centros de Emprego e do Centro de Formação em obter adesão por parte das empresas para a realização de acções de formação. Para a elaboração do plano de formação são auscultadas, entre outras, as autarquias, juntas de freguesia, associações de desenvolvimento local, escolas secundárias e básicas 2+3, associações empresariais e algumas das empresas mais representativas da região

A este propósito refira-se também a ‘resistência’ verificada por parte dos empresários aquando da realização das acções de formação inscritas no Plano Integrado de Formação

⁵⁷ (NOGUEIRA e col., 1999)

⁵⁸ Em Grândola prevê-se a criação de um Centro de Formação de Gestão Participada, que será impulsionada pelos grandes Empreendimentos Turísticos que se irão instalar no concelho.

⁵⁹ A formação promovida pretende responder às necessidades actuais do tecido empresarial e antecipar as necessidades futuras. Todas as acções de formação incluem um estágio prático em contexto real de trabalho, que se desenvolve nas entidades empregadoras locais. São solicitados contributos ao tecido empresarial para efeitos do plano de formação do centro de formação.

de Grândola, projecto desenvolvido no âmbito do anterior Plano de Desenvolvimento Social, dirigido essencialmente a formação de activos.

O Centro de Formação de Santiago do Cacém tem propiciado, fundamentalmente, uma resposta ao nível da formação profissional aos jovens à procura do primeiro emprego e aos desempregados, isto é, tem orientado a sua linha de actuação no sentido de contribuir para o cumprimento do PNE – Plano Nacional de Emprego, que prevê, para as pessoas que se encontram naquelas situações, uma resposta em termos de formação ou de integração no mercado de trabalho.

Tendo por base as linhas de orientação do PNE e reflectindo sobre a questão da formação profissional nas suas quatro vertentes – Formação Inicial; Formação para Desempregados e Grupos Desfavorecidos; Formação de Activos e Formação de Formadores –, o quadro actual do Alentejo Litoral e do concelho, sugere algumas considerações: relativamente à Formação de Activos, a oferta pelas instituições credenciadas para o efeito surge ainda como insuficiente, face aos níveis de qualificação dos recursos humanos da região e ao desenvolvimento económico que se perspectiva para os próximos anos, impulsionado pelos importantes investimentos de origem exógena previstos. Acresce ainda o facto de, associado a estes investimentos, se prever um aumento das exigências quer ao nível das qualificações profissionais, quer sócio-culturais.

A inexistência de Centros de Gestão participada e a insuficiência de outras entidades formadoras não é compensada pelo único Centro de Gestão Directa, que tem focalizado a sua intervenção nos desempregados, numa acção que se dirige insuficientemente à população empregada. Tal situação é agravada pelo facto de grande parte das empresas não encararem a formação profissional como um investimento a integrar na estratégia da empresa, não desenvolvendo esforços no sentido de criar condições propícias à formação (interna e externa) dos seus empregados.

Quanto à Formação Inicial e à Formação de Desempregados, a intervenção nestas medidas carece, aparentemente, de um forte investimento nas fases anterior e posterior à formação propriamente dita.

Efectivamente, a formação profissional aos grupos alvo preferenciais do Centro de Formação de Santiago encontra-se entre duas realidades: a procura de trabalho, com um determinado nível de exigências técnicas e sociais, e variável segundo as qualificações requeridas em cada período, e as motivações, vocações, expectativas, qualificações

técnicas e sociais dos desempregados. Funcionando entre estes dois sistemas, é requerido ao Centro de Formação uma elevada capacidade de contribuir para a integração dos formandos no mercado de trabalho e de evitar a criação de perversidades ao sistema: para os jovens, a continuidade do que representou o sistema de ensino, reflectindo-se na perpetuação dos níveis de desmotivação e, para os desempregados, uma alternativa ao subsídio de desemprego e a outras formas de intervenção social.

O desenvolvimento de uma resposta adequada a estes dois sistemas, ou seja, a capacidade de formar, em sentido lato, pessoas capazes de exercer uma profissão, exige um elevado investimento humano e material nas fases de selecção e orientação das pessoas e de acompanhamento dos ex-formandos no período pós-formação.

Tendo em conta o desenvolvimento económico que se prevê para o concelho com a instalação de grandes empreendimentos turísticos e todas as actividades económicas que emergirão da sua instalação, há que estabelecer uma maior comunicação entre as empresas no sentido da identificação das necessidades ao nível do recursos humanos, com as entidades formadoras e escolas que actuam no concelho, bem como uma verdadeira articulação entre estes actores, sob pena de se perpetuar o desajustamento entre a formação oferecida e a que é procurada pelas empresas, a que acresce o risco de sobreposição da intervenção das diferentes entidades promotoras de formação profissional.

Oferta Formativa – Grândola – 2008/2009

□ Associação de Desenvolvimento do Litoral Alentejano – ADL⁶⁰

Para efeitos de candidatura ao POPH (EFA e Formação Modular Certificada), a ADL estabeleceu contactos com os CNO's⁶¹ de Santiago do Cacém (IEFP e Escola Secundária Manuel da Fonseca), com o Instituto Piaget, com a ESPIGA (Sines) e com a TAIPA (Odemira).

Relativamente aos CNO:

- O CNO da ESMF escolheu a área de agente de geriatria para RVCC profissional;
- O CNO do Centro de Formação Profissional de Santiago do Cacém escolheu a soldadura para RVCC profissional;

⁶⁰ A ADL tem uma área de intervenção que abrange os Municípios do Litoral Alentejano, pelo que nas candidaturas ao POPH houve já a preocupação de articular com as demais entidades formadoras que actuam neste território.

⁶¹ Centros de Novas Oportunidades

O Instituto Piaget apresentou uma candidatura que integra as formações modulares certificadas:

Tabela 52 – Candidatura do Instituto Piaget ao POPH

Área de Formação	Referencial de Formação	UFCD – Unidades de formação de curta duração	Carga Horária
Hotelaria e Restauração	Empregado/a de Mesa	Serviço de Vinhos	25
		Inglês – serviço de mesa, bar na restauração e Hotelaria	25
		Espanhol – serviço de mesa, bar na restauração e Hotelaria	25
	Empregado/a de Andares	Práticas de Segurança, higiene e saúde nos serviços de andares em Hotelaria	25
		Inglês – Serviço de Andares	25
		Espanhol – Serviço de Andares	25
	Operador/a de Manutenção Hoteleira	Organização da Manutenção – elaboração de Relatórios	25
		Metodologias e estratégias de Manutenção	25
	Recepcionista de Hotel	Inglês – Serviço de Recepção, atendimento e informação Turística	50
		Espanhol – Serviço de Recepção, atendimento e informação Turística	50
		Gestão de Reclamações – Hotelaria	25
	Floricultura e Jardinagem	Operador/a de Jardinagem	Manutenção em Jardins
Construção/Instalação de Infra-estruturas paisagísticas			50
Floricultura e Jardinagem	Operador/a de Manutenção em Campos de Golfe	Regras de Jogo, sinalética e equipamento – Golfe	50
		TOTAL	425

Fonte: ADL

Outras candidaturas para realizar formações modulares certificadas:

ESPIGA

- Ciências Informáticas;
- Segurança Alimentar;
- Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho

TAIPA

- Ciências Informáticas;
- Contabilidade e Fiscalidade;
- Saúde;
- Hotelaria e Restauração;
- Operador Informático (EFA Nível 3)
- Técnico de Turismo Ambiental e Rural (EFA Nível 3);
- Marcenaria (EFA Nível 2)

A **ADL** apresentou candidatura para realizar formações modulares certificadas nas seguintes áreas:

Tabela 53 – Candidatura da ADL ao POPH

Área de Formação	Volume de Formação	N.º de Formandos
812 - Turismo e lazer	9600	12
346 - Secretariado e trabalho administrativo	5700	12
762 - Trabalho social e orientação	4800	12

Fonte: ADL

Estas candidaturas foram feitas por áreas e volumes de formação, sendo que as Unidades de Formação de Curta Duração (UFCD) em cada uma delas serão seleccionadas de acordo com as necessidades e articuladas com os CNO. As UFCD têm cargas horárias de 25 ou 50 horas e a média de formandos prevista para cada uma delas é de 12 horas, conforme consta na tabela. O referencial de Turismo e Lazer que se pretende utilizar é o de Técnico de Informação e Animação Turística, pelo que não se sobrepõe às outras candidaturas apresentadas.

A **ADL** candidatou, também um conjunto de acções de formação no **Eixo 7** do mesmo programa (POPH). As acções de formação candidatadas integram-se em três projectos diferentes e são as seguintes:

OFERTA
FORMATIVA
ADL

Eixo 7 – Igualdade de Género

- Formação Pedagógica Inicial de Formadores com especialização em Igualdade de Género (180 horas)
- Formação Contínua de Formadores com especialização em Igualdade de Género (60 horas)
- Prevenção, Sensibilização e Combate ao Tráfico de Seres Humanos (30 horas)
- Violência de Género (30 horas) – 2 acções
- Igualdade de Género (18 horas) – 9 acções para 9 públicos diferentes (autarquias, agentes da educação, agentes sociais, famílias, agentes culturais, agentes de desporto, crianças e jovens, agentes da Saúde e empresas/associações empresariais;
- Formação para Apoio ao Empreendedorismo de Mulheres:
 - Criação do Auto Emprego (339 horas) – 2 acções
 - Aperfeiçoamento de Empresárias (228 horas) – 2 acções

□ **Associação de Empresários do Alentejo Litoral – AEAL**

A **AEAL** candidatou ao POPH as seguintes acções:

OFERTA
FORMATIVA
AEAL

Medida 6.1 – Formação para a inclusão, destinada a desempregados de longa duração

Cursos:

- Técnicas de informação e animação turística
- Turismo Ambiental e rural
- Técnico de Apoio á gestão

Medida 2.3 – Formações Modulares Certificadas, destinada a activos empregados

Áreas de formação:

- Comercio
- Ciências informáticas
- Secretariado e trabalho administrativo
- Hotelaria e restauração
- Turismo e Lazer

□ O Centro de Formação Profissional de Santiago do Cacém

O CFPSC apresenta o seu Plano de Formação 2008, com os seguintes cursos/acções⁶²:

OFERTA
FORMATIVA
CENTRO DE
FORMAÇÃO
PROFISSIONAL
DE SANTIAGO
DO CACÉM

Aprendizagem

- Rececionista de Turismo
- Técnico de Apoio à Gestão
- Técnico de Manutenção Industrial (Mecatrónica)

EFJ – Educação e Formação de Jovens

- Jardinagem e Espaços Verdes
- Mecânica – Auto
- Práticas Administrativas
- Serralharia Civil
- Serviço de Bar

EFA – Educação e Formação de Adultos

- Apoio Familiar à Comunidade
- Cozinha
- Electricidade de Instalações
- Geriatria
- Jardinagem e Espaços Verdes
- Manutenção de Campos de Golfe
- Práticas Administrativas

⁶² Para mais pormenores ver Plano de Formação 2008 completo em Anexos.

- Produção Florestal
- Recepção em Hotelaria
- Serviço de Andares em Hotelaria
- Serviço de Mesa
- Soldadura
- Soldadura (Nível II)
- Técnicas de Acção Educativa
- Técnico de Apoio à Gestão
- Técnico de Obra/Esteticista – Cosmetologista
- Técnico de Qualidade
- Técnico de Segurança e Higiene do Trabalho (Nível III)

CET – Curso de Especialização Tecnológica

- Técnico Especialista em Gestão de Redes e Sistemas Informáticos

Formação de Formadores

- Formação Contínua de Formadores (Animação de Grupos)
- Formação Contínua de Formadores (Gestão de Conflitos no processo Formativo)

Outros

- Portugal Acolhe
- Português Técnico

Para além destas acções, o Centro de Formação oferece a formação modular certificada dirigida, prioritariamente a activos empregados, no âmbito do CNQ.

□ Escola Secundária António Inácio da Cruz – ESAIC

A oferta formativa da **ESAIC** para o ano lectivo 2008/2009 assenta nos seguintes pressupostos:

- Melhorar a qualidade da prestação do serviço público de educação da escola;
- Proporcionar a todos os alunos o acesso a uma educação de sucesso;
- Acompanhar o desenvolvimento económico e social do Concelho e do Litoral ajustando, sempre que possível, a oferta formativa da escola às necessidades da região;
- Identificar, promover e acompanhar a abertura de novas modalidades formativas que contribuam para a escolarização e qualificação dos jovens e dos adultos;

Actualização do Diagnóstico Social

Educação/Formação/Emprego

- Incentivar o desenvolvimento de ofertas formativas qualificantes que possam contribuir para elevar a escolaridade e as qualificações da população adulta do concelho de Grândola que não concluíram o ensino secundário.

Assim, é a seguinte a oferta formativa da **ESAIC**:

OFERTA FORMATIVA ESAIC

Curso de Educação e Formação de Jovens (CEF) – Tipo 2/3

- Educação e Formação da Protecção das Pessoas e Bens

Cursos Profissionais

- Técnico de Organização de Eventos;
- Técnico de Frio e Climatização

Continuidade de Cursos – 2008/2009

- 2º Ano do Curso profissional de Técnico de Manutenção Industrial;
- 2º Ano do Curso Profissional de Técnico de Apoio Psicossocial;
- 3º Ano do Curso Profissional de Técnico de Gestão

Considerando que é fundamental garantir a todos os jovens a conclusão do ensino básico, afigura-se, desde logo, importante promover outras ofertas formativas que contribuam para a escolarização e formação cívica dos jovens com percursos escolares menos bem sucedidos. Assim, no âmbito dos CEF, a ESAIC propõe-se promover, com a colaboração da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Grândola, a abertura de uma turma da tipologia acima referida, na área da **educação e formação da protecção das pessoas e bens** (861), com vista a conferir aos alunos a certificação do 9º ano de escolaridade, nível II, e qualificação profissional de **bombeiro/a**.

Escola Profissional de Desenvolvimento Rural de Grândola – EPDRG

É a seguinte a oferta formativa da **EPDRG**

OFERTA FORMATIVA EPDRG

Ciclo de Formação 2008/2011

Neste triénio, a escola irá candidatar-se a três cursos profissionais de nível III com três novas turmas (ingresso com o 9º ano e com equivalência, no final, ao 12º ano):

- Técnico de Jardinagem e Espaços Verdes (1 turma);
- Técnico de Turismo (1 turma);
- Técnico de Produção Agrária – com opção Produção Vegetal ou Produção Animal (1 turma);

Cursos Profissionais de Nível III – Ano lectivo 2008/2009

- Técnico de Turismo (1 turma de 2º ano);

- Técnico de Produção Agrária (1 turma de 2º ano);
- Técnico de Turismo Ambiental e Rural (1 turma de 2º ano);
- Técnico de Produção Agrária (1 turma de 3º ano);
- Técnico de Turismo (1 turma de 3º ano);

□ Plano de Formação para o Alentejo Litoral – “Turismo de Portugal”

A formação decorre nos concelhos de Grândola, Alcácer do Sal, Santiago do Cacém, Sines e Odemira entre Maio de 2008 e Fevereiro de 2009.

A coordenação das acções de formação é da responsabilidade do Turismo de Portugal. A planificação e calendarização são definidas entre o Município de Grândola e o Turismo de Portugal, podendo ser reajustadas caso a realização de algum dos cursos venha a ser transferida para outro município do Litoral Alentejano.

As normas de acesso e funcionamento estabelecem a gratuidade dos cursos, sendo apenas devida uma taxa de imposto de selo no valor de cinco euros por módulo.

Os formandos não são subsidiados e os cursos são abertos a activos da área geográfica do Alentejo Litoral realizando-se, preferencialmente, em Grândola. No entanto, caso se verifique um maior número de inscritos em qualquer outro dos quatro concelhos, o local de realização poderá ser alterado.

Os formandos activos podem ser empregados ou desempregados, considerando-se neste último grupo os desempregados sazonais, que, nestes termos são considerados formandos activos e, como tal elegíveis no âmbito do FSE.

□ Acções de Formação para a Região do Alentejo Litoral

No âmbito dos Cursos de Longa Duração, inserem-se os “**Itinerários de Formação**” que, associados aos módulos formativos dos CNO e aos conhecimentos decorrentes da experiência profissional (mínima de 1 ano) conferem dupla certificação: carteira profissional e equivalência ao 9º ou 12º ano de escolaridade.

Estes cursos são constituídos por 7 módulos técnicos que poderão ser frequentados e certificados separadamente. No entanto, só a aprovação no número total de módulos de curso conferem as aptidões do “Itinerário de Formação”, ou seja, o acesso para adultos com mais de 18 anos, à validação e certificação académica ao 9º ou 12º ano.

OFERTA
FORMATIVA
TURISMO
DE
PORTUGAL

Cursos de Longa Duração (210 h):

- Cozinha de 3ª – Início previsto para 12 Maio – Interrupção nos meses de Verão – Reinício em 06 de Outubro 2008;
- Mesa de 2ª – Início previsto para 12 Maio – Interrupção nos meses de Verão – Reinício em 06 de Outubro 2008;

OFERTA
FORMATIVA
TURISMO
DE
PORTUGAL

Ações de Aperfeiçoamento (25 ou 50 h):

Na área de Cozinha

- Confeção de Sopas, Cremes e Caldos Regionais (25 h) - de 22 a 29 de Setembro;

Na área de Mesa:

- Enologia (25 h) - de 22 a 29 de Setembro

Na área de Turismo:

- Organização de Eventos Turísticos (25 h) - de 16 a 26 de Janeiro 2009

Idiomas:

- Inglês Básico (50 h) - Início previsto a 06 de Outubro
- Inglês Médio (50 h) - Início previsto a 02 Fevereiro de 2009
- Inglês – Vocabulário Básico para Restauração, Hotelaria e Turismo -16 a 23 de Junho

Outras formações:

- Higiene alimentar (25 h) - de 21 a 28 de Novembro
- HACCP – Sistema Preventivo de Controlo de Segurança Alimentar (25 h) - de 09 a 16 de Fevereiro 2009

Cercigrândola – Ciclo Formativo (2006-2008)

OFERTA
FORMATIVA
CERCI
GRÂNDOLA

Cursos de Formação:

- Práticas Administrativas
- Ajudante de Carregador
- Ajudante de Cozinha
- Ajudante de Jardineiro
- Ajudante de Limpeza
- Ajudante de Pastelaria
- Ajudante de Mecânico de Automóveis
- Vigilante de Crianças
- Auxiliar de Confeção de Artigos de Vestuário e Calçado em Pele

Os dados aqui apresentados permitem concluir da importância atribuída à **formação**, enquanto instrumento inultrapassável para se alcançar a almejada melhoria da qualidade

dos recursos humanos locais. Capacitar/formar adequadamente esses recursos, permitir-lhes-á aproveitar em pé de igualdade as oportunidades surgidas no mercado de trabalho.

▪ Emprego

Pretende-se, neste ponto, fazer uma caracterização da população activa do concelho de Grândola, de forma a analisar a *oferta*, presente e potencial, de *recursos humanos* existentes no concelho.

Tendo como base o actual mercado de trabalho e, em linha de horizonte futuro o potencial de emprego consubstanciado no panorama dos grandes projectos turísticos equacionados para a o Litoral Alentejano, realça-se aqui a importância dos aspectos localizados a montante do mercado de trabalho (a educação - formação), em conjugação com elementos de cariz demográfico (relação taxas de actividade - população em idade activa) e com indicadores relativos à oferta do sistema de ensino (como as taxas de escolaridade ou as áreas de ensino existentes).

Pretende-se, também, delinear o comportamento do *desemprego* registado, tendo-se recorrido, basicamente, às Estatísticas Mensais do IIEFP, relativas à actividade dos Centros de Emprego, confrontando-se estes valores, na análise que fazem do desemprego, com a impossibilidade de quantificação dos desempregados que não actualizam a sua situação perante o Centro.

Entretanto, de salientar que, na globalidade, em termos metodológicos, se recorre a um conjunto de indicadores de fontes estatísticas diferenciadas – como o INE, IIEFP, GEP, etc. –, no sentido de trabalhar em complementaridade a informação recolhida. Contudo, precisamente devido à diferença de conceitos e abordagens adoptadas por essas fontes para cada um dos fenómenos em estudo, procura salvaguardar-se o cumprimento dos critérios de objectividade e rigor no manuseamento dessa informação.

Caracterização dos recursos humanos

□ Estrutura e tendências evolutivas da população activa

A evolução da população activa entre os Censos de 1991 e 2001 registou, ao nível da população activa total, uma dinâmica positiva quer na sub-região, quer no território concelhio. Em Grândola, os valores globais de variação nos grupos etários definidos foram todos positivos e representativos de um maior aumento percentual na população activa, relativamente aos aumentos registados para o Alentejo Litoral. Essa dinâmica de evolução

positiva deve-se, essencialmente, ao aumento do número de mulheres que passam a fazer parte da população activa, de 1991 para 2001, já que, nos homens, apenas o grupo etário de 65 e mais anos regista uma variação positiva, verificando-se em Grândola, por exemplo, um aumento de 53,2%.

Tabela 54 – População activa e variação 91/01, Alentejo Litoral e Grândola

Sexo	Grupo Etário	Alentejo Litoral			Grândola		
		N.º		%	N.º		%
		1991	2001	Δ% 91-01	1991	2001	Δ% 91-01
HM	Total	41254	45404	10,1	5629	6284	11,6
	> 25 anos	6287	6191	-1,5	851	875	2,8
	25 - 64 anos	34191	38051	11,3	4670	5203	11,4
	65 e + anos	776	1162	49,7	108	206	90,7
Homens	Total	26788	26288	-1,9	3636	3586	-1,4
	> 25 anos	3932	3547	-9,8	525	486	-7,4
	25 - 64 anos	22242	21911	-1,5	3017	2956	-2,0
	65 e + anos	614	830	35,2	94	144	53,2
Mulheres	Total	14466	19116	32,1	1993	2698	35,4
	> 25 anos	2355	2644	12,3	326	389	19,3
	25 - 64 anos	11949	16140	35,1	1653	2247	35,9
	65 e + anos	162	332	104,9	14	62	342,9

Fonte: INE, Censos 1991 e 2001 (tratamento próprio)

Segundo os Censos de 2001, existiam em Grândola 6284 activos, representando uma taxa de actividade de (42,2%) sensivelmente inferior (em 3 pontos percentuais) à verificada no Alentejo Litoral (45,4%). Assistiu-se, portanto, a uma subida da taxa de actividade total relativamente a 1991, em ambas as unidades territoriais focadas⁶³.

Tabela 55 – Taxas de Actividade, Total, Jovens e Feminina, Alentejo Litoral e Grândola, 1991, 2001

Unidade Territorial	Taxa de Actividade (%)					
	Total ⁶⁴		Jovem ⁶⁵		Feminina	
	Total 1991	Total 2001	Jovens 1991	Jovens 2001	Feminina 1991	Feminina 2001
Alentejo Litoral	41,9	45,4	20,6	23,4	29,3	38,3
Grândola	40,9	42,2	21,5	24,2	28,4	36,5

Fonte: INE, Censos 1991 e 2001 (tratamento próprio)

⁶³ Nesta análise deve ser salvaguardado, que o conceito de População Activa sofreu uma alteração entre Censos, deixando de ser considerada como activa a população a partir dos 12 anos, para passar a ser considerada apenas a partir dos 15 anos. Assim, muito embora o número de activos contabilizados em 1991 incluía população a partir dos 12 anos, no cálculo da taxa só se considerou a população residente a partir dos 15 anos, o que, naturalmente, envia não só o resultado, como a própria comparação aos resultados de 2001.

⁶⁴ $T_x \text{ Actividade} = (\text{População Activa} / \text{População Residente}) \times 100$

⁶⁵ $T_x \text{ Actividade Jovens} = (\text{População Activa} < 25 \text{ anos} / \text{População Residente } 15\text{-}24 \text{ anos}) \times 100$

Merecem também destaque as taxas de actividade jovem e feminina que, tanto na sub-região como no concelho, aumentaram entre censos. O aumento do número de mulheres que passam a fazer parte da população activa reflecte-se, precisamente, na evolução da taxa de actividade feminina⁶⁶ que cresceu cerca de 9 pontos percentuais no Alentejo Litoral e 8 em Grândola.

Entretanto, muito embora os aspectos positivos realçados, a população feminina continua igualmente a representar a maior percentagem de população sem actividade económica: em 2001, 55,9% são mulheres e 44,1% homens no concelho, (41,1% M e 58,9% H na sub-região).

Por outro lado, é na população doméstica que se regista a maior disparidade entre sexos: em qualquer das unidades territoriais, em 2001, o número de homens representa apenas 0,1% desta faixa da população, enquanto as mulheres ultrapassam, em ambos os casos, os 23%.

Tabela 56 – População inactiva⁶⁷ por condição, em 1991 (c/+ 12 anos) e 2001 (c/+ 15 anos)

Unidade Geográfica	Alentejo Litoral						Grândola					
	Total	H	M	Total	H	M	Total	H	M	Total	H	M
	%			%			%			%		
	1991			2001			1991			2001		
Doméstica	23,2	0,4	35,5	14,1	0,1	23,9	21,9	0,6	33,5	13,0	0,1	23,1
Estudante	19,5	26,2	15,9	14,9	16,6	13,8	17,0	23,4	13,5	11,5	11,7	11,3
Reformada	46,5	58,7	39,9	55,5	63,2	50,1	50,3	62,5	43,7	55,0	56,3	53,9
Incapacitada p/trabalho	1,9	3,1	1,2	5,3	6,5	4,5	2,2	3,5	1,5	5,6	6,3	5,1
Outras	8,9	11,6	7,4	10,1	13,6	7,6	8,6	10,0	7,3	15,0	25,5	6,6

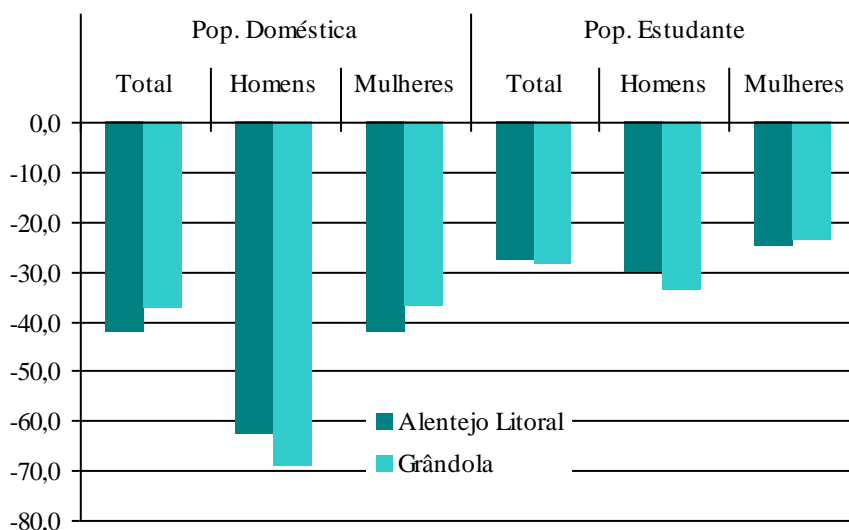
Fonte: INE, Censos 2001 (tratamento próprio)

Muito embora este aspecto possa ser justificado por factores culturais colectivamente aceites, na realidade esta foi a condição de população sem actividade económica que apresentou uma maior regressão entre censos (-42,2% de *população doméstica* no Alentejo Litoral e -37,3% em Grândola). Tal é significativo, numa região com manifestas dificuldades de absorção de mão-de-obra, em que as mulheres foram, durante décadas, parte duma componente da população “desencorajada” a ingressar na vida activa.

⁶⁶ $Tx \text{ Actividade Feminina} = (\text{População Activa Feminina} / \text{População Residente Feminina}) \times 100$

⁶⁷ **População inactiva:** “Conjunto de indivíduos, qualquer que seja a sua idade, que no período de referência não podem ser considerados economicamente activos, isto é, não estão empregados nem desempregados, nem a cumprir o serviço militar obrigatório”. www.ine.pt

Gráfico 69 – Δ% 1991-2001 da população inactiva doméstica e estudante

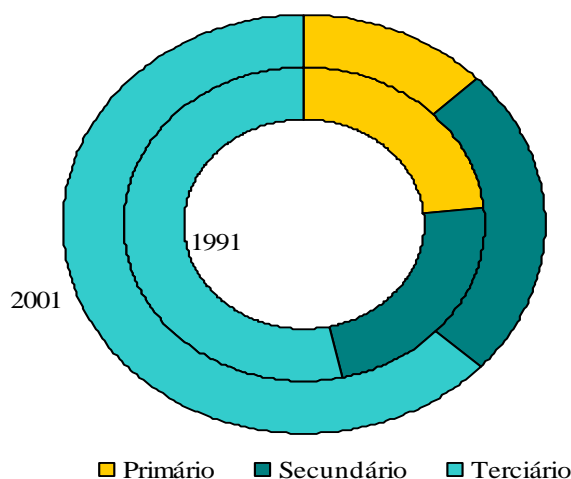


Fonte: INE, Censos 1991 e 2001 (tratamento próprio)

Os valores apresentados da população inactiva, comparados entre 1991 e 2001, reflectem sobretudo o domínio do envelhecimento nas estruturas demográficas quer da sub-região, quer do concelho, simultaneamente devido ao aumento da população reformada/aposentada e à diminuição da população estudante.

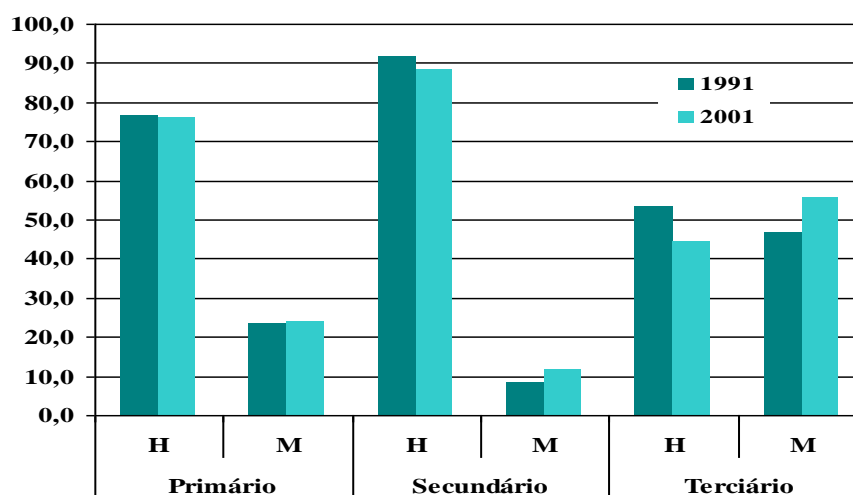
Entretanto, voltando à população activa empregada, no âmbito da natureza económica das actividades empregadoras, é inegável o papel que o processo de terciarização desempenha em termos de absorção de mão-de-obra, factor que se acentua no segmento feminino participante no mercado de trabalho.

Gráfico 70 – População activa por sector de actividade económica, Grândola 1991 e 2001



Fonte: INE, Censos 1991 e 2001

Gráfico 71 – Distribuição da população activa por sector de actividade económica e sexo, Grândola 1991 e 2001

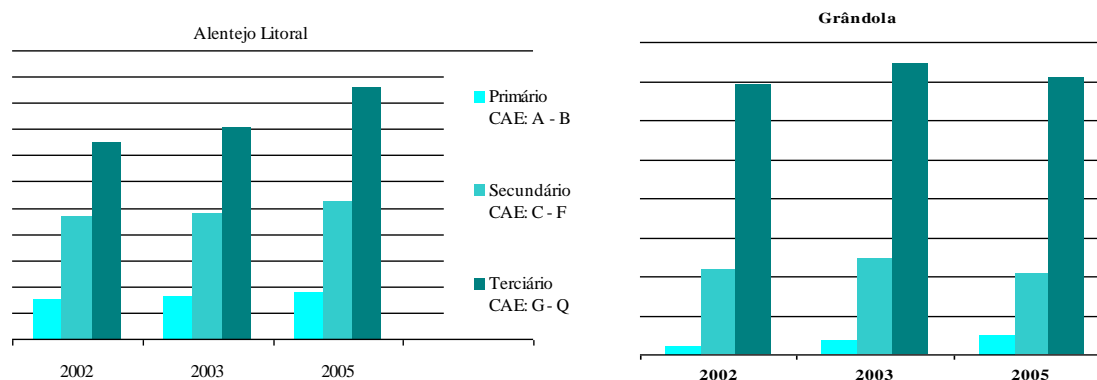


Fonte: INE, Censos 1991 e 2001

Já em 1991, mais de metade da população activa (53,2%) está empregada no sector terciário, subindo cerca de 10 pontos percentuais em 2001. Acentua-se, igualmente, o predomínio das mulheres, que passam a representar então 55,8% da mão-de-obra do sector. Quanto aos sectores primário e secundário, regista-se também um acréscimo do número de mulheres empregadas nesses sectores, relativamente a 1991.

Mais recentemente, também os Quadros de Pessoal reflectem a continuação desse processo de terciarização na sub-região e no concelho.

Gráfico 72 – Trabalhadores por conta de outrem segundo o sector de actividade e o sexo, 2002, 2003 e 2005



Fonte: Tabela 57

O sector terciário, em qualquer dessas unidades territoriais, absorve sempre mais de metade dos trabalhadores por conta de outrem, tanto em 2002, como em 2003 e/ou 2005

Actualização do Diagnóstico Social

Educação/Formação/Emprego

(no Alentejo Litoral: 54,7%, 55,8% e 57,6%; em Grândola: 74,1%, 72,7% e 73,3%, respectivamente).

Tabela 57 – Trabalhadores por conta de outrem nos estabelecimentos por município, segundo o sector de actividade e o sexo

Unidade Territorial		Total			Primário CAE: A – B			Secundário CAE: C – F			Terciário CAE: G – Q		
		HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M
Alentejo Litoral	2002	13.709	8.264	5.445	1.520	1.036	484	4.684	4.048	636	7.505	3.180	4.325
Grândola		1.861	918	943	45	32	13	437	377	60	1.379	509	870
Alentejo Litoral	2003	14.434	8.622	5.812	1.610	1.009	601	4.777	4.123	654	8.047	3.490	4.557
Grândola		2.051	1.040	1.011	72	50	22	488	419	69	1.491	571	920
Alentejo Litoral	2005	16.614	9.843	6.771	1.798	1.154	644	5.253	4.491	762	9.563	4.198	5.365
Grândola		1.939	975	964	101	70	31	417	354	63	1.421	551	870

Fonte: Gabinete Estratégia e Planeamento (MTSS), Quadros de Pessoal (Anos 2002 a 2005 retirado de INE, Anuários Estatísticos da Região Alentejo 2003 a 2005)

Relativamente ao sexo, os homens predominam quer no sector primário, quer no secundário – neste de forma mais acentuada –, ultrapassando em média os 85% em qualquer das unidades territoriais. Já as mulheres predominam no terciário, com maior incidência em Grândola do que no Alentejo Litoral (62,0% e 56,8%, respectivamente, na média dos anos 2002, 2003 e 2005).

Também, de acordo com os dados disponíveis para 2006 para o concelho – número de pessoas ao serviço – se conclui que, num universo de 2828 pessoas ao serviço, 1934 (68,4%) trabalham no sector terciário em Grândola, enquanto 152 estão ao serviço no primário (5,4%) e 742 no secundário (26,2%).

No âmbito destes últimos dados, destaca-se o número de pessoas ao serviço nos ramos do Comércio por Grosso e a Retalho e Reparação de Veículos Automóveis – com mais de 600 efectivos –, e no ramo de Alojamento e Restauração (com 441 efectivos ao serviço).

Outras actividades terciárias como as Actividades Imobiliárias, a Saúde e Acção Social e Outras Actividades de Serviços Colectivos, Sociais e Pessoais, evidenciam também alguma dinâmica, qualquer delas ultrapassando a centena e meia de efectivos (190, 220 e 170, respectivamente).

Nas actividades não terciárias, destaca-se a Construção que, em 2006 em Grândola gera algum emprego, tendo ao serviço 541 efectivos, de acordo com os dados dos Quadros de Pessoal.

No que concerne às actividades do sector primário (principalmente as da secção A Agricultura, Produção Animal, Caça e Silvicultura, dadas as características do concelho), o aumento superior a 100% registado no número de trabalhadores por conta de outrem (entre 2002 e 2005 passou de 45 para 101 efectivos) e o número de pessoas ao serviço contabilizado em 2006 (149 efectivos na secção A, mais 2 na secção B), não revelarão sobremaneira um dinamismo crescente do sector, mas antes uma maior eficácia da máquina fiscal, que determina cada vez mais o registo e actualização dos dados, por parte das pessoas ao serviço no sector.

□ Nível educacional da população residente empregada

Como ficou patente no capítulo dedicado à demografia, no concelho de Grândola, entre 1991 e 2001, o fenómeno do envelhecimento demográfico traduziu-se por um decréscimo de 22% na população jovem (0-14 anos) e um incremento de 38,5% da população idosa (65 e mais anos). Os índices de envelhecimento que caracterizam a população concelhia serão razão para os elevados níveis de iliteracia apresentados, superiores aos da sub-região e muito superiores aos do país. De facto, as taxas de analfabetismo calculadas para Grândola, para 1991 e 2001, são 2,5 e 2,3 vezes superiores às do Continente, respectivamente.

Tabela 58 – Taxas de Analfabetismo, 1991 e 2001, Continente, Alentejo Litoral, Grândola e Freguesias

Unidade Geográfica	Total	Total	Homens	Homens	Mulheres	Mulheres
	%	%	%	%	%	%
	1991	2001	1991	2001	1991	2001
Continente	10,9	8,9	7,5	6,1	14,1	11,5
Alentejo Litoral	24,2	19,2	20,6	16	27,7	22,3
Grândola	26,9	20,7	21,9	16,2	31,7	25,2
Azinheira Barros	28,4	23,1	22,7	17,7	34,7	28,6
Grândola	25,5	20,3	20,8	16,0	29,7	24,3
Melides	32,8	25,0	26,6	19,2	39,1	30,8
Santa Margarida da Serra	43,6	22,0	38,7	15,8	48,9	28,6
Carvalhal	21,9	16,7	16,5	14,4	27,3	21,6

Fonte: INE, O País em Números – Edição de 2006

Actualização do Diagnóstico Social

Educação/Formação/Emprego

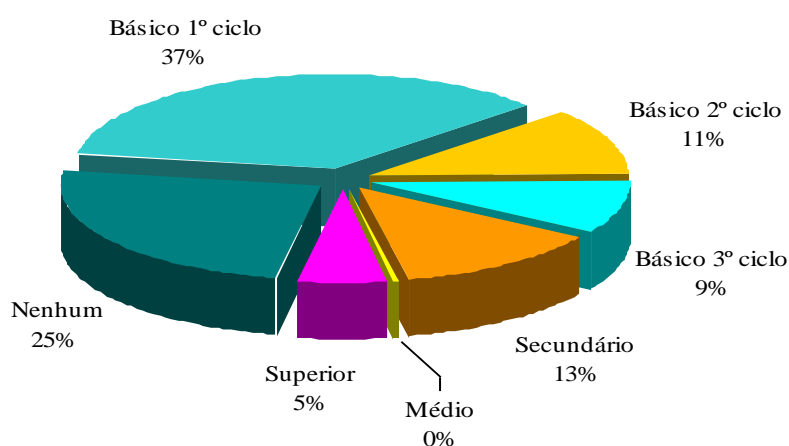
Entretanto, a tendência para a diminuição registada na taxa de analfabetismo, entre censos, é comum às diversas unidades territoriais apresentadas. Apresentando Grândola taxas superiores em 1991 – quer para a população total, quer para os homens e mulheres, separadamente –, a diminuição das taxas entre 1991 e 2001 apresenta, naturalmente, valores superiores para esta unidade territorial. Assim, enquanto no Continente se registou uma diminuição de -2 pontos percentuais, em Grândola a diferença é superior a -6 pontos percentuais.

No concelho de Grândola, a freguesia que apresenta valores mais elevados de analfabetismo em 1991 é Santa Margarida da Serra (43,6%), mas em 2001 é Melides, com 25% de analfabetos na população.

Este aspecto agora focado é confirmado pela forma como se apresenta a estrutura da população residente quanto ao nível de instrução, que vem evidenciar a fraca escolarização dos recursos humanos do território concelhio.

De acordo com os dados de 2001, cerca de 62% da população não havia frequentado/atingido, graus de ensino acima do primário. E, também aqui, a população feminina é a mais afectada por este défice de escolarização, cenário que se repete, sem excepção, em todas as freguesias do concelho de Grândola.

Gráfico 73 – População residente, por nível de instrução, Grândola 2001



Fonte: INE, O País em Números – Edição de 2006 (Tratamento próprio)

O défice de literacia que, de forma geral caracteriza a população residente em 2001, extrapola, naturalmente, para o grupo específico de trabalhadores por conta de outrem. A estrutura deste grupo aponta, já em 2005, para valores de iliteracia superiores aos do país, o que confirma a continuidade do défice apontado em anos anteriores.

Tabela 59 – Estrutura dos trabalhadores por conta de outrem nos estabelecimentos por município, segundo o nível de habilitações, 2005

Unidade Geográfica	Nível de habilitações						
	Inferior ao 1º ciclo do ensino básico	1º Ciclo do ensino básico	2º Ciclo do ensino básico	3º Ciclo do ensino básico	Ensino secundário	Bacharelato	Licenciatura
Portugal	1,5	23,4	21,3	21,2	19,9	2,7	9,2
Alentejo Litoral	2,9	28,3	20,8	20,7	18,9	398	833
Grândola	2,4	30,9	24,7	19,0	18,5	0,7	3,1

Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região Alentejo

Também em 2006, os dados dos Quadros de Pessoal confirmam o mesmo cenário para as pessoas contabilizadas ao serviço em Grândola, indicando, traços gerais, uma predominância de efectivos com instrução ao nível do ensino básico e secundário, que se distribuem principalmente pelos sectores terciário e secundário, o mesmo acontecendo para os efectivos com bacharelato e licenciatura. Mas é também no sector terciário onde se encontra o maior número de pessoas com nível de instrução inferior ao 1º ciclo do ensino básico.

Tabela 60 – Número de Pessoas ao Serviço, segundo o nível de habilitações literárias, Grândola 2006

	Sector Primário CAE: A-B	Sector Secundário CAE: C-F	Sector Terciário CAE: G-O	% de Pessoas em cada nível de ensino
Inferior ao 1º Ciclo do Ensino Básico	15	9	34	2,1
Ensino Básico	117	585	1342	72,3
Ensino Secundário	12	100	429	19,1
Ensino pós Secundário não Superior Nível I	0	1	1	0,1
Bacharelato	0	11	18	1,0
Licenciatura	3	18	97	4,2
Mestrado	3	6	4	0,5
Doutoramento	1	2	0	0,1
Ignorado	1	10	9	0,7

Fonte: Gabinete Estratégia e Planeamento (MTSS), Quadros de Pessoal 2006

Sintetizando, quanto ao nível educacional da população concelhia, para além do défice de literacia já apontado – traduzido globalmente em baixos níveis de habilitações da população em geral e das pessoas ao serviço em particular – não pode deixar de se referir que, em 2006, num universo de 441 pessoas ao serviço na secção de actividade económica ligada ao *Alojamento e Restauração*, 351 efectivos (79,6%) têm apenas o ensino básico de escolaridade.

Considerando o potencial de desenvolvimento perspectivado para o concelho na área do turismo, será pertinente reflectir sobre estes dados e sobre a necessidade dum forte e imediato investimento na formação dos recursos humanos do território, sob pena de se perder a oportunidade anunciada.

□ Estrutura das qualificações profissionais

Em termos de classificação por grupos profissionais, as diferenças de estrutura de pessoas ao serviço encontram-se correlacionadas tanto com a relevância dos sectores de actividade económica no território, como com o nível de habilitações identificado.

Com efeito, a maior representatividade de pessoas ao serviço encontra-se nos grupos *Pessoal dos Serviços e Vendedores, Operários, Artífices e Trabalhadores Similares* e ainda *Trabalhadores Não Qualificados*, o que vem corroborar a preponderância do sector terciário e o fraco nível global de literacia dos efectivos ao serviço, anteriormente enunciado.

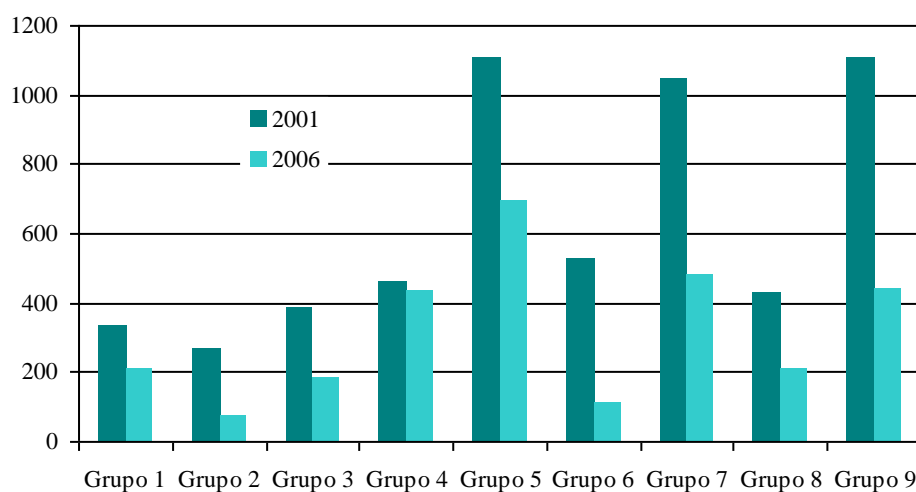
Tabela 61 – População residente empregada (2001) e pessoas ao serviço (2006) por CNP, Grândola

	Grupo CNP	2001	2006	2001	2006	≠ N.º Efectivos 2001 - 2006
		N.º	N.º	%	%	
Forças armadas	Grupo 0	36	x	0,6	x	x
Quadros superiores da administração pública, dirigentes e quadros superiores de empresas	Grupo 1	335	205	5,9	7,2	-130
Especialistas das profissões intelectuais e científicas	Grupo 2	268	77	4,7	2,7	-191
Técnicos e profissionais de nível intermédio	Grupo 3	385	184	6,8	6,5	-201
Pessoal administrativo e similares	Grupo 4	459	434	8,1	15,3	-25
Pessoal dos serviços e vendedores	Grupo 5	1108	691	19,5	24,4	-417
Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura e pescas	Grupo 6	526	112	9,2	4,0	-414
Operários, artífices e trabalhadores similares	Grupo 7	1043	479	18,3	16,9	-564
Operadores de instalações e máquinas e trabalhadores da montagem	Grupo 8	428	210	7,5	7,4	-218
Trabalhadores não qualificados	Grupo 9	1108	436	19,5	15,4	-672
	Total	5696	2828	100,0	100,0	-2868

Fonte: INE, Censos 2001 e Gabinete Estratégia e Planeamento (MTSS), Quadros de Pessoal 2006

A representação gráfica da população empregada em 2001 (dados do INE) e pessoal ao serviço em 2006 (dados do GEP), permitirá melhor visualizar a evolução de efectivos.

Gráfico 74 – População residente empregada/pessoas ao serviço por CNP, Grândola 2001 e 2006



Fonte: Tabela 61

Salvaguardando as eventuais incoerências na comparação efectuada – devido à diferente origem/metodologia de recolha dos dados apresentados –, a análise gráfica da população empregada/pessoas ao serviço em 2001 e 2006 permite confirmar que, muito embora se registre em todos os grupos de profissões uma diminuição do número de efectivos, a variação é muito menor no grupo 4 (*Pessoal administrativo e similares*) que perde apenas 25 pessoas, seguido dos grupos 1 com -130 (*Quadros superiores da administração pública, dirigentes e quadros superiores de empresas*) e 2 (*Especialistas das profissões intelectuais e científicas*) com -191 pessoas ao serviço. Todos os outros grupos perdem mais de duas centenas de efectivos cada.

□ Estrutura etária

Estudos consultados⁶⁸ indicam que um dos principais problemas no desenvolvimento da sub-região reside no factor capital humano, não apenas no que respeita à sua qualificação, mas sobretudo à sua insuficiência quantitativa. As estruturas demográficas envelhecidas reflectem-se também ao nível do emprego e as estimativas da população para 2006 apontam, nomeadamente, para uma diminuição de -7,3% na população residente dos 15-64 anos, e um aumento de 1,1% no grupo com 65 ou mais anos, relativamente a 2001.

⁶⁸ (NOGUEIRA e col., 1999)

Tabela 62 – População empregada/pessoas ao serviço, Grândola 2001 e 2006

População empregada/pessoas ao serviço												
Ano	Total	15-24	25-29	30-34	35-39	40-44	45-49	50-54	55-59	60-64	65 e mais anos	Ignorado
2001	5696	741	721	584	695	704	631	588	457	370	205	x
2006	2828	240	392	478	375	351	329	292	194	130	40	7
≠06-01	-2868	-501	-329	-106	-320	-353	-302	-296	-263	-240	-165	x
Pop. Residente		Peso dos grupos de população empregada/pessoas ao serviço										
Ano	Total	na população residente				no total da população empregada						
		15-64		65 e +		15-64		65 e +				
2001	14901	36,8%		1,4%		96,4%		3,6%				
2006	14214	19,6%		0,3%		98,3%		1,4%				
≠ 06-01	-687	-17,2%		-1,1%		1,9%		-2,2%				

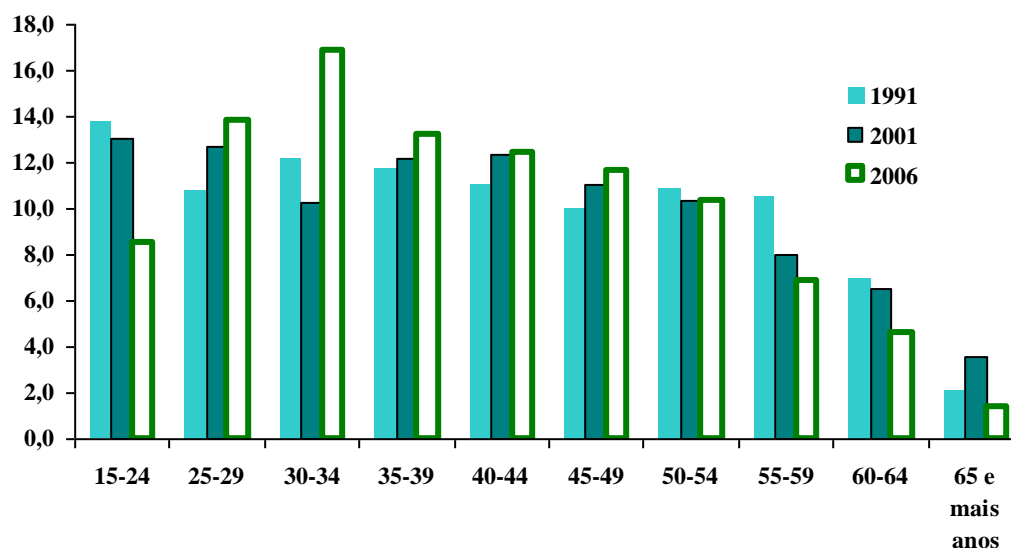
Fonte: Censos 2001 e Gabinete Estratégia e Planeamento (MTSS), Quadros de Pessoal 2006

No entanto, neste espaço de tempo, (admitindo a comparabilidade dos dados obtidos a partir de fontes diferentes), verifica-se uma diminuição global da população empregada/pessoas ao serviço, registando-se em termos proporcionais – opostamente ao evoluir da população residente –, um aumento no grupo dos 15-64 anos (+2%) e uma diminuição no grupo dos 65 e mais anos.

Ou seja: muito embora a população residente tenha decrescido entre 2001 e 2006, perdendo 687 efectivos (-4,6%), a perda na população empregada/pessoas ao serviço – mais uma vez, admitindo a comparabilidade dos dados – foi consideravelmente superior, situando-se em 2868 pessoas em termos absolutos (correspondendo a -50,4%), tendo havido igualmente perdas parciais em todos os grupos etários designados.

Tendo em conta que, muito embora em termos proporcionais o grupo 15-64 tenha aumentado 1,9 pontos percentuais no universo da população empregada, diminuiu muito mais no total da população residente (-17,2 pontos percentuais), e que, opostamente, a diminuição do grupo dos 65 e mais anos é mais acentuada no universo da população empregada (-2,2) do que na população residente (-1,1), tal traduz visivelmente uma variação na estrutura etária das pessoas ao serviço que origina uma sobrecarga para o grupo activos empregados – principalmente entre os 25 e os 39 anos –, enquanto grupo sobre o qual recai sobremaneira a responsabilidade contributiva.

Gráfico 75 – Evolução da população empregada/pessoas ao serviço, Grândola 1991,2001 e 2006



Fonte: INE, Censos 2001 e Gabinete Estratégia e Planeamento (MTSS), Quadros de Pessoal 2006

Comportamento do desemprego

□ População residente desempregada

Actualmente, a realidade do desemprego comporta uma dinâmica de tal forma activa que traduzi-la reportada a anos passados pretende tão-somente introduzir o tema, evidenciando de modo mais palpável a evolução sofrida.

Tabela 63 – População desempregada (sentido lato), por sexo, Grândola 2001

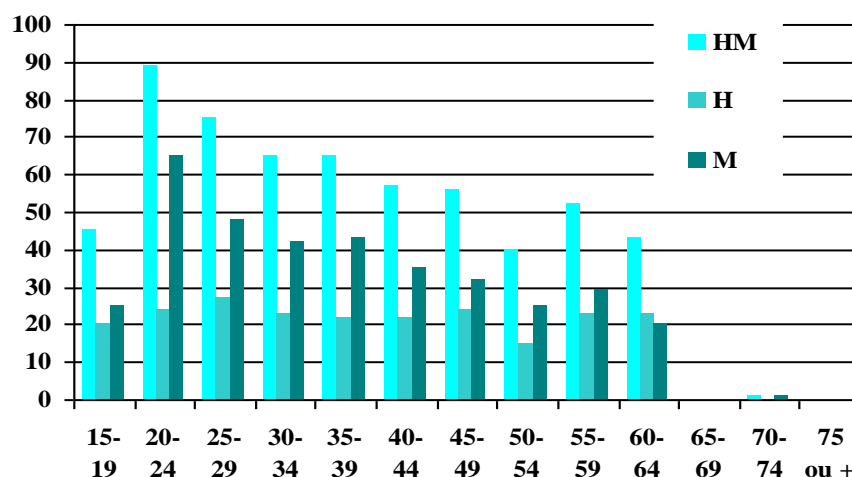
População desempregada em Grândola, 2001									
Escalão etário	Total			Procura do 1.º emprego			Procura de novo emprego		
	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M
Total	588	223	365	92	21	71	496	202	294

Fonte: INE, Censos 2001

O Censo de 2001 contabiliza uma população desempregada de 588 efectivos, dos quais 37,9% são homens e 62,1% mulheres. No total de população masculina desempregada 9,4 % procura o primeiro emprego enquanto os restantes 90,6% procura um novo emprego. No total da população feminina desempregada esses indicadores apresentam valores de 19,5% e 80,5%, respectivamente.

Já no que respeita aos escalões etários, o desemprego atinge maior incidência no grupo entre os 20 e os 49 anos, com destaque para os desempregados de 20-24 e 25-29 anos de idade.

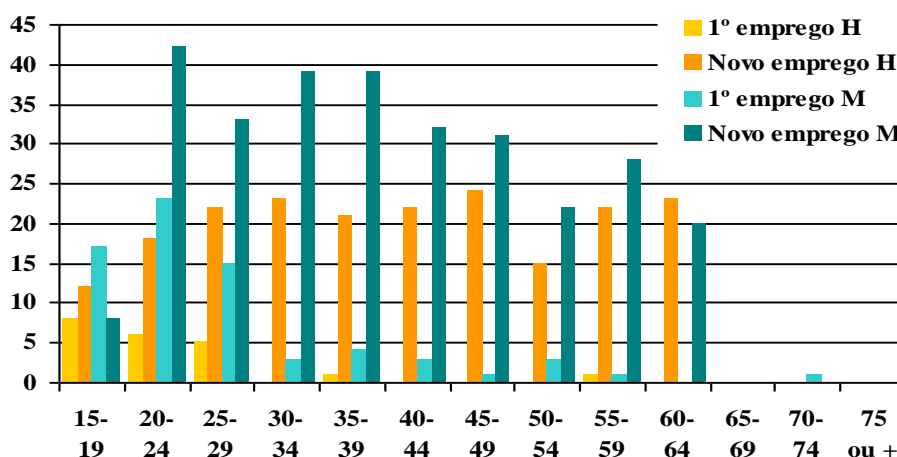
Gráfico 76 – População desempregada (sentido lato), por grupo etário e sexo, Grândola 2001



Fonte: INE, Censos, 2001

Entretanto, são os homens do grupo dos 15-19 anos que se encontram em maior número à procura do 1.º emprego, podendo tal estar relacionado com uma tendência para os rapazes investirem menos frequentemente do que as raparigas no prosseguimento de estudos para além da escolaridade obrigatória⁶⁹.

Gráfico 77 – População desempregada (sentido lato), por grupo etário e sexo, Grândola 2001



Fonte: INE, Censos, 2001

⁶⁹ Entre os 15 e os 18, se não concluíram a EMO não poderão legalmente desenvolver actividade profissional – salvo situações específicas de aplicação da Cláusula de Formação e que ocorrem muito pontualmente – portanto, poderá presumir-se que a grande maioria terá concluído a EMO, pelo que não se deve falar de abandono.

No caso das mulheres, a situação de procura de 1.º emprego evidencia-se no grupo dos 20-24 anos, destacando-se igualmente este grupo específico na procura de novo emprego. No caso dos homens, a procura de novo emprego distribui-se com ligeiras diferenças pelos grupos entre os 25 e os 64 anos (com excepção do grupo 50-54 que conta com menos efectivos).

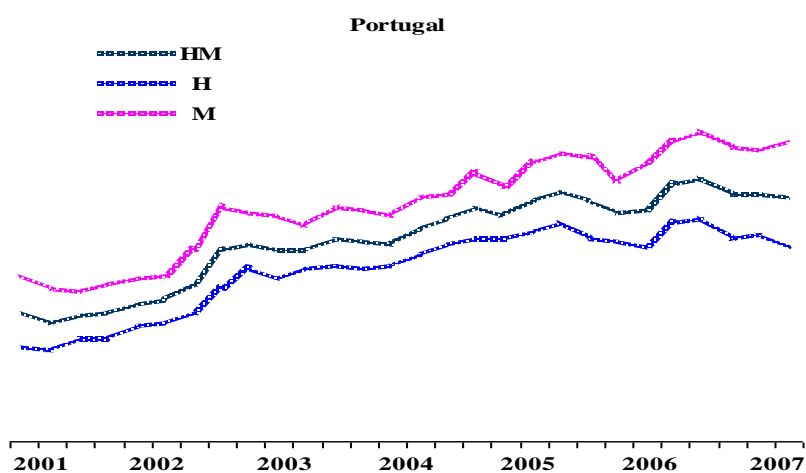
□ Comportamentos e tendências evolutivas do desemprego

De acordo com os Censos 2001, a taxa de desemprego (sentido lato) do concelho de Grândola é 9,3%, inferior à do Alentejo Litoral (9,7%), mas bastante mais elevada do que em Portugal (6,7%). Nestas unidades territoriais esta relação de grandeza mantém-se para a taxa de desemprego feminino, sendo que o problema do desemprego afecta mais as mulheres, onde a taxa é muito superior à dos homens (no concelho, em 2001, 13,5% e 6,6%, respectivamente).

Por outro lado, muito embora o valor da taxa de desemprego nas mulheres se apresente sempre mais elevada, a tendência é diminuir a diferença relativamente à taxa de desemprego nos homens. Entre 1991 e 2001, enquanto a primeira diminuiu 4,3 pontos percentuais a segunda aumentou 1,5.

Ainda de acordo com os dados do INE, mas já resultantes do Inquérito ao Emprego, os valores de taxa de desemprego calculados para o país entre 2001 e 2007, surgem menos elevados, devendo a comparação ser observada com as devidas reservas, dado as diferenças de metodologia na recolha de informação.

Gráfico 78 – Evolução da Taxa de Desemprego, por sexo, Portugal 2001-2007



Fonte: INE, Inquérito ao Emprego

Actualização do Diagnóstico Social

Educação/Formação/Emprego

O gráfico anterior pretende evidenciar a evolução da taxa de desemprego ao nível do país, nomeadamente a tendência de crescimento ao longo dos últimos anos.

Pode então verificar-se no traçado do gráfico a posição empolada da taxa de desemprego feminino que, de acordo com estes dados, em nenhum trimestre deixou de ser a mais elevada no país.

Também as estatísticas mensais do IEFP permitem fazer uma leitura com pontos comuns: em qualquer dos anos representados, o número médio de mulheres inscritas nos centros de emprego é mais elevado do que o número médio de homens na mesma situação. Contudo, opostamente à tendência do país, no concelho em ambos os sexos se assinala uma diminuição do número médio anual de desempregados entre 2004 e 2007, mais significativa nos homens do que nas mulheres (-37,3% e -33,0%).

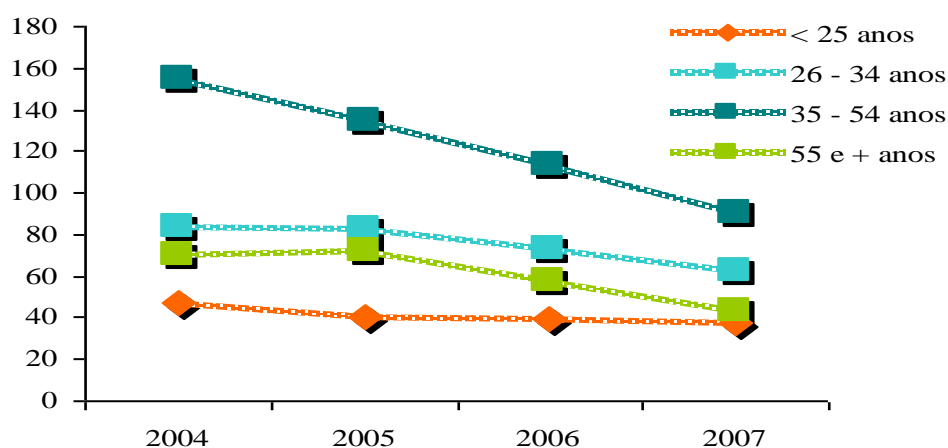
Gráfico 79 – Evolução do número médio de desempregados, por sexo, Grândola 2004-2007



Fonte: IEFP, Estatísticas Mensais

Ainda com base nas estatísticas mensais do IEFP, o grupo etário maioritariamente inscrito nos centros de emprego, entre 2004 e 2007 situa-se entre os 35 e os 54 anos, sendo também neste grupo que, naturalmente, se desenha a maior amplitude entre 2004 e 2007.

Gráfico 80 – Evolução do nº médio de desempregados, por grupo etário, Grândola 2004-2007



Fonte: IEFP, Estatísticas mensais

De salientar que os dados sobre o desemprego, cuja fonte são as estatísticas mensais do IEFP, têm como base um efectivo populacional agrupado de acordo com um conceito próprio de desempregado⁷⁰, o que pode, de alguma forma, enviesar a comparação efectuada.

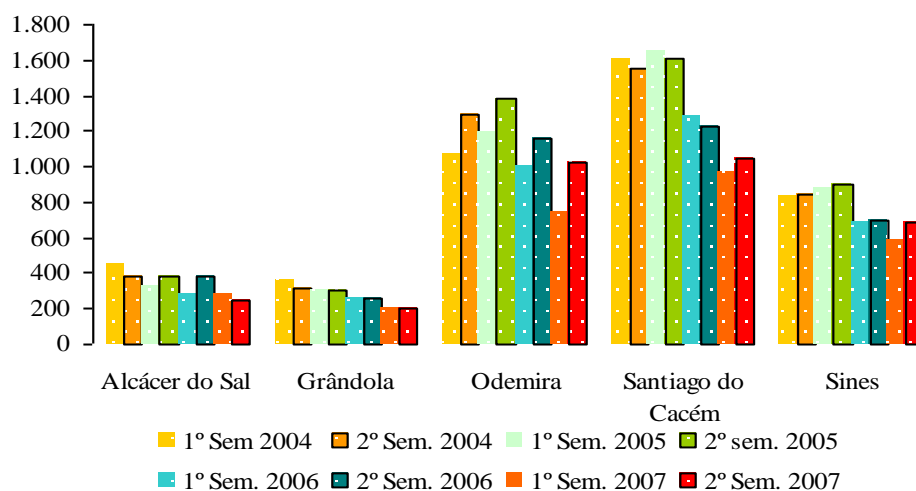
No final do 2.º semestre de 2007, estavam inscritos nos Centros de Emprego do Alentejo Litoral (Alcácer do Sal e Sines), como desempregados, 3.203 indivíduos, dos quais 6,3% pertenciam ao concelho de Grândola (201 indivíduos). Em comparação a igual período de 2006, houve uma diminuição de 54 inscritos do concelho, correspondendo a um decréscimo de -21,2 %. Esta variação sugere a continuidade de melhoria nos valores do desemprego no território concelhio.

Quanto aos restantes concelhos do Alentejo Litoral, a observação do gráfico permite verificar que, com base no número de inscritos nos centros de emprego, regra geral o desemprego aumenta nos segundos semestres de cada ano. Em Alcácer do Sal e Grândola, 2004 é o ano que regista um maior número de desempregados, enquanto em Odemira, Santiago do Cacém e Sines essa incidência reporta-se a 2005. Em 2006 e 1.º semestre de 2007 o número de inscritos nos centros de emprego decresce globalmente em relação aos

⁷⁰ De acordo com o IEFP, desempregado é o “Candidato inscrito num Centro de Emprego, que não tem trabalho, procura um emprego como trabalhador por conta de outrem, está imediatamente disponível e tem capacidade para o trabalho”. Este conceito agrupa utentes a partir da idade mínima dos 16 anos se possuírem a escolaridade obrigatória, ou 18 anos se não a tiverem completado.

anos anteriores mas, no 2º semestre de 2007 volta a subir em todos os concelhos, com excepção de Alcácer do Sal e de forma mais actuada em Odemira.

Gráfico 81 – Percentagem de desempregados nos concelhos face ao total do Alentejo Litoral, semestres 2004 a 2007



Fonte: IEFP, Estatísticas Mensais

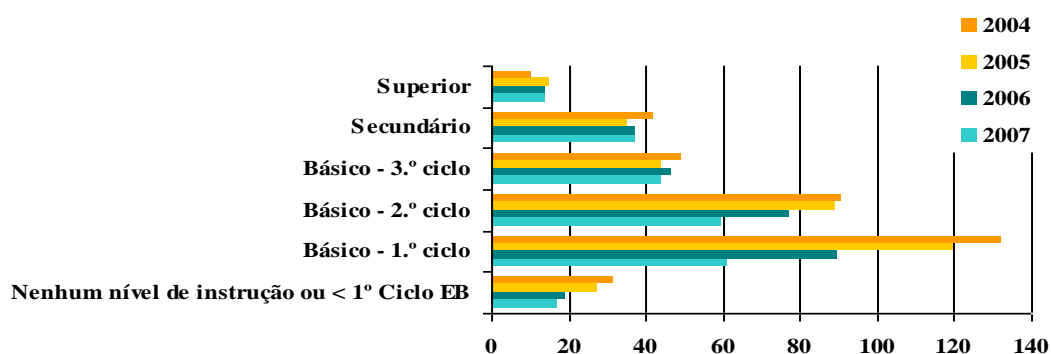
Em relação a Grândola, os desempregados inscritos nos centros de emprego da sub-região são em maior número em Setembro, Outubro e Janeiro, o que remete para a existência duma componente sazonal, quer em actividades agrícolas, quer no turismo e actividades afins que se estende a todo o Alentejo Litoral. Trata-se dum fenómeno que permite atenuar os quantitativos do desemprego de longa duração, mas que não traz aos indivíduos qualquer tipo de segurança.

Entretanto, os dados quantificados pelo IEFP para os desempregados de longa duração – por definição inscritos no centro de emprego há doze ou mais meses – correspondem, em média, em cada ano, a cerca de 25% do total de desempregados inscritos. De considerar, contudo, a subvalorização destes valores, causada pela forma como os serviços de emprego quantificam o fenómeno do desemprego, não incluindo no mesmo os desempregados integrados em Programas Ocupacionais, facto que poderá atenuar estatisticamente os valores do desemprego.

□ Nível educacional dos desempregados

Ficou já patente que mais de metade da população concelhia empregada tem níveis de instrução iguais ou inferiores ao ensino básico, situação comum aos restantes concelhos da sub-região. Como é lógico, também a estrutura habilitacional da população concelhia desempregada se concentra essencialmente em níveis de habilitações baixos, conforme se pode visualizar no gráfico.

Gráfico 82 – Nº médio de desempregados, Grândola 2004 a 2007



Fonte: IEFP, Estatísticas Mensais

O número médio de desempregados diminuiu em todos os níveis de habilitações entre 2004 e 2007, com excepção do ensino superior em que se regista um aumento de 33,9% de desempregados, tendência compatível com a evolução do número de alunos que frequentam/concluem este nível de ensino.

Este aspecto específico, de aumento do número de pessoas com habilitações de nível superior inscritas nos centros de emprego, constitui um problema não só local/regional mas que ocorre em todo o país e que se tem vindo a avolumar nos últimos anos. Este é um problema que, neste momento, dado o cenário da economia, pode considerar-se conjuntural, mas que, na ausência de medidas de fundo que o devem, corre o risco de tornar-se estrutural e de enormes custos para a sociedade. Contudo, sendo um problema, pode também ser transformado num potencial, isto é, a existência de recursos humanos mais qualificados potencia a empregabilidade e promove o desenvolvimento. O que a experiência empírica demonstra é que quanto maior é o nível de qualificação do desempregado menor será o tempo que permanece inscrito no centro de emprego; por outro lado, do ponto de vista das entidades empregadoras, o centro de emprego tende a

deixar de ser visto com um serviço onde só estão os menos qualificados, para ser cada vez mais um serviço de apoio ao recrutamento de colaboradores qualificados.

Tabela 64 – Evolução do nº médio de desempregados, por nível de instrução, 2004-2007

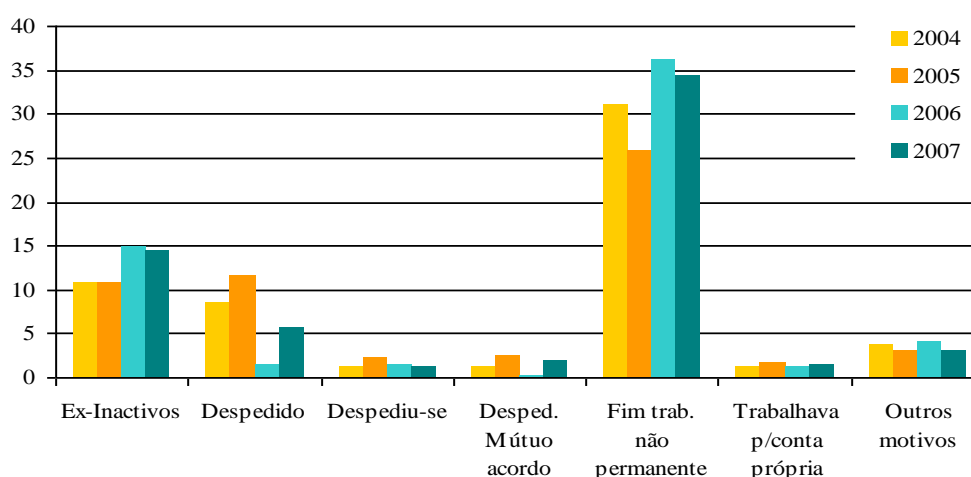
Número médio de desempregados, por nível de instrução, 2004-2007					Variação
Nível de Instrução	Grândola				2004-2007
	2004	2005	2006	2007	
Nenhum nível de instrução ou <1º Ciclo EB	32	27	19	17	-46,2 %
Básico – 1.º ciclo	132	120	90	61	-53,8 %
Básico – 2.º ciclo	91	89	77	59	-34,3 %
Básico – 3.º ciclo	49	44	47	44	-11,0 %
Secundário	42	35	37	37	-11,3 %
Superior	10	15	14	14	33,9 %
Total	356	330	285	233	-34,7 %

Fonte: IEFP, Estatísticas Mensais

Quanto às razões da inscrição, tendo por base o movimento do número de inscritos ao longo dos meses, o principal motivo é, sem dúvida, o *fim do trabalho não permanente*, o que se repete em todos os anos em estudo. De seguida surgem as inscrições dos *ex-inactivos* e dos *despedidos*. De salientar que Setembro é o mês com maior número de desempregados inscritos, seguido de Janeiro e Outubro.

Os desempregados inscritos devido a *fim do trabalho não permanente*, atingem um pico máximo em 2006, enquanto os *ex-inactivos* subiram entre 2004 e 2006 mas mantiveram o mesmo número médio de inscritos em 2006.

Gráfico 83 – Evolução do nº médio de desempregados inscritos, por motivo de inscrição (movimento ao longo do mês), Grândola 2004-2007



Fonte: IEFP, Estatísticas mensais

A predominância de desempregados inscritos por *fim do trabalho não permanente*, é consequência directa da componente sazonal do emprego no concelho, mas talvez também reflecta já as mudanças operadas na filosofia tradicional subjacente às regras do mercado de trabalho português, que valoriza primordialmente a segurança no emprego. Agora, cada vez mais, se tem vindo a adoptar o paradigma vigente nos países ditos desenvolvidos, em que o enfoque está sobretudo na competitividade das empresas e dos países. Exige-se para tal uma muito maior flexibilidade dos vínculos laborais estabelecidos, ao ponto do conceito de precariedade no trabalho “começar a deixar de fazer sentido” por, em oposição, deixar de existir outro conceito corrente.

Neste panorama, a valorização académica e a qualificação profissional são elementos indispensáveis na qualificação dos recursos humanos, sobressaindo os indivíduos que melhor se adaptem à competitividade e ao dinamismo da realidade laboral.

Neste aspecto, como se tem procurado demonstrar através de diversos indicadores aqui apresentados, o concelho de Grândola necessita sobremaneira investir na valorização dos seus recursos humanos, precária e insuficientemente preparados para os desafios propostos para o território. A **educação** e a **formação** são, mais do que nunca, a essência desta questão, e a intervenção nestas áreas primordiais, como em quaisquer outras, ultrapassa decididamente a aplicação de medidas avulso, exigindo um planeamento pensado e uma intervenção concertada com as necessidades do mercado de trabalho. Este será um investimento cujo retorno se reflectirá não só na diminuição da vulnerabilidade socio-económica da população, como também no decréscimo da rarefacção humana e da estabelecida escassez das actividades económicas locais.

Desempenho das políticas activas de emprego

Um dos papéis do IEFP, a partir dos seus centros de emprego, é ser mediador entre a oferta e a procura de emprego. O resultado do desenvolvimento das actividades de colocação/intermediação pode ser evidenciado através dos rácios expostos na tabela seguinte.

No que respeita aos desempregados do concelho de Grândola, o número de inscritos no centro de emprego é sempre muito superior ao número de ofertas de emprego ali registadas. O rácio entre estas duas dimensões varia de 6% em 2004, para 19% em 2007. Ou seja, para cada 100 pedidos de emprego, surgiram apenas 19 ofertas de emprego em 2007. Entretanto, se há mais pessoas à procura de emprego do que as ofertas disponíveis,

teoricamente estas deveriam ser preenchidas na totalidade. No entanto, o rácio entre as colocações e as ofertas nunca atinge os 100% e até decresce de 2004 para 2007. Tal justificar-se-á, basicamente, pelo desajuste entre o perfil da procura e o exigido na oferta.

Por outro lado, o aumento percentual de 210% entre a oferta disponibilizada em 2004 e 2007, poderá também ler-se como uma crescente confiança das empresas na função mediadora do centro de emprego e/ou como uma evolução positiva no mercado de trabalho.

Tabela 65 – Pedidos e ofertas de emprego e colocações, Grândola 2004-2007

Ano	No centro de emprego			Rácios (%)		
	Pedidos	Ofertas	Colocações	Of/Ped	Col/Of	Col/Ped
2004	676	40	34	6	85	5
2005	689	110	78	16	71	11
2006	746	133	77	18	58	10
2007	666	124	90	19	73	14

Fonte: IEFP, Estatísticas mensais

Entretanto, os centros de emprego não são a única estrutura de apoio ao emprego e a necessidade de dinamizar o mercado de trabalho e de fomentar uma maior autonomia dos desempregados na resolução dos seus problemas de emprego tem proporcionado que outras entidades incluam no seu perfil este tipo de actividade, actuando autonomamente ou em colaboração com o IEFP (por exemplo as UNIVA's – Unidades de Inserção na Vida Activa).

Relativamente a Grândola, além da existência de uma UNIVA, assinala-se também o trabalho desenvolvido pela ADL e pelo Sector de Desenvolvimento Económico e Apoio ao Empresário do Município. No âmbito da actividade desenvolvida pelas entidades identificadas, conta-se o apoio ao empreendedorismo e à criação do auto-emprego, enquanto resposta/alternativa no combate ao desemprego.

Pode ainda referir-se a existência de uma ferramenta disponibilizada on-line⁷¹, criada no âmbito de uma parceria da Rede Social e do projecto “Grândola em Rede para a Inserção”, que permite a divulgação de procura e oferta de emprego. A título retrospectivo, saliente-se o trabalho realizado nesta área pela parceria acima referida, que desenvolveu formação para a criação do auto-emprego, tendo resultado na criação de cinco iniciativas empresariais.

⁷¹ Disponível em <http://www.grandolaemrede.com.pt/>

Actualização do Diagnóstico Social

Educação/Formação/Emprego

Também o IEFP disponibiliza o NETEMPREGO⁷² – com um conjunto de recursos diversificados para candidatos e empregadores – apoio à procura autónoma de emprego, disponibilização de oportunidades de trabalho, CV's de candidatos a emprego e informação diversa sobre o mercado de trabalho e os diferentes apoios do IEFP.

As acções mistas de formação e emprego contam-se também entre as medidas com grande relevo, no âmbito das políticas activas de emprego do IEFP, nomeadamente os Estágios Profissionais para jovens com qualificação intermédia (níveis II e III) e superiores (níveis IV e V).

Também o PEPAL – Programa de Estágios Profissionais na Administração Local, surge como forma de contribuir para a inserção dos jovens na vida activa, complementando uma qualificação preexistente através de uma formação prática a decorrer no âmbito dos serviços públicos locais. No caso do Município de Grândola o primeiro ano de estágio decorreu em 2007 e contou com 9 estagiários.

Ao nível do Mercado Social de Emprego, a medida de grande relevância é a dos Programas Ocupacionais que, apesar de, por si só, não resolver o problema do desemprego, e pese embora alguns efeitos perversos, intervém em aspectos muito relevantes do problema, designadamente evitando o isolamento e combatendo a tendência para a desmotivação e marginalização dos desempregados, e promovendo a aquisição de hábitos e rotinas de trabalho, entre outros, pelo que permite aumentar as possibilidades de reinserção no mercado de emprego.

⁷² Disponível em <http://www.netemprego.gov.pt>

EDUCAÇÃO, FORMAÇÃO E EMPREGO – SÍNTESE

No campo da **Educação** destacam-se os seguintes pontos:

Quanto à rede de equipamentos educativos e às ofertas locais do sistema de ensino:

- O concelho dispõe desde 2005 da Carta Educativa, instrumento de planeamento municipal da rede de equipamentos educativos do concelho, nos diversos níveis de ensino;
- No território concelhio a rede de equipamentos educativos abrange desde a educação pré-escolar até ao ensino secundário, contabilizando-se actualmente, no total das freguesias: 10 jardins-de-infância, 9 escolas básicas do 1.º ciclo, 1 escola básica do 2º e 3º ciclos, 1 escola secundária e 1 escola profissional;
- No concelho de Grândola, a rede de transportes escolares está constituída por circuitos de carreira pública – para os locais com fluxos mais elevados – e percursos de aluguer, assegurando o transporte de crianças residentes nas áreas mais isoladas do concelho;
- A oferta da rede educativa pública é constituída por um Agrupamento Vertical de Escola⁷³ e duas escolas não agrupadas (ESAIC e EPDR)⁷⁴;
- Os complementos e actividades extracurriculares incluem: na Educação Pré-escolar, a Componente de Apoio à Família; no 1º ciclo funcionam Actividades de Enriquecimento Curricular e nos 2º e 3º Ciclos Actividades Extracurriculares;
- No âmbito das necessidades educativas especiais, a estrutura dos Serviços Especializados de Apoio Educativo conta com o Núcleo de Apoio Educativo e com a Unidade Especializada de Apoio à Multideficiência;
- A Cercigrândola é uma IPSS que tem como fim a Educação e Reabilitação dos cidadãos portadores de Deficiência e apoia cerca de uma centena de utentes distribuídos pelas valências PAIP, Formação Profissional e CAO;

⁷³ Que oferece: Educação Pré-escolar, 1º, 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico e ainda Educação e Formação de Adultos (EFA) e Curso de Educação e Formação de Jovens (CEF).

⁷⁴ Escola Secundária António Inácio da Cruz e Escola Profissional de Desenvolvimento Rural, que leccionam o ensino secundário e formação profissional.

Actualização do Diagnóstico Social

Educação/Formação/Emprego

- As ofertas educativas de carácter particular, cooperativo e IPSS, no concelho de Grândola, apenas têm expressão ao nível da educação pré-escolar e da valência de creche;

Relativamente à qualificação académica e nível de instrução da população⁷⁵:

- Existe um elevado número de indivíduos que não sabe ler nem escrever: em 2001 correspondia a 24% da população total, valor que diminuiu 15,5% relativamente a 1991;
- No concelho de Grândola 34,7% de população aparece sem *nenhum nível de ensino*, sendo que a Taxa de Analfabetismo em 2001 era de 20,7%, apresentando-se bastante mais elevada nas mulheres (25,2%) do que nos homens (16,2%);
- A população evidencia, globalmente, uma baixa qualificação: o 1.º Ciclo é o nível de ensino que abrange uma maior percentagem de população (30,2%); o nível do ensino superior regista percentagens de população inferiores às da sub-região e do país;
- Entre os anos lectivos 1996/97 e 2004/05, o número de alunos a procurar o sistema educativo registou, no global, uma variação percentual negativa (-13,9%);
- No mesmo período, apenas o pré-escolar e o secundário geral registaram evolução positiva de alunos (aumentos de 47,6% e 36%, respectivamente);
- A procura da educação pré-escolar cresceu no concelho de Grândola, nomeadamente nas freguesias do litoral, onde foram criadas novas salas ou novos equipamentos (Melides e Carvalhal). Mas é na vila de Grândola que se regista o maior crescendo da procura, permanecendo crianças em lista de espera para entrar no jardim-de-infância da sede do concelho, o que levou à criação de equipamentos na periferia de Grândola (Água Derramada a partir de 2003/2004 e Aldeia do Futuro, 2004/2005). Já em 2006 entrou em funcionamento um segundo equipamento na zona mais central da vila, aumentando a capacidade de resposta;
- As projecções da DREA, calculadas para a população escolar de Grândola para o período dos anos lectivos 2005/06 a 2010/2011, apresentam uma tendência de crescimento, ainda que não muito acentuado;

⁷⁵ Dados dos Censos 2001.

Actualização do Diagnóstico Social

Educação/Formação/Emprego

- As propostas de reordenamento da rede educativa apresentadas têm por base as conclusões do diagnóstico efectuado para a Carta Educativa e as linhas de orientação política educativa municipal;
- Essas propostas passam por atingir determinados objectivos, como a melhoria da oferta educativa; a rentabilização dos recursos; a diminuição do isolamento das populações e/ou a instalação de novos equipamentos educativos que possam dar respostas às necessidades sentidas pelas populações;

Quanto ao **Emprego** destaca-se:

- Entre 1991 e 2001 registou-se uma evolução positiva da taxa de actividade total, evidenciando-se, nomeadamente, o aumento do número de mulheres que passam a fazer parte da população activa;
- Nesse período, o processo de terciarização desempenha um importante papel em termos de absorção de mão-de-obra, factor que se acentua no segmento feminino participante no mercado de trabalho;
- Já os dados de 2005 (trabalhadores por conta de outrem) e 2006 (pessoas ao serviço), confirmam a primazia do sector terciário (com predominância de mão-de-obra feminina), seguido do secundário e, por último, do primário (predominando nestes os homens);
- O Comércio por Grosso e a Retalho, a Reparação de Veículos Automóveis e o ramo de Alojamento e Restauração, são as áreas de actividade com maior número de pessoas ao serviço no concelho de Grândola;
- Enquadrando-se no panorama global de população concelhia – com elevados níveis de iliteracia (e envelhecida) –, a estrutura do grupo específico de trabalhadores por conta de outrem aponta, em 2005, para valores de iliteracia superiores aos do país;
- O 1.º Ciclo do ensino básico é o nível de habilitações que conta com maior percentagem de indivíduos, no grupo de trabalhadores por conta de outrem (30,9%);
- Há uma predominância de efectivos com instrução ao nível do ensino básico e secundário, que se distribuem principalmente pelos sectores terciário e secundário, o mesmo acontecendo para os efectivos com bacharelato e licenciatura. Mas é também no sector terciário onde se encontra o maior número de pessoas com nível de instrução inferior ao 1º ciclo do ensino básico;

Actualização do Diagnóstico Social

Educação/Formação/Emprego

- A maior representatividade de pessoas ao serviço encontra-se nos grupos *Pessoal dos Serviços e Vendedores, Operários, Artífices e Trabalhadores Similares* e ainda *Trabalhadores Não Qualificados*, o que vem corroborar a preponderância do sector terciário e o fraco nível global de literacia dos efectivos ao serviço;
- Entre 2001 e 2006, regista-se não só uma perda na população empregada/pessoas ao serviço, como também uma variação na estrutura etária das pessoas ao serviço que origina uma sobrecarga para o grupo activos empregados – principalmente entre os 25 e os 39 anos –, enquanto grupo sobre o qual recai a responsabilidade contributiva;
- A população activa desempregada é maioritariamente composta por mulheres e encontra-se principalmente à procura de um novo emprego, sendo o *fim do trabalho não permanente* o principal motivo de inscrição nos centros de emprego;
- O desemprego atinge maior incidência no grupo entre os 20 e os 49 anos, com destaque para os desempregados de 20-24 e 25-29 anos de idade;
- Os homens procuram o 1º emprego numa faixa etária mais jovem (15-19 anos) do que as mulheres (20-24 anos), o que poderá estar relacionado com a tendência para os rapazes investirem menos frequentemente do que as raparigas no prosseguimento de estudos para além da escolaridade obrigatória;
- Entre 2001 e 2007, o número médio de mulheres inscritas nos centros de emprego é sempre mais elevado do que o número médio de homens na mesma situação e o grupo etário maioritariamente inscrito situa-se entre os 35 e os 54 anos;
- A estrutura habilitacional da população concelhia desempregada concentra-se essencialmente nos níveis de habilitações baixos;
- O número médio de desempregados diminuiu em todos os níveis de habilitações entre 2004 e 2007, com excepção do ensino superior em que se regista um aumento de 33,9% de desempregados;
- O aumento do número de pessoas com habilitações de nível superior inscritas nos centros de emprego, sendo um problema, pode também ser transformado num potencial, pois a existência de recursos humanos mais qualificados potencia a empregabilidade e promove o desenvolvimento;
- O concelho de Grândola necessita investir na valorização dos seus recursos humanos, precária e insuficientemente preparados para os desafios propostos para o território;

Actualização do Diagnóstico Social

Educação/Formação/Emprego

- O número de desempregados do concelho, inscritos no centro de emprego, é sempre muito superior ao número de ofertas de emprego ali registadas. No entanto, as vagas nunca são inteiramente ocupadas e o rácio entre as colocações e as ofertas nunca atinge os 100% (decrecendo até de 2004 para 2007), o que indicará um desajuste entre o perfil da procura e o exigido na oferta;
- São as seguintes as estruturas de apoio ao emprego no concelho de Grândola: IEFP; UNIVA; ADL e Sector de Desenvolvimento Económico e Apoio ao Empresário do Município;

No campo da **Formação** destacam-se os seguintes pontos:

- A Formação profissional assume uma importância crucial no seio da União Europeia reflectindo-se na definição dos eixos nos dois últimos quadros comunitários;
- A reforma do sistema de formação profissional assenta numa estratégia financiada sobretudo pelo QREN 2007-2013 através, essencialmente do POPH – Programa Operacional Temático Potencial Humano;
- Pretende-se, basicamente, a obtenção de dupla certificação, escolar e profissional, com o objectivo de aumentar o número de pessoas com a escolaridade obrigatória, através do financiamento de formação orientada para a procura – de acordo com as necessidades dos indivíduos e das empresas –, e que os cursos a financiar respeitem os perfis de competências constantes no CNQ – Catálogo Nacional das Qualificações;
- As instituições que intervêm na área da formação profissional podem agrupar-se por: Centros de Formação Profissional de Gestão Directa (directamente dependentes do IEFP); Centros de Formação Participada (promovidos por diversas entidades que funcionam sob um protocolo com o IEFP); Empresas, Sindicatos, Associações Empresariais, Associações de Desenvolvimento Local, Escolas, entre outras;
- Não existem na sub-região, e naturalmente no concelho, Centros de Formação de Gestão Participada. No entanto, é anualmente qualificado um número de profissionais especializados, de acordo com a capacidade instalada do Centro de Formação Profissional de Santiago do Cacém, nomeadamente na área da

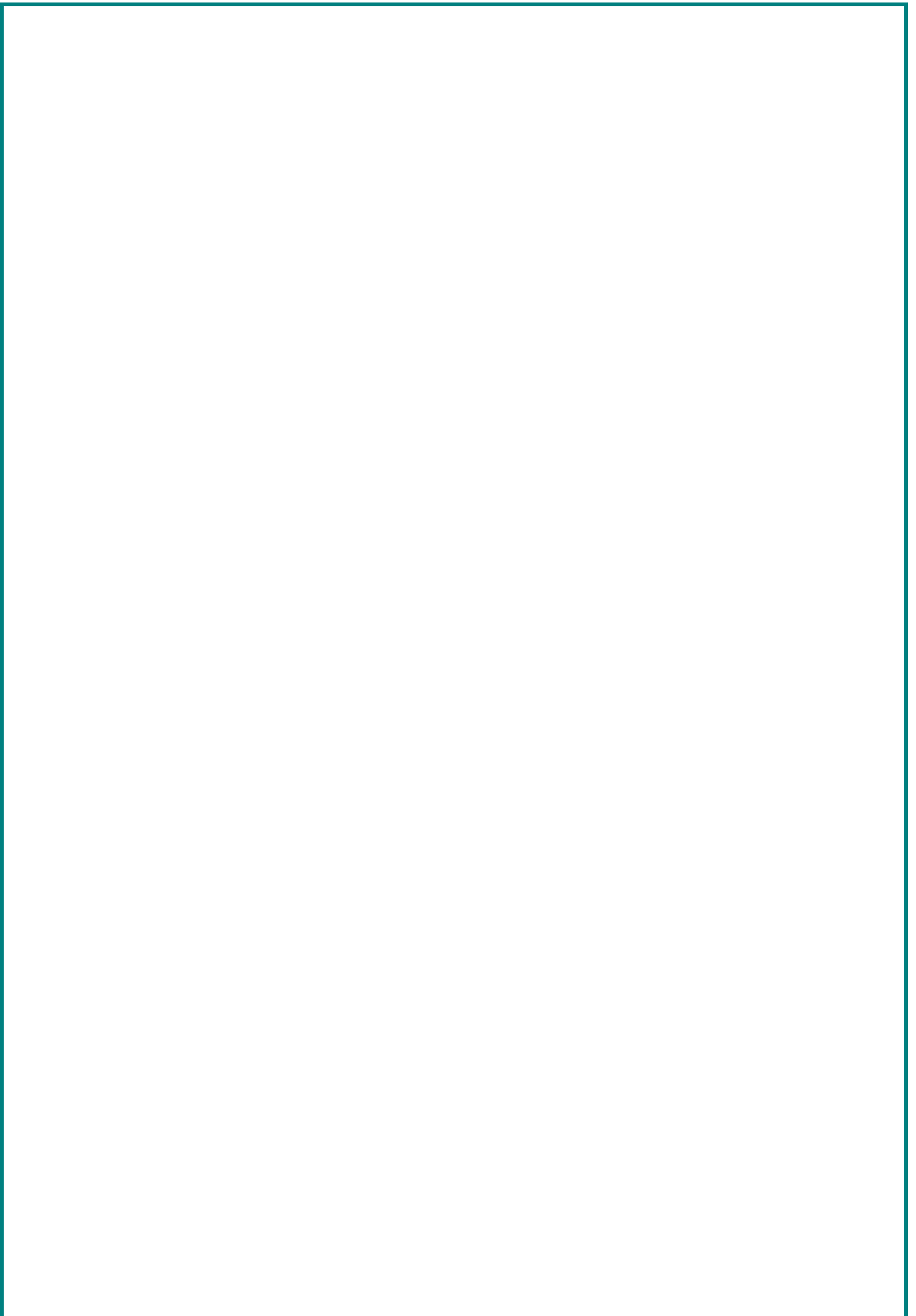
metalurgia e metalomecânica, electrónica e electricidade, com elevados índices de empregabilidade;

- No concelho de Grândola são reconhecidas as ofertas formativas promovidas pelo Centro de Formação Profissional de Santiago do Cacém; ADL – Associação de Desenvolvimento do Litoral Alentejano; AEAL – Associação de Empresários do Alentejo Litoral; Cercigrândola e Escolas;
- A aposta do concelho de Grândola no desenvolvimento turístico exige uma concertação entre as empresas, as entidades formadoras e as escolas locais, no sentido da identificação das necessidades ao nível dos recursos humanos, de modo a evitar o desajustamento entre a formação oferecida e a procurada pelas empresas, bem como o risco de sobreposição da intervenção das várias entidades promotoras de formação profissional;
- Com base nas premissas anteriores, a oferta formativa para 2008/2009 passa pelas candidaturas apresentadas pelas diversas entidades ao POPH, pela disseminação dos CNO e pela aposta das entidades em adequar a formação oferecida às características da procura.

Identificação dos Problemas	Projectos/Soluções
<ul style="list-style-type: none"> ◦ Prevalência de qualificações/níveis escolares baixos na população; ◦ Dificuldade em prever as necessidades de recrutamento das micro-empresas e PME a médio e longo prazo; ◦ Pouca adequação da oferta educativa/formativa ao Mercado de Trabalho; ◦ Dificuldade no acesso à formação contínua “à medida”; ◦ Necessidade de promoção/envolvimento de actores no MAI – Modelo de Articulação Informal entre Empresas e Instituições Locais; ◦ Excessiva concentração dos actores locais nos pontos fortes/pontos fracos/ameaças/oportunidades do concelho, esquecendo as suas ligações/sinergias com o resto do Alentejo Litoral: <ul style="list-style-type: none"> ◦ Sobreposição de áreas de educação/formação nas E.B. 2/3 e Secundárias do Alentejo Litoral; ◦ Inexistência de redes empresariais; ◦ Inexistência de serviços/respostas supra-municipais; ◦ Baixa integração territorial; ◦ Desigualdade de Género; 	<ul style="list-style-type: none"> ◦ Centros Novas Oportunidades; RVCC, Cursos EFA, Formação Modular Certificada; Formação Inicial; ◦ Aposta em acções de dupla certificação e formação contínua, nomeadamente de carácter geral – sócio-cultural, e em competências transversais a todas as profissões; ◦ Promoção de uma atitude de predisposição para a aprendizagem ao longo da vida, quer em contextos formais, quer informais, quer auto-aprendizagem; ◦ Actualização do levantamento de necessidades de formação junto da população e das empresas e concertação da oferta da educação e formação – nova edição do PIFGRA; ◦ Promoção de canais de comunicação ágeis e informais entre o sistema de ensino/formação e o tecido empresarial; ◦ Divulgação do Eixo 3 do POPH junto das empresas e consultoria/apoio técnico às mesmas para a realização de projectos formativos; ◦ Promoção de actividades de animação do MAI; ◦ Plataforma Territorial do Litoral Alentejano – articulação supra-municipal; <ul style="list-style-type: none"> ◦ Complementarização/especialização das ofertas de educação e formação inicial e “especialização” das escolas diversificando as apostas em termos de apetrechamento e reequipamento escolar (laboratórios, oficinas, centros recursos); ◦ Apoio à constituição de redes de empresas e projectos em parceria; ◦ Criação de serviços/respostas supra-municipais que contribuam para a promoção do Emprego/formação e educação; ◦ Animação territorial; ◦ Plano para a Igualdade e formação de públicos estratégicos;

Identificação dos Problemas	Projectos/Soluções
<ul style="list-style-type: none"> ◦ Baixo empreendedorismo; ◦ Dificuldade dos jovens em transitar para a vida activa; ◦ Baixa qualidade das Organizações Serviços; ◦ Dificuldades na concretização das parcerias / desconhecimento mútuo do trabalho de cada uma das entidades formadoras; ◦ Dificuldade em concretizar respostas adequadas a públicos específicos, nomeadamente pessoas portadoras de deficiência ou incapacidade; ◦ Insuficiente apoio técnico por parte dos Serviços Públicos de Emprego, face às exigências da problemática da reabilitação profissional; 	<ul style="list-style-type: none"> ◦ Projectos de apoio ao empreendedorismo: <ul style="list-style-type: none"> ◦ Divulgação de sistemas de incentivo; ◦ Projectos de educação/formação e consultoria para a criação do auto-emprego, de empresas e dinamização empresarial; ◦ ENE – Empreender na Escola; ◦ Mostra de Actividades Económicas; ◦ Divulgação e apoio técnico para benefício de apoios ao emprego, estágios e INOVCONTACTO – sessões de informação, esclarecimento, workshops; ◦ Formação-Acção para PME e Entidades da Economia Social; Qualificação dos Profissionais; apoio a acções de certificação; ◦ Criação de um grupo de trabalho que integre todas as estruturas que promovem formação, bem como os Serviços Públicos de Emprego, com o intuito de: <ul style="list-style-type: none"> ◦ Aprofundar o conhecimento das necessidades de formação da população atendidas por todas as entidades parceiras; ◦ Estudo prospectivo das necessidades de formação, adequado ao futuro conhecido em matéria de emprego; ◦ Promoção de formação que responda às reais necessidades dos formandos a que se dirigem e às necessidades do mercado de emprego da região; ◦ Sensibilização da sociedade civil, nomeadamente o tecido empresarial, através do exemplo dos serviços públicos – poder Local e entidades de Solidariedade Social – na contratação de pessoas portadoras de deficiência ou incapacidade; ◦ Afectação de mais tempo à área da reabilitação, por parte dos Serviços Públicos de Emprego;

SAÚDE



▪ Nota Introdutória

Os sistemas e os circuitos de informação existentes nos serviços de saúde da rede pública, parcialmente fruto das reformas e reestruturação aos diferentes níveis da prestação de cuidados, condicionaram a actualização do presente diagnóstico social, não fornecendo, de forma geral, indicadores que permitam conhecer a acessibilidade dos utentes aos serviços e a qualidade de prestação dos mesmos.

No que toca à reforma em curso nos Cuidados de Saúde Primários, este impacto também se faz sentir ao nível da estrutura dos serviços e nos recursos humanos envolvidos. Na comunidade, a principal consequência é o encerramento do Serviço de Internamento e do Serviço de Atendimento Permanente (SAP), este último transformado em Atendimento Complementar (AC), em 12/05/2008.

Dado o contexto, optou-se por efectuar uma caracterização sumária dos recursos de saúde existentes no concelho, rede pública, privada e ou convencionada, com destaque para as suas potencialidades e fragilidades.

Relativamente ao Centro de Saúde de Grândola é efectuada uma análise comparativa nos últimos três anos da eficiência das respostas dadas às necessidades da população, nomeadamente: **vigilância em Saúde Infantil, Saúde Materna e Saúde de Adultos**, identificando-se ainda os problemas mais relevantes, ao nível da **Saúde Pública e Ambiental**. Por último, identificam-se as principais *necessidades em matéria de saúde* bem como situações indiciadoras de “novas necessidades”, como sejam os casos que, com alguma frequência, preocupam os profissionais de saúde, nomeadamente, isolamento social e/ou familiar dos idosos e/ou dependentes, que se enquadram quer na esfera da negligência/abandono, quer dos maus tratos. Para estas apresentam-se algumas propostas de projectos para eventuais soluções, ou minimização das mesmas.

▪ Recursos de Saúde

Rede Pública

O Hospital do Litoral Alentejano (HLA) é, neste momento, o principal hospital de referência para a população do Concelho, quer a nível dos Serviços de Internamento e Urgência, como das Consultas de Especialidade. Os Hospitais de S. Bernardo (Centro Hospitalar de Setúbal) e Garcia de Orta (Almada), dão resposta a algumas especialidades inexistentes naquele hospital, como é o caso, entre outras, da Psiquiatria e Neurologia, respectivamente.

Na área da toxicodependência, os doentes são acompanhados quer pelo CAT de Setúbal quer pelo Litoral Alentejano (St. André).

Não existindo dados que permitam caracterizar objectivamente o impacto das mudanças (algumas ainda em curso), a experiência resultante do período já decorrido, permite referir que:

- A dificuldade de acesso ao HLA, nomeadamente pela escassez de transportes públicos, é um dos problemas mais sentidos pela população;
- A situação é igualmente grave no retorno dos doentes provenientes do Serviço de Urgência, dado que, pelas características deste serviço, os bombeiros nem sempre garantem o regresso ao domicílio;
- Como uma das potencialidades desta referenciação destaca-se uma significativa melhoria no sistema de marcação de consultas através do programa informático ALERT P1, pela **desburocratização** deste serviço e **redução de tempos de espera**;

Rede Privada e ou Convencionada

A inexistência, em Grândola, de um serviço com acordo com o Serviço Nacional de Saúde (SNS), ao nível da Fisioterapia, continua a ser a principal fragilidade na oferta de serviços na rede privada e ou convencionada, com elevados custos quer para os serviços, quer para os utentes.

Tabela 66 – Rede Privada e/ou Convencionada – 2008

	Centros de Análise Clínica ^{a)}	Centros de Fisioterapia	Clínicas Médicas	Clínicas Dentárias	Centros de Hemodiálise ^{a)}	Farmácias	Comunidade terapêutica ^{a)}
Grândola	4	4	6	8	1	3	1
Melides	1	0	1	0	0	0	0
Carvalhal	1	0	1	0	0	0	0
Azinheira de Barros	0	0	0	0	0	0	0
Santa Margarida da Serra	0	0	0	0	0	0	0
Total	6	4	8	8	1	3	1

^{a)} Rede Convencionada

Fonte: Serviços de Saúde Pública, Centro de Saúde de Grândola

▪ Acessibilidade ao Centro de Saúde

A **Acessibilidade** e a **Qualidade da Vigilância** são indicadores fundamentais na análise da eficiência das respostas às necessidades da comunidade, em matéria de saúde.

Garantir essa vigilância ao longo de todas as etapas do *ciclo de vida*, com especial relevância para os grupos *vulneráveis* e/ou de *risco*, é pois uma responsabilidade primordial do Centro de Saúde. Como se pode constatar nos quadros apresentados em seguida, há que proporcionar maior regularidade na oferta de cuidados em todas as etapas.

Tabela 67 – Vigilância em Saúde Materna 2005-2007

Indicador	2005	2006	2007
Taxa de Cobertura	95,0%	96,4%	94,9%
Precocidade	78,8%	85,9%	74,8%

Fonte: Serviço de Estatística do CSG

Como se pode verificar pela Tabela 67, apesar de mais de 90% das grávidas do concelho fazerem a vigilância da sua gravidez no Centro de Saúde, parece imprescindível melhorar o indicador Precocidade. Em média, cerca de 20% das mulheres tem a sua primeira consulta de gravidez só após o primeiro trimestre de gestação, o que pode ser preocupante, na medida em que diminuem significativamente as probabilidades de **detecção precoce de problemas**.

A **insuficiência/inadequação de competências parentais** é uma fragilidade que as diferentes instituições do concelho destacam como forte condicionante da qualidade do cumprimento dos diferentes papéis que as crianças e jovens são chamadas a desempenhar ao longo do desenvolvimento (sucesso escolar, escolhas e comportamentos). Como tal, aponta-se como ponto forte na área da saúde materna, o início em 2008 de um projecto de preparação para o nascimento que, entre outros objectivos, visa contribuir para minimizar o problema, bem como a manutenção do programa de intervenção precoce.

Tabela 68 – Vigilância em Saúde Infantil 2005 – 2007

Indicador /Grupo Etário		2005	2006	2007
< 11 Meses	Taxa de Cobertura	73,4%	74,5%	71,8%
	Média Cons./Utente	3,2	3,3	2,4
	Precocidade	40,0%	43,0%	52,0%
12 – 23 Meses	Taxa de Cobertura	36,6%	43,5%	45,5%
	Média Cons./Utente	4,4	3,3	3
2 – 13 Anos	Taxa de Cobertura	47,8%	46,5%	46,0%
	Média Cons./Utente	2	1,9	1,8
	Exames Globais 5-6 Anos	30,0%	21,0%	45,0%
	Exames Globais 11-13 Anos	9,0%	5,0%	41,0%
14 – 18 Anos	Taxa de Cobertura	35,7%	37,2%	32,8%
	Média Cons./Utente	1,9	1,9	1,9

Fonte: Serviço de Estatística do CSG

Salienta-se da Tabela 68 que, após o nascimento, a taxa de vigilância dos recém-nascidos desce para cerca de 70%, relativamente à vigilância das grávidas. Destes, só 40% têm a primeira consulta médica antes dos 28 dias, quando essa percentagem deveria ser superior a 90%. Também a média de consultas por criança até aos 11 meses (3 consultas) necessita ser melhorada, pois o recomendado varia entre as 4 e as 6 consultas no primeiro ano de vida.

Já no segundo ano de vida, verifica-se uma média de consultas adequada ao recomendado, salientando-se que menos de 50% das crianças fazem vigilância médica. Estas baixas taxas mantêm-se, de resto, nos grupos etários 2-13 e 14-18 anos.

Quanto aos exames globais, é no grupo dos 11-13 anos que se verifica o maior incremento positivo, se forem tomados como referência os 30% recomendados. No grupo de 5-6 anos, deve fazer-se um esforço por forma a atingir os 50% preconizados.

Como maiores lacunas, considerando que as respostas em saúde devem ser integradas e em equipa pluridisciplinar, é de assinalar a necessidade de recursos no âmbito **da terapia da fala, da psicologia e da pedopsiquiatria.**

Como ponto forte a nível da saúde infanto-juvenil e em todos os grupos etários, importa destacar pelos ganhos em saúde nos anos em análise, os resultados obtidos na operacionalização do Plano Nacional de Vacinação, cujas taxas garantem a **cobertura de grupo.**

Tabela 69 – Vigilância em Saúde Adultos 2005-2007

Indicador /Grupo Etário		2005	2006	2007
19-44 Anos	Taxa de Cobertura	40,3%	38,9%	37,6%
	Média de Consultas/Utente	2,4	2,4	2,4
45-64 Anos	Taxa de Cobertura	62,3%	57,7%	60,0%
	Média de Consultas/Utente	4,2	4,4	4,1
> 65 Anos	Taxa de Cobertura	85,8%	80,6%	80,8%
	Média de Consultas/Utente	5,3	5,6	5,3
>/= 19 Anos	Taxa de Cobertura	75,5%	71,9%	69,6%
	Média de Consultas/Utente	3,8	3,9	3,7

Fonte: Serviço de Estatística do CSG

Destaca-se na análise do quadro anterior que, tal como seria de esperar, o aumento nas taxas de cobertura, bem como no número médio de consultas por utilizador, acontece à medida que aumenta a idade dos utilizadores que, como é sabido, são os grupos de maior morbilidade e dependência. Refira-se que a média de consultas/utente, é até superior ao recomendado (excepto no grupo etário 19-44 anos). Parece pois, que o problema de acessibilidade recorrentemente referido pelos utentes se coloca com maior pertinência na forma de marcação

das consultas, sendo sim de considerar, a **dificuldade em conseguir uma consulta médica no domicílio**.

Em termos da Saúde de Adultos, principalmente nos grupos de maior morbidade/dependência, é assinalável a **insuficiência de respostas locais**, no que respeita às áreas de **fisioterapia** e **psiquiatria de agudos**. A ausência de equipamentos pensa-se ser comprometedora da eficiência e da qualidade dos resultados/ganhos em saúde.

Como pontos fortes da intervenção em Saúde de Adultos, cita-se o desenvolvimento de uma consulta de enfermagem de diabetes e as sessões de educação para a saúde em grupo, bem como a visita domiciliária de enfermagem em que mais de 95% das solicitações, são respondidas em menos de 24 horas.

Serviço de Atendimento Complementar (AC)

Com a reestruturação da “Rede Nacional de Urgências”, o SAP de Grândola (a funcionar 24 horas/dia), foi transformado em AC em 12/05/2008, através da Deliberação n.º 21 do Conselho Directivo da Administração Regional de Lisboa e Vale do Tejo, de 08/05/2008.

Estas alterações tiveram como consequência directa, para além de uma mudança no tipo de prestação de cuidados, o encerramento no período da noite e o encaminhamento dos utentes para o serviço de urgência do HLA.

A redução de horas dos profissionais de saúde afectas ao Serviço de Atendimento Complementar, concretamente no pessoal médico, permitiu aumentar o número mensal de horas afectas à consulta nas extensões de Azinheira de Barros e Carvalhal e poderá permitir, a curto prazo, redireccionar a oferta de cuidados para os utentes inscritos sem médico de família na Extensão de Grândola.

▪ **Mortalidade**

As **principais causas de morte** no concelho são, por ordem decrescente da sua magnitude:

- as doenças cerebrovasculares
- os tumores malignos
- a doença isquémica do coração
- os acidentes de veículos motorizados
- os suicídios.

O panorama não foge por isso da realidade nacional, com excepção do fenómeno dos *suicídios*, que enferma praticamente todo o Alentejo, e que no concelho de Grândola atinge principalmente idosos com mais de 55 anos de idade, viúvos/divorciados, reformados/desempregados, de baixa escolaridade e em situação de isolamento.

▪ Saúde Pública e Ambiental

“A saúde está na qualidade da relação do indivíduo com o seu meio”

São preocupantes em termos de saúde pública alguns *factores de risco* que estão relacionados com queixas da população e podem eventualmente ocasionar a (re)emergência de algumas **doenças infecciosas**.

Vectores

Actualmente têm ocorrido pragas de mosquitos na zona da Comporta-Carvalhal, em particular durante o período de Verão, que originam queixas por parte dos residentes naquela zona.

Com as alterações climáticas de que tanto se ouve falar, questiona-se seriamente o risco eventual de doenças como a Malária, Doença do Nilo, Dengue e outras em vários países da Europa e em Portugal, nomeadamente onde existam características especiais que permitam a proliferação de mosquitos.

A *“Luta contra Vectores”*, outrora da responsabilidade do Ministério da Saúde, passou a ser da responsabilidade da autarquia local a partir de 1997, tendo-se até então utilizado um método químico (*Bazudine*) e outro biológico (*Gambusia affinis* e *Bacillus thuringiensis israeliensis*) no controle dos mosquitos.

Cães vadios

Como testemunham também as várias queixas de moradores, a existência de inúmeros cães vadios e domésticos que deambulam pela vila de Grândola e arredores continua a ser um grave risco:

- Para a integridade física das pessoas (mordeduras, por vezes mortais), em particular dos idosos e crianças.
- Para a saúde pública (dejectos nas ruas e passeios susceptíveis de transmissão de zoonoses como a Raiva e Hidatidose)
- Para a segurança de pessoas e bens (danos em automóveis por atropelamento).

Tais factos constituem uma flagrante violação da Portaria nº 1427/2001 de 15 de Dezembro e do Decreto-Lei nº 317/85 de 2 de Agosto e deveriam ser uma prioridade no planeamento de actividades da autarquia local.

Tabela 70 – Doenças de Notificação Obrigatória

Denominação	2003	2004	2005	2006	2007
Tuberculose Respiratória	12	10	8	16	7
Outras Salmoneloses	1	3	1	3	2
Hepatite A	1	0	0	0	
Febre Escaro-nodular	1	0	1	6	1
Hepatite B	0	0	1	0	
Parotidite	1	0	1	0	2
Hepatite C	1	2	1	0	
Tuberculose Miliar	1	1	0	0	
Meningite meningocócica	2	0	0	0	
Tuberculose S. Nervoso	0	2	1	0	
Infecção Meningocócica	0	0	1	0	
Febre Tifóide/Paratifóide	0	0	1	0	
Hepatite n/ especificada	0	0	1	0	
Brucelose	0	0	1	0	
Rubéola	3	0	0	0	
Sarampo	1	0	0	0	
TOTAL de doenças notificadas	24	18	18	25	12

Fonte: Serviço de Estatística do CSG

A Tuberculose Pulmonar continua a ser uma das principais preocupações em termos de saúde pública.

As medidas correctoras neste domínio são as que constam do “Programa de Luta Contra a Tuberculose”, nomeadamente o rastreio activo de conviventes:

- Identificação dos conviventes próximos
- Rastreio dos mesmos com prova tuberculínica e Rx Tórax
- Envio para consulta específica em caso de infecção ou doença

▪ **Acidentes de Viação**

Tabela 71 – Mortes e Feridos Graves por Acidentes de Viação no Concelho de Grândola – 2007

	Mortes	Feridos Graves
A2	7	4
IC1	2	8
IC33-Silveiras	2	3
EN261 Melides	3	2
EN 261-1 Ferrarias	1	0
EN120 Grândola	0	1
R. Dr. J. Pereira Barradas	0	1
Av. António Inácio Cruz	0	1
TOTAL	15	20

Fonte: Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária,
Distrito de Setúbal, Sinistralidade – Ano 2007

Em 2007, cerca de metade das mortes por acidente de viação no concelho de Grândola ocorreram na A2 e o maior número de feridos graves na IC1

Das 172 vítimas de acidentes de viação que ocorreram em 2007 (15 mortes, 20 feridos graves e 137 feridos ligeiros) mais de metade (99) foram assistidos no Hospital do Litoral Alentejano.

Tabela 72 – Totais de Acidentes de Viação no Concelho de Grândola (excepto A2)

2005	2006	2007
48	41	39

Fonte: GNR de Grândola

Tabela 73 – Locais com maior ocorrência de Acidentes de Viação no Concelho de Grândola, 2005-2007

Local	2005	2006	2007
EN261 Melides	4	3	5
EM Agua Derramada	2	5	3
EN 253-1 Tróia	2	4	2
Rua Nuno A. Pereira	4	3	1
EM A. Pico	4	2	1
Total	16	17	12

Fonte: GNG de Grândola

SAÚDE – SÍNTESE

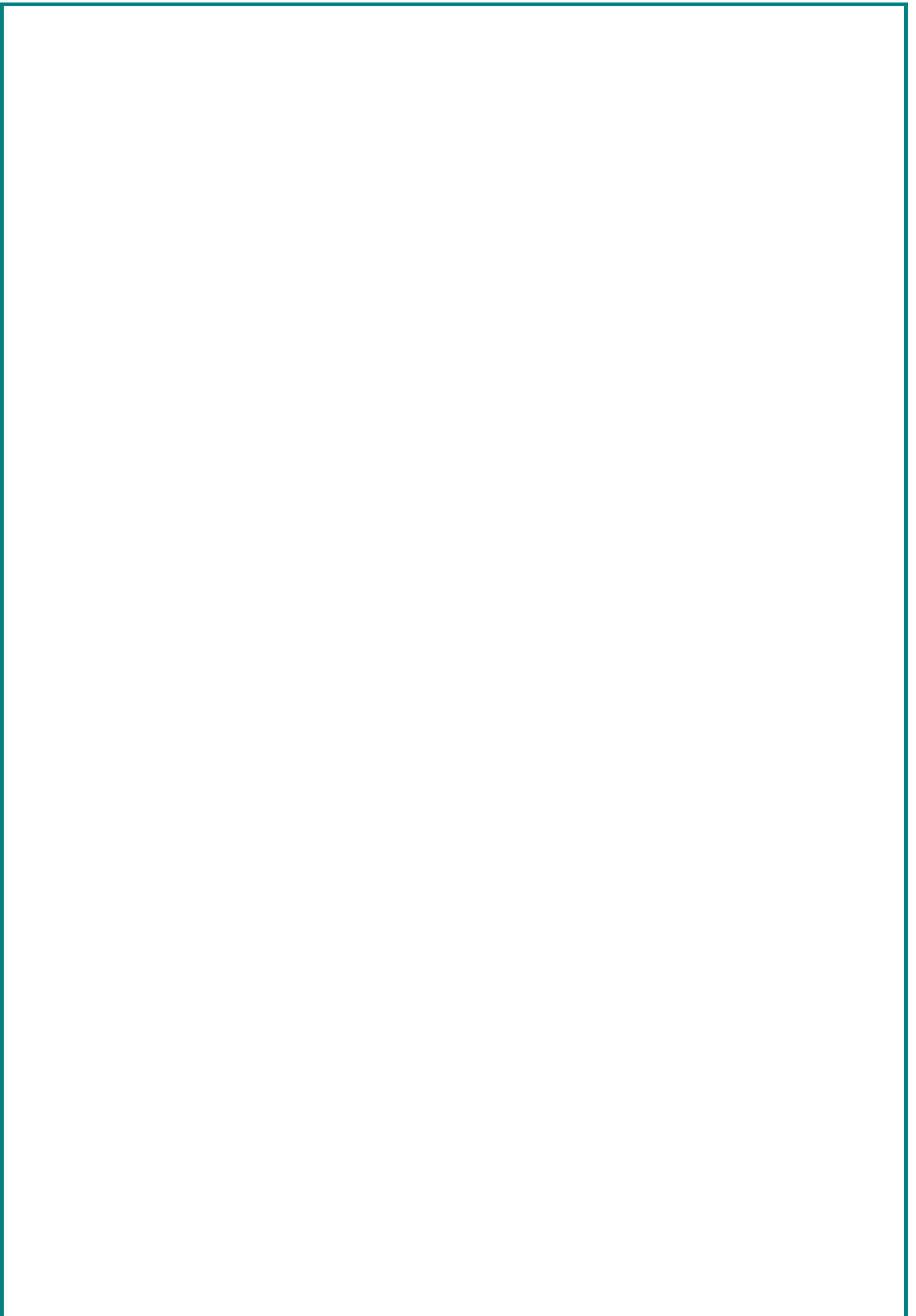
Como síntese do grupo temático **Saúde** destacam-se os seguintes pontos:

- A recolha de dados encontra-se neste momento condicionada, devido à reestruturação em curso dos serviços de saúde da rede pública;
- O encerramento do Serviço de Internamento e do Serviço de Atendimento Permanente (SAP) é a consequência mais imediata para a comunidade, advinda da reforma em curso nos Cuidados de Saúde Primários;
- Em termos de recursos de saúde, o acompanhamento/encaminhamento da população concelhia, é feito com base nos seguintes equipamentos da rede pública: Centro de Saúde de Grândola; Hospital do Litoral Alentejano (Serviços de Internamento e Urgência, e Consultas de Especialidade); Hospitais de S. Bernardo e Garcia de Orta (especialidades de Psiquiatria e Neurologia); CAT de Setúbal e CAT do Litoral Alentejano (toxicodependências);
- A dificuldade de acesso ao HLA, nomeadamente pela escassez de transportes públicos, é um dos problemas mais sentidos pela população;
- Não existe em Grândola um serviço com acordo com o Serviço Nacional de Saúde (SNS), ao nível da Fisioterapia;
- Apesar de 90% das grávidas do concelho fazerem a vigilância da sua gravidez no Centro de Saúde, existe uma parte (cerca de 20%) que tem a sua primeira consulta de gravidez só após o primeiro trimestre de gestação, diminuindo significativamente as probabilidades de detecção precoce de problemas;
- O projecto de ‘preparação para o nascimento’, na área da saúde materna, visa contribuir para a minimização do problema da insuficiência/inadequação de competências parentais e, simultaneamente, para a manutenção do ‘programa de intervenção precoce’;
- Relativamente à vigilância em saúde infantil, para além da necessidade de melhorar as taxas de vigilância e a média de consultas nos diversos grupos de idade, assinala-se a necessidade de recursos no âmbito da terapia da fala, da psicologia e da pedopsiquiatria;
- A operacionalização do Plano Nacional de Vacinação apresenta resultados positivos, com taxas que garantem a cobertura do grupo infante-juvenil;

- O problema de acessibilidade coloca-se com maior pertinência na forma de marcação das consultas e na dificuldade em conseguir uma consulta médica no domicílio;
- Em termos de Saúde de Adultos, a ausência de equipamentos locais nas áreas de fisioterapia e psiquiatria de agudos será comprometedora da eficiência e da qualidade dos resultados/ganhos em saúde;
- Existe uma consulta de enfermagem de diabetes e sessões de educação para a saúde em grupo;
- Em mais de 95% das solicitações, a visita domiciliária de enfermagem é respondida em menos de 24 horas;
- O SAP de Grândola (que funcionava 24 horas/dia) foi transformado em Atendimento Complementar (AC) em 12/05/2008, com o conseqüente encerramento no período da noite e a mudança no tipo de prestação de cuidados aos utentes, agora encaminhados para o serviço de urgência do HLA;
- As principais causas de morte no concelho são: as doenças cerebrovasculares, os tumores malignos, a doença isquémica do coração, os acidentes de veículos motorizados e os suicídios;
- Em termos de saúde pública identificam-se alguns factores de risco (vectores e cães vadios), eventualmente causadores de algumas doenças infecciosas;
- A Tuberculose Pulmonar é uma das doenças de notificação obrigatória e continua a ser uma das principais preocupações em termos de saúde pública;

Identificação dos Problemas	Projectos/Soluções
<p>Isolamento social e/ou familiar dos idosos e/ou dependentes:</p> <ul style="list-style-type: none"> ◦ Negligência / abandono; ◦ Maus-tratos <p>Doença mental crónica:</p> <ul style="list-style-type: none"> ◦ Ausência de respostas para a população com doença mental crónica, clinicamente estabilizada; ◦ Insuficiência de respostas integradas, para a prevenção de episódios de agudização na doença mental crónica e para a intervenção da 1ª linha na fase de agudização; <p>Competências parentais inadequadas e/ou insuficientes ao desenvolvimento infantil (da idade de gestação até aos 6 anos);</p> <p>Risco para a saúde individual e colectiva, pela existência de cães vadios;</p> <p>Risco de propagação de doenças infecto-contagiosas, pelo vector “mosquitos”, em zonas identificadas (Carvalhal e arredores);</p> <p>Inexistência, no concelho, de um centro de fisioterapia com acordo com SNS;</p>	<ul style="list-style-type: none"> ◦ Alargamento do Projecto de Voluntariado em Saúde na vertente domiciliária; ◦ Criação de uma comissão pluridisciplinar para o acompanhamento de situações de risco, tendo em vista uma intervenção ética ou legal; ◦ Criação de Equipamento de Apoio Social; ◦ Criação de um grupo de trabalho pluridisciplinar; ◦ Projecto de educação e preparação para o nascimento; ◦ Criação de um grupo de intervenção junto das famílias, com crianças em idade pré-escolar; ◦ Aplicação da legislação em vigor; ◦ Aplicação das medidas previstas na “Luta contra vectores”; ◦ Abertura de um serviço na rede oficial; ◦ Preenchimento da vaga de fisioterapeuta na CS de Grândola;

INFÂNCIA E JUVENTUDE



INFÂNCIA E JUVENTUDE

▪ Respostas Sociais – Realidade Actual

Ao nível da primeira infância e no que reporta às respostas criadas no intervalo de 2002-2007, importa registar a criação em 2003 da Creche os Ursitos, na Freguesia do Carvalhal enquadrada enquanto resposta do Centro Social do Carvalhal, o aumento da capacidade de resposta em 2003 da Creche e Jardim de Infância de Grândola, bem como a manutenção do Centro Infantil na localidade do Lousal e do Serviço de Amas promovido pela Segurança Social. A Cercigrândola proporciona também uma resposta a esta faixa etária através do Projecto Articulado de Intervenção Precoce – PAIP.

Assim, em 2008, e ao nível da 1.ª Infância o Concelho de Grândola proporciona as seguintes respostas:

Tabela 74 – Equipamentos – Primeira Infância

Instituição	Creche		
	Cap.	Utentes	Tx ⁷⁶ Utilização
Centro Infantil do Lousal	12	6	50,0%
Centro Social do Carvalhal – Creche ‘Os Ursitos’	30	20	66,7%
Creche e Jardim-de-infância de Grândola	63	63	100,0%
Total	105	89	84,7%
Cercigrândola (Intervenção Precoce)	40 ⁷⁷	24 ⁷⁸	⁷⁹ -

Fonte: Carta Social – Instituições (tratamento próprio) e Carta Social; Relatório de Avaliação Anual do PAIP 2006/1º trimestre de 2007

Tabela 75 – Equipamentos – Primeira Infância (continuação)

Localidade	Nº Amas	Nº Crianças
Grândola	6	24
Melides	2	8
Carvalhal	1	4
Total	9	36

Fonte: Segurança Social

⁷⁶ Taxa de Utilização = (Utentes Ano/Capacidade Ano) x100

⁷⁷ Acordo para a Intervenção Precoce (inclui grávidas; crianças dos 0 ao 6 anos e também algumas crianças com mais de 6 anos)

⁷⁸ Crianças dos 0 -3 anos em 2006/2007 (Relatório Anual de Avaliação PAIP 2006/2007 1º trimestre)

⁷⁹ Não é possível este cálculo uma vez que a capacidade do PAIP não está escalonada por grupos etários

▪ Taxas de Cobertura – 1ª e 2ª Infância

Segundo os dados fornecidos pelo C.D.S.S de Setúbal, actualizados a 31 de Dezembro de cada ano, a informação referente a Creche e Ama (resposta para crianças dos 0-3 anos) apenas está disponível para os anos de 2004 e 2006, com uma taxa potencial de cobertura de 40,5%, algo superior á taxa de cobertura efectiva, e com taxas de utilização abaixo dos 90%. Esta constatação carece de esclarecimento, podendo contudo explicar-se, eventualmente, pela não coincidência dos Acordos de Cooperação com a capacidade dos estabelecimentos, e pelo facto de a utilização, em particular da creche, ficar aquém da capacidade nas freguesias de Azinheira de Barros e Carvalhal. Excepção para a freguesia de Grândola, onde a taxa de utilização é actualmente de 100%, freguesia onde se regista forte carência desta resposta.

Em todo o caso e tendo em conta estes valores, o concelho tem uma taxa potencial de cobertura para Creche e Ama (40,5%), que se situa acima da média nacional (22,3%), de acordo com o Relatório 2006 da Carta Social.

Contudo, e se tivermos em conta a taxa de referência para Creche, de 33% (apenas esta foi disponibilizada pela Segurança Social), verificamos que em 2006 Grândola ficava um pouco aquém com 29,3%, conforme informação fornecida pela mesma fonte (1ª e 2ª Infância, ainda que para a 1ª Infância trate apenas a resposta Creche).

Importa também ter em conta que existe lista de espera para a resposta creche na Creche e Jardim-de-infância de Grândola, 36 crianças (dados de Dezembro de 2007), o que não se verifica nas restantes Instituições com esta resposta.

Tabela 76 – Taxas de Cobertura – 1ª Infância, Creche e Amas

Concelho Grândola	Creche + Amas		
	Taxa Efectiva	Taxa Potencial	Taxa
	Cobertura (%)	Cobertura (%)	Utilização (%)
2002	-	-	-
2003	-	-	-
2004	35,2 %	40,5 %	86,9 %
2005	-	-	-
2006	34,4 %	40,5 %	84,8 %

Fonte: C.D.S.S.S de Setúbal

Tabela 77 – Taxas de Cobertura -1ª e 2ª Infância (Creche e ATL)

Concelho Grândola	Creche			ATL		
	Tx ⁸⁰ Efectiva	Tx ⁸¹ Potencial	Tx	Tx Efectiva	Tx Potencial	Tx
	Cobertura	Cobertura	Utilização	Cobertura	Cobertura	Utilização
	%	%	%	%	%	%
2002	15,4	15,9	96,5	7,5	15,3	49,2
2003	25,4	29,3	86,7	5,8	12,9	44,6
2004	24,0	29,3	81,9	6,2	12,9	48,0
2005	-	29,3	-	-	12,9	-
2006	23,2	29,3	79,1	6,3	12,9	49,0

Fonte: C.D.S.S.S de Setúbal

No que reporta aos Centros de Actividades de Tempos Livres – CATL’s –, cuja função é a ocupação dos jovens em períodos extra-escolares, regista-se que no concelho funcionam dois CATL’s, promovidos pela Casa do Povo de Melides e pela Casa do Povo de Azinheira dos Barros. Contudo, tem-se verificado uma drástica diminuição de crianças a frequentar estes espaços. A taxa de cobertura efectiva tem-se situado em cerca de metade do valor da taxa potencial de cobertura, e a taxa de utilização que não atinge os 50%.

Ao nível dos privados existem três respostas na freguesia de Grândola: “Só Explica”, “A Bolota” e o “Espaço da Criança”, estas duas últimas criadas mais recentemente.

Respostas à 1.ª Infância

□ **Freguesia de Grândola**

Creche e Jardim-de-infância de Grândola – por intermédio da resposta de creche tem Acordo de Cooperação com a Segurança Social para 63 crianças. Possui dois berçários, duas salas para crianças com idades compreendidas entre os 1 e os 2 anos, e uma sala para crianças com idades entre os 2 e os 3 anos. Funciona onze meses por ano.

Ama da Segurança Social – a freguesia de Grândola beneficia de seis amas da Segurança Social. Cada ama dá apoio a 4 crianças, num total de 24. Funcionam onze meses por ano.

PAIP – Projecto Articulado de Intervenção Precoce de Grândola – embora sediado em Grândola, apoia crianças com idade inferior a 6 anos com deficiência ou em situação de risco e respectivas famílias, de todo o concelho. O Acordo de Cooperação Atípico com a Segurança Social é de 40 utentes, embora tenha surgido a necessidade de alargar o

⁸⁰ Taxa efectiva de cobertura: (número de utentes ano/população alvo ano) x 100

⁸¹ Taxa potencial de cobertura: (capacidade ano/ população alvo ano) x 100

acompanhamento para 50 utentes. No que respeita à 1ª Infância, em 2006 e 1º trimestre de 2007, foram acompanhadas 24 crianças.

□ Freguesia de Melides

Nesta freguesia a única entidade que proporciona resposta ao nível da 1.ª Infância é a Segurança Social, por intermédio de duas Amas, assegurando resposta a oito crianças, durante onze meses no ano.

□ Freguesia de Carvalhal

Centro Social do Carvalhal – por intermédio da resposta de Creche “Os Ursitos” esta IPSS presta apoio a 20 crianças, tem Acordo de Cooperação para 20, embora tenha capacidade para 30. Esta Creche é constituída por três salas, um berçário, uma sala para crianças entre os 12 e os 24 meses e outra para crianças entre os 24 e os 36 meses. Funciona doze meses por ano.

Ama da Segurança Social – nesta freguesia, existe ainda uma Ama da Segurança Social que apoia quatro crianças entre os 0 e os 36 meses. Funciona onze meses por ano.

□ Freguesia de Azinheira de Barros

Centro Infantil do Lousal – proporciona uma resposta a 6 crianças, tem Acordo de Cooperação para 6, embora tenha capacidade para 12.

Assim, e no âmbito geral, o Concelho de Grândola proporciona ao nível da primeira infância uma resposta para 149 crianças, com um potencial próximo das 165 crianças. Este diferencial fica a dever-se, muito provavelmente, ao facto de quer do Centro Infantil do Lousal quer do Centro Social do Carvalhal não terem a sua capacidade esgotada. Muito embora a resposta seja maior na freguesia sede do concelho e nula na Freguesia de Santa Margarida da Serra, é também na freguesia sede do concelho que se verifica maior procura e carência de respostas para a primeira infância (ver capítulo da Educação).

Respostas à 2.ª Infância

Ao nível da 2.ª infância, verificou-se um aumento da capacidade de resposta do Pré-Escolar, bem como um aumento da resposta ao nível do Programa de Apoio à Família que actualmente abrange 98% das Crianças em Jardim-de-infância. Este programa proporciona uma resposta

de almoços em 100%, sendo o pagamento por parte das famílias calculado em consonância com os respectivos rendimentos.

Ao nível da oferta das IPSS's, a Creche e Jardim-de-infância de Grândola apoia 75 crianças em Jardim-de-infância e tem a sua capacidade esgotada. O Centro Infantil do Lousal presta apoio a 10 crianças em Jardim-de-infância, tem capacidade para 17 e Acordo de Cooperação para 12 crianças.

Tabela 78 – Equipamentos 2ª Infância (IPSS's)

Instituição / Equipamento	ATL (CATL)			Jardim-de-infância			Intervenção Precoce		
	Cap.	Utentes	Taxa Utiliz.	Cap.	Utentes	Taxa Utiliz.	Cap.	Utentes	Taxa Utiliz.
Centro Infantil do Lousal	-	-	-	17	10 ⁸²	58,8%	-	-	-
Casa do Povo Azinheira Barros – Centro Comunitário do Lousal	60	38	63,3%	-	-	-	-	-	-
Casa do Povo de Melides	50	22	44,0%	-	-	-	-	-	-
Creche e Jardim-de-infância de Grândola	-	-	-	75	75	100,0%	-	-	-
Cercigrândola	-	-	-	-	-	-	40	26	(83)
Total	110	60	54,5%	92	85	92,4%			

Fonte: Carta Social e Instituições – 2008

Tabela 79 – Pré-Escolar (rede pública), ano lectivo 2004/05

Localidade	Pré – escolar Jardim-de-infância
	Alunos
Grândola	180
Carvalhal	48
Azinheira Barros	7
Melides	45
Total	280

Fonte: Carta Educativa do concelho de Grândola 2005

Ano lectivo de 2006/07 foram criadas no âmbito do 1.º ciclo as actividades de prolongamento escolar⁸⁴ e com elas terminaram os horários desdobráveis o que fez com que a actividade escolar do 1.º ciclo esteja compreendida entre as 09h00 e as 17h30. Importa referir que as actividades de prolongamento escolar têm início às 15h30 e são facultativas.

⁸² Dados da Carta Social e Instituição -2008

⁸³ Não é possível este cálculo uma vez que a capacidade do PAIP não está escalonada por grupos etários

⁸⁴ Actualmente designadas por actividades de Enriquecimento Curricular – AEC.

Assim, as áreas abrangidas por este prolongamento no Concelho de Grândola são: Desporto, Tecnologias de Informação e da Comunicação, Música, Dança, Leitura; Estudo Acompanhado, ATL e Inglês.

No ano lectivo 2006/2007, estas actividades estão já implementadas em todas as escolas do Concelho, com uma adesão de 85% dos alunos do 1.º ciclo. Assim, constata-se que nas escolas de Melides, Carvalhal e escolas rurais a adesão é de 100% enquanto na Escola de 1.º ciclo de Grândola a adesão é de 70% com a particularidade de que dos 30% de alunos que por opção dos Encarregados de Educação não participam nestas actividades 95% pertencem ao 1.º e 2.º ano de escolaridade.

Tabela 80 – 1º Ciclo – nº de alunos, ano lectivo 2004/05

Localidade	1º Ciclo
	Alunos
Grândola	413
Carvalhal	56
Azinheira Barros	11
Melides	46
Sta. Margarida da Serra	4
Total	533

Fonte: Carta Educativa do Concelho de Grândola 2005

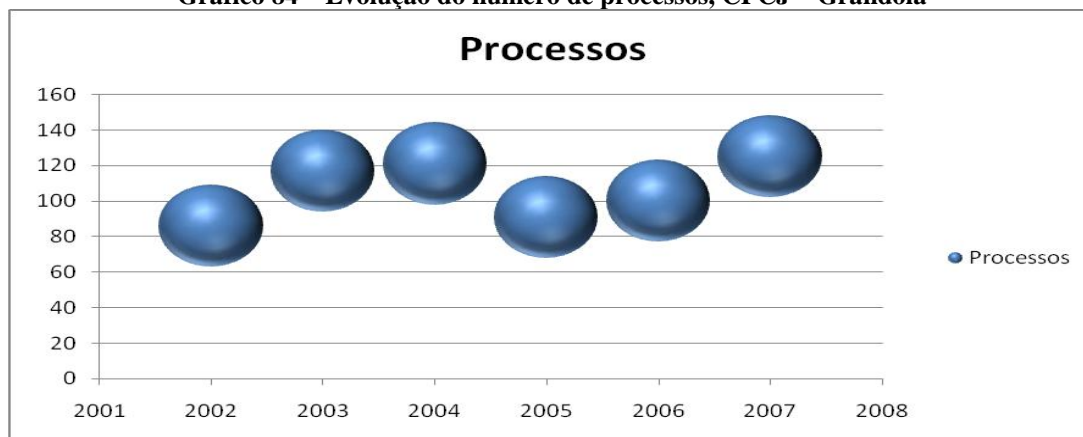
Ao nível da adolescência e face à concentração dos jovens em período lectivo na sede de concelho, verifica-se a existência de dois espaços de ocupação extra-escolar dos jovens: o Estúdio Jovem e o Espaço Internet, ambos do Município. Melides e Carvalhal dispõem também de Espaços Internet, ainda que de capacidade limitada.

Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Grândola – CPCJ

No âmbito do apoio directo a crianças e jovens em situação de perigo e respectivas famílias, funciona desde 1996 a Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Grândola (CPCJ). Desta forma, e segundo a mesma entidade, no período em avaliação foram acompanhadas 640 crianças e jovens com idades compreendidas entre os 0 e os 18 anos, e igual número de famílias.

Para a CPCJ tem existido uma flutuação de sinalizações anual, contudo importa referir que o ano de 2007 ficou registado por um maior número de menores acompanhados (125).

Gráfico 84 – Evolução do número de processos, CPCJ – Grândola



Fonte: CPCJ, Grândola

Assim, parece pertinente registar, no que reporta ao ano de 2007, e como é evidenciado pela tabela, o índice de intervenção incidu substancialmente ao nível da adolescência, sendo no entanto os números evidenciados dos 0 aos 10 anos bastante preocupantes.

Tabela 81 – CPCJ Grândola – Crianças e Jovens acompanhados em 2007

Faixas etárias	Total de Crianças/Jovens Acompanhados (Dez 2007)				
	Transitados	Reabertos	Instaurados	Arquivados Limiarmente	Arquivados
0-2 anos	1	1	5	-	6
3-5 anos	2	-	7	-	9
6-10 anos	9	5	22	-	30
11-12 anos	8	4	19	-	27
13-14 anos	5	5	26	1	29
15-17 anos	-	-	6	-	6
18-21 anos	-	-	-	-	-
Não consegue especificar	-	-	-	-	-
Total	25	15	85	1	107

Fonte: CPCJ, Grândola

Em relação às problemáticas identificadas, evidenciou-se uma diminuição drástica das situações de abandono escolar (escolaridade obrigatória). Contudo uma análise mais atenta evidencia o seguinte:

Tabela 82 – Problemáticas de maior incidência, por grupos de idades

Idade	Problemática mais acentuada
0 – 5	Negligência
6 – 10	Negligência
11 - 12	Prática de facto qualificado como crime
13 - 14	Negligência
> 15 Anos	Prática de facto qualificado como crime

Fonte: CPCJ de Grândola

Ao nível do agregado com quem vive a criança, a CPCJ realça o facto de a esmagadora maioria residir com a família biológica e apenas uma pequena minoria se encontra a cargo de outras famílias sem relação de parentesco. Trata-se de famílias cujo escalão etário incide essencialmente entre os 35 e os 44 anos de idade, com habilitações ao nível da 4.^a classe, embora comece a evidenciar-se um acentuado acréscimo de sinalizações em famílias com mais habilitações académicas. São famílias cujos rendimentos provêm do trabalho e todas dispõem de habitação com condições.

INFÂNCIA E JUVENTUDE – SÍNTESE

Como síntese do grupo temático **Infância e Juventude** destacam-se os seguintes pontos:

Respostas Sociais – Realidade Actual:

- Crescimento das respostas ao nível da 1ª Infância, de 2002 – 2007, pela criação da resposta de Creche no Carvalho (Centro Social do Carvalho); aumento da capacidade de resposta da Creche e jardim-de-infância de Grândola;
- Ainda na 1ª Infância, manutenção no período referido do Centro Infantil do Lousal e o Serviço de Amas da Segurança Social;
- O concelho tem uma taxa potencial de cobertura para a 1ª Infância (Creche + Ama) de 40,50%, que se situa acima da média nacional, 22,3%;
- A única taxa de referência conhecida é para a resposta Creche – 33% –, pelo que a análise a esta resposta isoladamente nos remete, em 2006, para uma taxa de cobertura no concelho de 29,3%, ficando um pouco aquém da taxa de referência;
- Unicamente na freguesia de Grândola as respostas à 1ª Infância são insuficientes, Creche e Jardim-de-infância de Grândola com capacidade esgotada e com lista de espera de 36 crianças (dados de Dezembro de 2007);
- O concelho proporciona, ao nível da 1ª Infância, uma resposta para 149 crianças, com um potencial para 165 crianças (diferencial que ficará a dever-se, muito provavelmente, ao facto de em Azinheira dos Barros (Centro Infantil do Lousal) e no Carvalho (Centro Social do Carvalho) a capacidade dos equipamentos não estar esgotada;
- Relativamente à 2.ª Infância, registou-se um aumento da capacidade de resposta do Pré-Escolar, bem como um aumento da resposta ao nível do Programa de Apoio à Família que actualmente abrange 98% das crianças em Jardim-de-infância;
- A oferta das IPSS's em jardim-de-infância: Centro Infantil do Lousal presta apoio a 10 crianças e a Creche e Jardim-de-infância de Grândola a 75 crianças;
- A restante oferta é da rede pública – Pré-escolar – disponível em todas as freguesias à excepção de Sta. Margarida da Serra;

- Tanto ao nível da 1ª como da 2ª infância o concelho dispõe de resposta ao nível da Intervenção Precoce – PAIP – Projecto Articulado de Intervenção Precoce;
- No que se refere ao 1º ciclo, no ano lectivo de 2006/07, foram criadas as actividades de prolongamento escolar, terminando os horários desdobráveis o que fez com que a actividade escolar do 1.º ciclo decorra entre as 09h00 e as 17h30. Actualmente estas actividades estão já implementadas em todas as escolas do Concelho, com uma adesão de 85% dos alunos do 1.º ciclo;
- As IPSS's oferecem ainda outro tipo de resposta – CATL – para ocupação de tempos livres: Casa do Povo de Azinheira de Barros/Centro Comunitário do Lousal e Casa do Povo de Melides. Ao nível dos privados existem três respostas na freguesia de Grândola, “Só Explica”, “A Bolota”, e o “Espaço da Criança”, estas duas últimas criadas mais recentemente;
- Para os adolescentes existem dois espaços de ocupação extra-escolar, “Estúdio Jovem” e “Espaço Internet”, na sede do concelho. Melides e Carvalhal dispõem também de Espaços Internet, ainda que de capacidade limitada;
- Relativamente às crianças e jovens em situação de perigo, o seu acompanhamento, e das respectivas famílias, está a cargo da Comissão de Protecção de Crianças e de Jovens de Grândola. No período em avaliação (2002 – 2007), foram acompanhadas 640 crianças e jovens com idades compreendidas entre os 0 e os 18 anos, e igual número de famílias;

Integração/Ocupação das Crianças e dos jovens

Problemas identificados	Projectos/soluções
<ul style="list-style-type: none"> ◦ Acentuada falta de resposta ao nível da integração das crianças em Creche, com especial enfoque na Freguesia de Grândola; ◦ Falta de respostas em Creche condiciona a integração profissional dos pais; ◦ Ocupação das crianças no horário pós escolar em face do risco de encerramento dos Centros de Actividades de Tempos Livres; ◦ Face à concentração dos alunos do 2.º, 3.º ciclo e secundário, nota-se a falta de respostas de ocupação aos jovens em período extra-escolar; 	<ul style="list-style-type: none"> ◦ Ampliar o número de vagas em Creche na Freguesia de Grândola; ◦ Avaliar a necessidade de criar esta resposta em Melides, ◦ Candidatura para Creche Familiar apresentada pela Creche e Jardim-de-infância de Grândola, ◦ Extensão do programa de apoio às famílias às Escolas do 1.º ciclo, com o consequente alargamento de horários (de entrada, de saída e nas interrupções lectivas);

Família

Problemas identificados	Projectos/soluções
<ul style="list-style-type: none"> ◦ Fraco envolvimento das famílias ao nível do acompanhamento do processo educativo dos filhos, bem como ao nível dos espaços extra lectivos frequentados pelos filhos; ◦ Maior percentagem de famílias com carências sociais; ◦ Aumento da violência domestica; ◦ Desinformação das famílias sobre as problemáticas inerentes às toxicodependências. 	<ul style="list-style-type: none"> ◦ Proporcionar mais actividades lúdicas que envolvam pais e filhos de forma a viabilizar uma maior aproximação dos pais ao percurso dos filhos; ◦ Projecto “AnimaPré” já em curso no Jardim-de-infância n.º 1 de Grândola; ◦ Projecto “Escolas da Freguesia de Grândola”; ◦ Em curso o Gabinete de Mediação Escolar, o qual envolve a constituição de quatro (4) equipas de intervenção junto das situações de risco em contexto educativo – Pré-Escolar, 1.º Ciclo, 2.º e 3.º Ciclo; ◦ Acções de informação sobre o consumo de Toxicodependências por parte dos jovens junto das Famílias;

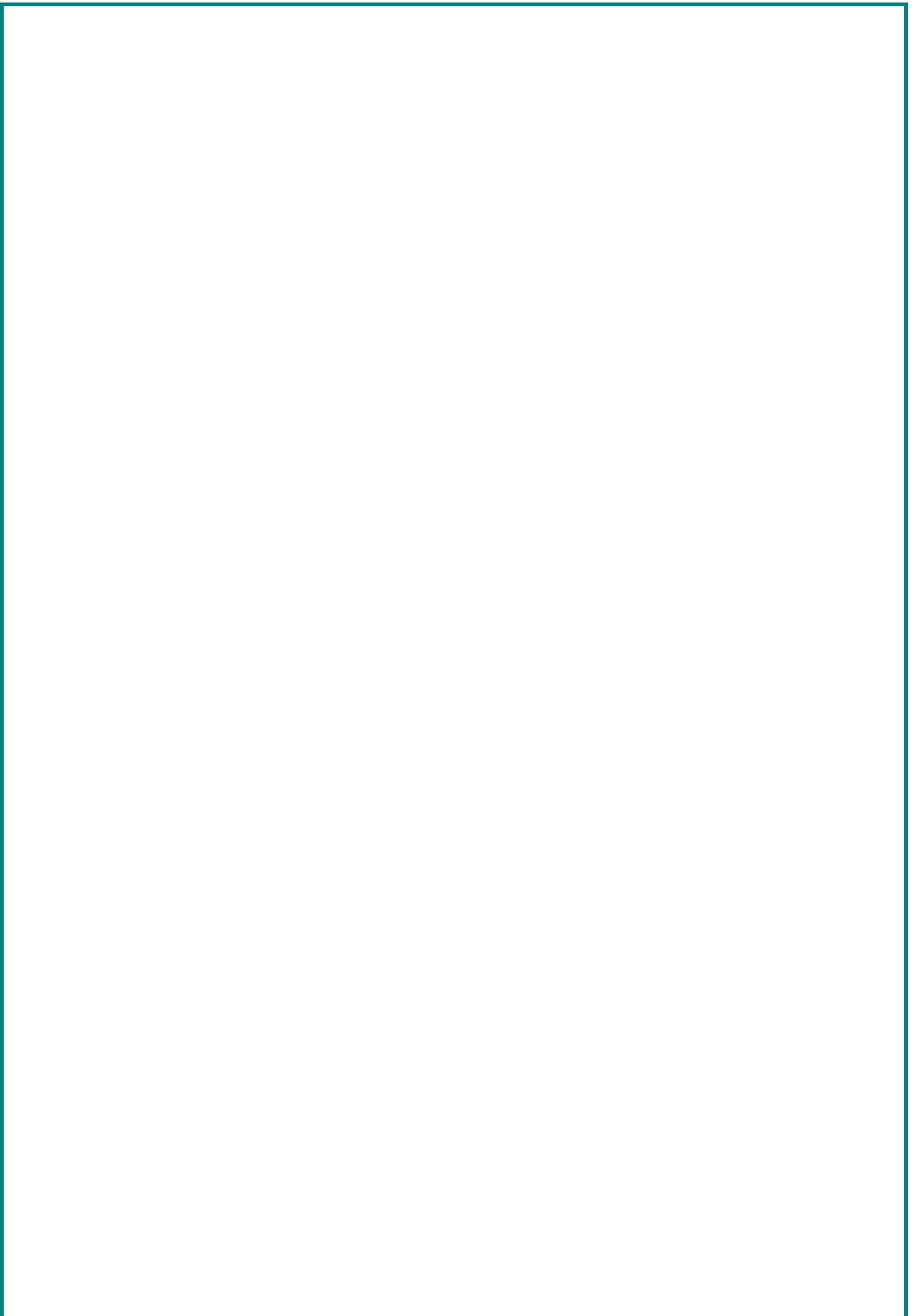
Crianças/Jovens

Problemas identificados	Projectos/soluções
<ul style="list-style-type: none"> ◦ Número de crianças com carências alimentares e riscos sociais; ◦ Absentismo escolar; ◦ Toxicodependência; ◦ Bullying; ◦ A rede de transportes não corresponde às necessidades dos jovens que se deslocam das freguesias para a sede de concelho; ◦ A falta de respostas de ocupação de tempos livres dos jovens e a inadequação da rede de transportes acabam por propiciar a frequência prematura de bares e a aquisição de hábitos menos saudáveis; ◦ Dificuldades de resposta para os jovens ao nível da formação, emprego e habitação. 	<ul style="list-style-type: none"> ◦ Trabalho ao nível das competências sociais, pessoais e parentais junto das famílias; ◦ Levantamento das situações de Bullying verificadas nas Escolas do Concelho e promoção de acções de intervenção directas;

Instituições

Problemas identificados	Projectos/soluções
<ul style="list-style-type: none"> ◦ Dificuldades de dialogo com as escolas; ◦ Redução das verbas atribuídas pela Segurança Social às IPSS's no que reporta à valência de CATL; ◦ Carência de iniciativas que envolvam a comunidade educativa ao nível da 1.ª e 2.ª infância, o que inviabiliza a partilha de experiências; ◦ Necessidades de formação do pessoal auxiliar ◦ Carência de Técnicos com formação para a componente social dos Jardins-de-infância das IPSS's. ◦ Carência de equipamentos e ou famílias de acolhimento no Concelho que viabilizem a manutenção em termos concelhios das crianças institucionalizadas pelo Tribunal e/ou Comissão de Protecção de Crianças e de Jovens de Grândola. 	<ul style="list-style-type: none"> ◦ Promover Jornadas inerentes às temáticas da Infância e Juventude, bem como promover encontros de formação e reflexão entre os diversos profissionais na área da 1.ª infância. ◦ Criação de um Lar de Crianças ou Centro de Acolhimento Temporário no Concelho de Grândola. ◦ Dinamização de uma equipa de famílias de acolhimento em consonância com o Dec-lei 11/08.

POPULAÇÃO IDOSA, DEPENDENTE E
C/DEFICIÊNCIA



▪ A população idosa concelhia

Como ficou patente na parte deste documento que trata dos aspectos demográficos, o envelhecimento da população concelhia apresenta-se como uma realidade intransponível, que condiciona necessariamente o planeamento exigível para a criação de condições de bem-estar da população, impondo que grande parte das medidas com esse fim sejam indispensavelmente direccionadas à população idosa.

De facto, não fugindo à generalidade dos cenários actuais de envelhecimento populacional – registados nos países ocidentais (ditos desenvolvidos/industrializados), em que o espaço nacional se enquadra –, também o território concelhio apresenta um patente aumento da proporção das pessoas idosas na população total, em detrimento da população jovem e/ou em idade activa. Este envelhecimento demográfico, que se traduziu num decréscimo de 22% na população jovem (0-14 anos) e um incremento de 38,5% da população idosa (65 e mais anos), entre 1991 e 2001, reflecte-se num índice de envelhecimento que ultrapassou, já em 2001, os 200 idosos por cada 100 jovens.

Em termos concretos, assinalou-se já que em 2001 foram recenseados 3 614 indivíduos idosos e, em 2006, os dados apontam para 3 653 idosos, representando um acréscimo de 1% em apenas cinco anos. A proporção de população idosa, que representava 14% do total da população concelhia em 1981, quase duplicou, passando para 26% em 2006. Por outro lado, o número de indivíduos com 75 e mais anos no total da população idosa passou, entre 1991, 2001 e 2006, de 38 para 41 e depois para 47 indivíduos por cada cem com 65 e mais anos.

Esta realidade, associada a diversos outros aspectos, reflecte-se na transformação dos perfis das próprias famílias, em que se evidenciam cada vez mais famílias compostas por idosos, nomeadamente unipessoais. O panorama geral de envelhecimento e redução da dimensão média das famílias, gera, conseqüentemente, alterações no domínio das relações pessoais, sociais e económicas e mesmo de natureza afectiva entre os seus membros, particularmente entre as gerações mais novas e as mais idosas: o cuidado das pessoas idosas tem vindo, ao longo das décadas a passar progressivamente da alçada dos familiares mais directos, para as instituições de solidariedade social e para as entidades privadas.

Actualização do Diagnóstico Social **População Idosa, Dependente e c/Deficiência**

Viver o envelhecimento fora das famílias clássicas, de modo institucionalizado, gera uma cada vez maior necessidade de equipamentos que respondam à procura constantemente crescente. Não é de admirar pois, que os equipamentos sociais existentes no concelho se destinam predominantemente aos idosos.

Equipamentos de apoio a idosos e dependentes

Os equipamentos orientados para a população idosa e/ou dependente do concelho de Grândola, concentram maioritariamente quatro tipos de resposta: lares de idosos, centros de dia e de convívio e serviço de apoio domiciliário.

No concelho de Grândola são essencialmente as entidades sem fins lucrativos (IPSS's e equiparadas) que trabalham com esta população e desenvolvem as respostas identificadas.

Todas as freguesias concentram uma ou mais respostas, distribuindo-se, em termos geográficos, do seguinte modo: 2 lares para idosos (freguesia de Grândola e freguesia de Melides), 6 Centros de Dia (dois na freguesia de Azinheira de Barros e um em cada uma das restantes freguesias), 4 Centros de Convívio (freguesia de Grândola) e Serviço de Apoio Domiciliário em todas as freguesias.

O número de equipamentos e respostas disponíveis actualmente não difere substancialmente da oferta disponível em 2002, verificando-se contudo um acréscimo da resposta Lar (mais um Lar na freguesia de Melides) e Centro de Convívio (pela criação em Cadoços e Canal Caveira).

Tabela 83 – Instituições, equipamentos e respostas sociais

Freguesia	Instituição	Lar	Centro De Dia	Centro de Convívio	SAD
Azinheira dos Barros	Casa do Povo de Azinheira dos Barros		2		1
Grândola	Santa casa da Misericórdia de Grândola	1	1		
	Associação de Intervenção Social de Grândola			2	1
	Câmara Municipal de Grândola			2	
Melides	Casa do Povo de Melides	1	1		1
Sta. Margarida da Serra	Associação “A Flor da Serra”		1		1
Carvalhal	Centro Social do Carvalhal		1		1
Total		2	6	4	5

Fonte: Carta Social e Instituições

Actualização do Diagnóstico Social População Idosa, Dependente e c/Deficiência

No que respeita à distribuição da população concelhia utilizadora destas respostas, verifica-se que são os centros de dia que enquadram a maior parte dos idosos e/ou dependentes (30%). Segue-se o serviço de apoio domiciliário (28%), os lares (25%) e por fim os centros de convívio (17%).

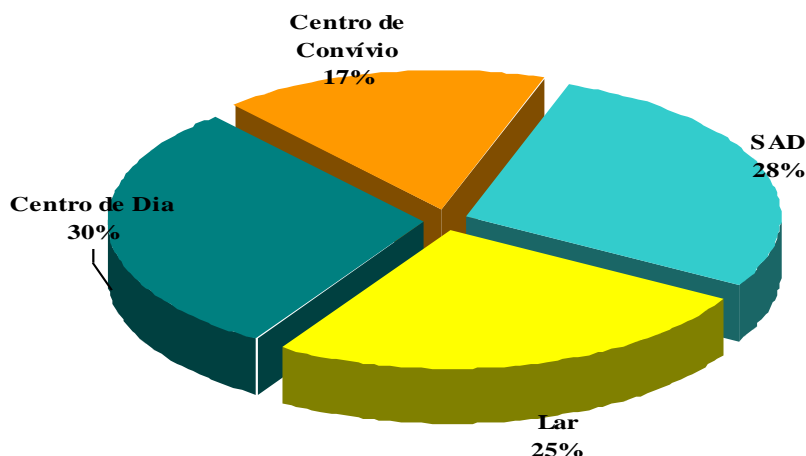
Tabela 84 – Número de utentes por equipamento e resposta social⁸⁵

Freguesia	Lar	Centro De Dia	Centro De Convívio	SAD
Azinheira dos Barros	-	29 ⁸⁶	-	34
Grândola	150	70	111 ⁸⁷	105
Melides	20	47	-	32
Sta. Margarida da Serra	-	18	-	4
Carvalhal	-	35	-	13
Total	170	199	111	188

Fonte: Carta Social e Instituições

Esta distribuição vai, de resto, ao encontro da tendência verificada ao nível do país, investindo-se na prestação de cuidados no domicílio, assim como a criação de estruturas de convívio de combate ao isolamento e exclusão social, prevenindo ou retardando a institucionalização do idoso.

Gráfico 85 – Distribuição dos utentes por resposta social, 2007



Fonte: Instituições

⁸⁵ Dados reportados a Dezembro de 2007

⁸⁶ Centro Comunitário do Lousal – 17; Casa do Povo de Azinheira dos Barros – 12

⁸⁷ Associação de Intervenção Social de Grândola – AISGRA: Água Derramada – 20; Estação – 20
Câmara Municipal de Grândola: Cadoços – 38; Canal Caveira – 33

Actualização do Diagnóstico Social

População Idosa, Dependente e c/Deficiência

Ainda na perspectiva de prevenir e retardar a institucionalização desta população, existem no concelho de Grândola outras respostas para a população idosa: duas Associações de Reformados – na freguesia de Grândola e na freguesia de Azinheira dos Barros –, cuja frequência/número de utentes é variável.

O Programa Viver Solidário é um outro recurso disponível para a população idosa (65 e mais anos), desenvolvido em parceria pela Câmara Municipal com as IPSS's do concelho desde 2002, com actividades essencialmente direccionadas para a promoção do envelhecimento activo.

Com o mesmo objectivo, foi criada pela Câmara Municipal em 2007, a Universidade Sénior, dirigida a pessoas com 50 e mais anos, sediada na freguesia de Grândola.

No caso da resposta Centro de Convívio, a frequência relativamente baixa poderá ser explicada pela existência de outros recursos e oferta de outras actividades, como as promovidas no âmbito das Associações de Reformados e da Universidade Sénior.

Para além destas há que ter em conta, em particular na sede do concelho, a existência um conjunto de equipamentos desportivos que são utilizados autonomamente pelos idosos.

□ Equipamentos – Capacidade e taxas de utilização

Considerando que a taxa de utilização correlaciona o número de utentes ano com a capacidade anual dos equipamentos, pode verificar-se na tabela seguinte, em termos totais, que as taxas de utilização são superiores a 90% nas respostas lar e serviço de apoio domiciliário, decrescendo para cerca de 70% nos centros de convívio e diminuindo ainda mais para os centros de dia (45%).

Entretanto, como é patente nos dados da tabela, na maior parte dos casos a taxa de utilização situa-se muito aquém dos 100%, valor ideal, teoricamente significativo da capacitação máxima das respostas existentes no concelho. O diferencial existente, em particular para a resposta de serviço de apoio domiciliário e de lar, pode ser explicado, entre outras razões, pelo facto de os Acordos de Cooperação se reportarem a um número de utentes abrangidos, não coincidente com a capacidade existente⁸⁸, sendo esta, em regra, superior. Ou seja, regista-se um subaproveitamento dos equipamentos, face ao seu

⁸⁸ De acordo com a informação dos Técnicos das Instituições com a resposta SAD, as orientações da Segurança Social não sugerem a utilização do conceito 'Capacidade', dadas as características desta resposta.

Atualização do Diagnóstico Social

População Idosa, Dependente e c/Deficiência

potencial concreto, quando, simultaneamente, existem listas de espera para algumas das respostas.

Tabela 85 – Nº de equipamentos (EQ), Nº de Utentes (UT) e Capacidade dos Equipamentos (CAP) no Concelho de Grândola por Freguesia (2007)

<u>Freguesias</u>	Centros de Convívio					
	Entidade	(EQ.)	(UT.)	(CAP.)	Acordo Coop	Tx ⁸⁹ Utilização
Azinheira dos Barros		-	-	-	-	-
Grândola	AISGRA – Estação	1	20	30	20	67%
	AISGRA – Água Derramada	1	20	30	20	67%
	Centro Comunitário de Canal Caveira	1	33	50	s/ Acordo	66%
	Centro Comunitário de Cadoços	1	38	50	s/ Acordo	76%
Melides	-	-	-	-	-	-
Sta. Margarida da Serra	-	-	-	-	-	-
Carvalhal	-	-	-	-	-	-
Total		4	111	160	40	69%
<u>Freguesias</u>	Centros de Dia					
	Entidade	(EQ.)	(UT.)	(CAP.)	Acordo Coop	Tx Utilização
Azinheira dos Barros	CPAB	1	12	80	12	15%
	CPAB	1	17	100	20	17%
	Centro Comunitário do Lousal					
Grândola	Sta. Casa da Misericórdia	1	70	90	70	78%
Melides	CPM	1	47	100	55	47%
Sta. Margarida da Serra	A Flor da Serra	1	18	25	20	72%
Carvalhal	Centro Social do Carvalhal	1	35	44	35	80%
Total		6	199	439	212	45%
<u>Freguesias</u>	Serviço de Apoio Domiciliário					
	Entidade	(EQ.)	(UT.)	(CAP.)	Acordo Coop	Tx Utilização
Azinheira dos Barros	CPAB	1	34	37	37	92%
	Centro Comunitário do Lousal					
Grândola	AISGRA	1	105	105	95	100%
Melides	CPM	1	32	35	35	91%
Sta. Margarida da Serra	A Flor da Serra	1	4	5	5	80%
Carvalhal	Centro Social do Carvalhal	1	13	15	12	87%
Total		5	188	197	184	95%
<u>Freguesias</u>	Lar					
	Entidade	(EQ.)	(UT.)	(CAP.)	Acordo Coop	Tx Utilização
Azinheira dos Barros	-	-	-	-	-	-
Grândola	Sta. Casa da Misericórdia	1	150	160	150	94%
Melides	CPM	1	20	20	20	100%
Sta. Margarida da Serra	A Flor da Serra	-	-	-	-	-
Carvalhal	Centro Social do Carvalhal	-	-	-	-	-
Total		2	170	180	170	94%

Fonte: Carta Social e Instituições

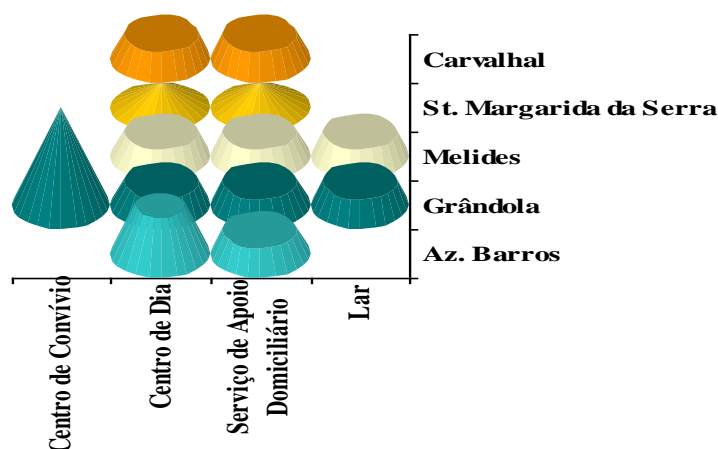
⁸⁹ Taxa de Utilização = (Utentes ano/Capacidade ano) x 100

Actualização do Diagnóstico Social

População Idosa, Dependente e c/Deficiência

Relativamente à distribuição geográfica dos equipamentos, verifica-se, naturalmente, que é na freguesia sede de concelho onde se concentra o maior número de equipamentos/respostas (sete, no total), sendo esta população servida por todos os tipos respostas existentes no concelho. Por exemplo, todos os centros de convívio se localizam na freguesia de Grândola, muito embora três dos quatro equipamentos se localizem em zonas periféricas (Água Derramada, Canal Caveira e Cadoços).

Gráfico 86 – Equipamentos/Respostas por freguesia do concelho de Grândola



Fonte: Carta Social e Instituições

Melides conta com um bom conjunto de equipamentos/respostas que, numa análise puramente empírica, sugere uma resposta quantitativa cabal, face à população alvo da freguesia. Por exemplo, a resposta centro de dia regista uma taxa de utilização na ordem dos 47%, o que pressupõe uma capacidade superior em mais do dobro do número de utentes que actualmente usufruem daquela resposta social. No entanto – como já foi referido –, neste caso como em muitos outros, as taxas de utilização reflectem sobremaneira as limitações impostas pelos acordos de cooperação pois, muito embora a capacidade dos equipamentos seja mais elevada, estes apenas podem dar resposta ao número de utentes determinado no respectivo acordo.

Nas freguesias de Azinheira de Barros, Carvalhal e Santa Margarida da Serra, registam-se as respostas de centro de dia e serviço de apoio domiciliário. Na primeira, desenvolvem-se em dois equipamentos – Casa do Povo de Azinheira de Barros e Centro Comunitário do Lousal –, da responsabilidade da mesma entidade (CPAB); na segunda freguesia, tanto o

Actualização do Diagnóstico Social

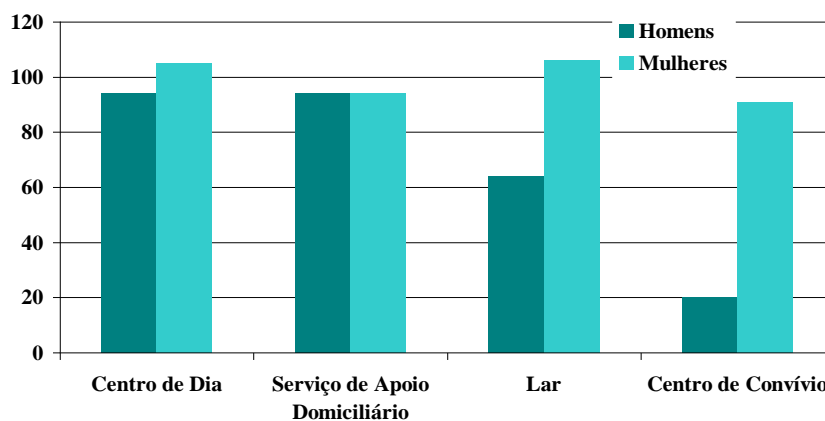
População Idosa, Dependente e c/Deficiência

centro de dia como o serviço de apoio domiciliário, tem por base o Centro Social do Carvalhal; em Santa Margarida a responsabilidade é da IPSS “Flor da Serra”.

□ Distribuição da população idosa pelas diferentes respostas

Nas diversas respostas é constante um maior número de utentes mulheres, excepto para o Serviço de Apoio Domiciliário com igual número de utentes homens e mulheres.

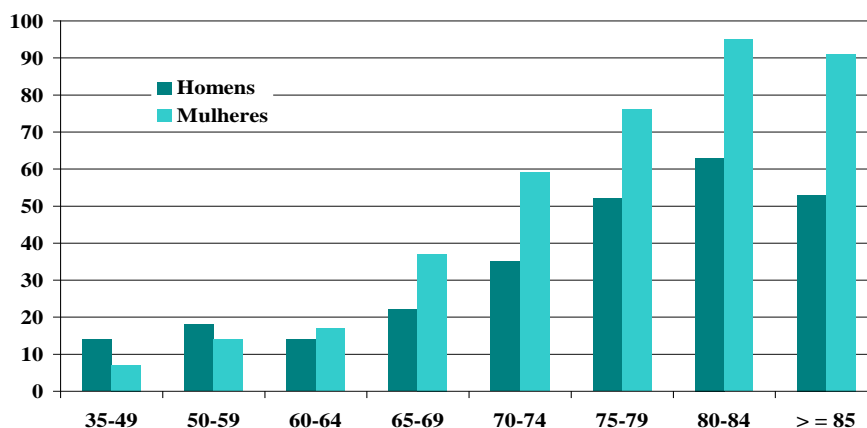
Gráfico 87 – Distribuição Utentes / Respostas, por Sexo



Fonte: Dados das Instituições

Na distribuição dos utentes pelos grupos etários as mulheres predominam, com excepção das idades até aos 59 anos. Essa predominância é mais evidente a partir dos 80 anos, factor explicado, naturalmente por um efectivo populacional feminino superior neste grupo.

Gráfico 88 – Distribuição Utentes / Grupos Etários, por Sexo



Fonte: Dados das Instituições

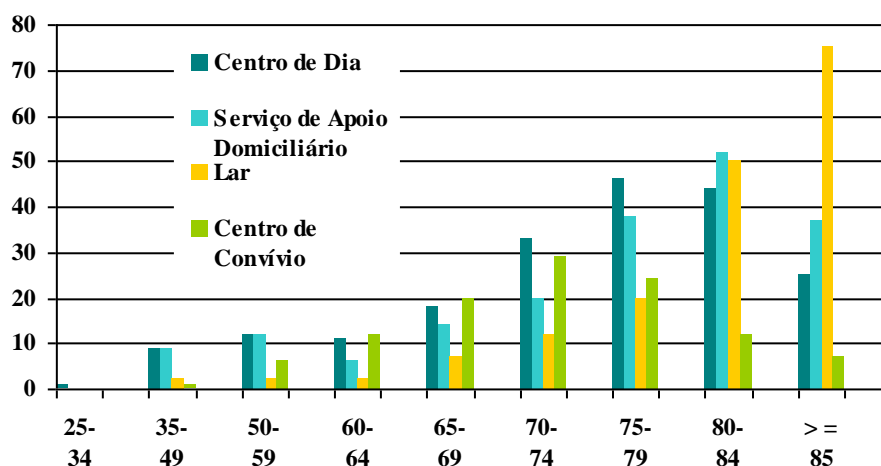
Actualização do Diagnóstico Social

População Idosa, Dependente e c/Deficiência

O enquadrando dos utentes (homens e mulheres) nas diversas respostas, permite identificar os grupos etários predominantes que são, naturalmente, os de idade mais avançada, dado o tipo de respostas em questão.

Na distribuição dos grupos etários pelas respostas, verifica-se a evidente correlação entre o avançar da idade e a necessidade de “opção” por respostas que compensem a crescente falta de autonomia dos utentes.

Gráfico 89 – Distribuição Utentes / Grupos Etários, por tipo de Resposta



Fonte: Dados das Instituições

Entretanto, um olhar mais global que envolva as diversas variáveis, confirma no seu conjunto os diferentes aspectos antes analisados em separado: superior número de mulheres; predominância de utentes dos grupos etários mais velhos e correlação entre a idade (com as dependências próprias associadas), o número de utentes e o tipo de resposta em que se integram.

Em centro de dia há 105 mulheres e 94 homens, sendo que o maior número de utentes se situa no grupo etário dos 75-79 anos. Decresce um pouco no grupo seguinte, de 80-84 anos, sendo significativo o número de utentes enquadrados nesta resposta com 80 e mais anos (69).

Em serviço de apoio domiciliário estão enquadrados 188 idosos e dependentes, distribuindo-se em particular e, naturalmente, pelos grupos etários mais avançados, com excepção dos 80 e mais anos, em que predominam as respostas lar e centro de convívio.

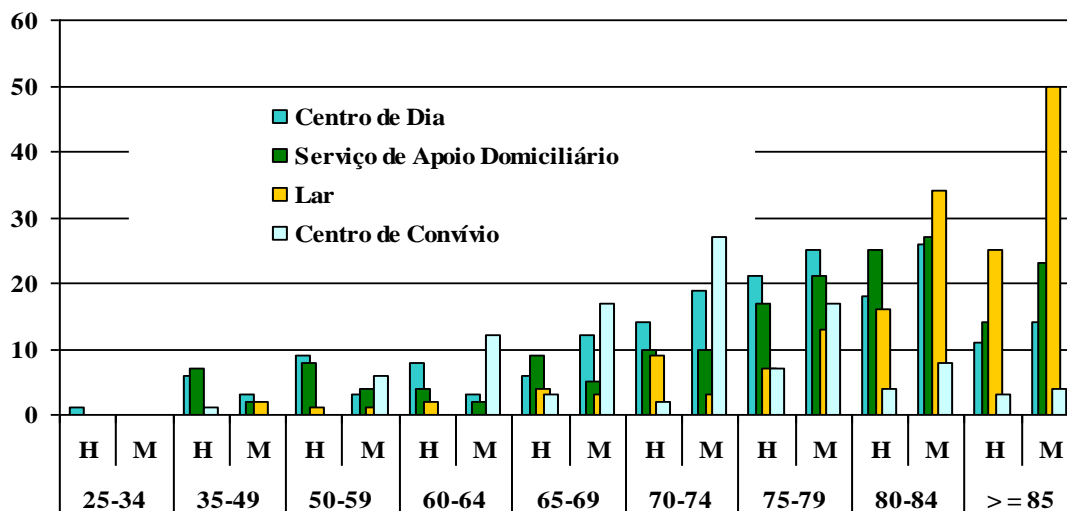
A resposta lar enquadra 170 idosos e dependentes – 106 mulheres e 64 homens –, abrangendo principalmente os utentes mais idosos, com um pico no grupo 80-84 anos.

Actualização do Diagnóstico Social

População Idosa, Dependente e c/Deficiência

Os centros de convívio são frequentados por 111 utentes, situando-se o maior número nos grupos etários dos 65 até aos 79 anos, e diminuindo a partir dessa idade. Uma vez mais as mulheres são em maior número, 91 mulheres e apenas 20 homens.

Gráfico 90 – Distribuição Utentes / Grupos Etários e Sexo, por tipo de Resposta



Fonte: Dados das Instituições

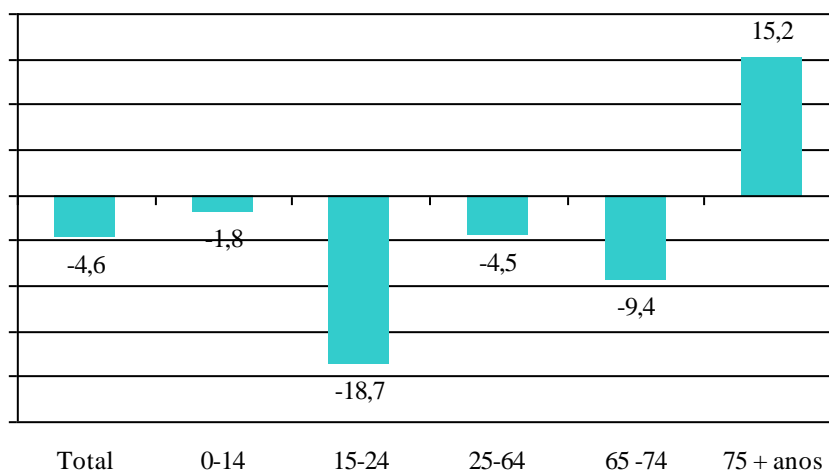
Portanto, como foi referido anteriormente, a distribuição pelas diferentes respostas está, naturalmente, relacionada com a distribuição pelos vários grupos etários e dependências associadas. A sua integração nas diferentes respostas vai sendo feita de acordo com o aumento da idade, das dependências e correspondente necessidade acrescida de cuidados.

Naturalmente, está subjacente a esta dinâmica, uma comprovada tendência para o envelhecimento populacional, a que o concelho de Grândola não é alheio. De facto, muito embora em termos gerais a população do concelho esteja a diminuir, o grupo dos 75 e mais anos é o único escalão etário onde se verifica um acréscimo de efectivos.

O gráfico seguinte mostra precisamente a diminuição do efectivo populacional nos diversos grupos etários – com excepção, precisamente, do grupo de 75 e mais anos –, registado entre os dados censitários de 2001 e as estimativas da população para 2006.

Actualização do Diagnóstico Social População Idosa, Dependente e c/Deficiência

Gráfico 91 – Evolução da população residente por grupos etários, Grândola 2001-2006



Fonte: INE – Censos 2001 e 2001; Anuário Estatístico Região Alentejo 2006

Entretanto, muito embora não seja possível apurar, em rigor, a procura efectiva das respostas apontadas, foi manifestado pelos técnicos das instituições que o SAD mantém a prestação de cuidados a pessoas que necessitariam estar em Lar, que se encontram lotados, e que há utentes em Lar que, pelo grau de dependência e necessidade de cuidados mais diferenciados, deveriam estar enquadrados em Lar para Grandes Dependentes.

De referir, contudo, que se perspectiva a criação no concelho de uma Unidade de Cuidados Continuados de média/longa duração, bem como a criação de um Lar para Grandes Dependentes.

□ **Taxas de Cobertura**

Ao nível das taxas de cobertura das respostas para a população idosa, tendo por base os valores disponibilizados pelo C.D.S.S de Setúbal (Carta Social, dados actualizados 31 de Dezembro de cada ano),⁹⁰ verifica-se que a taxa potencial de cobertura em Grândola, em 2006, era de 22,3%, significando que 22,3 pessoas idosas e/ou com de dependência em cada 100 estavam potencialmente cobertas por respostas sociais.

Em 2006 destacava-se o Centro de Dia com uma taxa potencial de 10,93%, seguida do Serviço de Apoio Domiciliário, 5,56%, Lar 4,98% e com menor expressão o Centro de Convívio, 0,83%.

⁹⁰ Ressalvando que, em princípio, os utentes não estão enquadrados em mais que uma resposta social, assim como o facto das resposta Serviço de Apoio Domiciliário, Centro de Dia e Centro de Convívio poderem abranger pessoas com idade inferior a 65 anos.

Actualização do Diagnóstico Social População Idosa, Dependente e c/Deficiência

Tabela 86 – Taxa de Cobertura, População Idosa, Rede Solidária

Concelho Grândola	Centro de Convívio			Centro de Dia		
	Tx ⁹¹ Efectiva	Tx ⁹² Potencial	Tx	Tx Efectiva	Tx Potencial	Tx
	Cobertura	Cobertura	Utilização	Cobertura	Cobertura	Utilização
	%	%	%	%	%	%
2002	2,30	2,20	106,30	8,50	12,30	69,20
2003	1,47	1,66	88,33	7,14	12,31	57,98
2004	1,47	1,66	88,33	6,75	12,31	54,83
2005	?	1,66	?	?	12,31	?
2006	0,75	0,83	90,00	5,26	10,93	48,10
2007⁹³	3,03	4,37	69,37	5,44	12,00	45,33

Fonte: CDSSS de Setúbal, Carta Social (2002 a 2006); Tratamento próprio (2007)

Tabela 87 -Taxa de Cobertura, População Idosa, Rede Solidária

Concelho Grândola	Apoio Domiciliário			Lar de Idosos		
	Tx Efectiva	Tx Potencial	Tx	Tx Efectiva	Tx Potencial	Tx
	Cobertura	Cobertura	Utilização	Cobertura	Cobertura	Utilização
	%	%	%	%	%	%
2002	3,60	3,60	100,00	4,30	4,40	96,90
2003	4,76	5,17	91,88	4,07	4,43	91,90
2004	5,51	5,17	106,42	4,54	4,98	91,11
2005	?	5,17	?	?	4,98	?
2006	5,29	5,56	95,02	5,04	4,98	101,11
2007	5,14	5,38	95,43	4,65	4,92	94,44

Fonte: CDSSS de Setúbal, Carta Social

Para 2007 verifica-se que a taxa potencial de cobertura das respostas para estes público era de 26,67%, ou seja, que entre 26 e 27 pessoas idosas e /ou dependentes, em cada cem, estavam potencialmente cobertas por uma destas respostas sociais. O Centro de Dia apresenta uma taxa potencial de cobertura de 12%, seguido do Serviço de Apoio Domiciliário 5,38%. Segue-se o Lar 4,92% e o Centro de Convívio 4,37%.

Em termos nacionais e de acordo com o Relatório da Carta Social 2006, o concelho de Grândola situa-se entre os territórios com uma taxa de cobertura superior à média nacional (11,1%), o que pode considerar-se um bom indicador. Contudo e não existindo taxas de cobertura de referência/ideais, a análise fica um pouco inconsistente, pelo que poderá ser complementada com a existência ou não de listas de espera (tendo presente o que efectivamente representam). De acordo com a informação recolhida existe lista de espera

⁹¹ Taxa efectiva de cobertura: (número de utentes ano/população alvo ano) x 100

⁹² Taxa potencial de cobertura: (capacidade ano/ população alvo ano) x 100

⁹³ Cálculo com base na população estimada para 2007 (65 e mais anos) 3.658

Actualização do Diagnóstico Social

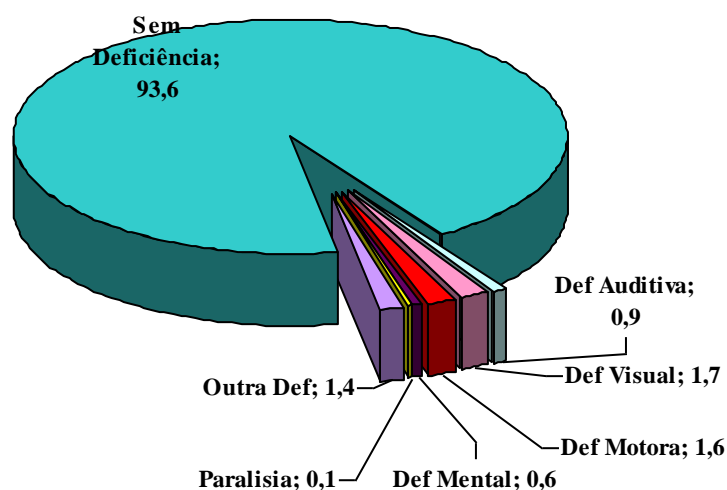
População Idosa, Dependente e c/Deficiência

para a resposta Lar: Casa de Povo de Melides – 111 e Sta. Casa da Misericórdia de Grândola – 450; em SAD: AISGRA – 12⁹⁴ (dados de Dezembro de 2007). Na resposta SAD, o Centro Social do Carvalhal e a AISGRA prestam apoio a um número de utentes superior ao dos Acordos de Cooperação, o que poderá ajudar a explicar a não existência de lista de espera.

▪ População concelhia com deficiência

Os Censos 2001 apuram pela primeira vez as pessoas com deficiência residentes em Portugal⁹⁵. Assim, e segundo aquele recenseamento, o número de pessoas com deficiência no concelho de Grândola cifrou-se em 956, dos quais 484 eram homens e 472 eram mulheres, representando 6,4% da população residente (6,5% da população masculina e 6,4% da população feminina).

Gráfico 92 – População com e sem deficiência segundo o tipo, Grândola 2001



Fonte: INE, Censos 2001

Desagregando por tipos de deficiência, pode verificar-se que a taxa de incidência da **deficiência visual** era a mais alta, representando 1,7% do total da população concelhia, com uma proporção mais elevada nos efectivos de sexo feminino (116 homens e 136 mulheres). É, de resto, a deficiência em que se regista valores mais diferenciados entre os

⁹⁴ Estes 12 utentes em lista de espera respeitam apenas ao fornecimento de refeições, aos quais a Instituição não consegue dar resposta por limitações da cozinha.

⁹⁵ De salientar a advertência do INE relativamente a estes dados sobre a deficiência e grau de incapacidade, que resultam sobretudo da autoavaliação da cada respondente em relação aos tipos de deficiência inscritos nos respectivos questionários. Ou seja, a resposta baseia-se na auto percepção que cada pessoa tinha em relação às suas características individuais ou dos membros da família em relação aos quais estava a prestar informação.

Actualização do Diagnóstico Social

População Idosa, Dependente e c/Deficiência

dois sexos. Os indivíduos com **deficiência auditiva** registavam uma percentagem mais baixa (0,9%), neste caso com valores mais elevados para o sexo masculino: 78 homens e 60 mulheres com deficiência auditiva.

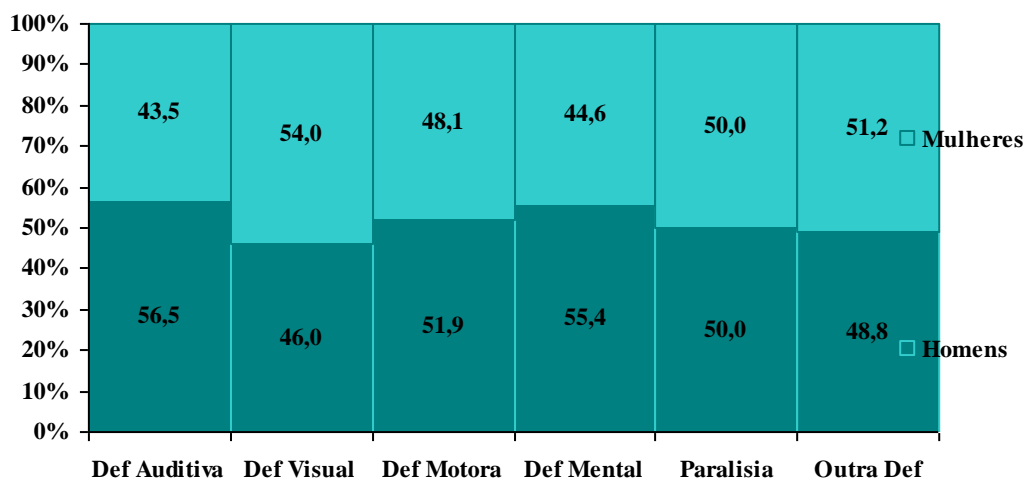
A **deficiência motora** afecta mais os homens (125 indivíduos) do que as mulheres (116), encontrando-se, no conjunto da população, uma proporção de 1,6% indivíduos com alguma deficiência deste tipo.

A população com **deficiência mental** situa-se nos 0,6%, representando equitativamente a população feminina e a população masculina.

A **paralisia cerebral** é o tipo de deficiência com a menor incidência na população recenseada, apresentando-se igual nos dois sexos.

O conjunto das **outras deficiências**, que inclui as não consideradas em qualquer dos outros tipos, cifrou-se em 1,4% do total dos indivíduos, contabilizando 105 homens e 110 mulheres.

Gráfico 93 – Percentagem de incidência dos tipos de deficiência segundo o sexo, Grândola 2001



Fonte: INE, Censos 2001

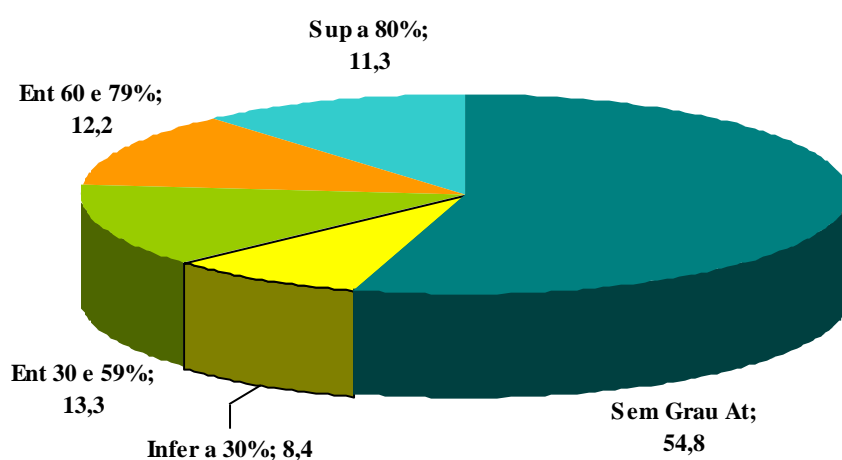
Na globalidade dos diversos tipos de deficiência, a incidência é ligeiramente superior no sexo masculino (50,6%) relativamente ao sexo feminino (49,4%). Especificamente, a população masculina regista maior incidência das deficiências auditiva, motora e mental, enquanto na população feminina a incidência recai principalmente na deficiência visual e em outros tipos de deficiência.

Actualização do Diagnóstico Social População Idosa, Dependente e c/Deficiência

Comparativamente a Portugal, o panorama de incidência no concelho é idêntico em todos os tipos de deficiência, registando os valores relativos apenas ligeiras diferenças ao nível das décimas.

Quanto à população residente no concelho, mais de metade da população com deficiência não possui qualquer grau de incapacidade atribuído⁹⁶ (54,8%). A proporção de população com deficiência com um grau de incapacidade superior a 80% é de 11,3%.

Gráfico 94 – População residente com deficiência, segundo o grau de incapacidade, Grândola 2001



Fonte: INE, Censos 2001

Relativamente ao grau de incapacidade segundo o sexo, os homens surgem em maior número em todas as categorias, com excepção da *população residente com incapacidade inferior a 30%*, sendo também este o grupo que apresenta menor diferença entre sexos. A maior diferença diz respeito à *população com incapacidade entre 30% e 59%*, grupo que conta com 7,9% de homens e 5,3% de mulheres no conjunto da população residente com deficiência.

Os dados relativos ao concelho podem ser traduzidos através duma taxa de deficiência da população residente que, desagregada ao nível da freguesia, remetem para o gráfico seguinte. Destacam-se aí, em primeiro lugar, a taxa referente a Azinheira dos Barros, no

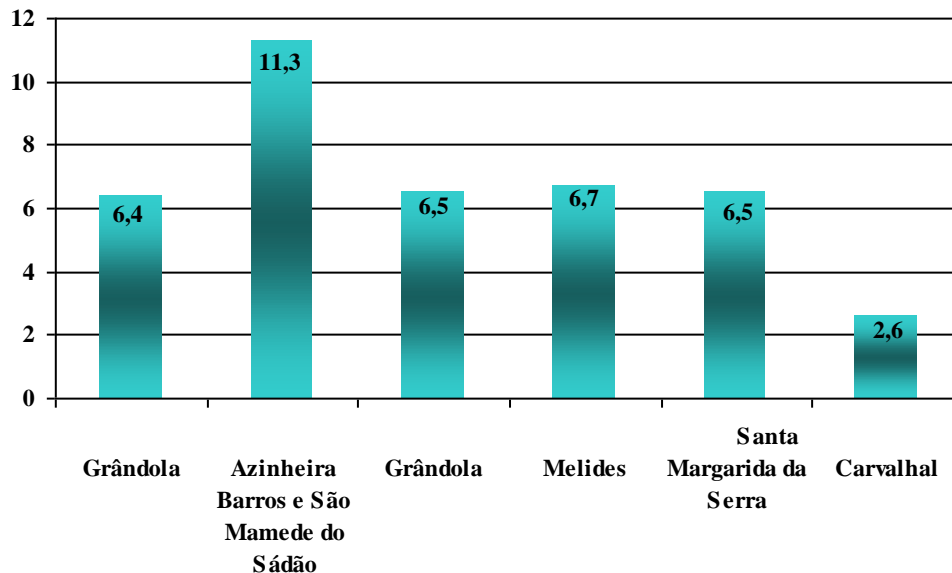
⁹⁶ De acordo com o INE, apenas foi considerado o grau de incapacidade atribuído por uma autoridade de saúde constituída para esse efeito.

Actualização do Diagnóstico Social

População Idosa, Dependente e c/Deficiência

valor de 11,3%, que é visivelmente superior à do concelho e outras freguesias; em segundo lugar, a taxa do Carvalhal, de 2,6%, bastante inferior às restantes.

Gráfico 95 – Taxa de deficiência (%) da População residente



Fonte: INE: Recenseamento da População e Habitação 2001

População com deficiência e equipamentos colectivos de apoio

O Centro de Actividades Ocupacionais da Cercigrândola é uma estrutura que visa proporcionar aos seus utentes a realização de actividades ocupacionais que constituem uma modalidade de Acção Social exercida pelo sistema da Segurança Social, destinadas a pessoas com deficiência grave e profunda. Os objectivos destas actividades passam por, estimular e facilitar o desenvolvimento das capacidades remanescentes das pessoas com deficiência mental; facilitar a sua integração social e facilitar, sempre que possível, o encaminhamento da pessoa para programas adequados de integração socioprofissional.

De referir que a Cercigrândola tem celebrado um Acordo de Cooperação com a Segurança Social de Setúbal, desde 30 de Setembro de 1999. Actualmente tem acordo de cooperação estabelecido para 40 utentes a quem presta o seu apoio, atingindo assim a capacidade máxima de utentes.

A população alvo corresponde a 18 utentes do sexo feminino e 22 utentes do sexo masculino, com idades compreendidas entre os 18 anos e os 54 anos.

Os utentes são na sua maioria oriundos de famílias com um baixo nível de escolaridade, que, em algumas situações, é mesmo nulo; com baixos recursos económicos, ligados ao

Actualização do Diagnóstico Social **População Idosa, Dependente e c/Deficiência**

trabalho no campo; e já de idades muito avançadas. Por isso mesmo, os rendimentos destas famílias são provenientes da agricultura e das pensões de reforma, invalidez, sobrevivência ou social. Estas famílias não são de todo o suporte familiar desejável para os utentes em causa.

No que concerne ao tipo de deficiências apresentadas, identificam-se situações que vão da Trissomia 21, do autismo à demência, sem esquecer a deficiência mental apresentada pela totalidade dos utentes, em muito devido à falta de estimulação sócio-familiar aquando da primeira e segunda infância.

No CAO tenta proporcionar-se aos utentes a realização de actividades ocupacionais que compreendem as actividades socialmente úteis e as actividades estritamente ocupacionais, ambas organizadas de forma personalizada, tendo em atenção o tipo de tarefas a desempenhar e as necessidades individuais de cada um dos utentes. Nas Actividades Socialmente Úteis o objectivo inerente é proporcionar a valorização pessoal e o máximo aproveitamento das capacidades da pessoa no sentido da sua autonomia, facilitando uma possível transição para programas de integração socioprofissional. Nas Actividades Estritamente Ocupacionais o objectivo é manter a pessoa com deficiência mais grave activa e interessada, favorecendo o seu equilíbrio físico, emocional e social.

Para além das Actividades Ocupacionais, o CAO proporciona ainda um conjunto de serviços mínimos e actividades complementares:

- Alimentação (pequeno-almoço, almoço e lanche);
- Transporte (em carrinha da instituição ou em transporte alternativo);
- Actividades Sócio-Recreativas;
- Actividades da Vida Diária;
- Actividades da Vida Doméstica;
- Actividades de Desenvolvimento Motor;
- Higiene Pessoal
- Apoio Técnico nas seguintes áreas: Serviço Social, Psicologia e Terapia Ocupacional.

Para o funcionamento do CAO no ano lectivo de 2007/2008, a disponibilização das salas foi efectuada com base na temática e objectivos funcionais próprios de cada sala, bem

Actualização do Diagnóstico Social **População Idosa, Dependente e c/Deficiência**

como o facto de, a cada sala, corresponder uma monitora responsável pela dinamização das actividades. Desta forma, são dinamizadas as seguintes áreas de trabalho:

Tabela 88 – Salas e actividades temáticas desenvolvidas em CAO

Actividade	Sala
Actividades de Vida Diária	A Nossa Casa
Tratamento de Roupa	Trapos e Trapinhos
Doçaria	Sala dos Sabores
Olaria	O Cantinho do Artesanato
Tapeçaria	O Cantinho do Artesanato
Cartonagem	O Cantinho das Tesouras
Trabalhos Manuais	O Cantinho das Tesouras
Informática	Escola Virtual
Estimulação Psicomotora	Tempestade de Ideias
Hortofloricultura	Espaço Exterior: Sementes e Raízes

Fonte: Cercigrândola

Para além das actividades de Natação e Educação Física, os utentes beneficiam ainda do seguinte conjunto de terapias: Snoezelen, Hidroterapia, Cinoterapia e Hipoterapia

Para o desenvolvimento desta resposta, e como recursos humanos, o CAO tem 19 pessoas afectas ao equipamento/serviço⁹⁷.

Relativamente à população com deficiência, em particular a integrada em CAO – 40 utentes – resposta da Cercigrândola, a capacidade de utentes no equipamento já foi atingida e há utentes em lista de espera (refira-se que a Cercigrândola apoia utentes dos concelhos de Grândola e Alcácer do Sal).

Embora não seja muito significativo, o número de homens é superior ao de mulheres.

Tabela 89 – Distribuição dos utentes em CAO, por sexo e grupo etário

	18-24		25-34		35-49		50-59		Total
	H	M	H	M	H	M	H	M	H/M

⁹⁷ 1 Socióloga (com funções de coordenadora), 1 Psicólogo, 5 Monitores, 3 Vigilantes, 1 Administrativa, 2 Empregadas de Limpeza, 1 Empregada da Lavandaria, 1 Motorista, 1 Cozinheira, 1 Ajudante de Cozinha – todos a 100% –, 1 Terapeuta Ocupacional – 50% e 1 Professor de Educação Física – 9h/semana

Actualização do Diagnóstico Social **População Idosa, Dependente e c/Deficiência**

Total de Grândola	1	6	16	8	3	4	2	-	40
Total	1	6	16	8	3	4	2	-	40

Fonte: Instituições

Nestes utentes, possuindo todos deficiência mental, acresce, em alguns casos, outro tipo de deficiência, situação que é mais frequente nos homens.

Tabela 90 – Utentes em CAO por tipo de deficiência

Tipo de deficiência	H	M
Mental	22	18
Motora	6	2
Visual	1	-
Auditiva	1	-
Paralisia cerebral	9	3

Fonte: Instituições

Neste ponto, convém referir que seria interessante saber que proporção da população total com deficiência está integrada em CAO, contudo, sendo estes dados actuais, não podem ser analisados comparativamente aos elementos da população concelhia com deficiência, que se reportam a 2001.

Relativamente ao nível de autonomia, 35% dos utentes em CAO têm autonomia, 40% são parcialmente dependentes e os restantes 25% são totalmente dependentes.

Tabela 91 – Utentes em CAO por nível de autonomia

Nível de autonomia dos utentes em CAO	H	M	Total
Utentes autónomos	7	7	14
Utentes parcialmente dependentes	9	7	16
Utentes dependentes	6	4	10
Total	22	18	40

Fonte: Instituições

Em termos de autonomia, todos os utentes apresentam algumas limitações em diversas áreas, daí o facto de se encontrarem inseridos em Cerci. Assim, consideram-se utentes autónomos os que possuem grandes capacidades de governar a sua pessoa (higiene pessoal, vestir/despir, alimentação). Os utentes parcialmente dependentes são aqueles que, dentro das áreas referidas necessitam de maior supervisão para realizar as tarefas. Os utentes dependentes são aqueles que não possuem capacidade para governar a própria pessoa.

POPULAÇÃO IDOSA, DEPENDENTE E C/DEFICIÊNCIA – SÍNTESE

Em síntese dos capítulos deste grupo temático, destaca-se desde logo que o território concelhio não foge à generalidade dos cenários actuais de envelhecimento populacional registados nos países ocidentais. Assim:

- O concelho apresenta um aumento da proporção das pessoas idosas na população total, em detrimento da população jovem e/ou em idade activa: entre 1991 a 2001, regista-se um decréscimo de 22% da população jovem (0-14 anos) e um incremento de 38,5% da população idosa (65 e mais anos), o que se reflecte num índice de envelhecimento que ultrapassa, já em 2001, os 200 idosos por cada 100 jovens;
- A proporção da população idosa, que representava 14% do total da população concelhia, em 1981, quase duplicou, passando para 26% em 2006;
- O número de indivíduos com 75 e mais anos, no total da população idosa passou, entre 1991, 2001, e 2006 de 38 para 41 e depois 47 indivíduos por cada cem com 65 e mais anos.

Á realidade do envelhecimento demográfico surgem associados outros aspectos intrínsecos, que obrigam a um esforço permanente de actualização/acompanhamento e capacidade de resolução atempada, por parte das entidades perante os problemas emergentes:

- A transformação dos perfis das famílias evidencia, cada vez mais, o aumento do número de famílias compostas por idosos, nomeadamente unipessoais;
- Assiste-se a uma passagem progressiva do cuidado dos idosos da alçada familiar para as IPSS's e para entidades privadas, sendo que, no concelho de Grândola, são apenas as entidades sem fins lucrativos, IPSS's e equiparadas, que trabalham para esta população;
- No território concelhio identificam-se as respostas de Lar, Centro de Dia, Centro de Convívio e Serviço de Apoio Domiciliário, dispondo todas as freguesias de Centro de Dia e Serviço de Apoio Domiciliário (no caso da freguesia de Grândola, existe

Actualização do Diagnóstico Social

População Idosa, Dependente e c/Deficiência

ainda a resposta Lar e Centro de Convívio, e na freguesia de Melides a resposta Lar);

- Relativamente a 2002 verifica-se basicamente um acréscimo na resposta Lar (criação de um Lar na freguesia de Melides), e em Centro de Convívio, (criação de Centro de Convívio em Cadoços e em Canal Caveira, pelo Município);
- Em Dezembro de 2007, no total das respostas disponíveis, estão abrangidos 668 idosos e/ou dependentes, verificando-se que 30% estão integrados em Centro de Dia, 28% em SAD, 25% em Lar e 17% em Centro de Convívio;
- A menor frequência dos Centros de Convívio estará, muito provavelmente, relacionada com o facto de muitos idosos frequentarem autonomamente equipamentos desportivos, nomeadamente a piscina, as Associações de Reformados, e também a Universidade Sénior, recentemente criada;
- A distribuição dos idosos pelas diversas respostas vai ao encontro da tendência verificada ao nível do país, investindo-se na criação de respostas de combate ao isolamento e exclusão social, prevenindo ou retardando a institucionalização do idoso;
- No concelho as taxas de utilização são superiores a 90% nas resposta Lar e Serviço de apoio Domiciliário, decrescendo para os 70% nos Centros de Convívio e para 45% nos Centros de Dia⁹⁸;
- Nas diversas respostas é constante um maior número de mulheres, excepto para SAD onde existe igual número de utentes homens e mulheres. As mulheres predominam também nos diferentes grupos etários, excepto até aos 59 anos, sendo esta predominância mais evidente a partir dos 80 anos;
- Na distribuição dos grupos etários pelas respostas disponíveis, verifica-se a evidente correlação entre o avançar da idade e a necessidade de respostas que compensem a crescente falta de autonomia dos utentes;
- De acordo com os técnicos das instituições, o SAD mantém a prestação de cuidados a utentes que necessitariam estar em Lar – que se encontram lotados –

⁹⁸ Este diferencial poderá ser explicado entre outras razões, no caso da resposta Lar e de Serviço de Apoio Domiciliário, pelo facto de os Acordos de Cooperação se reportarem a um número de utentes abrangidos, não coincidente com a capacidade existente. É também nestas respostas que se registam listas de espera, sobretudo em Lar.

Actualização do Diagnóstico Social

População Idosa, Dependente e c/Deficiência

havendo utentes em Lar que, pelo grau de dependência e necessidade de cuidados mais diferenciados deveriam estar em Lar para Grandes Dependentes;

- Quanto à taxa potencial de cobertura das respostas à população idosa, já em 2006 o concelho de Grândola se situa entre os territórios com uma taxa superior à média nacional de 11,1%⁹⁹. Para 2007, a taxa calculada para o concelho é de 26,67%, ou seja, entre 26 e 27 pessoas idosas e/ou dependentes em cada 100 estavam potencialmente cobertas por uma destas respostas sociais¹⁰⁰;
- Regista-se a existência de listas de espera: no final de 2007, 11 pessoas para a resposta Lar, na Casa do Povo de Melides e 450 na Sta Casa da Misericórdia de Grândola. Em SAD, apenas se registava lista de espera na AISGRA, 12 pessoas, que se prende com a impossibilidade de garantir refeições, por limitações da cozinha da instituição;

Na síntese quanto à população com deficiência destacam-se os seguintes pontos:

- Esta população foi objecto de recenseamento, pela primeira vez, em 2001, contabilizando-se no concelho 956 indivíduos com deficiência (484 homens e 472 mulheres), representando 6,4% da população residente;
- A deficiência visual é aquela onde se registam mais indivíduos (1,7%), seguindo-se os indivíduos com deficiência motora (1,6%), deficiência auditiva (0,9%), deficiência mental (0,6%) e paralisia cerebral (0,1%). O conjunto de outras deficiências cifrou-se em 1,4% do total dos indivíduos;
- A incidência é ligeiramente superior no sexo masculino (50,6%) relativamente ao sexo feminino (49,4%). Especificamente a população masculina regista maior incidência nas deficiências auditiva, motora e mental, enquanto na população feminina recai essencialmente na deficiência visual e em outros tipos de deficiência¹⁰¹;

⁹⁹ Estes dados surgem no Relatório da Carta Social 2006, pese embora – no que se refere à taxa potencial de cobertura das respostas à população idosa –, não estarem disponíveis taxas de referência/ideais, nem por resposta, nem no conjunto das respostas.

¹⁰⁰ Não existindo taxas de referência a análise poderá ficar um pouco inconsistente, pelo que pode ser complementada pela existência ou não de listas de espera (tendo em conta o que efectivamente representam).

¹⁰¹ Comparativamente ao país, o panorama de incidência no concelho é idêntico em todos os tipos de deficiência:

Actualização do Diagnóstico Social

População Idosa, Dependente e c/Deficiência

- A maioria da população com deficiência residente no concelho, não possui qualquer grau de incapacidade atribuído (54,8%). A população com deficiência com um grau de incapacidade superior a 80% é de 11,3%; entre 60 e 79% de incapacidade representa 12,2%; entre os 30 e 59% de incapacidade é 13,3% e com grau de incapacidade inferior a 30% é 8,4%.

A Cercigrândola é a única instituição de apoio a esta população (abrange o concelho de Grândola e Alcácer do Sal):

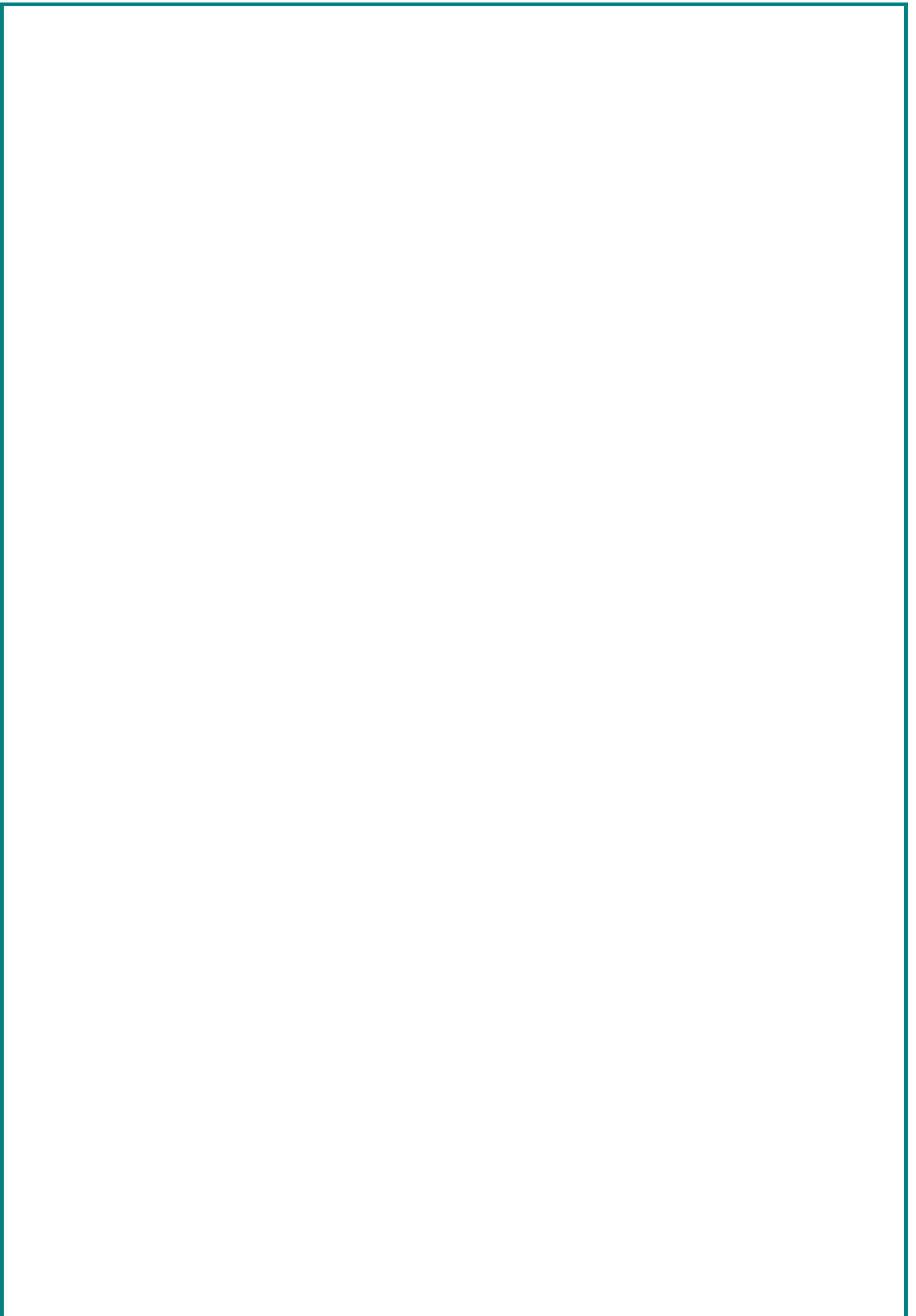
- Através do Centro de Actividades Ocupacionais visa proporcionar aos seus utentes, pessoas com deficiência grave e profunda, com idades entre os 18 e os 54 anos, actividades que estimulem e facilitem o desenvolvimento das capacidades remanescentes das pessoas com doença mental, facilitar a sua integração social e sempre que possível, facilitar o encaminhamento para programas adequados de integração socioprofissional;
- A Cercigrândola tem um Acordo de Cooperação com a Segurança Social para 40 utentes, apoia igual número de utentes, e existe lista de espera;
- Os utentes, 18 mulheres e 22 homens, são na maioria oriundos de famílias com baixo nível de escolaridade, baixos recursos económicos e de idades muito avançadas.

Actualização do Diagnóstico Social

População Idosa, Dependente e c/Deficiência

Problemas identificados	Projectos/soluções
<ul style="list-style-type: none"> ◦ Pessoas em SAD cujo grau de dependência exige outro tipo de resposta; ◦ Pessoas com dependência sem enquadramento em Lar (lista de espera); ◦ Pessoas com elevada dependência sem enquadramento em Lar para Grandes Dependentes; ◦ Inadequação do horário do SAD para pessoas com necessidades especiais; ◦ Falta de resposta temporária (alojamento temporário) para dependentes a cargo das famílias, para descanso destas; ◦ Desresponsabilização das famílias ◦ Isolamento geográfico e/ou social dos utentes de SAD; ◦ Insuficiências na dinamização de actividades em Centro de Dia ◦ Necessidade de actualização de conhecimentos para as Ajudantes de Acção Directa (SAD) ◦ Atingida a capacidade de utentes em CAO; ◦ Utes em lista de espera e sem resposta ◦ Apoio financeiro prestado pelos Institutos públicos é insuficiente face às despesas da Instituição (Cercigrândola) ◦ Parque automóvel envelhecido (Cercigrândola) 	<ul style="list-style-type: none"> ◦ Unidade de Cuidados Continuados média/longa duração – em curso; ◦ Aumentar a resposta em Lar no concelho – Construção de Lar na freguesia de Azinheira de Barros (Fundação Padre Américo e CPAB) – em projecto; ◦ Reconversão do Edifício da Av. Jorge Nunes – alojamentos individuais (T0) destinados a utentes com alguma capacidade económica – Sta. Casa da Misericórdia; ◦ Lar para Grandes Dependentes (40 utentes) Sta casa da Misericórdia de Grândola – em projecto; ◦ Reorganização dos serviços/instituições existentes, para respostas temporárias – proposta; ◦ Trabalhar com as famílias – proposta; ◦ Terapia ocupacional na resposta SAD – proposta; ◦ Animador no âmbito do Programa ‘Viver Solidário’ para animação itinerante – proposta; ◦ Formação para Ajudantes de Acção Directa (SAD) ◦ Candidatura a novos programas para criação de um novo Pólo da Cercigrândola ◦ Renovação – candidatura a projectos (EDP; ADL ou outros)

MEDIDAS / POLÍTICAS DE PROTECÇÃO E
INSERÇÃO SOCIAL



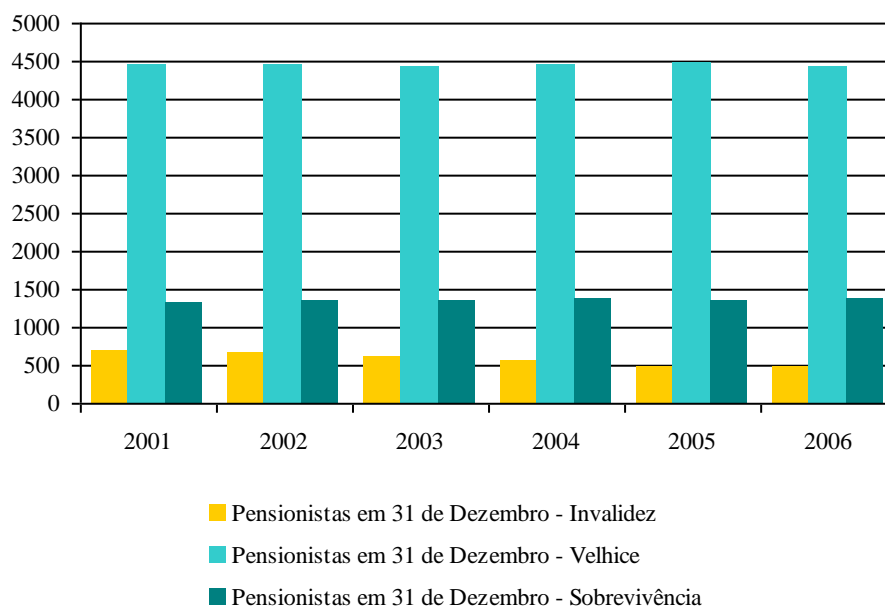
MEDIDAS / POLÍTICAS DE PROTECÇÃO E INSERÇÃO SOCIAL

▪ Pensionistas

Em 2006 o concelho de Grândola tinha 6248 pensionistas, representando cerca de 44% do total da população residente. Ao nível do Alentejo Litoral e do Continente o peso dos pensionistas no total da população residente não é tão significativo, 33,4% e 25,4%, respectivamente.

Analisando o período de 2001 a 2006 verifica-se que no concelho o total de pensionistas tem vindo a registar um decréscimo, não acompanhando a tendência verificada para o Alentejo Litoral e Continente.

Gráfico 96 – Número de pensionistas por Invalidez, Velhice e Sobrevivência no Concelho de Grândola



Fonte: INE: Anuários Estatísticos da Região Alentejo

O decréscimo registado no concelho parece depender sobretudo do número de pensionistas com pensão de Invalidez, cuja variação neste período é significativa e também dos critérios que têm vindo a ser adoptados para a atribuição desta pensão.

No Alentejo Litoral e Continente é também na pensão de invalidez que se regista um decréscimo, que não tem, contudo, reflexo no total dos pensionistas.

Atualização do Diagnóstico Social

Medidas/Políticas de Protecção e Inserção Social

Em Grândola, em 2006, a grande maioria dos pensionistas recebia a pensão de velhice (70,7%). Com menor peso os pensionistas a receber a pensão de sobrevivência (21,7%) e menor ainda os que estavam a receber pensão de invalidez (7,6%).

Tabela 92 – Pensionistas – Concelho de Grândola, Alentejo Litoral e Continente

Unidade Geográfica	Pensionistas em 31 de Dezembro – Total					
	Nº	Nº	Nº	Nº	Nº	Nº
	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Grândola	6456	6449	6384	6359	6604	6248
Continente	2424574	2457059	2434537	2484453	263287	2562881
Alentejo Litoral	31359	31644	32146	32501	28722	32842

Unidade Geográfica	Pensionistas em 31 de Dezembro – Invalidez					
	Nº – %	Nº – %	Nº – %	Nº – %	Nº – %	Nº – %
	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Grândola	686 10,6%	653 10,1%	606 9,5%	551 8,7%	476 7,6%	472 7,6%
Continente	341462 14,1%	335729 13,7%	318638 13,1%	311474 12,5%	293024 11,7%	290278 11,3%
Alentejo Litoral	3491 11,1%	3355 10,6%	3242 10,1%	3101 9,5%	2484 9,1%	2816 8,6%

Unidade Geográfica	Pensionistas em 31 de Dezembro – Velhice					
	Nº – %	Nº – %	Nº – %	Nº – %	Nº – %	Nº – %
	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Grândola	4444 68,8%	4450 69,0%	4430 69,4%	4444 69,9%	4462 70,9%	4420 70,7%
Continente	1498264 61,8%	1525877 62,1%	1523154 62,6%	1567329 63,1%	1610736 64,0%	1650028 64,4%
Alentejo Litoral	21143 67,4%	21342 67,4%	21564 67,1%	21902 67,4%	18773 68,6%	22357 68,1%

Unidade Geográfica	Pensionistas em 31 de Dezembro – Sobrevivência					
	Nº – %	Nº – %	Nº – %	Nº – %	Nº – %	Nº – %
	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Grândola	1326 20,5%	1346 20,9%	1348 21,1%	1364 21,4%	1354 21,5%	1356 21,7%
Continente	584848 24,1%	595453 24,2%	592745 24,3%	605650 24,4%	611245 24,3%	622575 24,3%
Alentejo Litoral	6725 21,4%	6947 22,0%	7340 22,0%	7498 23,1%	6124 22,4%	7669 23,4%

Fonte: INE – Anuários Estatísticos Região Alentejo

Actualização do Diagnóstico Social

Medidas/Políticas de Protecção e Inserção Social

▪ Beneficiários do Rendimento Social de Inserção

No concelho de Grândola, entre 2002 e 2006, assistiu-se a uma diminuição gradual do número de beneficiários, mais acentuada em 2005, número que aumentou novamente em 2006. Esta evolução é idêntica nos restantes concelhos do Alentejo Litoral.

Tabela 93 -Evolução do nº de beneficiários de RSI nos concelhos do Alentejo Litoral

Unidade Geográfica	Beneficiários do rendimento social de inserção ¹⁰²				
	Total				
	Nº	Nº	Nº	Nº	Nº
	2002	2003	2004	2005	2006
Continente	364 566	342 164	349 918	178 099	308 121
Alentejo Litoral	3 460	3 309	3 374	2 468	3 194
Alcácer do Sal	664	641	607	452	525
Grândola	388	377	283	218	380
Odemira	1 269	1 101	1 118	740	966
Santiago do Cacém	713	723	802	566	657
Sines	426	467	564	492	666

Fonte: INE – O País em Números – Edição 2006; Anuário Estatístico Região Alentejo 2005/ 2006

Também nos dados disponíveis para o país se verifica a mesma tendência na evolução do número de beneficiários do RSI.

Esta diminuição poderá ter resultado das alterações introduzidas nas regras de atribuição da medida. Efectivamente a Lei nº 13/2003 de 21 de Maio, Regulamentada pelo D.L nº 283/2003 de 8 de Novembro, revoga o Rendimento Mínimo Garantido (RMG) previsto na Lei nº 19-A/96 de 29 Junho de 1996 e cria o Rendimento Social de Inserção (RSI).

O RSI foi introduzido no decurso de 2004, substituindo o RMG, sendo 2005 o primeiro ano completo de implementação daquela prestação. Em 2006 regista-se um acréscimo no número de beneficiários no concelho e restantes unidades geográficas.

Em 2002 o concelho de Grândola detinha uma percentagem da população beneficiária da medida inferior à registada na região e no país (2,7%, 3,6% e 3,5%, respectivamente). Nos anos seguintes regista-se um decréscimo quer ao nível do concelho quer do Alentejo Litoral e do Continente, situação que se inverte em 2006.

¹⁰² Membros do agregado familiar do titular do RSI, incluindo o titular

Actualização do Diagnóstico Social Medidas/Políticas de Protecção e Inserção Social

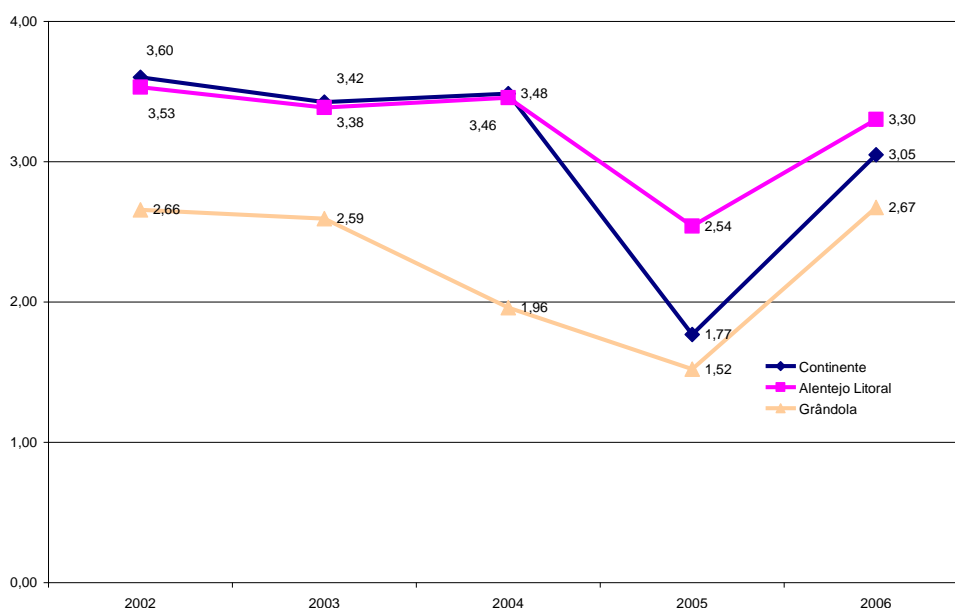
Tabela 94 – Beneficiário do RSI na população residente em Grândola (2002 a 2006)

Anos	População Residente	Nº Beneficiários RSI	%
2002	14 602	388	2,66
2003	14 543	377	2,59
2004	14 454	232	1,60
2005	14328	218	1,52
2006	14 214	380	2,67

Fonte: INE – O País em Números – edição 2006; Anuário estatístico Região Alentejo 2005/ 2006

Em todo o caso, a percentagem de beneficiários do RSI ao longo do período em apreço, em Grândola, situou-se sempre abaixo das percentagens registadas para o Alentejo Litoral e continente, essas sim bastante semelhantes, com excepção para 2006 onde a percentagem de beneficiário RSI na população no Alentejo Litoral é superior à registada no Continente.

Gráfico 97 – Beneficiários do RSI na população residente (2002 a 2006)



Fonte: INE – O País em Números – edição 2006; Anuário estatístico 2006

Beneficiários do RSI – caracterização segundo o sexo e grupo etário

De acordo com os dados disponíveis reportados ao período de 2002/2006, regista-se uma predominância de beneficiários do sexo feminino em todas as unidades geográficas consideradas.

Actualização do Diagnóstico Social

Medidas/Políticas de Protecção e Inserção Social

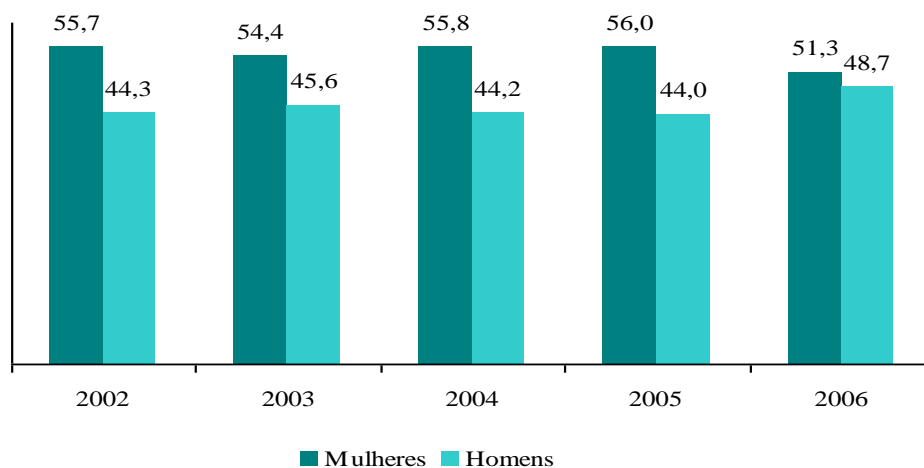
Tabela 95 – Beneficiários do RSI segundo o sexo

Beneficiários do Rendimento Social de Inserção segundo o sexo								
Ano	Sexo	Continente	Alentejo Litoral	Alcácer do Sal	Grândola	Odemira	Santiago do Cacém	Sines
2002	H	166 464	1 620	315	172	623	328	182
	M	190 944	1 840	349	216	646	385	244
	HM	357 408	3 460	664	388	1269	713	426
2003	H	160 165	1 562	305	172	547	344	194
	M	181 999	1 747	336	205	554	379	273
	HM	342 164	3 309	641	377	1 101	723	467
2004	H	163 662	1 588	288	125	556	374	245
	M	186 256	1 786	319	158	562	428	319
	HM	349 918	3 374	607	283	1 118	802	564
2005	H	82 997	1 159	211	96	363	275	214
	M	95 102	1 309	241	122	377	291	278
	HM	178 099	2 468	452	218	740	566	492
2006	H	143 274	1 482	237	185	459	309	292
	M	164 847	1 712	288	195	507	348	374
	HM	308 121	3 194	525	380	966	657	666

Fonte: INE – O País em Números – Edição 2006; Anuários Estatísticos Região Alentejo 2005/2006

No concelho de Grândola, as mulheres representam, em cada ano do período em análise, mais de 50% do universo de beneficiários.

Gráfico 98 – Beneficiários do RSI, segundo o sexo, Grândola 2002-2006



Fonte: INE – O País em Números – Edição 2006; Anuários Estatísticos Região Alentejo 2005/2006

A composição etária constitui um dos dados mais significativos na caracterização dos beneficiários do RSI.

Actualização do Diagnóstico Social

Medidas/Políticas de Protecção e Inserção Social

Tabela 96 – Beneficiários de RSI, segundo o grupo etário

Beneficiários do Rendimento Social de Inserção segundo o grupo etário				
Grupo Etário	Ano	Continente	Alentejo Litoral	Grândola
<24 anos	2002	171 177	1 385	141
	2003	164 184	1 299	138
	2004	164 986	1 304	100
	2005	85 608	992	80
	2006	146 038	1 270	138
25-39 anos	2002	68 992	534	51
	2003	65 843	516	53
	2004	62 800	504	31
	2005	33 718	407	24
	2006	58 802	548	56
40-54 anos	2002	55 753	494	59
	2003	54 423	466	48
	2004	57 817	451	41
	2005	30 856	354	35
	2006	57 238	516	67
55 ou + anos	2002	61 486	1 047	137
	2003	57 714	1 028	138
	2004	62 315	1 079	112
	2005	27 914	715	79
	2006	46 043	860	119

Fonte: INE: Anuários da Região Alentejo

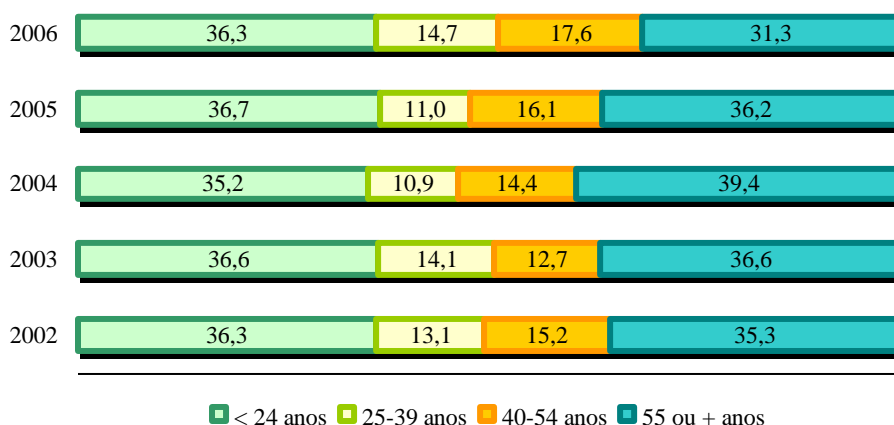
No período considerado, ao nível do concelho, os beneficiários com idade inferior a 24 anos são os que apresentam maior representatividade (na ordem dos 36% e com pequenas variações neste período). Segue-se o grupo dos beneficiários com 55 e mais anos que tem vindo a registar um decréscimo, 35,3% em 2002 e 31,3 % em 2006. O grupo dos 25 -39 anos registou um decréscimo de 2002 a 2005, invertendo essa tendência em 2006, situando-se em 14,7%. O grupo dos 40-54 anos é aquele onde se registou um acréscimo no período temporal em análise, representando, nesse ano, 17,6% do total dos beneficiários.

Para o grupo de idade inferior aos 24 anos o comportamento na região e no continente é semelhante ao registado no concelho. O mesmo já não se verifica para o grupo dos 25 – 39 anos que no Concelho e na Região registou um acréscimo em 2006 o que não tem correspondência ao nível do continente. O mesmo comportamento para as três unidades geográficas, neste período, no grupo dos 40 -54 anos, e 55 e mais, acréscimo no primeiro caso e decréscimo no segundo

Actualização do Diagnóstico Social

Medidas/Políticas de Protecção e Inserção Social

Gráfico 99 – Beneficiários do Rendimento Social de Inserção segundo o grupo etário, Grândola



Fonte: INE: Anuários da Região Alentejo

As mulheres, os jovens com menos de 24 anos e os adultos com 55 e mais anos, emergem como as populações de risco no seio da medida.

Os jovens têm um peso significativo e persistente ao longo deste período. Quanto aos adultos com 55 e mais anos, apesar do decréscimo verificado, representam ainda 31,3% do total dos beneficiários em 2006. Neste grupo os processos de autonomização são, em regra, mais difíceis, pelas dificuldades de reinserção no mercado de trabalho (quando se trata desta problemática), mas também, muito provavelmente, pelas condições de saúde que se vão debilitando com o avançar da idade. Nestes casos o RSI pode ser tomado como um suporte até à idade da reforma, ou mesmo durante esse período, quando os rendimentos auferidos não garantem condições de sobrevivência condignas. Embora não haja dados disponíveis seria interessante perceber a representação dos pensionistas neste grupo.

Para além da idade e do sexo, seria também importante perceber qual a percentagem de beneficiários que tem como fonte de rendimentos, os provindos do trabalho, mas que não são suficientes para o garante das condições de sobrevivência.

Requerimentos entrados no concelho (evolução)

De acordo com a informação disponibilizada pelo Núcleo Local de Inserção (NLI), o número de requerimentos entrados¹⁰³ no concelho de Grândola tem vindo a aumentar de 2003 a 2007, situando-se contudo a percentagem de indeferimentos na ordem dos 50%.

¹⁰³ Requerentes do RSI: todos os indivíduos que, independentemente da sua condição socio-económica, requerem RSI

Actualização do Diagnóstico Social Medidas/Políticas de Protecção e Inserção Social

Tabela 97 – Requerimentos entrados no concelho

Ano	Nº
2003	32
2004	48
2005	60
2006	70
2007	77

Fonte: NLI de Grândola, 2008

Os dados mais recentes no que respeita ao concelho de Grândola, apontam para um decréscimo do número de agregados familiares a receber prestação RSI em 2006 e 2007.

Tabela 98 – Agregados Familiares¹⁰⁴ a receber RSI em 2006/2007

2006	2007
Nº	Nº
115	103

Fonte: NLI dados reportados a 31 de Dezembro de cada ano

No período de 2006 a 2007 o número de Acordos de Inserção Assinados¹⁰⁵ e Beneficiários¹⁰⁶ abrangidos aumentou significativamente.

Tabela 99 – Acordos de Programa de Inserção

Ano	Nº de Acordos de Inserção assinados	Nº de beneficiários abrangidos nos Acordos de Inserção
2006	34	66
2007	96	201

Fonte: NLI – Grândola – Dados reportados a 31 de Dezembro de cada ano

Ao nível dos grupos etários dos beneficiários a frequentar acções de inserção, verifica-se que em 2006 e 2007 o grupo etário com maior número de beneficiários é o dos adultos com mais de 55 anos (57,6% e 41,3% respectivamente), integrados, muito provavelmente, nas áreas de inserção da saúde e da acção social.

¹⁰⁴ Conjunto de pessoas que vivem em economia comum, especificando o cônjuge ou pessoa que viva com o titular em união de facto há mais de um ano e, em geral todos os menores a cargo, que tenham ou não laços de parentesco com o titular. Poderão ainda ser considerados outros adultos que se encontrem na exclusiva dependência económica do agregado, caso sejam estudantes ou estejam dispensados de disponibilidade activa para a inserção profissional ou quando o agregado não tenha, incluindo a pessoa em causa, direito à prestação.

¹⁰⁵ Formalização do programa de inserção, através da subscrição pelo coordenador do NLI – Núcleo Local de Inserção –, pelos representantes das entidades parceiras responsáveis pelas acções de inserção previstas, pelo titular da prestação RSI e pelos indivíduos maiores de 16 anos que integrem o respectivo agregado familiar e sejam beneficiários daquelas acções. O seu início deve ter lugar no prazo de três meses a contar da data em que tiver início a concessão da prestação.

¹⁰⁶ Membros do agregado familiar do titular do RSI, incluindo o próprio titular

Actualização do Diagnóstico Social

Medidas/Políticas de Protecção e Inserção Social

Os jovens com menos de 25 anos, em 2006, representam 16,7% do total dos beneficiários, a que se segue o grupo dos adultos dos 25 aos 54 anos (25,7%).

Em 2007 a situação altera-se com os jovens com menos de 25 anos e os adultos com mais de 55 anos a representar respectivamente 31,3% e 41,3%, no universo dos beneficiários a frequentar acções de inserção, correspondendo aos grupos com maior expressão.

Ao nível do género verifica-se uma inversão de 2006 para 2007, sendo neste último o número de mulheres mais significativo relativamente aos homens. Efectivamente em 2006, no universo de beneficiários a frequentar acções de inserção, as mulheres representavam 40%, situação que se acentuou significativamente em 2007 onde representavam já 52,7%, emergindo aqui as mulheres como população de risco no seio da medida.

Tabela 100 – Caracterização de todos os beneficiários por idade e sexo a frequentar Acções de Inserção (com ou sem Acordo de Inserção)

	0 -5		6-18		19 - 24		25 - 34		35 - 44		45 - 54		55 - 64		+ 65		Totais	
	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
2006	2	0	6	3	0	0	3	2	4	4	4	0	8	4	13	13	40	26
2007	8	6	23	15	4	7	4	13	6	12	11	9	12	13	27	31	95	106

Fonte: NLI de Grândola

Relativamente às áreas de inserção, regista-se um grande número de beneficiários nas áreas da acção social a que se segue a saúde, a educação, o emprego e a formação profissional (estas três últimas com expressão sobretudo em 2007).

Tabela 101 – Distribuição dos beneficiários por áreas de inserção¹⁰⁷

Áreas	Nº Acções contratualizadas	
	2006	2007
Educação	6	41
Formação profissional	2	10
Emprego	1	36
Saúde	15	89
Acção Social	60	245
Habituação	0	12
Total	84	433

Fonte: NLI de Grândola

¹⁰⁷ Referem-se aos domínios previstos pelos programas de inserção, ou seja, o emprego, a formação profissional, a educação, a saúde, a acção social e a habitação, correspondendo a cada uma destas áreas acções específicas ao nível da inserção.

Actualização do Diagnóstico Social

Medidas/Políticas de Protecção e Inserção Social

Complemento Solidário para Idosos – CSI

Criado pelo D.L n° 232 de 29 de Dezembro de 2005, o CSI é uma prestação extraordinária de combate à pobreza dos idosos, integrada no Subsistema de Solidariedade que visa melhorar o nível de rendimentos dos seus destinatários. Trata-se de uma prestação pecuniária de montante diferencial, ou seja, um apoio adicional aos recursos que os destinatários já possuem.

Ao nível da idade, o acesso à prestação foi alargado de forma progressiva. Em 2006 puderam candidatar-se as pessoas com idade igual ou superior a 80 anos, em 2007 as pessoas com idade igual ou superior a 70 anos e em 2008 as pessoas com idade igual ou superior a 65 anos.

Além da idade a atribuição do CSI obedece a outros requisitos: ser beneficiário de pensão de velhice, sobrevivência ou equiparada; ser cidadão nacional beneficiário de subsídio mensal vitalício; ser cidadão nacional e não reunir as condições de atribuição da pensão social por não preencher a respectiva condição de recurso; possuir recursos anuais inferiores a 4.800€ (em 2008); residir em território nacional pelos menos, nos últimos seis anos imediatamente anteriores ao requerimento, autorizar a Segurança Social a aceder à informação fiscal e bancária relevante para a atribuição do complemento, extensível ao cônjuge ou pessoa a viver em união de facto; estar disponível para proceder ao reconhecimento de direitos e á cobrança de créditos extensível ao cônjuge ou pessoa a viver em união de facto.

Dada a curta existência da prestação não estão ainda disponíveis dados sobre a sua atribuição.

MEDIDAS /POLÍTICAS DE PROTECÇÃO E INSERÇÃO SOCIAL – SÍNTESE

Nesta área temática, e em síntese, destacam-se os seguintes pontos:

- Há um peso significativo de pensionistas no total da população do concelho: em 2006 representavam cerca de 44% do total da população residente;
- A maioria dos pensionistas recebia a pensão de velhice (70,7%), seguindo-se a pensão de sobrevivência (21,7%) e a pensão de invalidez (7,6%);
- Assiste-se a uma diminuição gradual do número de beneficiários do RMG/RSI no concelho, no período 2002 a 2006 (mais acentuada em 2005, número que aumentou novamente em 2006);
- Esta diminuição poderá ter resultado das alterações introduzidas nas regras de atribuição da medida: a Lei nº 13/2003 de 21 de Maio, regulamentada pelo D.L nº 283/2003 de 8 de Novembro, revoga o Rendimento Mínimo Garantido (RMG) previsto na Lei nº 19-A/96 de 29 Junho de 1996 e cria o Rendimento Social de Inserção (RSI), introduzido no decurso de 2004, sendo 2005 o primeiro ano completo de implementação da prestação;
- A percentagem de beneficiários do RSI ao longo do período em apreço, em Grândola, situou-se sempre abaixo das percentagens registadas para o Alentejo Litoral e Continente;
- No concelho de Grândola, as mulheres representam, em cada ano do período em análise, mais de 50% do universo de beneficiários;
- As mulheres e os jovens com menos de 24 e os adultos com 55 e mais anos emergem como as populações de risco no seio da medida;
- Em 2007, os jovens com menos de 25 anos e os adultos com mais de 55 anos representam respectivamente 31,3% e 41,3%, no universo dos beneficiários a frequentar acções de inserção, correspondendo aos grupos com maior expressão;
- No período de 2006 a 2007 o número de Acordos de Inserção Assinados e Beneficiários abrangidos pelo RSI aumentou significativamente;

Actualização do Diagnóstico Social

Medidas/Políticas de Protecção e Inserção Social

- Criado o CSI pelo D.L n° 232 de 29 de Dezembro de 2005: o CSI é uma prestação extraordinária de combate à pobreza dos idosos, integrada no Subsistema de Solidariedade que visa melhorar o nível de rendimentos dos seus destinatários

Actualização do Diagnóstico Social

Medidas/Políticas de Protecção e Inserção Social

Identificação dos Problemas	Projectos/Soluções
<ul style="list-style-type: none">◦ Dificuldades de inserção no mundo do trabalho, nomeadamente de beneficiários portadores de doença mental e deficientes;◦ Perfil dos beneficiários do RSI (maioritariamente famílias desestruturadas e pouco motivadas para a integração);◦ Insuficiência de recursos humanos afectos ao RSI devido à acumulação de funções;	<ul style="list-style-type: none">◦ Criação de equipamentos específicos (Unidades de Apoio) adequadas a estas problemáticas;◦ Organização/realização de acções de sensibilização/formação, adequadas ao perfil dos beneficiários e às problemáticas;◦ Disponibilização por parte dos respectivos serviços de maior carga horária mensal para os técnicos afectos ao NLI;

Considerações Finais

A actualização do Diagnóstico Social de Grândola colocou-se, desde o início, como uma ponte para o próximo Plano de Desenvolvimento Social. Partindo desse pressuposto, o trabalho de actualização foi, desde logo, orientado no âmbito das diversas áreas temáticas, criteriosamente escolhidas com base quer no conhecimento empírico da realidade social concelhia, quer na própria avaliação efectuada do PDS 2002-2007.

O documento agora apresentado resulta do trabalho possível efectuada em parceria que, avaliado *a posteriori*, se considera não reflectir ainda a almejada participação e o efectivo envolvimento de todos parceiros.

O trabalho deparou-se, para sua concretização, com as já enunciadas dificuldades, nomeadamente a escassez de dados estatísticos, indisponíveis entre censos para as unidades territoriais que interessaria explorar. As dificuldades apontadas e a metodologia adoptada, de divisão em áreas temáticas trabalhadas por grupos de trabalho distintos, podem justificar os diferentes graus de incidência dos temas tratados.

Em termos globais, na **Demografia** abordou-se a dinâmica populacional concelhia (recessiva) e caracterizou-se a Família no âmbito da mudança demográfica (nuclearização das famílias / empobrecimento das estruturas familiares / aumento do número de famílias unipessoais, sobretudo de idosos...).

Na área temática das **Actividades Económicas e Turismo** destaca-se a tendência para a terciarização das actividades económicas concelhias e um maior número de empresários em nome individual (a aumentar) do que sociedades. É o sector terciário que maior número de pessoas acrescentou ao serviço. Já no Turismo destaca-se a importância primordial deste sector nas perspectivas de desenvolvimento do concelho, salientando-se a profunda intervenção em cursos na zona costeira concelhia, que perconiza a sua transformação num destino novo destino turístico.

O grupo temático **Acessibilidade** debruçou-se essencialmente sobre os Transportes e a Rede Viária, salientando, por exemplo, a insuficiência da rede de transportes intra-concelhia e ausência de planeamento para intervenção na rede viária concelhia.

O trabalho sobre as **Associações, Equipamentos Culturais e Recreativos** destaca a escassez dos equipamentos de carácter exclusivamente cultural e o maior número de equipamentos desportivos; a importância da Biblioteca Municipal enquanto centro de

Atualização do Diagnóstico Social

difusão cultural do concelho; o significativo número de eventos anuais de carácter cultural/lazer e popular/ religioso, com lugar em todas as freguesias, ou os eventos desportivos anuais com carácter regular e de impacto relevante (a oferta desportiva regular é bastante maior e muito mais diversificada do que a oferta cultural). Quanto à participação cívica, Grândola (comparativamente aos outros concelhos do Litoral Alentejano) é o concelho onde os cidadãos mais exercem o seu direito/dever de eleitores.

Quanto ao **Ambiente**, destaca-se desde logo o papel principal dos Municípios na procura de um desenvolvimento mais sustentável para os seus territórios e a necessidade de um maior investimento na sensibilização ambiental e de um crescente envolvimento de todos os cidadãos. No concelho de Grândola destaca-se a necessidade de concretizar a Agenda XXI Local e destacam-se, igualmente, as boas taxas de cobertura da população servida pelo sistema de abastecimento de água no concelho (96%) e pelo sistema de tratamento de águas residuais e ETAR (84%). No domínio dos resíduos a responsabilidade da gestão é partilhada pela Câmara Municipal, pelas Freguesias e pela Ambilital, contemplando um Sistema Intermunicipal de recolha, transporte e valorização de Recicláveis. Relativamente à Poluição/Qualidade da Paisagem, os principais casos de poluição registados, quer ao nível dos cursos de água, quer ao nível da qualidade do ar, têm origem nas suiniculturas; já a extracção de inertes (pedreiras, saibreiras) é fonte de poluição e degradação da qualidade da paisagem.

No campo da **Habitacção**, o parque habitacional registou um crescimento positivo entre 1991 e 2001, registando-se, no concelho, nesse período, um acréscimo generalizado dos níveis de cobertura das infraestruturas. Também a habitacção social no concelho tem crescido, existindo presentemente três bairros sociais, todos localizados na freguesia de Grândola, com um total de 147 habitacções e cerca de 434 indivíduos residentes, sendo a promocção de habitacção social no concelho, nas diferentes modalidades, maioritariamente da responsabilidade do Município. O Município dispõe de outras medidas no âmbito da habitacção, dirigidas a famílias com menores recursos económicos: o Programa de Apoio ao Arrendamento e o apoio na reparacção/conservacção de habitacções do mercado privado.

Na área temática **Educação, Formacção e Emprego**, e no que respeita à **Educação**, apresenta-se a rede de equipamentos educativos e as ofertas locais do sistema de ensino (que abrange desde a educação pré-escolar até ao ensino secundário); evidencia-se a existência de complementos e actividades extracurriculares desde o Pré-escolar até ao 3º Ciclo e, no âmbito das necessidades educativas especiais, a estrutura dos Serviços

Actualização do Diagnóstico Social

Especializados de Apoio Educativo que conta com o Núcleo de Apoio Educativo e com a Unidade Especializada de Apoio à Multideficiência; caracteriza-se também a população quanto à qualificação académica e nível de instrução (população que evidencia, globalmente, uma baixa qualificação).

No que respeita à **Formação**, realça-se a reforma do sistema de formação profissional, financiada sobretudo pelo QREN 2007-2013 através, essencialmente do POPH. Pretende-se, basicamente, a obtenção de dupla certificação, escolar e profissional, com o objectivo de aumentar o número de pessoas com a escolaridade obrigatória, através do financiamento de formação orientada para a procura. A aposta do concelho de Grândola no desenvolvimento turístico exige uma concertação entre as empresas, as entidades formadoras e as escolas locais, no sentido da identificação das necessidades ao nível dos recursos humanos, de modo a evitar o desajustamento entre a formação oferecida e a procurada pelas empresas, bem como o risco de sobreposição da intervenção das várias entidades promotoras de formação profissional.

Quanto ao **Emprego**, destaca-se que o processo de terciarização desempenha um importante papel em termos de absorção de mão-de-obra, factor que se acentua no segmento feminino; que a estrutura do grupo específico de trabalhadores por conta de outrem aponta, em 2005, para valores de iliteracia superiores aos do país e que há uma predominância de efectivos com instrução ao nível do ensino básico e secundário, que se distribuem principalmente pelos sectores terciário e secundário, o mesmo acontecendo para os efectivos com bacharelato e licenciatura. A população activa desempregada é maioritariamente composta por mulheres e encontra-se principalmente à procura de um novo emprego. O número de desempregados do concelho, inscritos no centro de emprego, é sempre muito superior ao número de ofertas de emprego ali registadas. São estruturas de apoio ao emprego no concelho de Grândola o IEFP, a UNIVA, a ADL e o Sector de Desenvolvimento Económico e Apoio ao Empresário do Município.

No grupo temático **Saúde** destaca-se a reforma em curso nos Cuidados de Saúde Primários e, como consequência mais imediata para a comunidade, o encerramento do Serviço de Internamento e do Serviço de Atendimento Permanente (SAP); identificam-se os equipamentos de saúde da rede pública que servem a população concelhia; evidencia-se a não existência em Grândola de um serviço com acordo com SNS, ao nível da Fisioterapia; reforça-se a procura constante de melhoria dos serviços (saúde materna, saúde infantil, visitação domiciliária de enfermagem ...), mesmo quando são bastante positivas as

Actualização do Diagnóstico Social

diversas taxas de cobertura; esclarece-se que o problema de acessibilidade se coloca com maior pertinência na forma de marcação das consultas e na dificuldade em conseguir uma consulta médica no domicílio. Por outro lado, apontam-se as principais causas de morte no concelho e identificam-se alguns factores de risco em termos de saúde pública.

O trabalho sobre a **Infância e Juventude** debruça-se sobre as respostas sociais existentes no concelho para a 1ª e 2ª Infâncias (Creches, Amas da Segurança Social, Pré-escolar, Jardins-de-infância, Intervenção Precoce), destacando-se que apenas na freguesia de Grândola as respostas à 1ª Infância são insuficientes (Creche). As escolas implementaram as actividades de prolongamento escolar, com uma adesão no concelho de 85% dos alunos do 1.º ciclo e as IPSS's oferecem ainda outro tipo de resposta – CATL – para ocupação de tempos livres. Para os adolescentes existem dois espaços de ocupação extra-escolar, “Estúdio Jovem” e “ Espaço Internet”, na sede do concelho. Relativamente às crianças e jovens em situação de perigo, o seu acompanhamento, e das respectivas famílias, está a cargo da Comissão de Protecção de Crianças e de Jovens de Grândola, tendo sido acompanhadas, no período 2002/2007, 640 crianças e jovens com idades compreendidas entre os 0 e os 18 anos, e igual número de famílias.

No âmbito da área temática **População Idosa, Dependente e com Deficiência**, destaca-se desde logo que o território concelhio apresenta um cenário de envelhecimento populacional - pelo persistente aumento da proporção das pessoas idosas na população total, em detrimento da população jovem e/ou em idade activa - assistindo-se, nomeadamente, a uma passagem progressiva do cuidado dos idosos da alçada familiar para as IPSS's e para entidades privadas. No território concelhio identificam-se as respostas de Lar, Centro de Dia, Centro de Convívio e Serviço de Apoio Domiciliário, dispendo todas as freguesias de Centro de Dia e Serviço de Apoio Domiciliário. As taxas de utilização são superiores a 90% nas resposta Lar e Serviço de apoio Domiciliário, decrescendo para os 70% nos Centros de Convívio e para 45% nos Centros de Dia. Acentua-se o esgotamento da capacidade em Lar que, a necessidade de uma resposta de Lar para Grandes Dependentes.

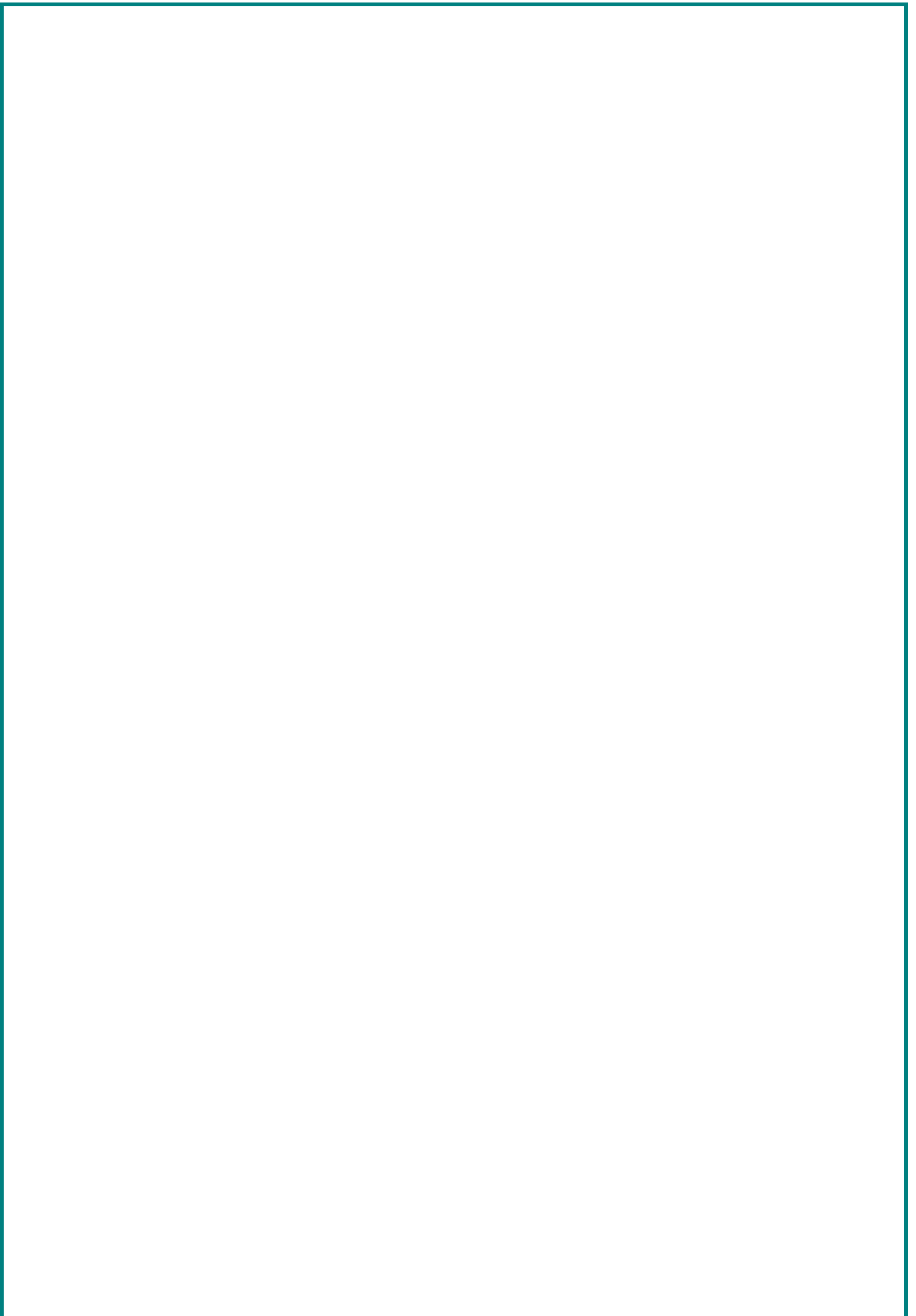
Quanto à população com deficiência destaca-se o desempenho da Cercigrândola, única instituição de apoio a esta população (que abrange o concelho de Grândola e Alcácer do Sal). Através do Centro de Actividades Ocupacionais, a Cercigrândola visa proporcionar aos seus utentes, pessoas com deficiência grave e profunda, com idades entre os 18 e os 54 anos, actividades que estimulem e facilitem o desenvolvimento das capacidades

Actualização do Diagnóstico Social

remanescentes das pessoas com doença mental, facilitar a sua integração social e sempre que possível, facilitar o encaminhamento para programas adequados de integração socioprofissional.

Quanto às **Medidas/Políticas de Protecção e Inserção Social**, e tendo em conta o cenário demográfico concelhio, regista-se um peso significativo de pensionistas no total da população (em 2006 representavam cerca de 44% do total da população residente), destacando-se os pensionistas a receber a pensão de velhice. No que respeita a outras medidas de política social foi dado particular relevo ao RSI, verificando – se que a percentagem de beneficiários, no concelho, se tem situado abaixo das percentagens registadas para o Alentejo Litoral e Continente. No território concelhio, as mulheres, os jovens com menos de 24 e os adultos com 55 e mais anos emergem como as populações de risco no seio da medida. O número de Acordos de Inserção Assinados e Beneficiários abrangidos pelo RSI (2006 a 2007) aumentou significativamente, reflectindo uma maior eficácia da medida. O CSI, prestação extraordinária de combate à pobreza dos idosos, integrada no Subsistema de Solidariedade, que visa melhorar o nível de rendimentos dos seus destinatários, foi implementado recentemente, não sendo ainda conhecido o seu impacto ao nível do concelho.

ANÁLISE SWOT



DEMOGRAFIA – Análise SWOT

PONTOS FORTES

- Território com características geográficas atractivas, como a extensa costa ou a relativa proximidade à capital e/ou a outros centros urbanos

PONTOS FRACOS

- Envelhecimento demográfico /Redução da população jovem
- Não fixação dos jovens no concelho
- Respostas insuficientes ao nível da formação, emprego e habitação para os jovens

OPORTUNIDADES

- Fixação de população no território concelhio, em consequência da dinâmica gerada pelos grandes projectos turísticos
- Aumento da taxa de natalidade por via do movimento migratório

AMEAÇAS

- Fraco dinamismo demográfico geral, com maior incidência nas freguesias rurais devido ao despovoamento dos lugares de pequena dimensão
- Tendência geral para o isolamento das pessoas, em particular dos idosos, num quadro de diminuição do número médio de pessoas por família

ACTIVIDADES ECONÓMICAS E TURISMO – Análise SWOT

PONTOS FORTES

- Localização privilegiada em termos geográficos – nós rodoviários e ferroviários; grande proximidade às cidades de Lisboa, Setúbal e Beja
- Sector terciário preponderante com empresas a demonstrar algum dinamismo
- O Município de Grândola atribui importância primordial ao turismo nas perspectivas de desenvolvimento do concelho
- Melhoria na capacidade de alojamento no concelho com abertura de novas unidades hoteleiras

PONTOS FRACOS

- Fraca/incipiente industrialização;
- Constrangimentos na instalação de empresas, por inexistência de terrenos nas ZIL
- Baixo empreendedorismo
- Ausência de dinâmica na criação de emprego

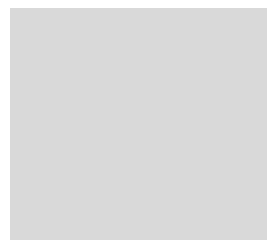
<p>Oportunidades</p>	<ul style="list-style-type: none"> ◦ Implementação dos empreendimentos turísticos na região ◦ Proximidade ao Complexo Industrial de Sines e ao Aeroporto de Beja ◦ QREN – Quadro de Referência Estratégico Nacional 2007/2012 – POPH (Melhoria dos níveis de qualificação escolar e profissional) 	<p>Ameaças</p>	<ul style="list-style-type: none"> ◦ Restrições impostas aos locais no acesso às praias, decorrentes da implementação dos empreendimentos turísticos na região ◦ Não aproveitamento do impulso gerado pela implementação dos diversos empreendimentos turísticos na região ◦ Não aproveitamento de fundos comunitários para melhorar os níveis de qualificação escolar e profissional ◦ Conjuntura de crise económica/contenção orçamental ◦ Falta de incentivos ao investimento privado ◦ Condições mais atractivas para as empresas se estabelecerem nos concelhos vizinhos
-----------------------------	--	-----------------------	---

ACESSIBILIDADES – Análise SWOT

<p>Pontos Fortes</p>	<ul style="list-style-type: none"> ◦ Ligação inter-concelhia relativamente positiva (nós rodoviários A2 e ferroviários); 	<p>Pontos Fracos</p>	<ul style="list-style-type: none"> ◦ Ligação intra-concelhia: debilidade das acessibilidades e incipiente rede de transportes ◦ Desarticulação entre a rede de transportes intra-concelhia e a rede de transportes públicos regional e ferroviários ◦ Oportunidades diferenciadas entre aqueles que vivem na sede do concelho e os restantes residentes ◦ Acessibilidades/Rede Viária: ausência de Planeamento ◦ Aplicação deficitária da legislação referente às barreiras arquitectónicas
<p>Oportunidades</p>	<ul style="list-style-type: none"> ◦ QREN – Quadro de Referência Estratégico Nacional 2007/2012 	<p>Ameaças</p>	<ul style="list-style-type: none"> ◦ Inexistência de Programas no QREN, que permitam candidatar a fundos comunitários projectos como a ‘criação de um interposto modal rodo-ferroviario’ ou o



- Melhoria/reforço na rede de transportes, decorrente da implementação dos novos projectos turísticos
- Concretização do projecto ‘Mobilidade Sustentável’



‘Plano global de Acessibilidades’

ASSOCIAÇÕES, EQUIPAMENTOS CULTURAIS E DESPORTIVOS – Análise SWOT

PONTOS FORTES

- Existência de diversidade e quantidade significativa de associações no concelho
- Oferta desportiva regular e diversificada
- Biblioteca Municipal
- SMFOG
- Recuperação do Cine Granadeiro e do Cine Teatro Grandolense
- Programa de Musealização da Mina do Lousal
- Dinâmica positiva na realização de eventos anuais/ regulares de carácter desportivo, cultural/lazer e popular/religioso

PONTOS FRACOS

- Escassez de equipamentos de carácter exclusivamente cultural
- Voluntariado quase inexistente / Carência de voluntariado jovem nas associações
- Défice de participação cívica
- Ausência de programas complementares de educação para a cidadania
- Não funcionamento do Conselho Municipal da Juventude
- Ausência de sede social ou funcionamento em instalações deficientes de alguns clubes/associações

OPORTUNIDADES

- QREN – Quadro de Referência Estratégico Nacional 2007/2012

AMEAÇAS

- Concorrência das inúmeras fontes de lazer/entretenimento universais (TV, vídeo, jogos electrónicos, Internet...)
- Primado do individualismo da sociedade moderna

AMBIENTE – Análise SWOT

PONTOS FORTES

- Rede pública de água que garante o abastecimento a 96% da população
- 84% da população é servida por sistema de drenagem de águas residuais
- 100% da população concelhia é servida com sistemas de recolha de resíduos sólidos urbanos
- Elevada percentagem da população coberta pela rede de distribuição de energia eléctrica
- Território sem poluição grave
- Zona costeira com Planos Praia executados ou em vias de finalização
- Praias concelhias habitualmente galardoadas com a Bandeira Azul

OPORTUNIDADES

- Actualidade das questões ambientais
- GISA – Gestão Integrada da Saúde e do Ambiente no Litoral Alentejano
- QREN – Quadro de Referência Estratégico Nacional 2007/2012
- Rede Natura 2000, REN e RAN

PONTOS FRACOS

- Inexistência de uma Agenda XXI Local;
- Água: zonas de captação de água para consumo humano insuficientes e desprotegidas;
- Esgotamento da capacidade de tratamento das ETAR's;
- Resíduos: resposta insuficiente dos serviços no âmbito da recolha de RSU/recicláveis;
- Casos de poluição registado, quer ao nível dos cursos de água, quer ao nível da qualidade do ar, com origem nas suiniculturas

AMEAÇAS

- Proximidade ao Complexo Industrial de Sines
- Inexistência de Programas no QREN, que permitam candidatar a fundos comunitários, por exemplo:
 - Um ‘estudo de identificação e classificação dos perímetros de protecção’ das zonas de captação de água; e implementar
 - Um sistema de ‘telegestão e informatização do sistema de gestão de água’

HABITAÇÃO – Análise SWOT

<p>PONTOS FORTES</p>	<ul style="list-style-type: none"> ◦ Elevada cobertura das infra-estruturas básicas nos alojamentos familiares ◦ Dinamismo considerável na promoção de Habitação Social 	<p>PONTOS FRACOS</p>	<ul style="list-style-type: none"> ◦ Património (histórico/urbanístico etc.) por recuperar/preservar ◦ Percentagem significativa de fogos devolutos e degradados no Centro Tradicional da Vila; ◦ Elevado valor das rendas de habitação ◦ Dificuldade na obtenção de solos para construção de habitação; ◦ Aumento dos pedidos de apoio ao arrendamento por famílias carenciadas ◦ Dificuldade na resposta a esse apoio ◦ Deficiente divulgação dos programas de apoio à recuperação de edifícios degradados (IHRU)
<p>OPORTUNIDADES</p>	<ul style="list-style-type: none"> ◦ Programas de apoio à recuperação de edifícios degradados (IHRU); 	<p>AMEAÇAS</p>	<ul style="list-style-type: none"> ◦ Agravamento da crise financeira ◦ Endividamento / degradação da qualidade de vida dos agregados familiares ◦ Juros dos empréstimos à habitação muito elevados

EDUCAÇÃO, FORMAÇÃO E EMPREGO – Análise SWOT

<p>PONTOS FORTES</p>	<ul style="list-style-type: none"> ◦ Carta Educativa ◦ Boa cobertura para os níveis de ensino até ao secundário (12º ano) ◦ Boas respostas qualitativas e quantitativas do parque escolar 	<p>PONTOS FRACOS</p>	<ul style="list-style-type: none"> ◦ Analfabetismo ◦ Absentismo escolar ◦ Insucesso escolar ◦ Dificuldades de dialogo com as escolas
-----------------------------	--	-----------------------------	--

Actualização do Diagnóstico Social

- Aumento da procura na educação pré-escolar (desde 1996/97)
- Cumprimento dos Programas de Componente de Apoio à Família e Actividades de Enriquecimento Curricular e Extracurricular
- Bolsas de Estudo; Prémio Dr. Evaristo Sousa Gago
- Unidade Especializada de Apoio à Multideficiência – Agrupamento Vertical de Escolas
- Cercigrândola
- Boa resposta no combate ao insucesso e exclusão escolar, nomeadamente através da oferta de CEF's e EFA's
- Variedade de entidades formadoras
- Oferta formativa diversificada: Aprendizagem; EFJ; EFA; UFCD; Formação Modular Certificada; CET; Cursos Profissionais; Cursos de Longa Duração; Formação de Formadores

Análise SWOT

- Falta de respostas de ocupação aos jovens em período extra-escolar (2.º, 3.º ciclo e secundário)
- Fraco envolvimento das famílias ao nível do acompanhamento do processo educativo dos filhos
- Prevalência de qualificações/níveis escolares baixos na população
- Insuficiente formação profissional nas áreas da restauração e alojamento
- Dificuldade em prever as necessidades de recrutamento das micro-empresas e PME a médio e longo prazo
- Dificuldades na concretização das parcerias; desconhecimento mútuo do trabalho de cada uma das entidades formadoras
- Dificuldade em concretizar respostas adequadas a públicos específicos, nomeadamente pessoas portadoras de deficiência ou incapacidade
- Insuficiência da oferta de Formação de Activos pelas instituições credenciadas para o efeito
- Resistência verificada por parte dos empresários, aquando da realização das acções de formação dirigidas essencialmente a activos
- Baixos níveis de habilitações da população em geral e das pessoas ao serviço em particular
- Défice de literacia no grupo de trabalhadores por conta de outrem (valores de iliteracia superiores aos do país) e no grupo dos desempregados
- Predominância de efectivos com instrução ao nível do ensino básico e secundário
- Níveis de desemprego
- Níveis de desemprego feminino

OPORTUNIDADES

- QREN – Quadro de Referência Estratégico Nacional 2007/2012 – POPH
- Novos equipamentos escolares: Escola Básica Integrada do Concelho e Centros Escolares de Melides e do Carvalhal
- Reordenamento da rede educativa (Territórios Educativos: Grândola Periurbana/Centros Rurais e Grândola Litoral)
- Residência para Estudantes/Casa da Juventude
- Plataforma Territorial do Litoral Alentejano – articulação supra-municipal
- Acção concertada/conjunta das entidades promotoras de formação com vistas às necessidades do mercado de emprego da Região
- Criação/divulgação de bolsa de recursos humanos onde os jovens se possam inscrever
- Rentabilização do site www.grandolaemrede.com.pt
- Qualificação dos recursos humanos nas organizações
- Núcleo da escola de hotelaria e turismo no concelho
- Centros Novas Oportunidades; RVCC, Cursos EFA, Formação Modular Certificada; Formação Inicial
- Eixo 3 do POPH – Gestão e aperfeiçoamento profissional

AMEAÇAS

- Aumento do número de pessoas com habilitações de nível superior inscritas nos centros de emprego
- Absentismo escolar
- Oferta formativa insuficiente ou inadequada;
- Restrições/limitações do POPH para a promoção da oferta de formação contínua (nomeadamente ao nível do acesso às candidaturas)
- Inadequação da oferta educativa/formativa ao Mercado de Trabalho
- Insuficiente comunicação entre as empresas e as entidades formadoras e escolas que actuam no concelho, no sentido da identificação das necessidades ao nível do recursos humanos
- Desajustamento entre a formação oferecida e a que é procurada pelas empresas
- Factor capital humano: baixa qualificação; envelhecimento da população; não fixação da população
- Desequilíbrio das estruturas etárias: população activa/população inactiva
- Desinvestimento na valorização dos recursos humanos locais, precária e insuficientemente preparados para os desafios propostos para o território

Actualização do Diagnóstico Social

Análise SWOT

- MAI – Modelo de Articulação Informal entre empresas e instituições locais
- Projectos de apoio ao empreendedorismo
- Plano Nacional de Emprego
- Aumento do número de pessoas com habilitações de nível superior: qualificação dos recursos humanos
- Aproveitar o impulso gerado pela implementação dos diversos empreendimentos turísticos na Região

SAÚDE – Análise SWOT

PONTOS FORTES

- CAT de Setúbal e CAT do Litoral Alentejano (Santo André)
- Existência de um Centro de Hemodiálise e de uma Comunidade Terapêutica locais integrados na rede convencionada
- Significativa melhoria no sistema de marcação de consultas no HLA
- Área de Saúde Materna: projecto de ‘preparação para o nascimento’ e ‘programa de intervenção precoce’
- Taxas de vacinação que garantem a cobertura do grupo infante-juvenil
- Saúde de Adultos: consulta de enfermagem de diabetes e sessões de educação para a saúde em grupo;

PONTOS FRACOS

- Encerramento do Serviço de Internamento e do Serviço de Atendimento Permanente (SAP)
- A dificuldade de acesso ao HLA, nomeadamente pela escassez de transportes públicos
- Situação igualmente grave no retorno dos doentes provenientes do Serviço de Urgência, dado que, pelas características deste serviço, os bombeiros nem sempre garantem o regresso ao domicílio
- Acessibilidade: dificuldade em conseguir uma consulta médica no domicílio
- Vigilância em Saúde Materna: imprescindível melhorar o indicador Precocidade
- Vigilância em Saúde Infantil: taxas de vigilância e médias de consultas nos diversos grupos de idade aquém dos valores recomendados

Actualização do Diagnóstico Social

Análise SWOT

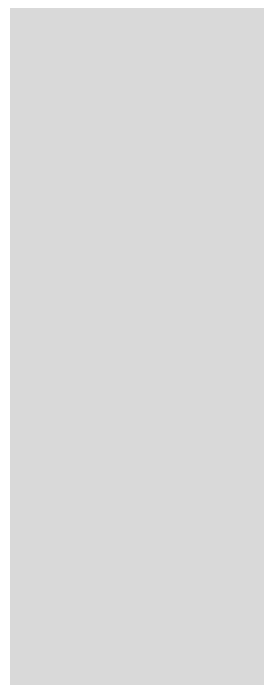
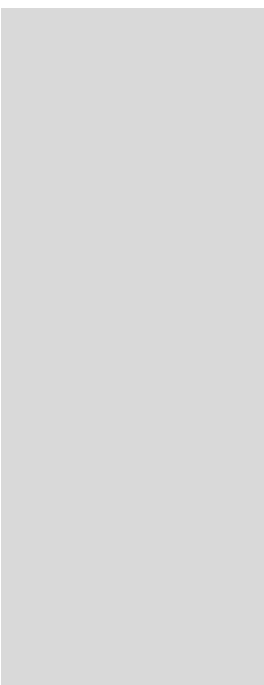
	<ul style="list-style-type: none">◦ Em mais de 95% das solicitações, a visitação domiciliária de enfermagem é respondida em menos de 24 horas◦ Aumento do número mensal de horas afectas à consulta nas extensões de Azinheira de Barros e Carvalhal		<ul style="list-style-type: none">◦ Insuficiência/inadequação de competências parentais◦ Ausência de recursos na rede oficial no âmbito da terapia da fala, da psicologia e da pedopsiquiatria◦ Saúde de Adultos: insuficiência de respostas locais, no que respeita às áreas de fisioterapia e psiquiatria de agudos◦ Isolamento social e/ou familiar dos idosos e/ou dependentes◦ Existência de factores de risco em termos de Saúde Pública
OPORTUNIDADES	<ul style="list-style-type: none">◦ Reestruturação em curso dos serviços de saúde da rede pública	AMEAÇAS	<ul style="list-style-type: none">◦ Reestruturação em curso dos serviços de saúde da rede pública

INFÂNCIA E JUVENTUDE – Análise SWOT

PONTOS FORTES	<ul style="list-style-type: none">◦ Instituições com boa dinâmica no apoio a crianças e jovens◦ Boa cobertura do programa de Apoio à Família em jardim-de-infância◦ Actividades de enriquecimento extracurricular implementadas em todas as escolas do 1º ciclo do concelho◦ Resposta ao nível da Intervenção Precoce – PAIP – Projecto Articulado de Intervenção Precoce	PONTOS FRACOS	<ul style="list-style-type: none">◦ Respostas insuficientes à 1ª Infância (Creche e Jardim-de-infância) na sede do concelho◦ Aumento do número de crianças e jovens acompanhados pela CPCJ (em 2007)◦ Falta de respostas de ocupação os jovens em período extra-escolar;◦ Toxicodependência;◦ Carência de equipamentos e/ou famílias de acolhimento no Concelho que viabilizem a manutenção em termos concelhios das crianças institucionalizadas◦ Necessidades de formação do pessoal auxiliar◦ Carência de Voluntariado, nomeadamente, voluntariado
----------------------	--	----------------------	---

Actualização do Diagnóstico Social

Análise SWOT



OPORTUNIDADES

- Desenvolvimento das competências sociais, pessoais e parentais das famílias
- Creche Familiar
- Lar de Crianças ou Centro de Acolhimento Temporário no Concelho de Grândola.
- Equipa de famílias de acolhimento em consonância com o Dec-lei 11/08.
- Gabinete Jovem Empreendedor
- Conselho Municipal da Juventude
- Plataforma Territorial do Litoral Alentejano –

AMEAÇAS

- jovem nas associações/instituições
- Fraco envolvimento das famílias ao nível do acompanhamento do processo educativo dos filhos
- Maior percentagem de famílias com carências sociais;
- Aumento da violência doméstica
- Desinformação das famílias sobre as problemáticas inerentes às toxicodependências
- Número de crianças com carências alimentares e riscos sociais
- A rede de transportes não corresponde às necessidades dos jovens que se deslocam das freguesias para a sede de concelho
- Dificuldades de respostas para os jovens ao nível da formação, emprego e habitação
- Carência de iniciativas que envolvam a comunidade educativa ao nível da 1.ª e 2.ª infância, o que inviabiliza a partilha de experiências;
- Famílias desestruturadas
- Absentismo escolar
- Toxicodependência
- Bullying

articulação supra-municipal;

POPULAÇÃO IDOSA, DEPENDENTE E C/DEFICIÊNCIA – Análise SWOT

PONTOS FORTES

- Programa Viver Solidário
- Centros Comunitários
- Universidade Sénior de Grândola
- Associações de Reformados
- Todas as freguesias dispõem de resposta à população idosa e dependente (Centro de dia; Centro de convívio; SAD; Lar)
- Resposta à população com deficiência (Cercigrândola; CAO; Formação Profissional)

PONTOS FRACOS

- Isolamento social/geográfico dos idosos
- Inexistência de equipamento para grandes dependentes
- Necessidades de formação do pessoal auxiliar
- Inadequação do enquadramento de alguns utentes com dependência, por inexistência ou falta de vaga na valência adequada
- Ausência de resposta temporária (alojamento temporário) para dependentes a cargo das famílias
- Insuficiências na dinamização de actividades em Centro de Dia
- Atingida a capacidade de utentes em CAO
- Carência de Voluntariado nas associações/instituições

OPORTUNIDADES

- Unidade de Cuidados Continuados média/longa duração
- Aumentar a resposta em Lar no concelho:
 - Construção de Lar na freguesia de Azinheira de Barros – Fundação Padre Américo e CPAB
 - Reconversão do Edifício da Av. Jorge Nunes – alojamentos individuais (T0) destinados a utentes com alguma capacidade económica – Sta. Casa da Misericórdia
 - Construção de Lar para Grandes Dependentes (40 utentes) – Sta Casa da Misericórdia de

AMEAÇAS

- Isolamento social/geográfico dos idosos
- Desresponsabilização das famílias
- Inadequação das respostas face às dependências dos utentes
- Insuficiência dos apoios financeiros às instituições

Grândola

- Novo Pólo da Cercigrândola
- Plataforma Territorial do Litoral Alentejano – articulação supra-municipal;

MEDIDAS / POLÍTICAS DE PROTECÇÃO E INSERÇÃO SOCIAL – Análise SWOT

PONTOS FORTES

- No período de 2006 a 2007 o número de Acordos de Inserção Assinados e Beneficiários abrangidos pelo RSI aumentou significativamente

OPORTUNIDADES

- RSI – Rendimento Social de Inserção
- CSI – Complemento Solidário para Idosos – prestação extraordinária de combate à pobreza dos idosos

PONTOS FRACOS

- Peso significativo de pensionistas no total da população do concelho
- Dificuldades de inserção no mundo do trabalho, nomeadamente de beneficiários portadores de doença mental e deficientes.
- Perfil dos beneficiários do RSI (maioritariamente famílias desestruturadas e pouco motivadas para a integração).
- Insuficiência de recursos humanos afectos ao RSI devido à acumulação de funções

AMEAÇAS

- Dificuldades de inserção no mundo do trabalho, nomeadamente de beneficiários do RSI portadores de doença mental e deficientes
- Insuficiência de recursos humanos afectos ao RSI devido à acumulação de funções
- Aumento do número de indivíduos em situação de pobreza
- Ciclicidade/dependência face ao RSI

BIBLIOGRAFIA

AMBILITAL Home Page. [Em linha], disponível em <http://www.ambilital.pt/>

AMLA Home Page. [Em linha], disponível em <http://www.amla.pt/index2.html>

ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DO LITORAL ALENTEJANO (2004). *Diagnóstico de Necessidades de Qualificação e Certificação de Activos no Litoral Alentejano*, Santiago do Cacém: ADL

CÂMARA MUNICIPAL DA GOLEGÃ (2007). Projecto Escola e Ambiente 2007. [Em linha], disponível em http://www.cm-golega.pt/NR/rdonlyres/F02C7498-0D9D-48DB9468-D712260AA2F9/0/Projecto_Escola_Ambiente2007_2.pdf (consultado em 21/02/2008)

CÂMARA MUNICIPAL DA LOUSÃ (2008). Carta Desportiva da Lousã. [Em Linha], disponível em http://www.cm-lousa.pt/docs/desporto/carat_desp/cap_f.pdf (consultado em 06/08/2008)

CÂMARA MUNICIPAL DE GRÂNDOLA (2001), *Relatório e Contas 2000*, Grândola: CMG

CÂMARA MUNICIPAL DE GRÂNDOLA (2002), *Relatório e Contas 2001*, Grândola: CMG

CÂMARA MUNICIPAL DE GRÂNDOLA (2003), *Relatório e Contas 2002*, Grândola: CMG

CÂMARA MUNICIPAL DE GRÂNDOLA (2004), *Relatório e Contas 2003*, Grândola: CMG

CÂMARA MUNICIPAL DE GRÂNDOLA (2005), *Carta Educativa do Concelho de Grândola*, Grândola: CMG

CÂMARA MUNICIPAL DE GRÂNDOLA (2005), *Relatório e Contas 2004*, Grândola: CMG

CÂMARA MUNICIPAL DE GRÂNDOLA (2006), *Relatório e Contas 2005*, Grândola: CMG

CÂMARA MUNICIPAL DE GRÂNDOLA (2007), *Relatório e Contas 2006*, CMG, Grândola

CÂMARA MUNICIPAL DE GRÂNDOLA (2008), *Relatório e Contas 2007*, Grândola: CMG

CÂMARA MUNICIPAL DE GRÂNDOLA (sd). Projecto Grândola em Rede para a Inserção. [Em Linha], disponível em <http://www.grandolaemrede.com.pt/>

CÂMARA MUNICIPAL DE GRÂNDOLA Home Page. [Em linha], disponível em <http://www.cm-grandola.pt>

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA Home Page, Programa de Apoio ao Associativismo. [Em linha], disponível em http://www.ericeira.pt/desporto/pdf/programa_apoio_ass_desp_cul.pdf (consultado em 06/08/2008)

Actualização do Diagnóstico Social

CÂMARA MUNICIPAL DE S. J. DA MADEIRA (2003). A Agenda XXI Local. [Em linha], disponível em <http://www.agenda21sjm.org/gca/index.php?id=56>

CAMPOS, Maria dos Anjos L. (2003). “A actividade e inactividade económica nas famílias”, *Revista de Estudos Demográficos*, N.º 33, pp. 39-53

CATÁLOGO NACIONAL DE QUALIFICAÇÕES (2008) Home Page. [Em linha], disponível em <http://www.catalogo.anq.gov.pt/>

CÓNIM, Custódio N. P. S. (1999). *Geografia do Envelhecimento da População Portuguesa – Aspectos Sociodemográficos 1970-2021*, Departamento de Prospectiva e Planeamento, Lisboa: Comissão Nacional para o Ano Internacional das Pessoas Idosas 1999

CONSELHO LOCAL DE ACÇÃO SOCIAL DE GOUVEIA (2004). *Diagnóstico Social do Concelho de Gouveia*. [Em Linha], disponível em <http://www.cm-gouveia.pt/redesocial.html> (consultado em 07/08/2008)

CONSELHO LOCAL DE ACÇÃO SOCIAL DE REDONDO (2005). *Diagnóstico Social do Concelho de Redondo*. [Em Linha], disponível em <http://www.cmredondo.pt/NR/rdonlyres/00002660/vipwkrbujmrkyurcoicskfpcljzmqh/Diagnosticosocialpdf.pdf> (consultado em 07/08/2008)

CONSELHO LOCAL DE ACÇÃO SOCIAL DE SINTRA (2004). *Diagnóstico Social do Concelho de Sintra*. [Em Linha], disponível em <http://www.cmsintra.pt/Anexo/633304783995312500Diagn%C3%B3stico.pdf> (consultado em 07/08/2008)

CONSELHO LOCAL DE ACÇÃO SOCIAL do concelho de Grândola (2000). *Diagnóstico do Concelho de Grândola*, Grândola: CLAS

CONSELHO LOCAL DE ACÇÃO SOCIAL do concelho de Grândola (2002). *Plano de Desenvolvimento Social de Grândola 2002-2007*, Grândola: CLAS

GABINETE DE ESTRATÉGIA E PLANEAMENTO MTSS. Carta Social Relatório 2006. [Em linha], disponível em <http://www.cartasocial.pt/index1.php> (consultado em 10/04/2008)

GOMES, Luis (2003). A Renovação do Associativismo Local. [Em linha], disponível em <http://www.setubalnardede.pt/content/index.php?action=articlesDetailFo&rec=2171> (consultado em 07/08/2008)

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (1994). *Censos 1991 – XIII Recenseamento Geral da População e III Recenseamento Geral da Habitação – Resultados Definitivos Alentejo*, Lisboa: INE

Atualização do Diagnóstico Social

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (2002). *Censos 2001 – XIV Recenseamento Geral da População e IV Recenseamento Geral da Habitação – Resultados Definitivos Alentejo*, Lisboa: INE

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (2007), *O País em Números – Edição de 2006*. [CD-ROM]. Lisboa: INE

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (2007). “Estatísticas do Ambiente 2006”, *Revista Território e Ambiente*, Lisboa: INE

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA Home Page. [Em linha], disponível em <http://www.ine.pt>

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, Anuário Estatístico da Região Alentejo 2003. [Em linha], disponível em http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_pesquisa (consultado durante 2008)

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, Anuário Estatístico da Região Alentejo 2004. [Em linha], disponível em http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_pesquisa (consultado durante 2008)

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, Anuário Estatístico da Região Alentejo 2005. [Em linha], disponível em http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_pesquisa (consultado durante 2008)

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, Anuário Estatístico da Região Alentejo 2006. [Em linha], disponível em http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_pesquisa (consultado durante 2008)

JN, Autarquias e Ambiente. [Em linha], disponível em http://jn.sapo.pt/2005/10/03/centro/autarquias_e_ambiente.html (consultado em 03/2008)

MTSS (2006) Home Page. NetEmprego. [Em linha], disponível em <http://www.netemprego.gov.pt/IEFP/index.jsp>

MUNICÍPIO DO MONTIJO Home Page, Conheça a Escola da Cidadania [Em linha], disponível em <http://www.mun-montijo.pt/pt/conteudos/municipio/Associativismo+e+Cidadania/Escola+da+Cidadania/> (consultado em 07/08/2008)

NOGUEIRA, João (coord.) (1999), "Potencialidades do Litoral Alentejano Dinâmicas Promotoras do Desenvolvimento do Emprego-Formação", *Estudos e Análises* n.º 22, Lisboa: OEFP

Atualização do Diagnóstico Social

SILVA, Sofia M. (2007), Os Espaços do Associativismo: Como Participam as Associações de Canelas no Espaço Local? [Em linha], disponível em <http://conferencias.iscte.pt/viewpaper.php?id=182&cf=3> (consultado em 08/08/2008)

VIEGAS, José M. L. (2004), “Implicações Democráticas das Associações Voluntárias – O caso português numa perspectiva comparativa europeia”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, n.º 46, pp. 33-50

LEGISLAÇÃO

Decreto-lei n.º 306/2007 de 27 de Agosto, *Diário da República n.º 164/2007*, 1.ª Série. Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional. Lisboa

Decreto-Lei n.º 46/2008 de 12 de Março, *Diário da República n.º 51/2008*, I Série. Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional. Lisboa

Decreto-lei n.º 105/1996 de 31 de Julho, *Diário da República n.º 176/1996* – I Série. Ministério do Equipamento, Planeamento e da Administração do Território. Lisboa

Decreto-lei n.º 106/1996 de 31 de Julho, *Diário da República n.º 176/1996* – I Série. Ministério do Equipamento, Planeamento e da Administração do Território. Lisboa

Decreto-lei n.º 232/2005 de 29 de Dezembro, *Diário da República n.º 249/2005* – I Série-A. Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social. Lisboa

Decreto-lei n.º 25/2002 de 11 de Fevereiro, *Diário da República n.º 35/2002* – I Série-A. Ministério do Equipamento Social. Lisboa

Decreto-lei n.º 283/2003 de 8 de Novembro, *Diário da República n.º 259/2003* – I Série-A. Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social. Lisboa

Decreto-lei n.º 308/2007 de 3 de Setembro, *Diário da República n.º 169/2007* – I Série. Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional. Lisboa

Decreto-Lei n.º 317/85 de 2 de Agosto, *Diário da República n.º 176/1985* – I Série. Ministério do Agricultura. Lisboa

Decreto-lei n.º 329-C/2000 de 22 de Dezembro, *Diário da República n.º 294/2000* – I Série-A. Ministério do Equipamento Social. Lisboa

Decreto-lei n.º 39/2001 de 9 de Fevereiro, *Diário da República n.º 34/2001* – I Série-A. Ministério do Equipamento Social. Lisboa

Decreto-Lei n.º 39/2008 de 7 de Março, *Diário da República n.º 48/2008*, I Série. Ministério da Economia e da Inovação, Lisboa

Actualização do Diagnóstico Social

Decreto-Lei nº147/97 de 11 de Junho, *Diário da República n.º 133/1997* – I Série-A. Ministério do Educação. Lisboa

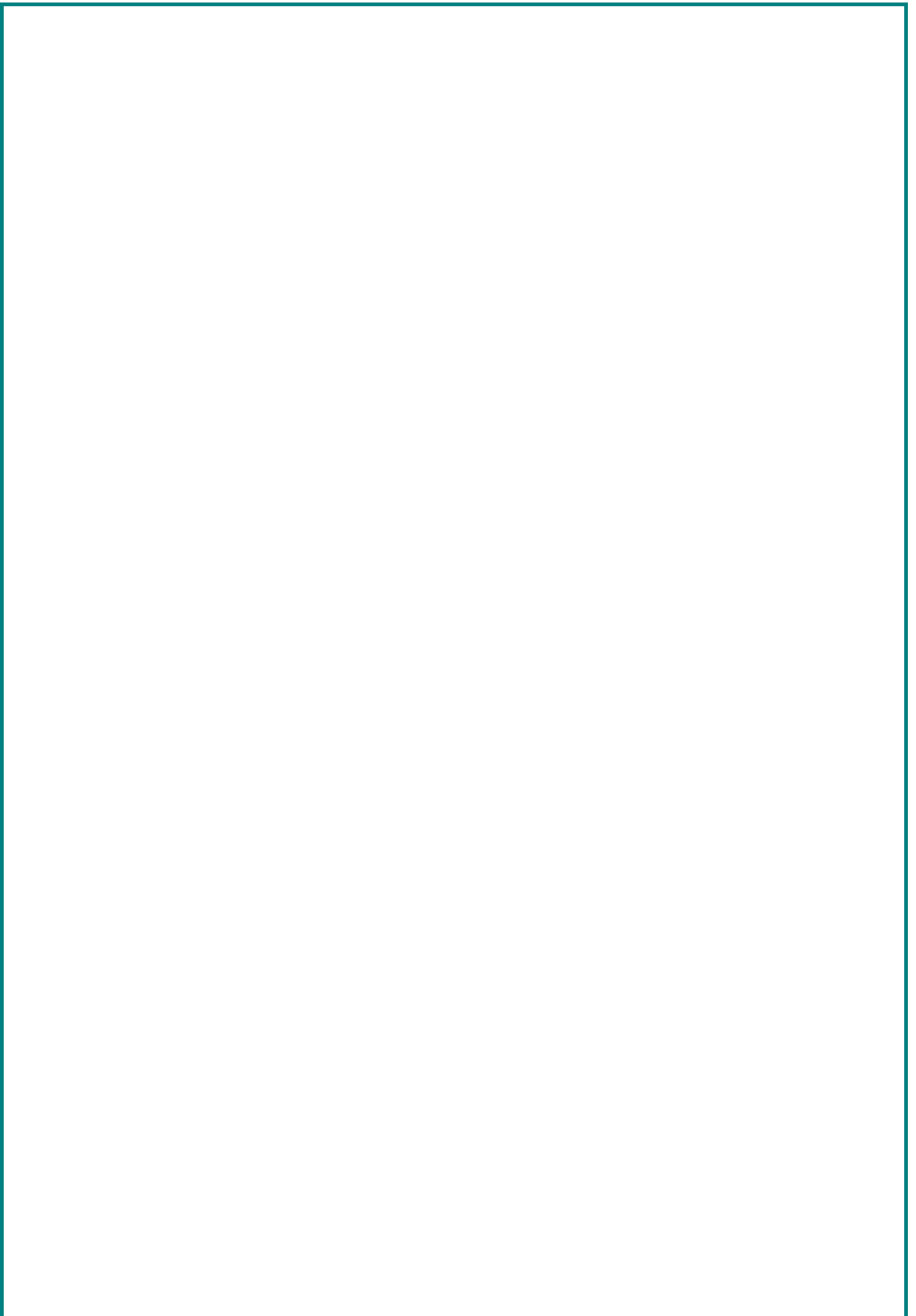
Lei nº 13/2003 de 21 de Maio, *Diário da República n.º 117/2003*, I Série-A. Assembleia da República, Lisboa

Lei nº 19-A/96 de 29 Junho de 1996, *Diário da República n.º 145/1996*, I Série-A. Assembleia da República, Lisboa

Portaria nº 1427/2001 de 15 de Dezembro, *Diário da República n.º 289/2001*, I Série-B. Ministério das Finanças, da Administração Interna, da Economia, da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas e do Ambiente e do Ordenamento do Território. Lisboa

Resolução do Conselho de Ministros n.º 173/2007 de 7 de Novembro, *Diário da República n.º 214/2007*, I Série. Presidência do Conselho de Ministros, Lisboa

Anexos



Tabelas e Quadros

Tabela A. 1 – Empresas por Município da Sede, segundo a CAE – Rev. 2.1, 31 de Dezembro 2006

Unidade: N.º	Total	A+B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	MaO
Portugal	1 132 364	75 568	1 760	108 062	700	187 129	366 278	115 878	32 435	28 941	134 004	81 609
Continente	1 081 645	68 324	1 706	105 226	684	177 651	354 046	111 267	29 948	28 224	126 414	78 155
Alentejo	88 856	19 724	257	6 237	25	11 134	26 494	9 944	2 090	1 910	6 045	4 996
Alentejo Litoral	13 071	3 866	14	690	3	1 744	3 306	1 571	259	167	848	603
Grândola	2 194	630	4	105	1	291	577	251	40	24	170	101

Fonte: INE, Anuário da Região Alentejo 2006

Tabela A. 2 – Empresas da Indústria Transformadora por Município da sede, segundo CAE - Rev.2.1, 31 de Dezembro 2006

Unidade: N.º	Total	DA	DB	DC	DD	DE	DF+DG	DH	DI	DJ	DK	DL	DM	DN
Portugal	108 062	12 890	21 622	4 108	11 295	6 946	1 200	1 353	6 314	20 190	4 790	2 948	1 221	13 185
Continente	105 226	12 278	21 393	4 100	10 577	6 794	1 188	1 342	6 175	19 669	4 738	2 907	1 174	12 891
Alentejo	6 237	1 779	353	55	847	272	69	40	577	1 395	256	94	74	426
Alentejo Litoral	690	192	34	7	136	26	7	1	31	168	24	10	5	49
Grândola	105	23	5	1	28	2	0	0	8	27	2	0	1	8

Fonte: INE, Anuário da Região Alentejo 2006

Tabela A. 3 – Sociedades por Município da sede, segundo CAE – Rev.2.1 de Dezembro 2006

Unidade: N.º	Total	A+B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	MaO
Portugal	416 369	11 018	1 052	49 566	684	55 174	120 821	36 541	24 393	2 666	79 951	34 503
Continente	397 770	10 694	1 009	48 469	668	53 084	115 724	34 686	22 910	2 505	74 774	33 247
Alentejo	24 254	3 579	161	2 366	25	2 621	6 967	2 087	1 520	124	3 015	1 789
Alentejo Litoral	2 888	468	8	246	3	337	753	316	174	9	386	188
Grândola	471	55	4	30	1	55	131	56	30	0	74	35

Fonte: INE, Anuário Região Alentejo 2006

Tabela A. 4 – Sociedades da Indústria Transformadora por Município da sede, segundo CAE - Rev.2.1, 31 Dezembro 2006

Unidade: N.º	Total	DA	DB	DC	DD	DE	DF+DG	DH	DI	DJ	DK	DL	DM	DN
Portugal	49 566	6 417	9 031	2 211	4 028	4 712	971	1 079	3 299	7 517	3 004	1 661	836	4 800
Continente	48 469	6 127	8 979	2 208	3 883	4 608	963	1 069	3 211	7 269	2 975	1 638	817	4 722
Alentejo	2 366	791	61	14	249	177	42	31	258	371	126	51	57	138
Alentejo Litoral	246	81	5	1	42	17	5	1	18	43	8	2	3	20
Grândola	30	2	1	0	10	1	0	0	4	8	0	0	1	3

Fonte: INE – anuário Região Alentejo 2006

Tabela A. 5 – Pessoal ao Serviço nas Sociedades, por Município da ses, segundo a CAE – Rev.2.1, 31 de Dezembro de 2005

Unidade: N.º	Total	A+B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	M a O
Portugal	2 899 029	45 421	13 801	771 431	16 258	376 736	620 828	191 749	181 274	80 755	399 329	201 447
Continente	2 788 054	44 065	12 990	757 674	14 508	355 780	594 054	177 228	173 761	77 679	387 855	192 460
Alentejo	128 183	12 252	2 357	32 342	226	16 495	29 930	7 240	5 933	1 071	10 874	9 463
Alentejo Litoral	14 586	1 967	42	2 380	60	2 535	2 812	1 151	831	175	2 014	619
Grândola	1 689	66	...	111	...	439	425	236	44	0	242	108

Fonte: INE, Anuário Região Alentejo 2006

Tabela A. 6 – Volume de Negócios das sociedades por Município da sede, segundo a CAE - Rev.2.1, 31 Dezembro 2006

Unidade: Milhares de euros	Total	A+B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	M a O
Portugal	325 478 504	2 942 137	1 896 781	71 618 610	8 783 955	31 383 265	122 062 158	6 397 965	25 238 267	15 708 507	29 534 708	9 912 152
Continente	306 821 138	2 868 536	1 097 609	70 465 649	8 497 596	29 661 350	112 940 950	5 884 481	23 604 876	14 949 465	27 373 720	9 476 906
Alentejo	12 184 169	764 171	354 002	3 569 563	63 482	730 407	4 828 655	224 844	501 471	8 347	813 330	325 896
Alentejo Litoral	1 674 870	130 494	3 194	775 081	49 146	109 701	365 618	37 406	121 134	395	63 345	19 358
Grândola	110 095	4 664	...	5 859	...	17 721	57 492	6 366	2 337	0	9 268	4 186

Fonte: INE – Anuário Estatístico Região Alentejo 2006

Tabela A. 7 – Estabelecimentos por Município, segundo a CAE – Rev.2.1, 31 Dezembro 2006

Unidade: N.º	Total	A+B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	M a O
Portugal	463 172	11 688	1 304	52 871	1 091	56 088	142 390	40 753	27 972	8 763	83 171	37 081
Continente	441 685	11 348	1 252	51 638	1 055	53 880	135 975	38 631	26 181	8 265	77 764	35 696
Alentejo	27 771	3 861	242	2 659	62	2 709	8 366	2 312	1 785	577	3 195	2 003
Alentejo Litoral	3 311	492	9	276	9	355	903	341	214	60	417	235
Grândola	536	59	4	34	2	58	153	60	36	10	77	43

Fonte: INE – Anuário Estatístico Região Alentejo 2006

Tabela A. 8 – Pessoal ao serviço por Município do estabelecimento, segundo a CAE – Rev.2.1, 31 Dezembro 2006

Unidade: N.º	Total	A+B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	M a O
Portugal	2 899 029	44 691	14 272	768 826	17 361	375 232	627 286	194 613	179 197	83 910	392 990	200 651
Continente	2 782 692	43 382	13 529	755 231	15 608	354 090	599 024	179 225	169 793	81 214	380 333	191 263

Alentejo	144 531	12 795	2 915	35 066	964	17 380	34 880	8 327	8 481	3 388	11 173	9 162
Alentejo Litoral	17 066	2 051	42	3 094	310	2 589	3 184	1 230	1 172	383	2 354	657
Grândola	1 954	73	...	128	...	449	505	237	110	57	258	118

Fonte: INE – Anuário Estatístico Região Alentejo 2006

Tabela A. 9 – Constituição e dissolução de sociedades por Município, segundo a CAE – Rev.2.1, Dezembro 2006

Unidade: N.º	Sociedades constituídas												Sociedades dissolvidas
	Total	A+ B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L a Q	
Portugal	26 148	497	29	2 164	41	3 362	7 127	2 347	934	148	6 634	2 861	8 905
Continente	25 470	480	28	2 127	40	3 266	6 952	2 270	915	148	6 476	2 764	8 477
Alentejo	1 427	132	0	95	3	156	381	138	74	8	287	152	479
Alentejo Litoral	158	21	0	5	0	21	43	16	5	0	32	15	64
Grândola	38	4	0	0	0	6	9	7	2	0	5	5	9

Fonte: INE – Anuário Estatístico Região Alentejo 2006

Tabela A. 10 – Plano de Formação 2008 – Centro de Formação Profissional de Santiago do Cacém

MEDIDA	CURSO/AÇÃO	Tip. Curso	Local	Centro Emprego	Datas Início		Desvio	Situação
					Real	Plano		
Aprendizagem	Recepcionista de Turismo	III	Grândola	DA-EAS	28-09-2008	28-07-2008		Planeada
Aprendizagem	Técnico de Apoio à Gestão	III	Sede	DA-ESI		06-10-2008		Planeada
Aprendizagem	Técnico de Manutenção Industrial (Mecatrónica)	III	Sines	DA-ESI		06-10-2008		Planeada
EFJ	Serviço de Bar	II	Alcácer	DA-EAS		28-05-2008		Planeada
EFJ	Jardinagem e Espaços Verdes	II	Grândola	DA-EAS		05-05-2008		Planeada
EFJ	Mecânica-Auto	II	Santo André	DA-ESI		21-04-2008		Planeada
EFJ	Serralaria Civil *	II	Sines	DA-ESI	05-05-2008	25-02-2008		Planeada
EFJ	Práticas Administrativas	II	Sede	DA-ESI		15-09-2008		Planeada
EFA	Jardinagem e Espaços Verdes	B2	Grândola	DA-EAS		15-09-2008		Planeada
EFA	Apoio Familiar e à Comunidade	B2	Alcácer	DA-EAS	05-09-2008	05-05-2008		Planeada
EFA	Manutenção de Campos de Golf	B3	Grândola/Tróia	DA-EAS	05-05-2008	10-03-2008		Planeada
EFA	Cozinha	B3	Alcácer	DA-EAS	12-05-2008	15-05-2008		Planeada
EFA	Serviço de Mesa	B3	Grândola	DA-EAS	10-09-2008	10-03-2008		Planeada
EFA	Recepção em Hotelaria	S-3A	Grândola	DA-EAS	28-04-2008	18-02-2008	48	Iniciada
EFA	Técnicas de Acção Educativa	S-3A	Alcácer	DA-EAS		13-10-2008		Planeada
EFA	Apoio Familiar e à Comunidade	B2	Sines	DA-ESI		15-09-2008		Planeada
EFA	Serviço de Andares em Hotelaria	B2	Santo André	DA-ESI	05-05-2008	18-02-2008		Planeada
EFA	Produção Florestal	B2	Sede	DA-ESI	05-05-2008	21-04-2008		Planeada
EFA	Cozinha	B3	Sede	DA-ESI		15-09-2008		Planeada
EFA	Soldadura	B3	Sines	DA-ESI	15-05-2008	25-02-2008		Planeada
EFA	Electricidade de Instalações	B3	Sines	DA-ESI	02-06-2008	10-03-2008		Planeada
EFA	Apoio Familiar e à Comunidade *	B3	Ermidas	DA-ESI	05-05-2008			Planeada
EFA	Geriatrica	B3	Santiago	DA-ESI		06-10-2008		Planeada
EFA	Práticas Administrativas	B3	Sede	DA-ESI		19-05-2008		Planeada
EFA	Técnico de Apoio à Gestão	S-3A	Santo André	DA-ESI	15-05-2008	31-03-2008		Planeada
EFA	Técnico de Qualidade	S-3A	Sines	DA-ESI		26-05-2008		Planeada
EFA	Técnico de Obra/Esteticista-Cosmetologista*	S-3A	Sede	DA-ESI		20-10-2008		Planeada
EFA	Soldadura - Nível II	Tecnol.	Sines	DA-ESI	02-06-2008			Planeada
EFA	Técnico de Segurança e Higiene do Trabalho - Nível III	Tecnol.	Sede	DA-ESI	02-06-2008			Planeada
EFA	Técnico de Segurança e Higiene do Trabalho - Nível III	Tecnol.	Sede	DA-ESI	13-10-2008			Planeada
CET	Técnico Especialista em Gestão de Redes e Sistemas Informáticos		Odemira		02-06-2008			Planeada
	Portugal Acolhe		Sines		02-06-2008			Planeada
	Portugal Acolhe		Santiago do Cacém		02-06-2008			Planeada
	Portugal Acolhe		Sines		06-10-2008			Planeada
	Portugal Acolhe		Santiago do Cacém		06-10-2008			Planeada
	Português Técnico		Santiago do Cacém		06-10-2008			Planeada
Formação de Formadores	Formação Contínua de Formadores (Animação de Grupos)		Sede			18-01-2008		Iniciada
Formação de Formadores	Formação Contínua de Formadores (Gestão de Conflitos no Processo Formativo)		Sede			08-02-2008		Iniciada
DESVIO TOTAL EM DIAS							48	

Legenda:	
Iniciada	Acção Iniciada
Programada	Existem condições para iniciar a acção

Fonte: IEFP – CFPSC

